

o
m
-
tr
a
o

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS

**Ciências e Técnicas
do Património**

UNIVERSIDADE DO PORTO

**40 anos depois de abril
património e ciência
no norte de Portugal**

Volume XIII PORTO 2014

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS

Ciências e Técnicas do Património

UNIVERSIDADE DO PORTO

TÍTULO REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS – CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

DIRETOR Presidente do Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Lúcia Maria Cardoso Rosas

COORDENAÇÃO Teresa Soeiro; Paula Menino Homem; Nuno Resende

SECRETARIADO Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n • 4150-564 PORTO PORTUGAL
Telefone: 22 607 01 00 • Telefax: 22 600 38 25
e-mail: dctp@letras.up.pt

EDITOR Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CONCEPÇÃO GRÁFICA INVULGAR - ARTES GRÁFICAS

PERIODICIDADE Publicação Anual

TIRAGEM 150 Exemplares

ISSN 1645-4936

DEPÓSITO LEGAL 239657/06
dezembro de 2014

Apresentação

- 7 *Nota introdutória*

Conferência Inaugural

- 11-32 *A democracia portuguesa face ao património cultural*
SILVA, Augusto Santos

Arqueologia

- 35-36 *Programa*
- 37-60 *Estudos de cromatografia aplicados à arqueologia romana: apresentação de resultados preliminares*
OLIVEIRA, César ; MORAIS, Rui
- 61-74 *Geo e bioindicadores:
na busca dos ambientes onde o homem viveu*
GRANJA, Helena
- 75-88 *Depois de Abril:
quatro décadas de Arqueologia Municipal em Portugal*
SILVA, António Manuel S. P.
- 89-103 *Uma associação de defesa do património:
ASP, 37 anos ao serviço de Braga e do Minho*
OLIVEIRA, Eduardo Pires de; NUNES, Henrique Barreto
- 105-117 *Arqueologia no Porto para lá e para cá do sétimo dias das calendas de Maio*
SILVA, Armando Coelho Ferreira da
- 119-128 *O ensino da Arqueologia na Galiza entre o franquismo e hoje*
ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando
- 129-141 *Do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira à experiência de Vila Nova de Foz Côa: breve balanço de 35 anos da arqueologia...que Abril abriu (1978-2013)*
JORGE, Vítor Oliveira
- 143-158 *Escavações de Monte Mozinho (1974-1998):
projecto territorial e lugar de encontro de Callaecia*
SOEIRO, Teresa; CALO LOURIDO, Francisco
- 159-169 *Projecto de Bracara Augusta.
38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana*
MARTINS, Manuela
- 171-181 *Tongobriga. Do século de Augusto ao obscurantismo...*
DIAS, Lino Tavares

História da Arte

185 *Programa*

- 187-195 *40 anos depois de Abril.
Que fontes para a História do 25 de Abril?*
SILVA, Adriano Simões da
- 197-205 *Porque “as coisas não são”*
SANTOS, Teresa Campos dos
- 207-220 *Caracterización del panorama fotográfico español a mediados del siglo XX*
LÁZARO SEBASTIÁN, Francisco Javier

Museologia

223-224 *Programa*

- 225-232 *Investigação e ensino de Museologia na Universidade do Porto:
relações transversais*
SILVA, Armando Coelho Ferreira da
- 233-237 *O Património como um todo.
Contributos da democracia de Abril*
ALARCÃO, Adília
- 239-247 *40 anos depois de Abril | Património e Ciência no Norte de Portugal.
Museus Autárquicos 1974-2014 - Símbolos do Poder / Guardiões do
Património Cultural*
PONTE, António
- 249-259 *Na senda das redes: caminhos e descaminhos da museologia no Portugal
democrático*
CAMACHO, Clara Frayão
- 261-274 *O papel do associativismo na construção de uma política democrática de
museus*
RAPOSO, Luís
- 275-296 *Museus da Imprensa:
Descentralizar e democratizar*
MARCOS, Luís Humberto
- 297-309 *O projecto Museu do Ferro & da Região de Moncorvo:
entre a utopia e a realidade (possível)*
CAMPOS, Nelson

ó m t a o

Apresentação



40 anos depois de abril
património e ciência no norte de portugal

22 a 24

abril

2014

departamento de ciências
e técnicas do património
faculdade de letras
universidade do porto

Nota Introdutória

40 ANOS DEPOIS DE ABRIL

Património e Ciência no Norte de Portugal

O Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, reconhecendo a relevância da Revolução de Abril para a construção do conhecimento científico, o ensino avançado e a valorização social do património cultural, realizou, nos dias 22 a 24 de Abril de 2014, um conjunto de sessões abertas, jornadas em que foram revisitados e analisados percursos e resultados marcantes, no Norte de Portugal, das últimas quatro décadas de labor nos domínios da Arqueologia, História da Arte e Museologia.

O diversificado leque de iniciativas permitiu envolver diferentes gerações, proporcionando aos estudantes, profissionais e demais público interessado o contacto directo com protagonistas, projectos e lugares de memória de então, encarados numa perspectiva holística que se deseja mais-valia para o presente e o futuro.

Agradecemos a todos os participantes, e em especial àqueles que prestaram o seu testemunho e se disponibilizaram para o deixar registado neste volume de actas.

ó m t a p

Conferência
Inaugural

A democracia portuguesa face ao património cultural

Augusto Santos SILVA
UP/FEP-INSTITUTO DE SOCIOLOGIA

Resumo

O artigo problematiza a relação da democracia portuguesa com o património cultural. Depois de mostrar a importância do património na luta política entre o Estado Novo e a Oposição, analisa a ação do Estado e da sociedade democrática pós-1974. Considera cinco planos de análise. O primeiro diz respeito à interpretação da história como contexto e processo gerador de património. O segundo tem a ver com a relação entre património cultural e identidade nacional. O terceiro plano é o dos processos e instituições de conhecimento e divulgação de bens e contextos patrimoniais. O quarto concerne os serviços e as práticas de administração patrimonial. Finalmente, o debate em torno das gravuras rupestres do vale do Côa é relevado como um caso exemplar do grande alcance social e político da questão patrimonial, numa democracia.

Palavras-chave: património, identidade, democracia

Abstract

The article focuses on the approach of the Portuguese democracy to the national heritage. Firstly, the importance of the debate between the “Estado Novo” and the political Opposition is shown. Then, we consider the new approach of the democratic regime, since 1974. Five analytical levels are chosen. The first one is the representation of history as a heritage generating context. The second one regards the articulation between national heritage and identity. Then we move to the analysis of the processes and institutions that produce and disseminate knowledge on heritage. The fourth level concerns issues of policy and administration. Finally, we take the dispute on the Palaeolithic rock engravings founded in the Côa Valley as a major example of the social and political centrality of the heritage in a democracy.

Keywords: heritage, identity, democracy

A luta cultural entre Estado Novo e Oposição

A luta política e cultural entre o Estado Novo e as correntes de Oposição também girou em torno do tema do relacionamento com o passado e com os traços que ele nos foi deixando e nós fomos codificando como património¹. É útil, como se verá, considerar a noção de património no seu sentido mais amplo. Ela não inclui apenas o conjunto de bens (móveis ou imóveis, materiais ou intangíveis) que ficaram do passado em condições de salvaguarda, preservação e usufruto, e a referenciação de tais bens a uma herança histórica e a uma tradição reveladoras de uma certa identidade coletiva – e por isso constituindo cada geração na obrigação de as receber, cuidar e transmitir. Inclui também a representação e interpretação do passado e do seu contributo para a formação do presente, que é afinal de contas o mais importante quadro de perceção e avaliação do valor daqueles bens (cf. GUILLAUME, 2003: 89).

Neste sentido amplo, Estado Novo e Oposição distinguiam-se e combatiam-se agudamente na questão patrimonial.

Em primeiro lugar, quanto à leitura da história nacional. A interpretação teleológica do Regime pretendia projetar Salazar e o salazarismo como a realização presente e culminante de uma evolução logicamente ancorada no momento fundador da nacionalidade, como um reino cristão e de “Reconquista”, depois engrandecido no período áureo dos “Descobrimentos” e da “Expansão Ultramarina”, e a que o liberalismo oitocentista e o republicanismo haviam provocado um desvio que era agora corrigido. A este padrão se opunham as correntes da Oposição que valorizavam realidades históricas bem diversas e, em particular, lamentavam o trunfo da “política de transporte” sobre a “política da fixação” (nos termos de António Sérgio) e as oportunidades de modernização falhadas às mãos da pressão conservadora de monarquia, fidalguia, clero e universidade. Em contraste, estas correntes consideravam seus ancestrais figuras como Luís António Verney e outros “estrangeirados”, Pombal ou Passos Manuel e movimentos como o liberalismo revolucionário, a Geração de 70 ou o republicanismo.

Em segundo lugar, como regime autoritário que era, o Estado Novo não se limitava a construir uma visão oficial da História, que procurava colocar Salazar no mesmo patamar do Infante D. Henrique (ao que logo importantes setores oposicionistas contrapunham a valorização do Infante D. Pedro). Impunha essa visão como doutrina, não só censurando o escrutínio crítico ou as leituras alternativas como fazendo dela programa de ensino e catequese. O cânon literário e artístico nacional era, por isso, muito restrito e muito rígido, excluindo grande parte dos autores e obras mais dinâmicos nas respetivas circunstâncias, designadamente quando o que estava em causa eram os séculos XIX e XX.

No plano da cultura erudita, o país reconfigurado pelo Estado Novo reclamava-se de Camões – e de Camões pela metade, o de *Os Lusíadas* incompletos (amputados do perturbador Canto IX), mas já não o dos sonetos e canções. Pese embora o esforço inicial de António Ferro de alguma ligação ao modernismo, a escola e a academia do Regime, ignorando Pessoa, abjurando o realista Eça e suspeitando de Garrett, haveriam de socorrer-se sistematicamente de autores menores, ou de obras menores de autores

¹ Agradeço a Vítor Oliveira Jorge os seus preciosos comentários à versão inicial deste artigo. Quaisquer outros comentários podem ser endereçados a asilva@fep.up.pt.

maiores (como no caso do mesmo Eça). Nas artes, viam-se praticamente reduzidas à celebração da sucessão das arquiteturas religiosas, militares ou palacianas do românico, do gótico, do manuelino como “estilo nosso” e do neomanuelino que a ele regressaria em Oitocentos, e do barroco.

No plano da cultura popular, o Estado Novo conduziu um programa de folclorização (CASTELO-BRANCO & BRANCO, 2003: esp. 21). Ele consistia, primeiro, na codificação seletiva e normalizadora de artes de ser e fazer de extração rural (nas técnicas e utensílios, na agricultura e no artesanato, nas danças e cantares, nas festas ligadas ao trabalho, às colheitas e às romarias, na alimentação, vestuário e habitação); e, depois, na sua devolução e aplicação normativa às populações, incluindo através de exposições nacionais e coloniais e através de museus, cortejos e grupos etnográficos.

Do seu lado, a Oposição oscilava entre duas posições. Uma era por assim dizer simétrica à do Regime: menos Camões e mais Eça de Queirós, ou Antero de Quental, ou Fernão Lopes, ou, noutra registo, o Herculano cidadão empenhado e erudito escrupuloso – e, claro, todos os contemporâneos a vários títulos regularmente censurados, quando não perseguidos; e o romantismo revolucionário, ou os realismos e modernismos como referências artísticas principais. A essa luz, a propaganda salazarista era muitas vezes caricaturada sob a forma dos três famigerados F: fado, futebol, Fátima. Mas a outra posição era distinta, se bem que pudesse interseccionar ou complementar a primeira. Ela procurava abordar a cultura popular – rural e urbana, camponesa, operária, dos pequenos prestadores de serviços ou funcionários subalternos – recodificando-a como tal, em alternativa crítica à lógica da folclorização. Essa (re) descoberta do “povo” e do “popular”, conduzida por frações intelectuais urbanas e a partir das suas posições no campo cultural e profissional, teve expressão pública em vários momentos paradigmáticos². Contam-se entre eles o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa (lançado em 1955, pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, sob a coordenação de Francisco Keil do Amaral), os levantamentos etnomusicográficos de Michel Giacometti ou a utilização da forma do fado de Coimbra pela canção de protesto.

Em terceiro lugar, o uso político do património cultural pelo Estado Novo (cf. GOMES, 2011: 403-551) requeria um programa de reconstrução da monumentalidade patrimonial. Não se tratava apenas de uma tecnologia patrimonial, moldada numa intervenção descuidada e maximalista, de modo a “completar” e/ou “embelezar” os locais e edifícios emblemáticos. Era sobretudo a reconstrução da história nacional, no sentido adequado à interpretação ideológica, à narrativa do Regime. Era crucial a sua dimensão propriamente física: refazer igrejas, castelos e palácios, de modo a que pudessem ser projetados – e subsequentemente apercebidos pelos portugueses – como provas e testemunhos materiais do enraizamento histórico do Estado Novo. O Paço Ducal de Guimarães ficou como um exemplo particularmente impressionante da agressiva reconstrução da monumentalidade.

Este duplo aspeto – técnicas rudimentares de conservação patrimonial, à revelia

² As análises de Jorge Freitas Branco sobre a relação entre cultura popular e identidade nacional, de 1870 a 1970, constituem um inestimável guia para compreender estes e outros momentos (cf. BRANCO, 2000).

do saber científico e técnico já então disponível; e a lógica global de reconfiguração retrospectiva do património edificado – não deixou de ser objeto de distanciamento e crítica, quer nos meios académicos quer nos meios políticos. Uma ideologização tão extrema do património dificultava, e aqui e ali impedia, uma relação mais propriamente cultural, autónoma face à ideologia política, e científica, conduzida pelos padrões próprios aplicáveis. E a orientação para o passado (o “passadismo”, assim criticamente denunciado), que informava toda a representação salazarista do País, surgia como um obstáculo estrutural à modernização política, social e económica tão desejada nos círculos oposicionistas e em grupos mais urbanos e empreendedores (que, aliás, chegaram a estar representados no interior do Regime). A modernização – implicando uma orientação para fora (a Europa além dos Pirenéus) e para o futuro – não significava, evidentemente, um voltar absoluto de costas às heranças, tradições, usos e outros traços patrimoniais. Mas rompia, sem margem para dúvidas, com o isolamento e o passadismo. E este foi um eixo central da luta cultural entre Estado Novo e Oposição.

Revolução e património

Sem ter em conta este lastro, creio que não perceberemos a relação da democracia portuguesa com o património histórico-cultural. Embora nelas esteja particularmente presente a tensão entre apagamento e conservação que funda todas as atitudes relativas a esse património (POIRIER, 1996), as revoluções não são necessariamente momentos de exaltação anti patrimonial. Pelo contrário, a preocupação com a salvaguarda e difusão do património e os esforços para a musealização podem ser diretamente referidos a decisões revolucionárias.

É paradigmática a discussão havia em França, nos anos de 1790, sobre o destino a dar aos monumentos que testemunhavam o passado: destruí-los, como emblemas dos tempos de opressão, ou conservá-los, como monumentos da nação? Triunfará a posição conservacionista, liderada pelo Abbé Grégoire, e assim é que foi fundada praticamente a representação e a política moderna do património (BÉGHAIN, 1998: 8-9; BENHAMOU, 2001: 58). O Museu do Louvre abre, em 1793, por decisão da Assembleia Nacional; e seminal é o seu significado político: a preservação da memória em pleno ato de destruição da ordem institucional vigente, reconvertendo a esse fim um monumento anteriormente ao serviço de tal ordem. A política patrimonial só ganha expressão na Europa subsequente às revoluções liberais de Seiscentos (na Inglaterra) a Oitocentos, e em resultado da mudança também ela revolucionária no entendimento dos valores patrimoniais como bens comuns. Victor Hugo dirá lapidariamente que, se o “uso” de um edifício patrimonialmente rico pertence ao proprietário, “a sua beleza pertence a todo o mundo” (citado por BÉGHAIN, 1998: 8); todos têm, pois, o dever de cuidá-lo e transmiti-lo, e o direito de proteger e usufruir.

O tema crucial do usufruto – a acessibilidade pública dos monumentos e das artes e o acesso social a esses monumentos e artes – declina-se, em regimes liberais e (por maioria de razão) em regimes democráticos, em várias dimensões complementares. Elas compreendem: a obrigação do conhecimento (investigação, inventário, exposição); a consciência cívica da ligação entre património e identidade coletiva – e a sua promoção no quadro dos processos e instituições nacionais de socialização de que foi dispendo o Estado moderno, da escola à conscrição, sem esquecer a imprensa, o cortejo cerimonial

ou a festa cívica; a divulgação pública do património, a sua exposição organizada ao olhar do público, educando esse olhar – através dos monumentos, dos museus, das “estações” arqueológicas, ou, noutro plano, na divulgação dos bens intangíveis, da literatura às crenças, usos e costumes, e através de textos, ilustrações, gravuras, ou espetáculos e festas; e o incremento do acesso ao seu usufruto, isso a que o Pós-Segunda Guerra chamará democratização.

A esta luz, notar-se-á que a atitude da revolução democrática portuguesa – isto é, as posições expressas no movimento social e as decisões das primeiras instituições democráticas – esteve longe de ser unipolar. Claro que os valores e emblemas mais associados à doutrinação e propaganda salazarista foram questionados de alto a baixo, e muitos foram abandonados ou secundarizados durante anos. O Camões épico, os fortes militares associados à Expansão e o fado são exemplos ilustrativos nas diferentes dimensões de que trata a memória patrimonial. Será preciso esperar até à década de 1980 para que a cultura de massas reincorpore ideias e símbolos antigamente hiperpolitizados – a polémica em torno do nome e da simbologia do grupo *rock* Heróis do Mar, criado em 1981, é um caso flagrante. Mas, por outro lado, a abertura democrática permitia ultrapassar o sobre-vestimento ideológico no património, ao mesmo tempo que favorecia a tematização de duas questões doravante críticas: a profissionalização do tratamento patrimonial e a democratização do acesso aos bens patrimoniais. Impunha-se agora a quase todos a urgência de processos adequados de salvaguarda e conservação, de uma administração própria para o património público, respeitadora da sua natureza histórico-cultural, e do alargamento do acesso e usufruto dele.

Representações da identidade, representações do património

Eis, portanto, duas ideias que podem ajudar-nos a estudar a relação da democracia portuguesa com o património. A primeira é que ele constituiu um tópico maior da conflitualidade político-cultural entre o regime do Estado Novo e as correntes de Oposição. E, sendo-o, foi um eixo importante de formação e afirmação da consciência democrática. A segunda ideia é que o facto de a transição democrática ter assumido a forma revolucionária não significou nenhuma espécie de rutura sistémica com a questão patrimonial. Bem pelo contrário, enriqueceu-a com novos elementos e dimensões.

Não é possível esgotar esta riqueza no registo e espaço do presente texto. O mais que há de fazer é propor um temário: uma tentativa de problematizar essa relação da democracia com o património e um roteiro de passos a explorar, em subsequentes investigações empíricas. Nem assim cumprirá, o temário, o critério da exaustividade. Mas talvez contribua para a orientação dos interessados em conhecer melhor as múltiplas formas como o património tem sido entendido e abordado no Portugal pós-25 de Abril.

O temário que vou sugerir estrutura-se em cinco planos complementares. O primeiro diz respeito à leitura, isto é, à interpretação, da história como contexto e processo gerador de património. O segundo tem a ver com a identificação da unidade e da singularidade portuguesas – quer dizer, com a relação entre património cultural e identidade nacional. O terceiro plano é o dos saberes: os processos e instituições de conhecimento, sondagem, análise, inventário, tratamento e divulgação de bens e contextos patrimoniais. O quarto e penúltimo plano concerne os serviços e as práticas

de administração patrimonial, em sentido amplo, ou seja, tudo o que se refere à salvaguarda, conservação e exposição pública daqueles bens. Finalmente, tomarei o debate em torno das gravuras rupestres do vale do Côa como um caso exemplar do grande alcance social e político da questão patrimonial, numa democracia.

Talvez se pudesse dizer que a gradual descoberta e valorização de Fernando Pessoa e de todos os seus heterónimos e semi-heterónimos, nas décadas de 1970 e 1980, e a sua consagração cada vez mais formal como símbolo maior da história e da identidade portuguesa – como se a “Íclita Geração” da democracia viesse a ser esse punhado de criadores criados pela mente inquieta de Pessoa – gerou uma deslocação poderosa do plano político e militar para o plano linguístico e cultural, na definição e enunciação dos ícones patrimoniais portugueses. A língua como pátria (que é, como sabemos, um curioso caso de popularização de uma mensagem contrária à expressão original³), o Eu interior como terreno criativo e o “desassossego” posto em linguagem poética, serão rapidamente transformados em mais do que obra pessoana – em termos de referência alternativos aos do Antigo Regime para a enunciação, ela mesmo plural porque democrática, de um sentido possível para a história portuguesa e a herança patrimonial que foi gerando. O primado da língua e da cultura – com maior intensidade, entre todas as artes criativas, na literatura – situará a contribuição portuguesa num plano mais universalista, radicalmente contrário à lógica de fechamento e arcaísmo tardo-imperial do Estado Novo. A diversidade, a pluralidade interior do sujeito criativo e a inquietação ou “desassossego”, não deixarão de constituir tópicos de revalorização da história e da contemporaneidade nacional, dando espaço à imagem – talvez mais ajustada ao fim do império e ao regresso ao quadro europeu, com a sua promessa de uma integração possível num dos centros do sistema mundial – de um povo de descobridores mais do que de exploradores, um povo de aventureiros tanto quanto de opressores, um povo de encontros para além de domínios. Um povo que agora, fechado o ciclo imperial, se quereria simbolicamente mais de Garcia da Orta do que de Afonso de Albuquerque, mais de Bartolomeu Dias do que de Vasco da Gama, certamente do “achamento” do Brasil e da ousadia dos Bandeirantes, mas muito particularmente de Fernão Mendes Pinto ou de todos quantos extravasaram os limites do Império para se tornarem emigrantes antes do tempo nas quatro partidas do mundo.

Que uma tal deslocação permitia uma nova relação com o momento-chave da Expansão marítima, já a poesia de Sophia de Mello Breyner o mostrara, representando as descobertas como navegações por incertos mares em busca de novas coisas para nomear⁴. Desde a década de 1970, o cinema de Manoel de Oliveira proporrá essa leitura

³ O trecho do *Livro do Desassossego* diz o seguinte: “Não tenho nenhum sentimento político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em quem se bata, a ortografia sem ípsilon, como um escarro direto que me enoja independentemente de quem o cuspiu” (PESSOA, 2010: 326, minha atualização ortográfica).

⁴ Estou evocando, em particular, o poema “Mundo nomeado ou descoberta das ilhas”, do livro *Geografia*, de 1967 (cf. ANDRESEN, 2011: 450).

nova, esse reencontro moderno, mesmo hipermoderno na gramática criativa, com um Portugal profundo, profundamente vinculado à razão criativa dos afetos e das palavras. A apresentação, cada vez mais forte e institucionalizada, do par formado por Pessoa e por Camões (um Camões agora visto na sua totalidade) como valores superlativos da história e da cultura – isto é, da nação – portuguesa, é talvez a melhor expressão deste processo, nem curto nem linear, de transformação da representação do património como herança, tradição e identidade nacional, operada pela democracia portuguesa.

Esta transformação não se resume, entretanto, à referida deslocação do terreno político-militar e religioso para o terreno criativo, da língua e da cultura. Não menos importante é o movimento em direção aos “de baixo”, à “arraia-miúda” que Fernão Lopes tinha tornado, para futura aprovação de todas as correntes de Oposição ao nacionalismo do Estado Novo, em heroína da crise de 1383-85. As mudanças face à representação imposta pelo Estado Novo são duas, e ambas fundamentais: por um lado, o “povo” deixa de ser referido, exclusiva ou predominantemente, aos camponeses e às comunidades rurais (às aldeias e às paróquias); por outro, deixa de ser colocado apenas na posição passiva da aquiescência e de objeto da inculcação.

Vários romances de José Saramago são uma bela expressão deste movimento. Desde logo, *Levantado do chão* (1980), que é, em si mesmo, um empenhadíssimo resgate da memória do viver, dos saberes e das lutas do operariado agrícola alentejano. A meu ver, a principal contribuição de Saramago, para este nosso tópico, é o poder de interpelação que ele realiza, face a valores e símbolos patrimoniais. E se os mais grandiosos atores da construção de Mafra fossem os seus operários, e se as aventuras e desventuras, as ousadias e os afetos das Blimundas e Baltasares fossem mais importantes do que D. João V (*Memorial do convento*, 1982)? E se os cruzados se tivessem recusado a auxiliar D. Afonso Henriques no cerco a Lisboa (*História do cerco de Lisboa*, 1989)? E se o mais notável na viagem do elefante Salomão a Roma, como oferta do rei português ao Papa, fossem afinal os seus transportadores (*A viagem do elefante*, 2008)?

A relação da democracia portuguesa com o património – isto é, os relacionamentos tornados possíveis e exprimíveis no espaço público, no decurso da fundação e consolidação da democracia portuguesa – é, pois, matricialmente um reencontro com a história nacional e uma releitura da composição e do significado, do alcance identitário dessa história. O poeta e político Manuel Alegre destacar-se-á no esforço de definir e enunciar um novo patriotismo democrático, uma epopeia das virtudes e feitos do povo português descomprometida e alternativa ao imaginário salazarista e ao nacionalismo que o antecedia e lhe sobreviveu. Quer no discurso político, quer nos poemas e novelas, Alegre proporá a revalorização de uma abordagem assumidamente centrada na pátria portuguesa. Não é caso único. Natália Correia e a sua ideia de “mátria”, bem como vários outros criadores, poderiam acompanhá-lo.

O ponto a reter, entretanto, é que este processo de releitura da história, património e identidade nacional, fora dos quadros nacionalistas mas sem querer rasurar a história pátria, não se limita a oferecer uma ou múltiplas visões de conjunto sobre o território português e os traços que o habitam provindos do passado. Sem dúvida que a *Viagem a Portugal* (1983) de José Saramago deve ser entendida como um momento chave da nova consciência patrimonial, no que ela, aliás atualizando muitas das preocupações subjacentes ao *Guia de Portugal* lançado por Raul Proença e prosseguido pela Fundação

Gulbenkian, e servindo-se abundantemente das suas informações, desenha um roteiro interessado e emotivo para percorrer um país por inteiro, composto por territórios e habitado por gentes. Mas o entendimento da história como geradora de identidades coletivas não é apenas determinante para a compreensão daquelas identidades como unidade – o que aproxima os portugueses entre si e deles faz uma comunidade única. A identidade é também o que distingue alguém dos outros, isto é, no caso, o que distingue esta comunidade nacional de outras, o que a singulariza no concerto das nações, isso que pode fundar um valor próprio e acrescentado pela nação portuguesa.

Há, pois, uma forte ligação entre o primeiro e o segundo plano do temário aqui sugerido: entre a interpretação da história e do território e a elaboração da identidade como unidade e como singularidade.

Neste último plano, de conhecimento do País, a democracia pôde revalorizar ensaios académicos produzidos nos meados do século XX, como a síntese do geógrafo Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945), ou o esboço de caracterização proposto pelo etnólogo Jorge Dias (*Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, 1953). Obras muito diferentes entre si, podem ser consideradas como modelos inspiradores de duas linhagens na tentativa de definição da unidade e da singularidade portuguesa: uma, que vem de Orlando Ribeiro e de Vitorino Magalhães Godinho (e, depois, de José Mattoso), vê essa singularidade não em qualquer matriz essencial trans-histórica, mas sim como a particular combinação de múltiplos fatores em interação ao longo do espaço e do tempo; outra, que provém de Jorge Dias, insiste em desvendar traços essenciais, isto é, transcendentais à variação dos contextos e circunstâncias, que “moldariam” um “caráter nacional” – e que evidentemente são de feição sobretudo psicológica. As duas linhagens têm efeitos poderosos sobre a relação pública e técnica com o património cultural, sobre o que se acentua e destaca nesse património.

Esta contraposição entre a definição da singularidade no cruzamento específico de combinações-tais-como-as-outras e a busca de uma particularidade de natureza ou caráter não esgota, entretanto, o campo de problematização do conhecimento de si, em e “por” Portugal. Melhor do que ninguém, e com a máxima influência, Eduardo Lourenço haveria, sobretudo desde 1978, com a publicação de *O labirinto da saudade*, de propor uma alternativa de fundo (cf. também ALMEIDA, 2001). Qual fosse tomar como questão a própria autorrepresentação do País na sua cultura, isto é, usar como fio condutor, não a ilusória busca de qualquer singularidade irredutivelmente nossa, mas sim a razão e consequência da emergência dessa busca como questão cultural maior, entre e para nós. Porque é que na nossa cultura a questão da identidade própria, a questão do nosso ser e do nosso situar-se, tomou tão grandes proporções? Talvez percebamos melhor quem somos nós se procurarmos perceber porque insistimos tanto em perguntar quem somos.

Claro que uma adequada compreensão desta nossa identidade – adequada para tempos de modernidade e pós-modernidade e para tempos de democracia, pós-colonialismo e multiculturalismo – pode passar pela sua fragmentação. Quer dizer, por mostrar que ela dificilmente se reconduz à unidade de um só caráter ou ser, e pelo contrário se divide e multiplica em fragmentos cuja diversidade nenhuma composição conseguirá rasurar. A seu modo, fá-lo-á o cinema de Pedro Costa (desde *Casa de lava*, de 1994, e sobretudo desde *Ossos*, de 1997), com a exploração das sombras africanas dos

bairros “problemáticos” de Lisboa, ou o cinema do desejo transgressivo de João César Monteiro (cf. AREAL, 2011: 254-263), com a sua escatológica interpelação absoluta do modo de viver convencional urbano (desde *Recordações da casa amarela*, de 1989, e a emergência da personagem de João de Deus). Também aqui, nesta recusa de pensar no singular a identidade portuguesa, da representação da história e dos seus traços resultam consequências práticas para o trabalho patrimonial: tratando-se, neste caso, de pôr em relevo os múltiplos que nos habitam, renunciando à tentativa de superá-los ou enquadrá-los numa única totalidade.

Mais forte tem sido, porém, sobretudo no plano institucional, o primeiro caminho, a procura de uma unidade que nos singularize. Nos singularize como? Pois bem: pela nossa história e pelo nosso presente, quer dizer, pela nossa inscrição estrutural no espaço e no tempo; e por relação a outrem, seja ele o concerto das nações, em geral, ou mais especificamente o Ocidente, ou a Europa, ou a Ibéria.

A democracia portuguesa é contemporânea e correlativa da descolonização. Foi, aliás, o impasse provocado pelo arrastar da Guerra Colonial a causa maior da queda da ditadura. O Estado Novo foi um tempo de isolamento, de fechamento tanto quanto as circunstâncias o permitiram (que, convém nunca esquecer-lo, Portugal foi membro fundador da NATO e pertenceu à EFTA), aos ventos sempre suspeitos da Europa do Pós-Guerra. O grande projeto que emergiu, com a consolidação da democracia parlamentar a partir de 1976, foi a integração europeia – e o que ela prometia de regresso ao centro, modernização e desenvolvimento. A identificação da singularidade portuguesa não deixou de fazer-se, pois, neste quadro.

Várias respostas criativas tiveram um eco público e uma influência social assinaláveis. Uma das mais notáveis é a *Jangada de pedra* (1986), de José Saramago: Portugal e a Espanha como um só, uma jangada solta das amarras com a Europa e vogando pelo Atlântico, até parar algures entre África e a América Latina, reencontrando assim o Sul, agora em condições democráticas radicalmente diversas dos antigos colonialismos. Esta resposta contrasta polemicamente com essoutra, que havia orientado o essencial dos meios artísticos portugueses, com particular expressão nas artes plásticas, e definia a Europa e os seus centros intelectuais como o destino feliz, quase utópico da criação e, portanto, do *ser fazendo* português. Maria Helena Vieira da Silva, Júlio Pomar ou o grupo KWY em Paris, João Cutileiro ou Paula Rego em Londres, Costa Pinheiro em Munique, os artistas regressados com a Revolução a Portugal, e as novas gerações respirando a internacionalização por todos os seus poros.

Os exemplos poderiam multiplicar-se. Mas não devemos afastar-nos do ponto que nos interessa e é a relação com o património. Aí, o tema que hegemonizará o debate público e a sua inscrição institucional é a associação entre o valor próprio e o valor acrescentado de Portugal: isto é, o que poderá definir positivamente a nossa identidade e o que consequentemente poderá basear o nosso contributo próprio a um mundo que nos transcende, mas em que (ao contrário dos tempos anteriores ao 25 de Abril) queremos estar integrados e a que queremos estar abertos.

Do ponto de vista do percurso histórico do País, este tema coloca sobretudo duas dificuldades. A primeira tem a ver com a possibilidade de releitura positiva do período áureo dos Descobrimentos, Descobertas ou Expansão – já a própria operação de nomeação é problemática. Se era fácil situar a imagem recusada – aquela construída

e imposta pelo Estado Novo, a da “Expansão Ultramarina” pela “Fé e o Império” – já era bastante mais complexo e controverso o enunciado de uma imagem alternativa mas positiva, ou seja, uma que não fosse passadista e anacrónica mas que conseguisse encontrar e destacar algum valor. Pode dizer-se que, findo o período revolucionário, em que predominou naturalmente a desconstrução radical do património histórico ligado à Expansão, a democracia ensaiará vários caminhos para essa procura de uma positividade e de uma atualidade no nosso apogeu histórico. O caminho que acabará por prevalecer haverá de culminar na Expo-98. No conceito e no programa desta exposição internacional organizada em Lisboa, por ocasião dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, encontram-se os mais conseguidos resultados de uma releitura positiva do legado, nacional e universalista, da história portuguesa. Por um lado, a representação da época dos Descobrimentos como momento de descoberta – descoberta cultural e científica e desbravamento do até então desconhecido para o olhar europeu, como novas rotas, litorais e pontos de progressão sobre o interior de territórios distantes e inexplorados. Por outro lado, a valorização da função mediadora dos portugueses – abrindo à Europa os novos mundos por si desconhecidos da África Subsaariana e da América do Sul e facilitando o encontro, ora comercial, ora militar, entre as velhas civilizações da Eurásia, como a Europa cristã, a Índia, o Japão ou a China. Finalmente, a associação direta da vinculação histórica dos portugueses com o mar ao tema contemporâneo, económico, ambiental e científico do aproveitamento sustentável dos oceanos. A identidade histórica de Portugal – desse arcaico império colonial que tinha teimosamente sobrevivido à descolonização do Pós-Guerra para cair fragorosamente, fora de tempo, por causa dessa cegueira – pôde ser assim metamorfoseada numa imagem que assumiu foros de representação senão oficial pelo menos consensual nas instituições nacionais: a imagem de um povo treinado na descoberta e na aventura, intermediário e facilitador dos processos de comunicação (sempre em parte diálogos e em parte conflitos, em parte encontros e em parte desencontros) entre a Europa, outras grandes civilizações orientais e os novos mundos; e um povo habituado ao mar imenso, por isso mesmo capaz de compreender e até protagonizar uma nova consciência e uma nova ação mundial, necessidade premente de hoje, sobre os oceanos.

A segunda dificuldade maior desta tematização positiva da singularidade e do valor português tinha diretamente a ver com o passado colonial. Por maior que fosse o mérito do pioneirismo nacional (ou ibérico) na primeira mundialização, o facto é que, durante mais tempo do que qualquer outra potência, durante quase 500 anos, Portugal havia sido uma potência colonial, extraíndo valor de outros territórios e negando direitos básicos a outras populações. Foi-o em África entre o século XV e o último quartel do século XX, foi-o no Brasil entre os séculos XVI e XIX, foi-o na Índia e noutras regiões de Ásia sobretudo ao longo do século XVI. Fomos navegadores, comerciantes, exploradores, colonos, missionários, e fomos também guerreiros, traficantes e senhores de escravos, donos de roças e engenhos, exploradores do trabalho indígena; e, mais recentemente, revelámo-nos, primeiro, desinteressados da preparação de elites locais nas nações dominadas de África, depois incapazes de compreender a mudança histórica da Segunda Guerra e relutantes sem razão nem apoio às negociações e compromissos necessários, no que restava da Índia ou na Ásia ou em África, para finalmente acabarmos atolados numa Guerra Colonial que consumiu recursos e vidas, de um lado e do outro,

durante mais de uma década. Como é que se podia encontrar, certamente numa lógica pós-colonial e ainda que o primeiro ato concreto da democracia tivesse sido precipitar a descolonização, um valor positivo e enriquecedor para este povo que tinha sido de colonos e para este país que tinha feito o percurso de potência mundial quinhentista a império colonial por assim dizer póstumo?

Foram duas as maneiras, complementares entre si. Uma havia sido preparada pela teorização do brasileiro Gilberto Freyre sobre o luso-tropicalismo: essa sugestão de um colonialismo *sui generis*, mais doce, mais comunicante, gerador de encontros, mestiçagem, hibridez, um colonialismo que se queria inocente onde nenhum colonialismo o pode ser, como desde antes do 25 de Abril vinha denunciando Eduardo Lourenço (2014: 41-159). A democracia não podia retomar o luso-tropicalismo pelo valor facial e nos seus termos; mas podia, recusando o seu corolário político de desculpabilização do colonialismo, reapropriar-se explícita ou subliminarmente dessa ideia de uma singularidade da colonização portuguesa, ao mesmo tempo menos racional, menos produtiva mas também menos interesseira do que as suas congéneres inglesa ou holandesa, e mais “próxima”, mais aberta à comunicação com as sociedades nativas e as sociedades crioulas. Foi o que fez, valorizando também neste terreno o tema do encontro/ desencontro das diferenças. Assim prolongou uma ocultação da questão colonial em que o mesmo Eduardo Lourenço (2014: 187-269) certamente via a denegação da nossa responsabilidade própria. Mas também permitiu uma reenunciação da singularidade portuguesa como aquela que resultava da dupla condição de periféricos e colonizadores, “África” na Europa tanto quanto “Europa” em África (cf. SANTOS, 1990: 16), aquela que se podia exprimir numa espécie de “cosmopolitismo ao rés-do-chão” (SILVA, 2000: 29-42), ou a que podia ser tematizada por um “pós-luso-tropicalismo” que, ultrapassando os “tristes luso-trópicos”, “não esquec[ia] o que ultrapassou” (ALMEIDA, 2000: 161-184). Jangada de pedra em direção ao Atlântico Sul.

A segunda maneira consistia em projetar a questão no futuro e defender que, por mais doloroso que tivesse sido o processo passado de colonizadores e colonizados, ele deixava um património essencial para o futuro: a língua partilhada e a história comum. Quer dizer que o mesmo movimento de “culturação” da nossa identidade, que atrás defendemos ter resultado da valorização de Fernando Pessoa como ícone primeiro da cultura e identidade nacional, poderia ser projetado para os laços futuros entre a antiga potência colonial e os antigos colonizados. Agora tratados, não como tais, mas sim como Estados soberanos integrados em várias regiões críticas do mundo: a então Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia, a América Latina, a África Subsaariana. A fundação, em 1996, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, veio institucionalizar este entendimento e procurar traduzi-lo em interesses estratégicos convergentes e influência internacional conjunta. E o envolvimento maciço de praticamente toda a população portuguesa no apoio à causa da independência de Timor-Leste, em particular nos anos de 1999 a 2002, só se compreende plenamente também como a oportunidade para Portugal resolver o seu problema consigo próprio (cf. também LOURENÇO, 2014: 297), revendo-se finalmente como uma nação irmã e solidária dos antigos oprimidos, agora falantes da mesma língua em quase todos os continentes.

Saberes e administração do património

Estou tentando dizer que, para compreender plenamente a relação da democracia portuguesa com o património – e insisto que se leia no plural: *os* relacionamentos expressos na democracia portuguesa – havemos de partir de planos que, à primeira vista, pouco têm a ver com as ciências e técnicas e com as instituições do património, mas que de facto as condicionam fortemente. Esses planos são, por um lado, a representação que o País, através dos seus criadores, cientistas, academias, organismos estatais e da sociedade civil, faz da sua própria história e da identidade ou identidades que ela foi formando; e, por outro lado, a ênfase dessa identidade, quer pela acentuação do valor próprio da sua eventual singularidade, quer pela sinalização do valor que ela acrescenta ao mundo em que se integra ou com que se liga. A ideia é que, se não percebermos como foram formadas as múltiplas representações de nós próprios que hoje circulam no Estado, no espaço público, nas escolas, nos *media*, nas embaixadas, nos meios científicos, artísticos ou culturais, nos agentes económicos, políticos ou religiosos; sem percebermos a génese e a funcionalidade do conceito de lusofonia; sem percebermos a natureza e o alcance da reinterpretação da nossa história e dos traços e marcos patrimoniais que ela foi deixando (materiais e intangíveis) como um processo de descoberta e encontro de povos e culturas: não compreenderemos, ou compreenderemos pior algumas das linhas mestras de definição quer das políticas, quer dos saberes, quer das práticas patrimoniais da democracia.

Há já bastante trabalho feito sobre a área dos saberes, podemos demorar-nos pouco nela. Mas algumas etapas e tendências hão de ser destacadas⁵.

A primeira tendência é a desmonumentalização do património. Correlativa da mudança cultural pós-abrilista que tentou alargar “para baixo” a ideia de nação e incorporou no “povo” as classes operárias e urbanas subalternas, esta tendência traduziu-se na preocupação em ir além de palácios, castelos, sés e fortes, e em ir além das belas artes e da arquitetura monumental, para trazer à boca de cena as artes e tradições populares, os falares e cantares, as crenças e rituais, os hábitos e rotinas, os ofícios e artesanatos, as histórias de vida e de comunidade, as coletividades e associações, as ideias sociais e políticas. No contexto revolucionário de 1974 a 1976, ocorreu uma explosão de interesse e de práticas: à politização do património popular contida no programa da folclorização salazarista contrapunha-se agora uma hiperpolitização assumida, mas de orientação revolucionária, que sondava no fundo patrimonial popular bases e fontes para uma nova consciência nacional, democrática e popular. Este movimento social e cultural em direção às artes e tradições, rurais e urbanas, camponesas e operárias, prosseguiu bem para lá do contexto revolucionário; e inscreveu-se, pelo menos lateralmente, em novos espaços de formação e ensino abertos pela democracia, como

⁵ Em toda esta secção do artigo referirei sucessivamente múltiplas entidades e projetos. Muitos têm descrições monográficas próprias, outros têm sido objeto de estudos e publicações especializadas, outros encontram-se ainda por analisar e divulgar com o cuidado merecido. Não curarei, dado o registo deste texto e as minhas próprias limitações, de indicar as referências específicas para cada caso que invocar. Se os leitores interessados me permitem um conselho, uma boa maneira de iniciarem a sua própria pesquisa é, recorrendo aos motores de busca disponíveis, localizar e aceder aos respetivos sítios digitais.

as áreas letivas de Educação Cívica e Politécnica, o Serviço Cívico Estudantil, o Serviço Médico à Periferia ou as atividades do então Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis. Basta compulsar a série sobre artes e tradições regionais⁶ para compreender o alcance deste movimento, ao mesmo tempo erudito, pedagógico e de consciencialização juvenil e comunitária.

Desmonumentalização não quer, evidentemente, dizer só isto - esta recusa de fechar o património inventariável, estudável e divulgável no pequeno círculo de monumentos e tesouros. Também é um esforço de (re)contextualização: tratar o património como uma obra humana, um facto social que só se compreende em relação com outros factos. Em contraste com a leitura salazarista, que vinculava o património ao “espírito” nacional, primordial e perene, e bloqueava a visibilidade académica e pública de análises mais, por assim dizer, seculares, o espaço público e as instituições académicas democráticas deixariam livre curso e incentivariam as explicações que traziam os bens e valores patrimoniais para o “interior” das formações sociais e os consideravam como resultados e expressões das respetivas dinâmicas e relações de força.

O que logicamente levava – e eis a terceira tendência que importa assinalar – a um registo de abordagem globalizante a conjuntos patrimoniais: a sítios arqueológicos, históricos e/ou monumentais, a *corpora* de tradições, a coleções, a escolas, oficinas, correntes e demais meios artísticos, a comunidades e territórios.

Todas estas linhas de ação podem ser integradas numa dinâmica geral de modernização e de profissionalização, que marca e orienta a emergência de um campo patrimonial no Portugal democrático.

Modernização do conhecimento e da formação: no âmbito das sucessivas reestruturações e reformas curriculares das clássicas Faculdades de Letras (de Lisboa, Porto e Coimbra) e dos departamentos de Humanidades e/ou Ciências Sociais das Universidades Novas, foi-se fazendo a atualização das referências e padrões científicos, técnicos e pedagógicos. A arqueologia, entendida tradicionalmente como mera disciplina auxiliar, ganhou alguma autonomia, por vezes em associação com a história da arte; e, gradualmente, foi-se estruturando um campo mais alargado focado nas questões do património, convocando a museologia, a etnologia, a arqueologia, a história da arte, a etnomusicologia e outros saberes disciplinares. Foi-se abrindo caminho, pois, para um estudo propriamente científico e técnico, que não tinha de ser enquadrado política e ideologicamente por qualquer interpretação apriorística da identidade nacional e da sua expressão através do património. Mas este movimento só se percebe plenamente se tivermos em conta as transformações que entretanto ocorreram, no plano cultural, e a que atrás fizemos menção – essas que, pluralizando as interpretações possíveis e legítimas e revalorizando aspetos da história e da vida social portuguesa e dos seus (des)encontros com outras histórias, lavraram o terreno onde as ciências e técnicas do património puderam florescer.

Segundo traço fundamental: a profissionalização das práticas e dos agentes dedicados ao estudo, salvaguarda e divulgação patrimonial. Trata-se, por um lado, das

⁶ Refiro-me à série de nove volumes publicada pelas Edições Terra Livre (Direção Geral da Divulgação), iniciada em 1979 com *Artes e tradições de Barcelos* (aproveitando trabalhos de estágio de professores de educação visual e com introdução de Helder Pacheco).

sempre indispensáveis operações de codificação e standardização dos procedimentos, absolutamente críticas num país e num setor em que, como bem se via a propósito das escavações arqueológicas ou da conservação das igrejas e castelos, o amadorismo e o arcaísmo técnico abundavam. E trata-se, por outro lado, da profissionalização dos agentes, nas múltiplas dimensões que ela comporta: formação técnica específica, de nível intermédio ou superior, formação certificada conduzindo a uma credencialização profissional, definição de categorias, funções e carreiras profissionais, associativismo profissional e criação de uma oferta de trabalho disponível para o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios, além das instituições religiosas e privadas.

Por isso mesmo, creio que se deve falar da emergência de um *campo*, no sentido sociológico do termo, ligado ao património em Portugal; datá-lo do último quartel do século XX; e ligá-lo diretamente às novas condições, não só institucionais como culturais e académicas, criadas pela transição democrática. Não significa isto esquecer o muito que preparou esse campo, ou a que esse campo foi buscar raízes, e estava em curso antes de 1974. Pelo contrário; e o caso da etnologia é particularmente evidente, com a importância absolutamente decisiva dos trabalhos fundadores de Jorge Dias sobre *Vilarinho das Furnas* (1948) e *Rio de Onor* (1953) e o esforço estruturado de tratamento sistemático de aspetos da cultura material portuguesa (desde 1947, no quadro do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular), em que Dias teve a colaboração preciosa de Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano. Aí estiveram os fundamentos da modernização e profissionalização do estudo etnográfico e etnológico em Portugal; e da sua convergência com as investigações mais vinculadas à matriz anglo-saxónica da investigação social - aplicadas pela primeira vez entre nós por José Cutileiro (*A portuguese rural society*, 1971) - resultou o que bem poderíamos chamar a escola antropológica da democracia portuguesa.

A etnologia não será caso único. Quer na arqueologia (os trabalhos em Conímbriga, por exemplo, estando as Ruínas abertas ao público desde 1930 e o Museu Monográfico desde 1962), quer na história da arte (sobretudo com José Augusto França), ou na museologia, certamente se encontrarão precursores e pioneiros. Mas, do ponto de vista estrutural, o campo profissional e institucional do património é uma criação das décadas democráticas. Muito gradual, aliás. Nesse processo, várias etapas podem ser assinaladas: entre outras, a evolução do ensino e investigação universitária, com as licenciaturas em várias ou no conjunto das ciências e técnicas do património, a formação de departamentos específicos, o desenvolvimento das associações científicas e profissionais; a fundação e o desenvolvimento das escolas profissionais ligadas à arqueologia e ao património; a influência das escolas de artes e ofícios ligadas à conservação e restauro, com destaque para a Fundação Ricardo Espírito Santo; esses verdadeiros laboratórios de pesquisa e formação, envolvendo dezenas de especialistas e muitas centenas de estudantes, ao longo dos anos, além de uma relação tornada pela democracia mais próxima com as autoridades locais (desde 1976, eleitas), de que são exemplos, para a arqueologia pré-histórica, o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (desde 1978), para a arqueologia romana outra vez Conímbriga e o Campo Arqueológico de Braga (desde 1976), para a arqueologia medieval o Campo Arqueológico de Mértola (também desde 1978).

A consolidação e a evolução deste campo português do património não é, claro,

inteiramente compreensível sem olharmos para as transformações entretanto ocorridas na administração do património. E eis o que me permite passar do terceiro plano do meu temário – focado nos saberes – para o quarto e penúltimo, respeitante às práticas e organizações.

Neste plano, pretendo chamar a atenção para que me parecem ser cinco questões críticas, na formação de uma nova relação com o património, no contexto da democracia: a organização da administração pública; o estatuto e as funções dos museus; a relação do património edificado com o seu contexto; a cooperação internacional na área do património; e a mais recente revalorização do chamado património imaterial.

São vários os pontos que estruturam o debate e a ação política em torno da administração pública do património; e na generalidade deles, não se pode falar de uma tendência clara nos processos de decisão, antes de oscilações cíclicas e soluções ainda não consolidadas⁷. Do ponto de vista dos setores e agentes culturais, havia por assim dizer um irritante: a permanência da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que não só carregava a reputação negativa, mesmo que eventualmente exagerada, da sua associação passada a técnicas expeditas de manutenção de património a golpes de cimento, como significava a retirada à administração cultural de parte dos recursos que deveriam estar no seu raio de ação. A questão acabou por resolver-se. Não na lógica da gestão cultural, mas sim na de extinção de serviços públicos por razões organizacionais e orçamentais, com o fim daquela Direção Geral, em 2007, e a subsequente transferência da parte relevante das suas competências e recursos para a área da cultura.

O segundo ponto de organização diz respeito à relação entre as administrações do património edificado e do património móvel. No quadro da política voluntarista de fundação de um Ministério da Cultura forte, entre 1995 e 2002, a autonomização das várias valências levou à coexistência de um instituto direcionado para o património arquitetónico, outro para os museus, outro para a fotografia, outro para a arqueologia e outro para a conservação e restauro, para além da existência própria de um instituto para os arquivos e das responsabilidades patrimoniais da Biblioteca Nacional. Mas, quer no início quer no fim do ciclo de 40 anos que consideramos, de 1974 até ao presente ano de 2014, o que acabou por prevalecer foi a gestão conjunta do património cultural, edificado e móvel, num único mega-serviço público.

O terceiro ponto, enfim, tem a ver com as modalidades concretas de gestão dos concretos equipamentos e sítios sob tutela patrimonial. Também aqui as tendências políticas gerais tiveram uma influência determinante: se, no início das instituições democráticas, o estatuto público era engrandecido e tudo o que parecesse privado se tornava suspeito, os anos de 1980 marcaram uma viragem no sentido da convocação dos municípios para a assunção de maiores responsabilidades na administração cultural e em parcerias com o Estado; e o atual contexto, que já vem da viragem do século, de “privatização”, isto é, de valorização da participação privada na provisão de bens públicos ou semipúblicos também influenciou bastante a área cultural, a qual, em certos aspetos, foi até pioneira. Não se deve esquecer ainda que, muito logicamente, a política

⁷ Três relatórios úteis para quem quiser compreender melhor a política e a administração do património são SANTOS, 1998, GOMES e MARTINHO, 2012 e GARCIA, 2014.

e a administração cultural logo se contaram entre as competências descentralizadas para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Mas os elementos propriamente culturais dos modelos de gestão não devem ser descurados. Os palácios nacionais devem ser considerados mais como museus ou como património edificado? Os museus ganham ou não com a associação de parceiros locais, desde públicos como as câmaras municipais até privados, como empresas, em fundações de direito privado e pública missão? A gestão de equipamentos locais de pequena e média dimensão, como sítios arqueológicos, mosteiros ou castelos, deve ser ou não concessionada a microempresas locais – ou então atribuída aos municípios, ou redesenhada segundo fórmulas mistas? Deve ou não ser prosseguida a política de recuperação de monumentos em operações de hotelaria e restauração – e designadamente no quadro das Pousadas de Portugal – e, se deve, que áreas hão de ser salvaguardadas para usufruto público e em que condições? Ou, em complemento ou alternativa, deve assegurar-se o uso, manutenção e acessibilidade pública de monumentos – como antigos mosteiros ou conventos – através da sua disponibilização a grupos e comunidades, por exemplo religiosas, ou então culturais, de fins não mercantis (como viria a acontecer parcialmente, quanto à colaboração com religiosas, no Mosteiro de Tibães)?

Claro que há uma questão de eficiência técnica – e também das rotinas e interesses próprios das administrações e seus agentes e interlocutores – em todos estes pontos. Mas seria cegueira não notar que na raiz de cada um deles está presente uma representação, no duplo sentido da palavra – uma interpretação e uma expressão pública – do que é o património nacional e como é que se liga com a nossa ou as nossas identidades.

Qualificação dos equipamentos, dos acervos e da organização e democratização do acesso (com a correlativa fidelização e formação de novos públicos) parecem ser as tendências mais destacadas na evolução dos museus portugueses. Vale também a pena referir várias formas e direções de extensão e aprofundamento da instituição museal e do trabalho museológico, autonomizando o processo de constituição de ecomuseus e outros museus comunitários, a instalação do Museu Nacional de Etnologia e o seu programa (até por contraste com a degradação e o impasse em que caiu o Museu de Arte Popular), o Centro de Arte Moderna José Azeredo Perdigão, a Fundação e o Museu de Arte Contemporânea de Serralves, o Museu Berardo e outros esforços de alargamento da capitalização nacional em arte moderna e contemporânea.

Não obstante, para a problemática do presente roteiro de investigação, os três movimentos mais decisivos no desenvolvimento do panorama museológico português talvez sejam (juntamente com a já atrás referida evolução da museologia e da formação e profissionalização dos conservadores e outros técnicos) os três seguintes. Por um lado, o programa, ainda incompleto mas com resultados bem visíveis, de qualificação arquitetónica e técnica dos museus nacionais, como atestam o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Arte Contemporânea (do Chiado), o Museu Nacional Soares dos Reis ou (talvez o mais transformador) o Museu Nacional Machado de Castro. Por outro lado, o lançamento e a concretização, desde 2000, da Rede Portuguesa de Museus, e o programa de qualificação do funcionamento que lhe é subjacente, permitindo distinguir claramente os museus de outros núcleos e formas de coleção e exposição permanente, estabelecer um padrão normativo e de boas práticas para o serviço público prestado, facilitar a comunicação e colaboração entre os museus e

incentivar processos de qualificação. Final e especificamente, a progressiva generalização dos serviços educativos e das atividades pedagógicas e de animação de públicos infanto-juvenis (e/ou, noutro registo, de famílias ou adultos seniores). Deste ponto de vista, é aliás interessante notar que, de acordo com os últimos dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística, os museus constituem o único grande equipamento cultural cuja frequência ainda não se ressentiu dos efeitos da crise económica que começou em 2008 (GARCIA, 2014: 108).

Já quanto ao património edificado, e sobretudo em comparação com a situação vigente à data do 25 de abril de 1974, as mudanças críticas parecem estar na sua ligação com os contextos e as políticas urbanas. Podemos assinalá-las em três vagas, ilustrando cada uma delas com casos paradigmáticos.

O primeiro é o de Braga – e da formação (em 1977) e ação da ASPA, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, uma associação cívica e cultural independente dos poderes locais. Braga experienciou, nos anos 1970 e 1980, uma expansão urbana intensa e rápida, e uma correlativa explosão da construção imobiliária para habitação e de reordenamento das redes viárias. O que provocou um conflito, por vezes agudo, entre, de um lado, a lógica económica de exploração de oportunidades e maximização dos proveitos, amparada por uma política autárquica muito interessada em atração de gente e capital, e, do outro lado, o passado e a riquíssima herança patrimonial da cidade, centro importantíssimo no período da romanização, e a consciência cívica, em particular junto de intelectuais e da Universidade do Minho, em seu favor ou defesa. A salvaguarda de Bracara Augusta, face às ameaças contidas no processo de urbanização, foi durante vários quinquénios um tópico maior da movimentação social e da luta política na cidade.

A segunda vaga, que se faz sentir também logo a partir dos últimos anos 1970, é de sinal bem diverso. O maior símbolo é Évora – e o modo como a autarquia aproveitou a riqueza patrimonial do centro histórico da cidade e o integrou num processo de afirmação nacional e internacional. A consagração deste centro histórico como património mundial da humanidade, em 1986 – a par do centro de Angra do Heroísmo e 10 anos antes do Porto e 15 anos antes de Guimarães – veio coroar essa estratégia. Ela foi dos primeiros lances bem-sucedidos de fazer do património não só um ativo identitário (a unidade da cidade, a singularidade da cidade), como também um recurso turístico, económico e político. O desenvolvimento do Campo Arqueológico de Mértola, beneficiando da convergência de esforços entre investigadores universitários e autarcas, insere-se nesta mesma lógica. A aura de “autenticidade” associada ao património (edificado, móvel e imaterial) constituiu, por outro lado, um dos motivos principais dos consumos culturais ditos pós-modernos (cf. FORTUNA, 1999, 47-71, a propósito justamente de Évora e Coimbra).

Uma terceira vaga pode ser datada de anos mais recentes – talvez já deste século XXI. Ela está associada à mudança de paradigma das políticas culturais no sentido da valorização da chamada economia da cultura. O património havia rapidamente constituído uma das razões de ser e das áreas da ação das autarquias locais, à medida em que, desde meados dos anos 1980, elas foram dispendo de recursos e orientações favoráveis ao pleno desenvolvimento de políticas culturais. O que é novo, duas décadas passadas sobre esse limiar, é a disseminação do princípio de que ele pode também

constituir um recurso económico decisivo – seja para processos de reabilitação e requalificação urbana, seja para a afirmação de distritos ou quarteirões culturais, seja para a atração de novos residentes, seja para o turismo (cf. SILVA, BABO & GUERRA, 2013). O já analisado movimento cultural e científico no sentido de privilegiar uma abordagem sistémica e contextual do património só podia favorecer esta disseminação. Valorizando, não apenas este ou aquele monumento, mas também a sua inscrição num território e o conjunto que forma com outros bens e valores patrimoniais, com os sítios e os seus habitantes, a lógica patrimonial pode articular-se produtivamente com outras dimensões de intervenção e, em particular, das políticas locais. As operações integradas de qualificação regional em torno de sítios patrimoniais – como o programa das Aldeias Históricas, lançado nos anos 1990 e as mais recentes redes e itinerários entre monumentos e sítios (as rotas do românico, de Cister, das judiarias, das linhas militares, etc.) são exemplos elucidativos deste potencial identitário, económico para além de cultural, do património edificado.

O conteúdo deste tema – a organização e as práticas em torno do património – não ficará esgotado se não fizermos duas referências finais, ainda que breves.

A primeira é a cooperação internacional, conduzida quer pelas autoridades públicas, quer por instituições privadas. Nem que seja pelo seu valor simbólico – e extremamente funcional para aquela metamorfose operada ao longo da democracia, que permitiu olhar para os resultados da ocupação portuguesa já não tanto como símbolos de opressão passada e mais como promessas de colaboração futura – foram e são muito importantes, do lado do esforço público e de cooperação Estado a Estado, o projeto de cooperação entre Portugal e Cabo Verde em torno da recuperação da Cidade Velha da Praia; e, do lado da intervenção privada, o empenhamento da Fundação Gulbenkian no desencadeamento, monitorização e financiamento da recuperação de antigas fortalezas e igrejas portuguesas na Ásia, na África e na América Latina⁸, assim como o lançamento do portal HPIP, Influência Patrimonial Portuguesa, na sequência da realização, entre 2007 e 2012, do projeto editorial *Património de origem portuguesa no mundo: arquitetura e urbanismo*, dirigido por José Mattoso.

A segunda referência é ao património imaterial e, em particular, ao património musical português. A recente integração, em 2011, do fado de Lisboa na lista da UNESCO veio dar-lhe grande visibilidade. Mas não é menos crítico, embora naturalmente menos visível, o trabalho que vem sendo desenvolvido em torno de outro património musical popular – sobretudo através da consolidação, entre nós, da etnomusicologia. E mereceria, por si só, um estudo próprio o processo de formação de novas gerações de fadistas, muito diversas das tradicionais, assim como de cantores de outras formas tradicionais (como o cante alentejano) e as audiências, designadamente urbanas e juvenis, que vêm conquistando. Insisto no meu temário: é também uma questão de identidade – da relação dos portugueses consigo próprios, a sua história e o seu presente – que está aqui em causa.

Quanto ao património musical erudito, mais do que realçar a política de edições patrocinada por organismos do Ministério ou Secretaria de Estado da Cultura – ela

⁸ Empenhamento que remonta a 1958, isto é, logo dois anos após o nascimento da Fundação.

mesma pouco estruturada ao longo dos anos – importa destacar, de um lado, os esforços de colocação na agenda programática de concertos de autores barrocos e românticos portugueses e, por outro, os movimentos de valorização desse património, de que um bom exemplo é o recente Movimento Patrimonial pela Música Portuguesa, fundado em 2009.

O Côa como epítome

Um dos factos que marcaram o ano de 1995 foi a polémica em torno da defesa das gravuras rupestres do Côa. Já antes haviam ocorrido, em Portugal, e tornaram a ocorrer depois debates públicos acesos sobre questões patrimoniais. Por exemplo, certas intervenções arquitetónicas de requalificação de monumentos ou sítios históricos, ou a construção do Centro Cultural de Belém em plena Praça do Império, a curta distância do Mosteiro dos Jerónimos, despertaram interesses e paixões.

O Côa foi contudo único, na sua excecionalidade e na sua intensidade (cf. GONÇALVES, 2001). A então empresa pública de eletricidade, EDP, construía uma nova barragem, na foz do rio, que provocaria a submersão das gravuras. A existência destas era já do conhecimento do instituto público responsável pelo património, o IPPAR, que contudo revelou incúria, deliberada ou não, no tratamento da questão. O grito de alerta para a importância única das gravuras rupestres partiu de investigadores e académicos. A EDP procurou negar essa importância e sustentar a legitimidade de prosseguir a obra, com base em pareceres técnicos contratados a especialistas estrangeiros. A comunidade académica internacional mobilizou-se; e a tese dos que defendiam a relevância mundial das gravuras acabou por obter vencimento. Entretanto, o governo em funções apoiava o prosseguimento da construção da barragem, o que, na vizinhança de eleições que podiam ditar o fim de 10 anos ininterruptos do governo de um partido, o PSD sob liderança de Cavaco Silva, veio dar à polémica uma componente adicional de natureza política, muito aguda. Tanto mais que o principal partido da Oposição, o Partido Socialista e o seu secretário-geral e candidato a primeiro-ministro, António Guterres, se colocaram do lado da preservação das gravuras.

A questão era, pois, patrimonial: o que fazer perante a riqueza descoberta, o que fazer com este legado que vinha ter connosco a partir de dezenas de milhares de anos antes de Cristo? Era científica: qual era realmente o valor destas gravuras, qual a sua autenticidade, qual a sua singularidade no contexto mundial? E era política: como decidir entre o interesse de construção de uma barragem, já em curso, de que se esperava aumento da capacidade de produção hidroelétrica e de transvase de água - e, no imediato, emprego local - e o património único do maior conjunto de gravuras rupestres paleolíticas ao ar livre do mundo, até então conhecido? E tudo isto em conjuntura eleitoral; tudo isto face a uma população receosa de que a suspensão da construção significasse menos oportunidades económicas no presente e no futuro.

Conhecemos bem o processo – que compreendeu aspetos de movimento social em defesa das gravuras e um aceso debate em torno dos princípios e dos métodos do desenvolvimento local e regional. Assim como conhecemos o desenlace: os socialistas ganharam as eleições legislativas e uma das decisões do novo governo – que recriava, 10 anos depois, o Ministério da Cultura – foi suspender a barragem, optando pela preservação das gravuras a céu aberto e prometendo o seu tratamento científico,

técnico e museológico *in situ*. Em 1998, a UNESCO incluiu as gravuras na lista do património mundial. Sabemos também que, depois de um longo período de avanços e recuos, no qual se desfizeram as ilusões de rápido dinamismo do concelho mercê de visitantes e turistas, o Museu do Côa abriu finalmente as portas em 2010, assumindo a forma jurídica de uma fundação que reúne organismos públicos da cultura, ambiente e turismo e autarquias locais. À data em que escrevo (maio de 2014), encontra-se ainda sujeito a vicissitudes que põem em dúvida a sua sustentabilidade, em condições compatíveis com a riqueza do sítio patrimonial de que é bandeira.

O processo do Côa é uma espécie de epítome das múltiplas dimensões que as questões patrimoniais assumem, numa democracia. Até nos poderia conduzir para além da fronteira, arbitrária como as fronteiras costumam ser, a que obedecemos neste texto, porque permitiria ligar o património cultural ao património natural. Mesmo que fiquemos, como ficaremos, apenas do lado cultural, o caso do Côa é paradigmático. Pelo menos, ilustra os pontos-chave da problematização que aqui tentei esboçar, para eventual benefício de investigadores interessados no aprofundamento teórico e empírico destas questões.

Em primeiro lugar, e por contraste com o salazarismo, a impossibilidade de uma leitura oficial e única do significado de um conjunto patrimonial. Ou, dito talvez com maior precisão, a diversidade e conflitualidade entre processos alternativos de codificação de certos traços (aqui, mesmo nos dois sentidos, literal e metafórico) como herança, valor e obrigação de cuidado e transmissão.

Em segundo lugar, a relação entre património (o que ficou do passado, o que o passado nos transmitiu, o que temos disponível para nosso usufruto e recriação) e identidade (o que devemos do que somos ao que fomos, o que permanece do que fomos no que somos, o que seremos com o que fomos e o que somos). Mas já não ao modo essencialista e primordialista de todos os regimes que querem fazer da história a caução originária do que são, e por isso impõem normativamente e, se necessário, repressivamente uma ortodoxia formal ou oficiosa, mas sim como várias interpretações possíveis da vinculação, da espessura histórica da comunidade que coletivamente constituímos.

Em terceiro lugar, a procura de uma singularidade não essencial, quer dizer, não decorrendo de um qualquer suposto caráter ou natureza ontológica (do “ser português” tornado “Portugal como ser”), mas sim pelas combinações circunstanciais e contingentes, sempre únicas, dos múltiplos fatores e eixos que se encontram e interpenetram no processo histórico.

Em quarto lugar, o valor acrescentado por essa singularidade contingencial, projetada sobre o espaço mundial.

Em quinto lugar, os fundamentos científicos, profissionais e técnicos do saber e da prática patrimonial, também eles sujeitos a prova, contestação, debate, revisão, também eles plurais.

Em sexto lugar, a conservação e o usufruto do património, no duplo critério da qualificação e da divulgação, da conservação que pode implicar restrições à acessibilidade e da democratização como consagração do direito ao usufruto público independentemente de condição e estatuto – e a resposta museológica a estes problemas.

Em sétimo lugar, a ligação, nem sempre fácil, muitas vezes tensa, dividida entre

interesses contrários e legítimos, do património às populações, à sua economia, à sua cultura, à sua consciência, às suas aspirações. Isto é, a dupla relação entre património e território: porque o património só ganha sentido quando interpretado em conjunção com o território em que ganhou forma e em que perdurou; e porque o património só ganha futuro quando é assumido pela comunidade que habita e refaz agora o território.

Por último e principalmente, a enunciação e a discussão democrática – pública, confrontacional, argumentativa – de todas estas dimensões. E a possibilidade da sua formulação e resolução num processo de decisão que possa ser participado, compreendido e decidido pela sociedade enquanto tal.

Qualquer que seja a margem em que cada um/a de nós se tenha encontrado, e o juízo que cada um/a faça dos termos da decisão e do mérito do caminho seguido desde ela e da bondade ou alcance dos resultados produzidos, o caso das gravuras rupestres do Côa constituiu o momento mais alto de discussão pública, de escrutínio científico e técnico e de envolvimento social no problema - que, como o presente ensaio procurou mostrar, vai bem fundo na cultura coletiva - da nossa relação com o património. E que esse momento tenha ocorrido em democracia fez toda a diferença. A começar por este facto singelo: não seria possível ocorrer senão em democracia.

Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*, Oeiras, Celta Editora.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio (2001), “Identidade nacional – algumas achegas ao debate português”, *Semear. Revista da cátedra Padre António Vieira de estudos portugueses*, 5, pp. 151-165.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner (2011), *Obra poética*, 2.^a ed, Lisboa, Editorial Caminho [1.^a ed., Lisboa, 1990-1991].

AREAL, Leonor (2011), *Cinema português. Um país imaginado*, vol. II, Lisboa, Edições 70.

BÉGHAIN, Patrice (1998), *Le patrimoine. Culture et lien social*, Paris, Presses de Sciences Po.

BENHAMOU, Françoise (2001), *L'économie de la culture*, 3.^a ed. rev., Paris, La Découverte [1.^a ed., Paris, 1996].

BRANCO, Jorge Freitas (2000), *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan e BRANCO, Jorge Freitas (2003), “Folclorização em Portugal: uma perspectiva”, in CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan e BRANCO, Jorge Freitas (orgs.), *Vozes do povo. A folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-21.

FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*, Oeiras, Celta Editora.

GARCIA, José Luís (coord.) (2014), *Mapear os recursos, levantamento da legislação, caracterização dos atores, comparação internacional. Relatório final*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

GOMES, Sérgio Alexandre da Rocha (2011), *O passado, a identidade e as teias do governo. Estudos sobre as práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção*

da identidade nacional salazarista, dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras.

GOMES, Rui Telmo e MARTINHO, Teresa Duarte (2012), *Compendium. Cultural policies and trends in Europe. Country profile: Portugal. Last profile update: june 2011*. Disponível em <http://www.culturalpolicies.net>.

GONÇALVES, Maria Eduarda (coord.) (2001), *O caso de Foz Côa. Um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa, Edições 70.

GUILLAUME, Patrick (2003), *A política do património*, trad., Porto, Campo das Letras [ed. orig., Paris, 1980].

LOURENÇO, Eduardo (2014), *Do colonialismo como nosso impensado*, org. de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, Lisboa, Gradiva.

PESSOA, Fernando (2010), *Livro do desassossego*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa, Imprensa Nacional.

POIRIER, Jacques (1996), « Effacement ou conservation : les deux visions du patrimoine », *Hermès*, 20, pp. 103-107.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

SILVA, Augusto Santos (2000): *Cultura e desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre ser e agir*, Oeiras, Celta Editora.

SILVA, Augusto Santos, BABO, Elisa Pérez e GUERRA, Paula (2013), “Cultural policies and local development: the Portuguese case”, *Portuguese journal of social science*, 12 (2), 2013, pp. 113-131.

o m t a o

Arqueologia

Programa

22 Abril | Investigação e Património Arqueológico: Projetos de Abril

Visitas de estudo: Coordenação de Maria de Jesus Sanches (FLUP)

8:30H Partida da FLUP

Circuito 1

- Castro de Monte Mozinho - Teresa Soeiro (FLUP/CITCEM)
- Museu de Penafiel - Maria José Ferreira dos Santos (MMPNF)
- *Bracara Augusta* - Manuela Martins (UM)
- Museu D. Diogo de Sousa - Maria José Sousa (MDDS) e Rui Morais (FLUP)

Circuito 2

- Tongobriga - Lino Tavares Dias (CITCEM)
- Monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira - Maria de Jesus Sanches (FLUP)
- Museu de Baião - Carla Stokler (MMB)

23 Abril | Workshop: **Arqueociências**

Coordenação: Rui Morais (FLUP) e Sérgio Monteiro Rodrigues (FLUP)

Local: FLUP - Anfiteatro Nobre

9:30H Recepção dos participantes

10:00H Painel 1: Cromatografia

Estudos de Cromatografia aplicados à arqueologia romana: apresentação de resultados preliminares — César Oliveira (Centro de Química da UM) e Rui Morais (FLUP)

14:30h Painel 2: Geoarqueologia

Geo e bio-indicadores: na busca dos ambientes onde o Homem viveu — Helena Granja (CIIMAR/UM)

15:00H Painel 3: Arqueozoologia

Antes do 25 de Abril: As "Revoluções Agrícolas" em Inglaterra e em Portugal — Simon J. M. Davis (DGPC - Laboratório de Arqueociências)

16:30H | Painei 4: Antropologia Física*Contributos da Antropologia biológica para a Arqueologia* — Eugénia Cunha (UC)**24 Abril | Colóquio: Arqueologia em Democracia**Coordenação: Teresa Soeiro (FLUP/CITCEM) e Mário Jorge Barroca (FLUP)
Local: FLÚP - Anfiteatro Nobre**9:30H** Recepção dos participantes**10:00H** Painei 1: **Instituições**

Moderação: Mário Barroca (FLUP)

- *A tutela da atividade arqueológica em Portugal: balanço e desafios* — Francisco Sande Lemos e Paulo Amaral (DRCN)
- *Quatro décadas de arqueologia municipal* — António Manuel Silva (Arqueólogo na administração local)
- *A prática da arqueologia em contexto empresarial: a experiência da Arqueologia e Património* — Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca (Arqueologia e Património)
- *Uma associação de defesa do património: a ASPA* — Eduardo P. Oliveira (ASPA) e Henrique Barreto Nunes (ASPA)
- Debate

14:00H Painei 2: **Ensino**

Moderação: Maria de Jesus Sanches (FLUP)

- *Ensino da Arqueologia (antes e depois de Abril)* — Jorge Alarcão (FLUC)
- *A Arqueologia no Porto para cá e para lá do sétimo dia das calendas de Maio* — Armando Coelho (FLUP)
- *Ensino da arqueologia na Galiza entre o franquismo e hoje* — Fernando Acuña Castroviejo (USC)
- *Estudantes de Abril, professores de hoje: um percurso pessoal* — Carlos Fabião (FLUL)
- Debate

17:00H Painei 3: **Projetos de Abril**

Moderação: Teresa Soeiro (FLUP/CITCEM)

- *Do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira à experiência de Vila Nova de Foz Côa: 35 anos da arqueologia... que Abril abriu* — Vítor Oliveira Jorge (FLUP)
- *Escavações de Monte Mozinho (1974-1998): Projeto territorial e lugar de encontro de Callaecia* - Teresa Soeiro (FLUP/CITCEM) e Francisco Calo Lourido (MPG)
- *Bracara Augusta* — Manuela Martins (UM)
- *Tongobriga: do século de Augusto ao obscurantismo...* — Lino Tavares Dias (CITCEM)
- Debate

Estudos de cromatografia aplicados à arqueologia romana: apresentação de resultados preliminares¹

César OLIVEIRA
U.M. /CENTRO DE QUÍMICA
Rui MORAIS
UP/FLUP
UC/UI&D-CECH

Resumo

Neste estudo apresentam-se os resultados das análises por cromatografia gasosa com espectrometria de massa acoplada (GC/MS) aos resíduos orgânicos presentes em contentores cerâmicos como ânforas, potes meleiros e colmeias. A interpretação dos resultados obtidos permitiu revelar pistas sobre o conteúdo original destes contentores.

Palavras-chave

Potes meleiros e colmeias em cerâmica, ânforas, resíduos orgânicos, cromatografia gasosa com deteção por massa (GC/MS)

Abstract

In this study we present the results of the chromatographic analysis (GC/MS) on the organic residues present in ceramic containers as amphorae, honeypots and ceramic beehives. The interpretation of the results obtained reveals clues on the original contents of these containers.

Keywords

Honeypots and ceramic beehives, amphorae, organic residues, gas chromatography with mass detection (GC/MS)

1. Introdução

Seguindo as tendências mais recentes da arqueologia, o estudo do espólio arqueológico deve realizar-se numa multiplicidade de vertentes, destacando-se a caracterização dos resíduos orgânicos presentes em artefactos, particularmente os cerâmicos. Sendo as cerâmicas materiais porosos apresentam uma espécie de memória

¹ Este estudo foi realizado no âmbito do projeto “Diálogo entre Ciências - Análise multidisciplinar das condições de navegabilidade e ancoragem durante o período Romano (Esposende)” - PTDC/EPH-ARQ/5204/2012 (Navancor) - financiado pela FCT.

ancestral por preservarem no seu interior vestígios das substâncias orgânicas com os quais estiveram em contacto. Tendo em conta o interesse desta problemática iremos apresentar os resultados obtidos através da análise por cromatografia gasosa com espectrometria de massa acoplada (GC/MS) a resíduos orgânicos presentes em diferentes contentores cerâmicos, como ânforas, potes meleiros e colmeias.

2. Ânforas, potes meleiros e colmeias em cerâmica. perspetiva arqueológica

2.1. Ânforas *Haltern 70*

Descobertas arqueológicas no sítio da foz da ribeira do Peralto (Marinhas, Esposende, Norte de Portugal) evidenciaram a presença de vários testemunhos de ocupação romana. De entre eles, destaca-se um número elevado de fragmentos de cerâmicas béticas provenientes de um naufrágio datado da época de Augusto, recolhidos em 2005 na faixa da baixa mar de Rio de Moinhos, em Esposende. Na grande maioria trata-se de ânforas béticas, com predomínio da forma *Haltern 70*, conhecida por transportar uma gama variada de produtos. Como complemento desta carga recolheram-se ainda alguns fragmentos de ânforas de produção gaditana do tipo *Dressel 7-11* e de ânforas do Guadalquivir de tipo *urceus*, associadas a cerâmicas comuns igualmente béticas, e alguns poucos fragmentos de paredes finas itálicas (Etrúria) datáveis da época de Augusto.

O predomínio de *Haltern 70* neste naufrágio não surpreende. Na verdade, estas ânforas são abundantes em toda a fachada atlântica, com particular destaque no Noroeste Peninsular, área onde se constata uma proporção extraordinariamente alta, podendo atingir, em determinados locais, cerca de 60 a 70 % do total (Carreras e Morais 2012: 431; 433, fig. 11). Com forma e cronologias bem definidas, situadas entre 60/50 a. C. e os finais do século I/inícios do século II, estas ânforas, tradicionalmente associadas ao transporte de vinho bético, transportavam – segundo os *tituli picti* e as análises de conteúdo - uma gama variada de produtos, designadamente derivados de uva (*defructum*, *sapa*), azeitonas (em *defructum*) e *muria* (Carreras e Morais 2011: 44). De entre estes produtos predomina o *defructum*, uma espécie de mosto cozido que tinha a vantagem de ser usado como conservante das azeitonas, mas também como enriquecedor de mostos com baixo teor de glicose e como edulcorante e conservante de outros frutos, para além das suas qualidades terapêuticas e até como alimento de animais, como as abelhas e caracóis (*id ibidem*).

2.2. Ânforas de tipo *urceus*

Como é habitual nos naufrágios béticos (Fernández Izquierdo *et alii* 2008: 244), foram encontradas ânforas de outras tipologias, consideradas cargas secundárias. É o caso de ânforas béticas de fundo plano de tipo *urceus*. Estas ânforas foram previamente identificadas a partir do material recolhido em *Bracara Augusta* (Braga) e de outros sítios arqueológicos na costa portuguesa (Aljube – Porto; Monte Castelo – Matosinhos) e galega (Santa Tecla e Castro de Vigo) e inclusivamente em zonas interiores, como sucede com o Castelo da Lousa (Mourão, Évora), (Morais 2007: 401-415; 2008: 281-313; 2010: 181-218). No naufrágio bético Sud-Perduto 2 (Cabo Bonifácio), datado do período de Augusto (Bernard 2008: 461-471), foram recuperadas ânforas completas deste tipo com três variantes distintas de bordo. O fragmento de bordo recuperado

no naufrágio de Rio de Moinhos enquadra-se na variante 1, a mais habitual, que se caracteriza por possuir um bordo saliente e engrossado. Na ficha-tipo elaborada no âmbito do projecto “Amphorae ex Hispania” esta ânfora está datada entre 20 a. C. e 50 d. C., com predomínio no período de Augusto/Tibério, e atribui-se um conteúdo vínico. Como aí ficou expresso, conhecem-se dois módulos, sendo que o de maiores dimensões (e o mais habitual) podia transportar cerca de três litros (Fig. 1).

2.3. Ânforas lusitanas

Além das ânforas de origem bética, provenientes do naufrágio acima referido, decidimos analisar quatro exemplares de origem lusitana, recolhidos no noroeste da Península: uma ânfora ovóide, uma ânfora afim à *Dressel 7-11* e duas ânforas *Dressel 14*. Se as duas últimas tipologias são bem conhecidas da bibliografia arqueológica o mesmo não ocorre com as ânfora ovóides. Efetivamente, a identificação de ânforas ovóides lusitanas datadas a partir de meados do século I a.C. em contextos estratigráficos identificados no Castelo da Lousa (Mourão, Évora) e no Aljube (Porto) permitiu constatar uma maior antiguidade das produções de ânforas romanas nesta província (Morais 2004: 36-40). A par destes locais foram identificados outros sítios arqueológicos situados na fachada atlântica com ânforas afins, em particular na costa galega (Castro de Panxón; Montecastro e Castro de Vigo), e na região entre os rios Minho e Douro (Castro de Santa Luzia, Castro da Teronha – ambos em Viana do Castelo; Porto, rua da Banharia; Castro de Fiães, Vila da Feira). Posteriormente foram publicados diversos conjuntos com as mesmas características formais e enquadráveis nestas produções mais antigas (Quaresma e Calais 2005: 403-428; Arruda *et alii* 2006: 233-251; Pimenta *et alii* 2006: 299-316; Morais e Fabião 2007: 127-133; Filipe 2008a; 2008b: 301-324; Mataloto 2008: 123-147).

Provavelmente inspiradas em tipologias itálicas e béticas, estas ânforas apresentam uma grande variabilidade formal, própria de um momento inicial de produção e experimentação. Regra geral, caracterizam-se por possuir bocais e asas curtas, podendo o corpo apresentar uma forma tendencialmente ovalada ou mais ou menos cilíndrica, à semelhança das conhecidas ânforas béticas *Haltern 70* de produção mais antiga, incluindo as designadas “small variant”. Alguns fragmentos apresentam características formais muito idênticas às primeiras produções do tipo *Dressel 14* (var. A de Mayet e Silva 2002), e parecem enquadrar-se na chamada forma Lusitana 12 da tipologia de Dias Diogo (1987: 179-191). Estas afinidades formais levaram a que um dos proponentes deste estudo sugerisse que algumas destas ânforas pudessem ser o resultado da imitação das *Haltern 70* béticas e evoluído para a chamada variante A da *Dressel 14* (Morais 2004: 36-40, fig. 35). De acordo com os fabricos estas produções mais antigas devem provir de olarias situadas ao largo dos rios Tejo e Sado, com provável predomínio para as produções sadinas. Fora destas áreas produtoras, conhece-se ainda uma olaria em Peniche no sítio do Morraçal da Ajuda, cujo momento inicial de laboração remonta ao período de Augusto (Cardoso e Rodrigues 2005: 83-102; Cardoso *et alii* 2006: 253-278).

Como iremos ver, à semelhança das produções mais recentes afins às ânforas *Dressel 7-11* e de tipo *Dressel 14*, é natural pensar-se que estas ânforas se destinavam ao transporte de salgas de peixe e seus derivados.

2.4. Potes meleiros e colmeias

A par dos produtos tradicionalmente transportados em ânforas - como o vinho, o azeite e os preparados piscícolas - o mel era considerado um dos principais produtos alimentares de época romana. Os primeiros testemunhos de contentores para o transporte do mel datam, no entanto, da Idade do Bronze, como comprovam frescos egípcios da XV dinastia (meados do II milénio a. C.) e algumas tabuinhas de Linear B micénicas (2ª metade do II milénio). Outros tipos de contentores usados no transporte do mel são referidos em papiros da época ptolemaica (Bortolin, 2008). Aqueles recuperados pela arqueologia são de época romana e bizantina. A sua identificação é possível graças às inscrições (grafitos e *tituli picti*), na sua maioria presentes em formas de ânforas usadas para o transporte de vinho.

Para além do comércio do mel em ânforas e outros contentores de transporte a média e longa distância, este produto era também conservado e comercializado a nível local ou regional em *instrumenta domestica*, a maior parte dos quais em contentores multifuncionais e de reutilização secundária sem características específicas que os distingam quanto à sua funcionalidade. Mau grado a dificuldade em reconhecer os recipientes usados no transporte e conservação do mel, são conhecidas formas específicas, especialmente adaptadas para este fim, documentadas na Península Ibérica, no Centro Norte de Itália e em toda a bacia do mediterrâneo. Estes caracterizam-se por possuir um característico ressalto muito saliente (mais raramente dois) em forma de aba ou “pestanda”, frequentemente situada a cerca de um terço da parte superior do pote ou na proximidade da boca. De acordo com paralelos etnográficos documentados na Península Ibérica e em Creta, esta característica formal parece diretamente ditada por duas razões de ordem prática: criar um canal de água em torno da parte superior do bojo para impedir que insetos como as formigas cheguem ao produto e, por outro lado, evitar que este escorra ao longo das paredes.

A par destes recipientes sabemos que no mundo antigo, pelo menos a partir do IIIº milénio, se utilizavam colmeias de terracota posicionadas na horizontal. No mundo romano este tipo de colmeias são referidas em Varrão (*RR.* III, 16.16-17) e Columela (*RR.* IX, 6. 1-4) e estão bem documentadas pela arqueologia. Na região de Valência, a recolha de um vasto conjunto de colmeias em cerâmica datáveis da época ibérica, pelo menos desde finais do século III a. C., e do período romano alto-imperial (Bonet Rosado e Mata Parreño, 1995: 277-285) permitem demonstrar a importância económica da apicultura na Península naquelas épocas. São peças cilíndricas, entre 24 e 29 cm de diâmetro e uma altura entre 53 e 58 cm, que se caracterizam por possuírem bordos muito diferenciados e uma superfície interna propositadamente estriada para facilitar a aderência dos favos (id. 280). Estudos etnográficos têm demonstrado que continua em uso, em particular nalgumas regiões do mediterrâneo oriental (Grécia, Chipre, Egipto, Jordânia, Síria, Palestina), (Bartolin 2008: 82-83).

A contextualização arqueológica destas colmeias, juntamente com o estudo comparativo de outras ainda em uso na ilha de Chipre, indica que se dispunham separadas ou empilhadas diretamente sobre o solo ou colocadas em cima de muretes; posteriormente seriam fechadas com tampões de cortiça, madeira, cerâmica ou barro, deixando-se um pequeno orifício para permitir a entrada das abelhas, e seladas nas juntas com barro ou esterco para uma melhor aderência e, simultaneamente evitar a

intrusão de insetos ou de outros animais (Bonet Rosado e Mata Parreño, 1995: 280-281).

3. Ânforas, potes meleiros e colmeias em cerâmica. Perspetiva química.

3.1. Análise dos resíduos orgânicos

As cerâmicas são obtidas pela moldagem, secagem e cozedura de argilas. Estas apresentam uma estrutura laminar, podendo cada partícula de argila adsorver várias camadas de moléculas de água, e juntamente com esta, compostos orgânicos solúveis. As espécies uma vez absorvidas encontram-se imobilizadas entre as camadas de argila, minimizando o contacto com a atmosfera oxidante e reduzindo os processos de degradação natural dos materiais orgânicos. Desta forma as argilas apresentam “memória ancestral” por preservarem na sua estrutura vestígios do conteúdo original destes contentores.

Para efetuar a análise dos resíduos orgânicos retirou-se por raspagem cerca de 0,2 a 0,6 g de material cerâmico. Os materiais resultantes foram triturados num almofariz de ágata e os resíduos orgânicos extraídos sequencialmente num aparelho Soxhlet durante 24 h com diclorometano e metanol. Os extratos orgânicos resultantes foram filtrados em filtros de seringa de 0,20 µm e concentrados num evaporador rotativo. Depois de transferidos para “vials” foram secos em corrente de azoto, dissolvidos em piridina e derivatizados com N,O-bis(trimetilsilil)trifluoroacetamida (BSTFA): trimetilclorosilano (TMCS) 99:1 para análise dos compostos mais polares.

Utilizou-se um cromatógrafo VARIAN 4000 Performance operado no modo SCAN (gama de massas 45 to 1000 m/z) nas seguintes condições: a) coluna DB-5MS, 30 m × 0,25 mm × 0,25 µm com hélio como gás de arraste a um caudal constante de 1 mL min⁻¹; b) 1 µL de volume de injeção, c), temperatura do injetor 250 °C, d) programa de temperaturas: 60 °C (1 min); 60 to 150 °C (10 °C min⁻¹); 150 to 290 °C (5 °C min⁻¹); 290 °C (27 min); e) modo de aquisição, impacto eletrónico a 70 eV; f) interface e fonte iónica a 290 °C. A identificação dos compostos baseou-se na análise dos padrões de fragmentação assim como na comparação dos espectros resultantes com espectros de livrarias comerciais (Wiley 6 e Nist08).

3.2. Discussão dos resultados

HALTERN 70

Na Tabela A1 (em anexo) apresentam-se os resultados da análise cromatográfica aos resíduos orgânicos provenientes de um bico fundeiro da ânfora *Haltern 70* proveniente do material recolhido no naufrágio do Peralto em Esposende (Fig. 2). Detetaram-se diversos compostos característicos da presença de vestígios de **vinho** como o 4-etilguaiaicol e o 4-etilcatecol. Estes são fenóis voláteis provenientes da degradação por leveduras dos ácidos hidroxicinâmicos e dos seus correspondentes esteres (Carrillo e Tena, 2007: 2547-2558). O guaiacol e o eugenol, igualmente presentes, são também fenóis voláteis característicos de vinho, assim como a hidroquinona, que embora possa encontrar-se numa diversidade de frutas, vegetais, café e chá, é também encontrada em vestígios de vinho (DeCaprio, 1999: 283–330).

A vanilina e o siringaldeído são aldeídos fenólicos cuja presença pode estar associada

à degradação pelo álcool da lignina da madeira, pelo que se coloca a hipótese do vinho ter permanecido algum tempo em **recipientes de madeira** antes de transferido para a *Haltern 70*.

Foram também encontrados numerosos compostos de **origem resínica**. A deteção de compostos resinosos em recipientes para vinho pode dever-se a vinhos resinados artificialmente, onde estes compostos teriam sido introduzidos quer como preservantes (McGovern *et alii*, 1996: 480-481; Barnard *et alii*, 2011: 977-984) quer para enriquecer o sabor do vinho. Uma outra hipótese seria a utilização destas resinas na impermeabilização dos contentores cerâmicos. O extenso depósito resinoso aliado ao elevado número de diferentes compostos resínicos detetados sugere tratar-se desta última hipótese. A elevada quantidade de resina encontrada no interior deste bico fundeiro, por ser insolúvel em água poderá ter contribuído para uma melhor preservação do material orgânico, mantendo-o isolado do meio aquoso circundante (naufrágio com deposição em água salgada durante cerca de dois milénios).

Adicionalmente, a estes dois grupos de traçadores químicos encontraram-se compostos cuja presença pode ser atribuída à presença de **óleos naturais**, como por exemplo o azeite. A deteção do ácido palmítico, juntamente com alguns sesquiterpenos característicos do azeite como o α -patcholeno, α -copaeno e o α -muoroleno, assim como a existência de numerosos alcanos de cadeia linear apoiam esta hipótese. A deteção conjunta de vestígios de azeite e vinho indicia a utilização desta ânfora *Haltern 70* no transporte de *defructum*, tendo o contentor sido previamente impermeabilizado com resina (Juan Treserras, 2004: 165-166).

URCEUS

Na Tabela A2 (em anexo) apresentam-se os resultados da análise cromatográfica aos resíduos orgânicos provenientes da ânfora do tipo *urceus*, também com origem no naufrágio do Peralto em Esposende. Verificou-se a presença de um elevado número de compostos característicos de resíduos de vinho, com especial destaque para os ácidos tartárico e málico.

Na composição do vinho podem encontrar-se açúcares de origem natural. Contudo, o elevado número de compostos sacarídeos encontrados não é compatível com a composição natural do vinho, devendo-se certamente à adição de produtos açucarados, como por exemplo mel. Apesar de não se ter detetado o 5-hidroximetilfurfural, um composto característico no mel que é originado pela desidratação das hexoses, tudo indica que o vinho terá sido fortificado com mel. É conhecido o hábito da época Augusto de se adicionar mel ao vinho para o tornar mais doce (Morais, 2007: 401-415; Morais, 2008: 267-280), podendo este procedimento explicar a anormal diversidade de compostos açucarados encontrada no fragmento de ânfora *urceus*.

Um outro facto curioso foi a deteção de levoglucosano, um composto característico da queima de madeira. Embora a sua presença pareça não ser compatível com a utilização desta ânfora enquanto recipiente destinado a vinho adocicado, pode dever-se à aplicação de fumo durante o processo de crestar as colmeias para delas retirar o mel. Nesta altura, compostos provenientes da queima de materiais celulósicos, como o levoglucosano, terão sido emitidos para a atmosfera e posteriormente impregnado o mel crestado. Este procedimento é ainda usado nos nossos dias para afastar as abelhas

e retirar em segurança o mel das colmeias/favos.

ÂNFORAS LUSITANAS

Como referimos e se constata nas tabelas A3.1 a A3.5 (em anexo), estudaram-se quatro **ânforas lusitanas**, uma ânfora ovoide, uma ânfora afim à *Dressel 7-11* e duas ânforas *Dressel 14* (Fig. 3). Como a bibliografia disponível apontava para a sua utilização enquanto contentores para preparados piscícolas, foi fundamental neste trabalho a possibilidade de analisar os restos de preparados piscícolas ainda conservados no fundo interno de um *doliola* proveniente de Boca do Rio (Lagos) onde eram claramente visíveis restos de escamas, dentes e cartilagem de peixe. Nas tabelas A3.1 a A3.5 (em anexo) apresentam-se os resultados da análise química aos restos de preparados piscícolas de Boca do Rio e às quatro ânforas Lusitanas. Uma análise global das tabelas revela grande semelhança nos resultados obtidos para as quatro ânforas (tabelas A3.2 a A3.5) o que indicia utilizações e conteúdos idênticos. Por outro lado, a comparação destes resultados com a análise aos restos de preparados piscícolas de Boca do Rio (tabela A3.1) revelou a presença do mesmo tipo de traçadores químicos, suportando a hipótese da utilização destes contentores para o transporte de preparados piscícolas. Assim, o colesterol é um esterol presente na membrana celular dos animais, sendo por isso usualmente considerado como um indicador da presença de carne, gordura animal ou leite. Contudo, embora não tão abundante, é também presente em lípidos de origem marinha. O cholesta-3,5-dien-7-ona é um derivado do colesterol. Os ácidos ómega como o linoleico, palmitoleico, miristoleico ou o ácido eicosadienóico detetado na ânfora *Dressel 7-11* de Peniche (Tabela A3.3) são característicos do peixe ou derivados (Aquerreta et alii, 2002: 107-112; Cramp e Evershed, 2014: 319-339). O ácido fitânico é também indicador da presença de vestígios de peixe. Um outro grupo é o dos hidratos de carbono. As amostras estudadas revelaram-se bastante ricas em compostos deste grupo, salientando-se o monossacarídeo frutose e o dissacarídeo sucrose, sugerindo a presença de materiais açucarados como o mel ou o mosto fresco. A alanina e a glicina são aminoácidos cuja origem é compatível quer com a hidrólise das proteínas do peixe (Smriga et alii, 2010: 442-446; Dallongeville et alii, 2011: 3053-3063) quer com a adição de mel ao preparado de peixe. Foram também detetados compostos traçadores de óleos de plantas, indicando a adição ao preparado de peixe de flores, raízes, folhas ou sementes, ou pelo menos que este foi processado na proximidade e sob a influência de plantas ou exsudados destas. De facto, o isoeugenol é um composto de origem vegetal utilizado atualmente como fragrância ou aromatizante. O oleanitrilo e a oleamida, também traçadores de óleos vegetais, são produto da reação do ácido oleico em meio básico (Pecci et alii, 2013: 883-893) enquanto o estigmasterol é um esterol insaturado existente em óleos vegetais. Detetaram-se também diversos traçadores da queima de biomassa vegetal, com particular destaque para o levoglucosano, um composto extremamente estável que é produzido durante a degradação térmica da celulose (Caseiro e Oliveira, 2012: 2261-2269) e alguns ácidos resínicos com origem na oxidação do ácido abiético. Este facto sugere que os preparados de peixe estiveram expostos a fumo. A análise global destes resultados analíticos suporta a hipótese das ânforas lusitanas terem sido utilizadas no transporte de preparados piscícolas.

POTES MELEIROS E COLMEIAS EM CERÂMICA

Como referimos, neste trabalho apresentam-se também resultados do estudo efetuado em potes meleiros e colmeias cerâmicas de diferentes proveniências de Portugal (tabela A4 e Fig. 4).

O mel contém cerca de duzentas substâncias diferentes, apresentando elevadas quantidades de monossacarídeos como a frutose, glucose e sacarose e quantidades menores de dissacarídeos, trissacarídeos e tetrassacarídeos (Consonni *et alii*, 2013: 543-548); cerca de 0,57% de ácidos orgânicos como o glucónico, resultante da digestão enzimática da glucose, pirúvico, málico, cítrico, succínico e fumárico; minerais; vitaminas; proteínas; aminoácidos como a prolina (dominante), arginina, triptofano e cisteína; lípidos e compostos fenólicos como o gálico, *p*-cumárico, cafeico, elágico, ferrúlico, clorogénico, siríngico, cinâmico, vanílico e *p*-hidroxibenzóico (Pereira, 2008). Um dos compostos característicos do mel é o 5-hidroximetilfurfural que é formado tanto pela desidratação da hexose em meio ácido como por reações entre os aminoácidos ou proteínas e os hidratos de carbono (Kujawski e Namieśnik, 2008: 785-793).

Os hidratos de carbono foram o grupo de compostos orgânicos detetados com intensidades relativas mais elevadas, particularmente os monossacarídeos como a frutose, glucose, talose e xilose, e quantidades inferiores de dissacarídeos como a sucrose, lactose ou galactopirranose. A presença abundante destes hidratos de carbono nos resíduos orgânicos parece indiciar a existência de produtos açucarados como o mel. De facto, esta hipótese é reforçada pela deteção num pote meleiro proveniente da escavação das Carvalheiras (Braga) de um composto muito característico do mel antigo e desidratado, o 5-hidroximetilfurfural (Tabela A5.1.a e Fig. 4a). Esta conclusão é fortalecida pela deteção de pequenas quantidades de aminoácidos comumente presentes no mel, como a prolina e lisina.

A queima de materiais celulósicos como a madeira, ramos ou folhagens liberta para a atmosfera compostos químicos característicos. Por exemplo, o levoglucosano é considerado um traçador da queima de celulose (Simoneit, 2002: 129-162) enquanto os ácidos abiético, desidroabiético ou 7-oxodesidroabiético são traçadores da queima de madeiras resínicas como a de pinheiro (Oliveira *et alii*, 2007: 5555-5570). A presença destes compostos nos materiais cerâmicos em estudo parece não se enquadrar na utilização destes contentores enquanto potes meleiros ou colmeias cerâmicas. Contudo, a contaminação do mel com compostos provenientes da queima de biomassa vegetal pode ser facilmente compreendida se se atender ao processo de extração e recolha do mel. De facto, ainda nos nossos dias é vulgar fumigar-se as colmeias para acalmar as abelhas e as afastar, de forma a permitir um acesso mais seguro ao mel. Na altura, esse fumo seria produzido pela queima de biomassa vegetal como madeiras e folhagens, de preferência ainda verdes, resultando desta operação a libertação de compostos químicos indicadores da queima efetuada. Estes acabam por impregnar-se no mel extraído, contaminando-o.

O colesterol é um lípido esteroide cuja presença é normalmente associada a resíduos de alimentos de origem animal. Algumas das amostras estudadas apresentaram resíduos deste composto (Tabelas A5.1 a A5.5), cuja presença é aparentemente incompatível com a utilização destes contentores enquanto potes meleiros ou colmeias cerâmicas.

Esta deteção foi inicialmente atribuída a contaminação pós-deposicional ou à manipulação indevida dos fragmentos cerâmicos após desenterramento e limpeza. Esta primeira hipótese foi também suportada pela realização de análises cromatográficas a mel proveniente de três origens geográficas distintas: i) floral recolhido na zona centro do país, ii) de urze proveniente do norte de Portugal, e iii) mel comercial composto por misturas de méis de diferentes origens, não se tendo detetado quaisquer vestígios de colesterol nas amostras de mel fresco. Para se testar da possibilidade do colesterol não ser um composto primário mas ser antes um produto de reações químicas entre diferentes constituintes do mel, simulou-se o seu envelhecimento provocando a sua desidratação acelerada durante três dias a 80 °C. As análises efetuadas revelaram novamente a ausência de colesterol, ao contrário do mel da antiguidade. Uma análise das diferentes formas das colmeias ancestrais e modernas (a forma ancestral é tubular enquanto a moderna é uma caixa com quadros de alça) permitiu concluir-se da existência de diferentes procedimentos para a extração do mel. De facto, a utilização de colmeias de caixa permite, no período de cresta, retirar as alças com perturbações reduzidas do enxame, minimizando a interação com as abelhas obreiras e a abelha rainha. Na antiguidade, a forma tubular das colmeias provocaria a necessidade de espremer as colmeias para delas se retirar o mel (inclusive com a ajuda de água quente) matando neste processo parte das abelhas e larvas ainda no seu interior. Neste processo, o colesterol proveniente do corpo dessas abelhas e larvas (Vanderplanck *et alii*, 2011: 1807-1820) contaminaria o mel crestado.

Para além dos grupos de compostos já apresentados, o pote meleiro proveniente de Chaves (Fig.4e e Tabela A5.2) exhibe um grupo de compostos designados de terpenóides onde se inclui o longipineno, neocloveno, cembreno, norabietano e a ionona. A deteção destes compostos é compatível com a presença de resinas ou de ceras tradicionalmente utilizadas na impermeabilização de contentores cerâmicos para o transporte de líquidos (Juan Treserras, 2004: 165-166; Colombini *et alii*, 2005: 83-90; Font *et alii*, 2007: 119-127; Romanus *et alii*, 2009: 900-909). De facto, o pote estudado apresenta na sua face interior um extenso depósito de material orgânico de origem aparentemente resínica, tendo sido aplicado para a impermeabilização da cerâmica. Trata-se de compostos orgânicos pouco solúveis em meio aquoso, justificando-se a sua grande abundância por serem dificilmente lixiviados. A ausência de compostos como o reteno ou os ácidos abiético e pimárico parece indicar não se tratar de resina de pinheiro mas sim de cera de abelha ou mesmo de própolis. De facto, estes exsudados da abelha são materiais lipofílicos, sendo sólidos e quebradiços enquanto frios mas líquidos e flexíveis depois de aquecidos, o que permitiria realizar facilmente a operação de impermeabilização das pastas porosas do contentor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo original destes contentores cerâmicos foi determinado através de análises por cromatografia gasosa com deteção por massa aos resíduos orgânicos presentes nas cerâmicas. Verificou-se que a ânfora do tipo *urceus* terá transportando vinho adocicado, enquanto a ânfora *Haltern 70* terá sido usada no transporte de *defructum*.

As ânforas lusitanas serviram para o transporte de preparados de peixe, tendo-se

utilizado mel ou mosto fresco na elaboração do preparado. A deteção de traçadores de queima de biomassa sugere o aquecimento durante a preparação (cozinhado) ou a utilização de fumo durante o processamento do peixe, enquanto os óleos vegetais indiciam a adição ao peixe de plantas ou ervas aromáticas. Estes dados parecem encontrar correspondência com alguns passos de autores antigos, nomeadamente Plínio (*HN* XXXI 95) ao referir-se a *Melligarum/Mellogarum* e, indirectamente, a Apício (*De re coq.* 1,8), quando menciona que os preparados piscícolas de qualidade inferior apresentam odor nauseabundo, contrariamente aos preparados de boa qualidade feitos com sangue de cavala. Para mascarar esse odor desagradável usar-se-ia uma receita baseada na fumigação com louro ou cipreste, com um pouco de mel ou mosto fresco.

Os resultados analíticos a potes e colmeias em cerâmica mostraram-se muito semelhantes e permitiram corroborar a importância do mel no mundo antigo por diversas vezes referida nas fontes literárias da antiguidade.

Bibliografia

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2006). Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, Vol. 13: 233-252.

BARNARD, H., DOOLEY, A. N.; ARESHIAN, G.; GASPARYAN, B.; FAULL, K. F. e (2011). “Chemical evidence for wine production around 4000 BCE in the Late Chalcolithic Near Eastern highlands.” *Journal of Archaeological Science* 38: 977-984.

BERNARD, H. (2008). Nouvelles épaves hispaniques de Corse: Sud Perduto 2 (Bonifacio) et Marina di Fiori (Porto Vecchio), in *Comercio, redistribución y fondeaderos. La navegación a vela en el Mediterráneo, Actas V Jornadas Internacionales de Arqueología Subacuática* (José Pérez Ballester y Guillermo Pascual, eds). Valencia: 461-471.

BONET ROSADO, H. e MATA PARREÑO, C. (1995). “Testimonios de apicultura en época iberica.” *Verdolay* 7: 277-285.

BONET ROSADO, H. e MATA PARREÑO, C. (1995). “Testimonios de apicultura en época iberica.” *Verdolay* 7: 280-281.

BORTOLIN, R. (2008). *Archeologia del miele*, SAP Società Archeologica.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005). Olaria romana do Morraçal da Ajuda. In *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral, Câmara Municipal do Bombarral, pp. 83-102.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E. (2006). A olaria romana de Peniche. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, Vol. 13: 253-278.

CARRERAS, C. e MORAIS, R. (2011). “Las ánforas de *Lucus Augusti*”. *Traballos de Arqueoloxía*. 3 (César Carreras Monfort, Rui Morais e Enrique González Fernández). Lugo: 34-79.

CARRERAS, C. e MORAIS, R. (2012). “The Atlantic Roman trade during the principate: new evidences from the Western Façade”. *Oxford Journal of Archaeology* 31 (4). Oxford: 419-441.

CARRILLO, J. e TENA, M. (2007). “Determination of ethylphenols in wine by in

situ derivatisation and headspace solid-phase microextraction–gas chromatography–mass spectrometry.” *Analytical and Bioanalytical Chemistry* 387(7): 2547-2558.

CASEIRO, A. e OLIVEIRA, C. (2012). “Variations in wood burning organic marker concentrations in the atmospheres of four European cities.” *Journal of Environmental Monitoring* 14(8): 2261-2269.

COLOMBINI, M. P., GIACHI, G.; MODUGNO, F.; e RIBECHINI, E. (2005). “Characterisation of organic residues in pottery vessels of the Roman age from Antinoe (Egypt).” *Microchemical Journal* 79(1–2): 83-90.

CONSONNI, R., CAGLIANI, L. R. e COGLIATI, C. (2013). “Geographical discrimination of honeys by saccharides analysis.” *Food Control* 32(2): 543-548.

DALLONGEVILLE, S., GARNIER, N.; CASASOLA, D.; BONIFAY, M.; ROLANDO, C. e TOKARSKI, C. (2011). “Dealing with the identification of protein species in ancient amphorae.” *Analytical and Bioanalytical Chemistry* 399(9): 3053-3063.

DECAPRIO, A. P. (1999). “The Toxicology of Hydroquinone - Relevance to Occupational and Environmental Exposure.” *Critical Reviews in Toxicology* 29(3): 283–330.

DIOGO, A. M. Dias (1987). *Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano*. “O Arqueólogo Português”, Lisboa, 4.a série, 5: 179-191.

FERNÁNDEZ IZQUIERDO, A., BERNI MILLET, P. e AGUILERA MARTIN, A. (2008). El pecio romano de la Albufereta (Alicante): un documento de época pre-flavia, in *Comercio, redistribución y fondeaderos. La navegación a vela en el Mediterráneo, Actas V Jornadas Internacionales de Arqueología Subacuática* (José Pérez Ballester y Guillermo Pascual, eds). Valencia: 231-246.

FILIPE, V. (2008a). *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

FILIPE, V. (2008b). Importação e exportação de produtos alimentares em *Olisipo*: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 11:2: 301-324.

FONT, J., SALVADÓ, N.; BUTÍ, S. e ENRICH, J. (2007). “Fourier transform infrared spectroscopy as a suitable technique in the study of the materials used in waterproofing of archaeological amphorae.” *Analytica Chimica Acta* 598(1): 119-127.

JUAN TRESERRAS, J. C. M. (2004). *Estudio de resinas y contenidos de ânforas Haltern 70 de Culip VIII*. Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc 5. Girona: 165-166.

KUJAWSKI, M. W. e NAMIEŚNIK, J. (2008). “Challenges in preparing honey samples for chromatographic determination of contaminants and trace residues.” *TrAC Trends in Analytical Chemistry* 27(9): 785-793.

MATALOTO, R. (2008). O Castelo dos Mouros (Graça do Divor, Évora): a arquitectura “ciclópica” romana e a romanização dos campos de *Liberalitas Iulia Eborae*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 11:1: 123-147.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002). *L'atelier d'amphores d'Abul*. Paris: De Boccard.

MCGOVERN, P. E., GLUSKER, D. L.; EXNER, L. J. e M. M. VOIGT (1996). “Neolithic resinated wine.” *Nature* 381(6582): 480-481.

MORAIS, R. (2004). Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmfores ovoides

tardo-republicanas. Les àmphores ovoïdes de producció Lusitana, “Culip VIII i les àmfors Haltern 70”, *Monografies del Casc 5*, Girona: 36-40.

MORAIS, R. (2007). *Ànforas de tipo urceus de produção bética e produções regionais e locais do NW peninsular. Actas del Congreso Cetariae, Salgas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad* (Cádiz 7-9 noviembre de 2005), BAR International Series 1686. Oxford: 401-415.

MORAIS, R. (2008). *Novos dados sobre as ânforas vinárias béticas de tipo urceus*. Sevilla, SPAL (17).

MORAIS, R. (2010). Capítulo 7.5 - As ânforas, “Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2202” (coord. Alarcão, Carvalho e Gonçalves), in *Studia Lusitana*. Mérida: 181-218.

MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007). Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Universidade de Cádiz, Noviembre de 2005*. B.A.R., International Series 1686, Oxford: 127-133.

OLIVEIRA, C., PIO, C.; ALVES, C.; EVTYUGINA, M.; SANTOS, P.; GONCALVES, V. ; NUNES, T.; SILVESTRE, A. J. D.; PALMGREN, F.; WAHLIN E S. HARRAD, P. (2007). “Seasonal distribution of polar organic compounds in the urban atmosphere of two large cities from the North and South of Europe.” *Atmospheric Environment* 41(27): 5555-5570.

PECCI, A., CAU ONTIVEROS, M. Á.; VALDAMBRINI E F. INSERRA, C. (2013). “Understanding residues of oil production: chemical analyses of floors in traditional mills.” *Journal of Archaeological Science* 40(2): 883-893.

PEREIRA, A. P. (2008). Caracterização de mel com vista à produção de hidromel. Tese de doutoramento, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança.

PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2: 299-316.

QUARESMA, J. C.; CALAIS, C. (2005). S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augustana e júlio-cláudia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2: 429-447.

ROMANUS, K., BAETEN, J.; POBLOME, J.; ACCARDO, S.; DEGRYSE, P. JACOBS, P.; DE VOS, D. e WAELKENS, M. (2009). “Wine and olive oil permeation in pitched and non-pitched ceramics: relation with results from archaeological amphorae from Sagalassos, Turkey.” *Journal of Archaeological Science* 36(3): 900-909.

SIMONEIT, B. R. T. (2002). “Biomass burning — a review of organic tracers for smoke from incomplete combustion.” *Applied Geochemistry* 17(3): 129-162.

SMRIGA, M., MIZUKOSHI, T.; IWAHATA, D.; ETO, S.; MIYANO, H.; KIMURA, T. e CURTIS, R. I. (2010). “Amino acids and minerals in ancient remnants of fish sauce (garum) sampled in the “Garum Shop” of Pompeii, Italy.” *Journal of Food Composition and Analysis* 23(5): 442-446.

VANDERPLANCK, M., MICHEZ, D.; VANCRAENENBROECK, S. e LOGNAY, G. (2011). “Micro-Quantitative Method for Analysis of Sterol Levels in Honeybees and Their Pollen Loads.” *Analytical Letters* 44(10): 1807-1820.

Tabela A1 – Resíduo orgânico proveniente da ânfora tipo *Halterm 70*.

Ácidos orgânicos indicadores da presença de vinho				
Ácido octanóico	Hidroquinona	Vanilina	1,3-dimetilnaftaleno	Siringaldeido
Calameneno	Guaiacol	4-etilguaiacol	4-etil catecol	Nonadecano
Eugenol	Guaiazuleno	1,2-difeniletileno		
Resinas				
Ácido levopimárico	Isopimariedeno	Ácido dehidroabiético	Cadalina	Eudalina
Cembreno	Pimarinal	γ -Bisaboleno	Difenil eter	Aromadendreno
Germacreno	α -patcholeno	Metil pimarato	Metil sandaracopimarato	Creosol
Valenceno	Ácido pimárico	10,18-Bisnorabieta-5,7,9(10),11,13-pentaeno		
Indicadores da presença de azeite				
Ácido palmítico	Valenceno	α -patcholeno	α -copaeno	α -muoroleno
Alcanos de cadeia linear				

Tabela A2 – Resíduo orgânico proveniente da ânfora tipo *urceus*.

Ácidos orgânicos indicadores da presença de vinho				
Tartárico	Octanóico	Sucínico	Málico	Vanílico
Isovanílico	Treónico	3-hidroxiisovalérico	Acético	Azeláico
3-hidroxicapróico	Levúlico	Isoleucina	Ácido fumárico	Ácidos alcanóicos e alcenóicos de cadeia linear
Açúcares				
Frutose	Glucose	Sucrose	Maltose	Turanose
Celobiose	Galactopiranosose	Xilofuranose	Lactose	
Indicador da queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano				

Tabela A3.1 – Preparado piscícola recolhido no interior de um *doliola* de *Boca do Rio*, Budens, Lagos, Portugal.

Ácidos orgânicos				
Lático	Sucínico	Adípico	Glutárico	Metoxicinâmico
Málico	Glucónico	3-hidroxipropiónico		
Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₇ -C ₁₈				
Hidratos de carbono				
Frutose	Glucopirranose	Arabitol	Gulose	Inositol
Turanose	Sucrose	Glucitol	Xilofuranose	Altrose
Aminoácidos				
Alanina	Glicina			
Queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano				
Óleos vegetais				
Isoeugenol	Oleanitrilo	Oleamida	Estigmasterol	
Restos de peixe				
Coolesterol	Cholesta-3,5-dien-7-ona		Ácido oleico (C18:1, cis-9, ω9)	
Ácido fitânico	Ácido palmítoleico (C16:1 cis-9, ω7)		Ácido palmítelaidico (C16:1 trans-9, ω7)	
Ácido linoleico (C18:2, ω6)	Ácido isoleico (C18:1, trans-9, ω9)		Ácido miristoleico (C14:1, cis-9, ω7)	
Ácido vacénico (C18:1, cis-11, ω7)				

Tabela A3.2 – Ânfora ovoide Lusitana de *Castro de Vigo*, Pontevedra, Espanha.

Ácidos orgânicos				
Lático	Sucínico	Tartárico	Oxovalérico	3,4-dihidroxibutanoico
Citramálico	Málico	Malónico	Glucónico	Fumárico
Azeláico	Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₈ -C ₂₄			
Hidratos de carbono				
Frutose	Galactofuranose	Glucitol	Gulose	Inositol
Maltose	Sucrose	Talose	Xilofuranose	
Aminoácidos				
Prolina	Glicina			
Queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano	Ácido desidroabiético		Ácido 7-oxodesidroabiético	
Ácido 15-hidroxi-7-oxodesidroabiético				
Óleos vegetais				
Isoeugenol	Oleanitrilo			
Restos de peixe				
Coolesterol	Ácido oleico (C18:1, ω9)	Ácido palmítoleico (C16:1 cis-9, ω7)		Ácido palmítelaidico (C16:1 trans-9, ω7)
Ácido linoleico (C18:2, ω6)	Ácido fitânico			

Tabela A3.3 – Ânfora Lusitana de Peniche afim à *Dressel 7-11* (Braga, Cavalariças, nº 1997-1031).

Ácidos orgânicos				
Sucínico	Tartárico	Málico	Lático	Fumárico
Azeláico	Manónico	Glucónico	Glucurónico	3-oxovalérico
Cinâmico	Treónico	Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₆ -C ₂₄		
Hidratos de carbono				
Galactose	Glucitol	Ribitol	Frutose	Sucrose
Xilofuranose	Xilopirranose	Inositol	Manitol	
Glucose	Manopirranose			
Aminoácidos				
Prolina	Glicina			
Queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano				
Óleos vegetais				
Isoeugenol	Oleanitrilo	Oleamida		
Restos de peixe				
Colesterol	Ácido oleico (C18:1, ω9)		Ácido palmitoleico (C16:1 cis-9, ω7)	
Ácido linoleico (C18:2, ω6)	Ácido palmiteláidico (C16:1 trans-9, ω7)		Ácido eicosadienóico (C20:2 cis-11,14, ω6)	
Ácido fitânico	Ácido ricinoleico (18:1, cis-9, ω9)			

Tabela A3.4 – Ânfora *Dressel 14* Lusitana (Braga, Albergue Distrital, nº 1997-0451).

Ácidos orgânicos				
Sucínico	Tartárico	Málico	Mandélico	Fumárico
Azeláico	Manónico	Adipínico	Isovanílico	3-oxovalérico
Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₇ -C ₁₈				
Hidratos de carbono				
Galactose	Glucitol	Manitol	Ribitol	Sucrose
Xilofuranose	Xilopirranose			
Aminoácidos				
Lisina	Glicina	Prolina		
Queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano	Ácido desidroabiético			
Óleos vegetais				
Isoeugenol	Oleanitrilo	Oleamida	Germacrano	Germanicol
Quercetina				
Restos de peixe				
Colesterol	Ácido oleico (C18:1, ω9)		Ácido palmitoleico (C16:1 cis-9, ω7)	
Fitol	Ácido palmiteláidico (C16:1 trans-9, ω7)		Ácido vacénico (C18:1 trans-11, ω7)	
Ácido linolénico (C18:3, cis 9,12,15, ω3)				

Tabela A3.5 – Ânfora *Dressel 14* Lusitana (Braga, Albergue Distrital, nº 1994-0315).

Ácidos orgânicos				
Sucínico	Tartárico	Málico	Mandélico	Fumárico
Azeláico	Manónico	Adipínico	Levulínico	3-Oxovalérico
Cítrico	Lático	Glucónico	Cinâmico	Treónico
Hidroxisebáico	Citramálico	Valérico	Pirúvico	
Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₇ -C ₂₄				
Hidratos de carbono				
Galactose	Glucitol	Manitol	Ribitol	Sucrose
Xilofuranose	Xilopirranose	Altrose	Inositol	Frutose
Altrose				
Aminoácidos				
Asparagina	Glicina	Metionina	Alanina	Tirosina
Leucina				
Queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano	Ácido desidroabiético	7-oxo desidroabiético		
Óleos vegetais				
Isoeugenol	Oleanitrilo	Estigmasterol	Quercetina	Germanicol
Ácido oleanólico				
Restos de peixe				
Colesterol	Ácido oleico (C18:1, ω9)		Ácido palmitoleico (C16:1 cis-9, ω7)	
Fitol	Ácido palmiteláidico (C16:1 trans-9, ω7)		Ácido vacénico (C18:1 trans-11, ω7)	
Ácido fitânico	Ácido ricineláidico (18:1, trans-9, ω9)		Ácido erúxico (22:1, cis 13, ω9)	

Tabela A4 – Potes meleiros e colmeias estudados

Proveniência	Código
Braga – <i>ínsula</i> das Carvalheiras	a) 2000-1991 – Pote meleiro
	b) 2270-1991 – Pote meleiro
	c) 2210-1991 – Pote meleiro
	d) 0200-2004 – Colmeia
Chaves – escavações urbanas	e) Chaves – Pote meleiro
Matosinhos - Castro de Guifões – escavações antigas	f) Monte Castêlo – Pote meleiro
Conímbriga - Rua a norte - <i>ínsula</i> do vaso fálico e Casa do Mediano Absidado	g) 65.GVIII 41-3 – Fouilles V, n. 862 – Pote meleiro
	h) 69.R3-2 ≈ F.V.862 – Pote meleiro
Sagres – centro oleiro do Martinhal	i) Mart/11 9-03 001 – Colmeia
	j) Mart/11-9-03 002 – Colmeia

Tabela A5.1a – Compostos orgânicos detetados na análise ao pote meleiro 2000-1991 proveniente da *ínsula* das Carvalheiras em Braga.

Ácidos orgânicos				
Acético	Benzóico	Glucónico	Glicólico	Láctico
Oxálico	Oleico	Estearico	2-metoxifenol	4-hidroxifenilpirúvico
Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₅ -C ₁₈				
Hidratos de carbono				
Frutose	Gulose	Fucose	Arabinofuranose	Arabinopirranose
Arabinose	Galactopirranose	Manopirranose	Xilopirranose	5-hidroximetilfurfural
Aminoácidos				
Não detetados				
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglucozano	Ácido desidroabiético	Ácido 7-oxodesidroabiético		
Resíduos de origem animal				
Colesterol				

Tabela A5.1b – Compostos orgânicos detetados na análise ao pote meleiro 2070-1991 proveniente da *ínsula* das Carvalheiras em Braga.

Ácidos orgânicos				
Acético	Tartárico	Málico	Láctico	Oxálico
Glucónico	Oleico	Levulínico	Isovanílico	Treónico
Benzóico	Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₆ -C ₂₄			
Hidratos de carbono				
Arabinofuranose	Arabinopirranose	Glucopirranose	Gulose	Inositol
Maltose	Manopirranose	Ribitol	Sucrose	Talose
Turanose	Xilose			
Aminoácidos				
Lisina				
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglucozano	Ácido desidroabiético			
Resíduos de origem animal				
Colesterol				

Tabela A5.1c – Compostos orgânicos detetados na análise ao pote meleiro 2210-1991 proveniente da *insula* das Carvalheiras em Braga.

Ácidos orgânicos				
Acético	Sucínico	Málico	Láctico	Oxálico
Glucónico	Oleico	Linoleico	Vanílico	Treónico
Manóico	Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₆ -C ₂₁			
Hidratos de carbono				
Frutose	Glucose	Xilose	Glucitol	Inositol
Arabinofuranose	Galactofuranose	Galactopirranose	Glucopirranose	Ribofuranose
Xilopirranose				
Aminoácidos				
Prolina	Lisina			
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano				
Resíduos de origem animal				
Colesterol				

Tabela A5.1d – Compostos orgânicos detetados na análise à colmeia 0200-2004 proveniente da *insula* das Carvalheiras em Braga.

Ácidos orgânicos				
Acético	Benzoico	Glucónico	Láctico	Málico
Oxálico	Citramálico	Treónico	Levulínico	Sucínico
Série homóloga de ácidos alcanóicos lineares C ₅ -C ₁₇				
Hidratos de carbono				
Frutose	Sucrose	Talose	Turanose	Altrose
Arabinofuranose	Galactopirranose	Glucopirranose	Manopirranose	Ribofuranose
Sorbofuranose	Inositol			
Aminoácidos				
Prolina	Lisina			
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano	Ácido desidroabiético	Ácido 7-oxodesidroabiético	β-sitosterol	
Resíduos de origem animal				
Colesterol				

Tabela A5.2 – Compostos orgânicos detetados na análise ao pote meleiro proveniente de escavações urbanas em Chaves.

Ácidos orgânicos				
Acético	Láctico	Glucónico	Glicólico	Sucínico
Malónico	Fumárico	Oxálico	Benzóico	Treónico
Tartárico	Série homóloga de ácidos lineares C ₅ -C ₁₆			
Hidratos de carbono				
Altrose	Arabinose	Arabinofuranose	Arabinohexosulose	Arabinopirranose
Fructose	Glucose	Glucopirranose	Inose	Lixopirranose
Manofuranose	Ribose			
Terpenóides				
Longipineno	Neocloveno	Cembreno	Norabietano	Ionona
Aminoácidos				
Não detetados				
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano	Ácido desidroabiético	Ácido 7-oxodesidroabiético	β-sitosterol	
Resíduos de origem animal				
Colesterol				

Tabela A5.3 – Compostos orgânicos detetados na análise ao pote meleiro proveniente de escavações antigas do Castro de Guifões em Matosinhos.

Ácidos orgânicos				
Acético	Láctico	Glucónico	Málico	Sucínico
Tartárico	Fumárico	Fumárico	Benzóico	Cítrico
Pirúvico	Treónico	Vanílico	Isovanílico	Pimárico
Série homóloga de ácidos lineares C ₆ -C ₂₄				
Hidratos de carbono				
Altrose	Fructose	Glucose	Gulose	Galactose
Fucose	Melibiose	Sucrose	Turanose	Manitol
Arabinopirranose	Galactofuranose	Galactopirranose	Xilofuranose	Ribitol
Aminoácidos				
Prolina				
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano	Ácido desidroabiético	Ácido abiético	Ácido pimárico	
Resíduos de origem animal				

Tabela A5.4a – Compostos orgânicos detetados na análise ao fragmento de pote meleiro proveniente de Conímbriga, rua a norte, ínsula do vaso fálco.

Ácidos orgânicos				
Láctico	Benzoico	Tartárico	Fumárico	Málico
Treónico	Etanedióico	Sucínico	Glutárico	Lignocérico
Oleico	Série homóloga de ácidos lineares C ₆ -C ₂₀			
Hidratos de carbono				
Glucose	Glucitol	Inositol	Melibiose	Sucrose
Talose	Eritrose	Arabinofuranose	Arabinopirranose	Xilopirranose
Aminoácidos				
Prolina	Lisina			
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglicosano	Ácido desidroabiético		Ácido 7-oxodesidroabiético	
Resíduos de origem animal				
Não detetado				

Tabela A5.4b – Compostos orgânicos detetados na análise ao fragmento de pote meleiro proveniente da Casa do Mediano Absidado em Conímbriga.

Ácidos orgânicos				
Láctico	Benzoico	Tartárico	Fumárico	Málico
Treónico	Oleico	Glutárico	Sucínico	Série homóloga de ácidos lineares C ₆ -C ₂₀
Hidratos de carbono				
Altrose	Frutose	Glucose	Glucitol	Inositol
Arabinofuranose	Glucopirranose	Manopirranose		
Aminoácidos				
Prolina				
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglicosano	Ácido desidroabiético		Ácido 7-oxodesidroabiético	
Resíduos de origem animal				
Colesterol				

Tabela A5.5a – Compostos orgânicos detetados na análise à colmeia proveniente do centro oleiro do Martinhal em Sagres (Mart/11 9-03).

Ácidos orgânicos				
Glucónico	Benzoico	Tartárico	Fumárico	Homogentísico
Treónico	Oleico	Vanílico	Sucínico	Isovanílico
Acético	Galacturónico	Série homóloga de ácidos lineares C ₅ -C ₂₆		
Hidratos de carbono				
Frutose	Galactose	Glucose	Lactose	Maltose
Ribose	Sucrose	Talose	Turanose	Arabinofuranose
Lixopiranose	Ribofuranose			
Aminoácidos				
Não detetado				
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano	Ácido desidroabiético	Ácido 7-oxodesidroabiético		
Resíduos de origem animal				
Colesterol				

Tabela A5.5b – Compostos orgânicos detetados na análise à colmeia proveniente do centro oleiro do Martinhal em Sagres (Mart/11 9-04).

Ácidos orgânicos				
Glucónico	Benzoico	Tartárico	Lático	Glucurónico
Treónico	Oleico	Vanílico	Sucínico	Acético
Série homóloga de ácidos lineares C ₅ -C ₁₇				
Hidratos de carbono				
Altrose	Frutose	Glucose	Lactose	Maltose
Ribose	Sucrose	Talose	Turanose	Arabinofuranose
Lixopiranose	Ribofuranose			
Aminoácidos				
Prolina	Lisina			
Indicadores da queima de biomassa vegetal				
Levoglucosano	Ácido desidroabiético	Ácido 7-oxodesidroabiético		
Resíduos de origem animal				
Não detetado				

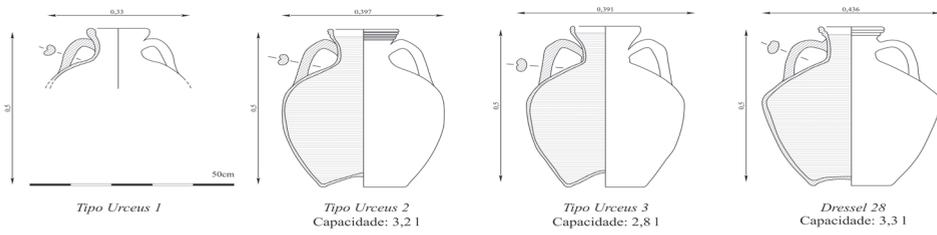


Fig. 1. Ânforas béticas de tipo urceus

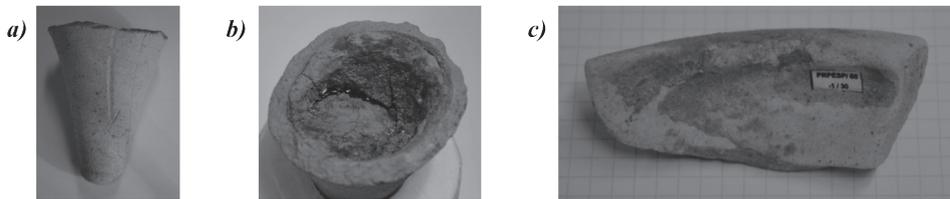


Fig.2 - Ânfora Haltern 70 (a-b) e de tipo urceus (c)

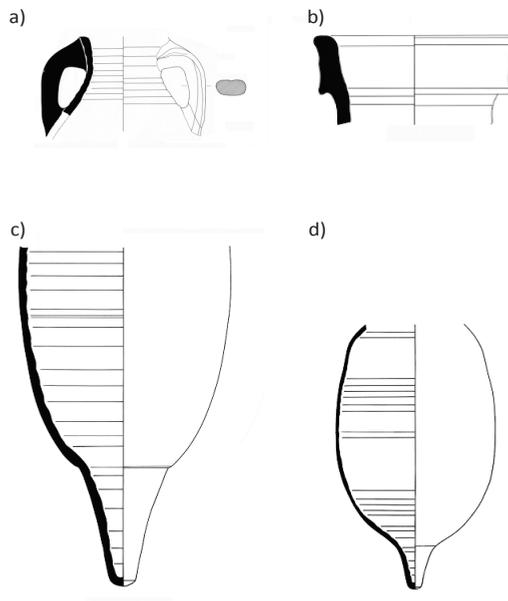


Fig. 3 - Ânforas lusitanas: 3a – Castro de Vigo (Pontevedra); 3b Peniche; 3 c-d Albergue Distrital (Braga)

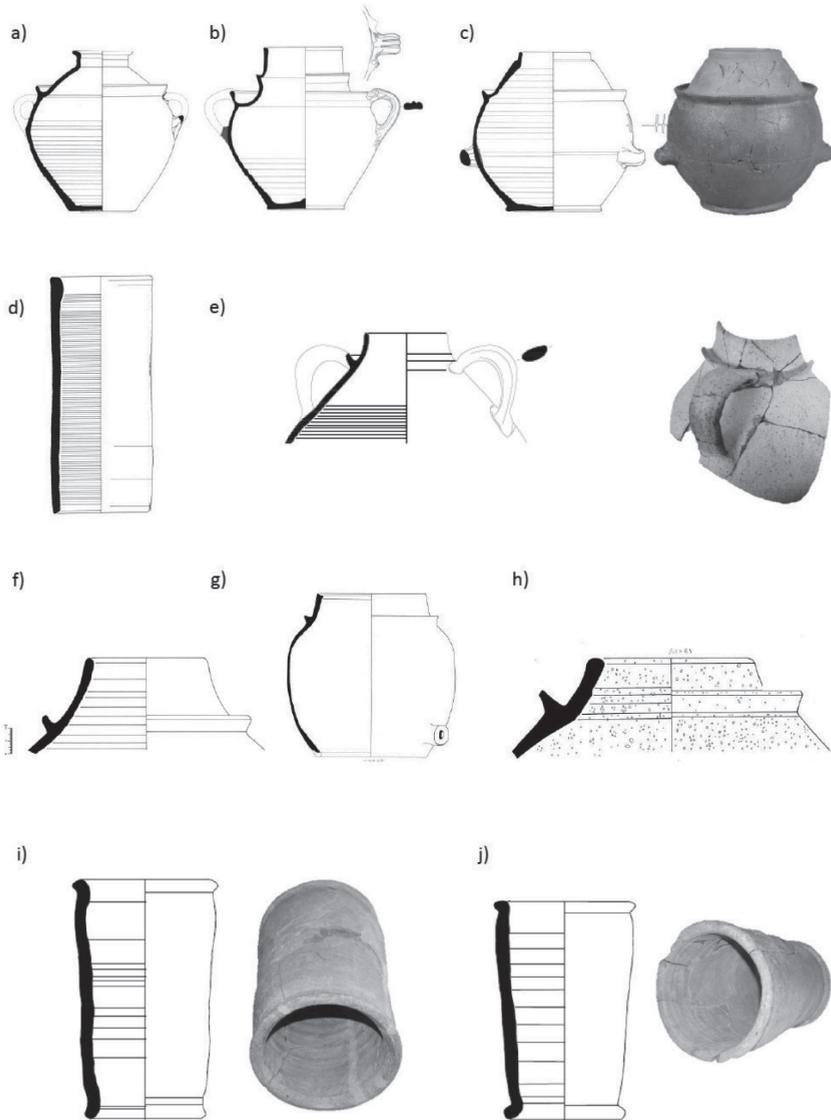


Fig. 4 - Potes meleiros e colmeias

*Geo e bioindicadores: na busca dos ambientes onde o Homem viveu**

Helena GRANJA¹
CIIMAR

Resumo

Num tempo em que a investigação se tornou cada vez mais multidisciplinar, é fundamental, recorrendo a várias disciplinas científicas, situar o Homem nos ambientes nos quais se instalou ou passou e entender de que modo aquele os condicionou ou foi condicionado por eles. Na tarefa de reconstituição dos paleoambientes é importante conhecer factos reveladores da sua natureza e das mudanças que sofreram ao longo do tempo. Os geoindicadores e os bioindicadores são ferramentas fundamentais que permitem realizar essa tarefa e dar resposta a muitas questões, entre outras, arqueológicas.

Palavras-chave

Geoindicadores, bioindicadores, (paleo)ambientes, arqueologia

Abstract

Nowadays scientific research becomes more and more multidisciplinary and it is important, involving different scientific disciplines, to relate the environment with the human being settlements or passages in order to understand how the man influenced the environment or was conditioned by it. In the problem of paleoenvironmental reconstitution it is important to know the main factors determining the environment and to study their evolution. Geoindicators and bioindicators are effective tools that allow one to solve the problem and to give an answer to many questions appearing in archaeology.

Key-words

Geoindicators, bioindicators, (palaeo)environments, archaeology

* Este trabalho foi financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade- COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito dos projectos PEsT-C/MAR/LA0015/2013 e PTDC/EPH-ARQ/5204/2012.

¹ helenapgranja@gmail.com

Introdução

Em qualquer trabalho de investigação de arqueologia, nomeadamente nos que pressupõem a realização de escavações, é imprescindível conhecer o arranjo dos estratos postos a descoberto nas sanjas. Os estratos, cujo significado é ligeiramente diferente consoante é referido por arqueólogos ou geólogos, não são mais do que os testemunhos que restam dos ambientes que existiram num certo lugar, num determinado período de tempo.

Do ponto de vista da geologia, um estrato ou camada, corresponde a um pacote de sedimentos (ou a uma rocha, se já houve diagénese) que se encontram dispostos com um certo arranjo (estrutura), apresentam uma certa uniformidade de características e correspondem ao produto da actuação de agentes forçadores e processos que caracterizaram um certo ambiente sedimentar (por exemplo, um ambiente estuarino).

Quando, nesses estratos são encontrados artefactos ou estruturas de origem antrópica, torna-se fundamental não só analisar esses produtos (objecto da arqueologia) como também identificar o ambiente no qual eles se encontram (objecto da geologia). Do cruzamento da informação geológica e arqueológica pode obter-se uma informação muito mais profunda e esclarecida sobre a interrelação Homem-ambiente, ou seja, acerca do modo como os seres humanos lidaram com, ou mudaram, a natureza. Entra-se no domínio de uma nova ciência – a geoarqueologia – através da qual ciências humanas, sociais e da terra se encontram com a tecnologia (GHILARDI e DESRUELLES, 2009).

Um importante contributo para a compreensão do que foram os ambientes do passado (paleoambientes), representados pelos estratos, é a procura de indicadores nos sedimentos que os compõem. Esses indicadores podem ser de carácter geológico – geoindicadores – ou biológico – bioindicadores.

Geo e bioindicadores de paleoambientes

Geo e bioindicadores são testemunhos do passado, inclusos ou impressos nos sedimentos, que ajudam a compreender o que então se passou em termos de mudanças ambientais (por exemplo, tomar conhecimento de que um determinado ambiente ribeirinho ficou assoreado por areias transportadas pelos ventos e procurar entender porque tal sucedeu).

Segundo BERGER e IAMS (1996), *geoindicators are defined as magnitudes, frequencies, rates or trends of geological processes and phenomena that occur at or near the Earth's surface and that are significant for assessing environmental change over periods of 100 years or less*. Segundo BERGER (2002), os geo-indicadores incluem tanto acontecimentos rápidos e catastróficos, como mudanças mais disseminadas, com começo lento, geralmente observáveis durante o intervalo de tempo de uma vida humana. Embora aqui só se considerem os geoindicadores na perspectiva da sua utilidade na interpretação dos ambientes do passado (paleoambientes), eles também são usados para outros fins, tais como a avaliação e monitorização ambiental (de rios, vertentes, qualidade de águas, etc.). Embora os geoindicadores não sejam algo de novo, recentemente, a União Internacional das Ciências Geológicas estabeleceu uma base conceptual comum para alertar os não geólogos para a importância de incluírem as mudanças geológicas rápidas nas avaliações ambientais. Aquela organização estabeleceu

vinte e sete geo-indicadores para esse propósito (BERGER, 2002).

Os bioindicadores são os equivalentes de origem biológica - animal ou vegetal. Pela análise qualitativa e quantitativa de comunidades biológicas é possível inferir do ambiente em que viveram (paleoambiente) e das mudanças que este possa ter sofrido, por comparação com o que se passa actualmente. Inventariando as preferências individuais de cada espécie é possível definir janelas ecológicas dos atributos comuns no habitat. Há determinadas espécies que, só por si, definem um determinado tipo de ambiente, não podendo existir em outro qualquer. São estas espécies os mais importantes bioindicadores na reconstituição paleoambiental.

Tanto os geo como os bioindicadores, como a combinação de ambos, são ferramentas preciosas na reconstituição paleoambiental, ou seja, na reconstrução das condições físicas e biológicas que caracterizaram um determinado ambiente e na identificação de acontecimentos responsáveis por mudanças (graduais e bruscas) eventualmente operadas ao longo do tempo.

Consideremos alguns exemplos de aplicação que ajudam a elucidar o papel dos referidos indicadores. Imaginemos um corte, ou uma sanja, onde está exposto um certo registo sedimentar. Através da análise pormenorizada desse registo, é possível reconhecer fácies que são características de um determinado ambiente. Por exemplo, a presença de um nível turfoso pode revelar que houve uma zona húmida, e os macro e microrrestos vegetais nele existentes as suas características quanto a salinidade, extensão e profundidade, permitindo subsequentemente inferir sobre outros aspectos tais como o uso da terra, a produtividade biológica, o caudal fluvial, e, mesmo, o nível freático e a proximidade do mar. Outro exemplo, seria encontrar fácies eólicas de duna ou de deflacção e, a partir daí, especular sobre o regime de ventos, a humidade/secura do solo e a disponibilidade sedimentar. Se, no primeiro exemplo, recorremos a indicadores geológicos e biológicos, no segundo usamos apenas geoindicadores. Quanto aos bioindicadores, como têm sempre um suporte físico, estão intimamente relacionados com os geoindicadores (por exemplo, presença de pólen num sedimento de fácies eólica ou lagunar).

Qual o seu interesse em Arqueologia?

A aplicação destes indicadores na interpretação dos ambientes (paleoambientes) representados pelos sedimentos ou pelo substrato rochoso nos quais se encontram artefactos ou estruturas erigidas pelo Homem, constitui um auxiliar precioso em arqueologia.

Nas últimas décadas, esboçou-se, no norte da Europa, uma nova dualidade cultura-natureza com a realização de arqueologia em zonas húmidas e frentes de água. A comunidade arqueológica actual tem vindo a tomar consciência da importância do ambiente na compreensão alargada das bases sócio-económicas nas quais as sociedades antigas viviam, pelo que a investigação multidisciplinar é um pilar fundamental (MOHRANGE, 2014). O mesmo autor aponta a importância, além da arqueologia, de outros campos sub-disciplinares de investigação, tais como a geomorfologia, a sedimentologia e a biologia.

Os contributos de geólogos, geógrafos, arqueólogos e historiadores são uma mais valia para o entendimento da relação das sociedades com o meio ambiente natural e

do modo como nele se operam mudanças, quer de carácter natural, quer induzido pela acção antrópica. Esta reflexão multidisciplinar não é senão essa, relativamente nova, ciência chamada geoarqueologia.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias e *softwares*, as metodologias de reconstituição paleoambiental dispõem de ferramentas muito eficazes e de grande resolução que podem ajudar muito. Entre elas estão os SIG (sistemas de informação geográfica) e os MDT (modelos digitais de terreno), uns e outros recorrendo à georreferenciação e digitalização de cartografia, fotografia aérea e levantamentos topográficos e batimétricos. Nos levantamentos são, por sua vez, usadas diferentes tecnologias como DGPS, LIDAR, sonar. Para levantamentos de sub-superfície, a prospecção geofísica (sísmica, resistividade, georradar) é a metodologia mais adequada. O uso destas tecnologias permite muito mais facilmente localizar áreas de interesse, quer arqueológico, quer geológico e, deste modo, rentabilizar meios (geralmente dispendiosos) usados na abertura de sanjas e realização de sondagens.

Tanto os geo como os bioindicadores, assim como dados estratigráficos, sedimentológicos, geomorfológicos, cronológicos, arqueológicos, podem ser introduzidos em ambiente SIG, depois de convenientemente georreferenciados. O SIG permitirá obter, após cruzamento de toda a informação, a reconstrução de paleorrelevos e paleopaisagens.

Geo e bioindicadores da zona costeira

A zona costeira, no limite terra-mar, é uma área onde qualquer variação do nível do mar se faz sentir com particular acuidade. Na reconstrução paleoambiental da zona costeira são utilizados geo e bioindicadores especialmente sensíveis a variações do nível médio do mar e à migração da costa acompanhada da mobilidade dos ambientes ditos de transição (praias, lagunas, estuários, deltas, rasos de maré).

Alguns indicadores, pela especificidade de suas características, permitem inferir daquelas variações à escala centimétrica, o que pode ajudar a esclarecer dúvidas de interpretação quer de investigadores das ciências da terra quer de arqueólogos. Recorra-se a alguns exemplos da literatura.

Na reconstituição da história de portos e actividades portuárias, é muito importante identificar e datar posições relativas do nível do mar. Determinados bioindicadores, fixos às paredes de antigos cais, permitem estimar a paleo-profundidade da coluna de água, o que é fundamental para compreender a evolução do assoreamento local e o calado de antigos barcos (MOHRANGE, 2014).

Os animais e as plantas marinhas bênticas estão estreitamente adaptados a condições ecológicas muito precisas, como intensidade da luz, turbidez, salinidade da água, temperatura e exposição ao *surf*. Portanto, variações nas condições ecológicas derivadas de mudança do nível relativo do mar são seguidas de modificações quantitativas e qualitativas dos organismos, com substituição por formas mais tolerantes. Esta zonação é particularmente bem definida em tanques de pesca, os quais se encontram abrigados das tempestades e da ondulação (MOHRANGE *et al.*, 2013).

O limite superior da zona infralitoral é marcado por um aumento súbito da biodiversidade, definindo um nível do mar biológico. Esta zona é densamente ocupada por moluscos, gastrópodes, vermetídeos fixos e crustáceos cirrípedos como,

por exemplo, *Balanus* spp. Este tipo de bioindicadores pode ser usado para corrigir informação obtida por indicadores arqueológicos de nível do mar (MOHRANGE *et al.*, 2013).

Quanto aos geoindicadores, há, também, alguns particularmente usados na zona costeira. Por exemplo, a presença, numa praia actual, de um depósito limo-argiloso ou limo-arenoso, orgânico e plástico, à cota do nível médio do mar actual (Fig. 1), implica a existência de um ambiente aquático de água confinada num período anterior, o qual poderá ser datado por radiocarbono através da matéria orgânica nele contida. Do mesmo modo, se sob as dunas de uma praia se encontra uma camada de seixos marinhos, tal significa que houve uma mudança substancial das condições energéticas de um ambiente marinho de dinâmica elevada para um ambiente dominado pelo vento. Tanto num exemplo como no outro, a mudança de ambiente (que pode ter sido gradual ou brusca; Fig.2) está relacionada com factores como o clima, abastecimento sedimentar, variações relativas do nível do mar ou até acções antrópicas.

Tentando sintetizar, podem enumerar-se alguns dos bio e geoindicadores mais usados na zona costeira. Entre os bioindicadores destaca-se a fauna bêntica infralitoral incluindo os elementos bio-construtores e bio-erosivos, os foraminíferos, os ostracodos, as diatomáceas, os radiolários, os pólenes e palinomorfos, fragmentos vegetais. Entre os geoindicadores podem referir-se turfas, depósitos lagunares, tempestitos, *beachrocks* (Fig. 3), couraças, superfícies de abrasão, solapas, conglomerados, níveis eólicos, *ventifacts*, paleossolos (Fig. 4), pátinas. A uma escala maior, podem considerar-se outros geoindicadores tais como estruturas sedimentares (figuras de carga, de erosão, traços, etc.; Fig. 5), as quais contribuem de modo decisivo para o reconhecimento de mudanças de processos e de acontecimentos súbitos.

Tanto os geo como os bioindicadores usados na actual zona costeira são ferramentas da maior utilidade na reconstrução da posição relativa do nível do mar e das costas, de suas causas e consequências.

Um caso de estudo

Na praia de Rio de Moinhos (Fig. 6), no concelho de Esposende, em 2006, a seguir a um evento que implicou acentuada perda de areia da praia, ficou a descoberto, em baixa mar, um depósito escuro, no qual se encontravam alguns troncos de árvore dispersos, em posição de vida. Simultaneamente, foram encontradas madeiras trabalhadas e inúmeros restos de cerâmica.

Um tronco foi serrado (Fig. 7) e deste foram retiradas duas sub-amostras, uma para datação e outra para identificação da madeira. Do mesmo modo, procedeu-se com uma das madeiras trabalhadas.

Surgiu a oportunidade de um trabalho conjunto de geologia e arqueologia, cujos resultados preliminares foram primeiro apresentados em Bruxelas (*4th International Geologica Belgica Meeting 2012*) e depois publicados em *O irado mar atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (norte de Portugal)* (eds. MORAIS Rui, GRANJA Helena, MORILLO Ángel, 2013, Braga).

Rapidamente, a praia foi recoberta por areia e aqueles vestígios enterrados (alguns podem ter sido destruídos pelo mar). Assim permaneceram escondidos, até que, em 2013, reapareciam novamente alguns desses materiais e muitos outros. A extensão do

depósito escuro (Fig. 8) era agora muito maior prolongando-se para norte e sul do passadiço de acesso à praia. As arqueólogas da Divisão de Acção Cultural da Câmara Municipal de Esposende (Ana Almeida e Ivone Magalhães) procederam à inventariação dos achados e recolha de peças cerâmicas. Simultaneamente realizaram-se colheitas de sedimentos e de madeiras em posição de vida.

Neste caso de estudo, particularmente interessante uma vez que pressupõe um naufrágio romano (MORAIS *et al.* eds, 2013), além de artefactos arqueológicos, existem, à vista desarmada, geoindicadores de um passado diferente do actual. Para conhecer a história evolutiva desta área, procuraram-se outros indicadores à escala do pormenor e dataram-se alguns níveis orgânicos e novos fragmentos de madeira.

Os indicadores usados neste estudo incluem pólenes e diatomáceas (bioindicadores), sedimentos e geofomas (geoindicadores).

A realização de sondagens por trado permitiu a obtenção de amostras que foram utilizadas para reconhecimento de indicadores e para datações. A espessura de sedimentos não ultrapassa 50cm (Fig. 9). Sob estes encontra-se a plataforma rochosa. Sobre esta, nalguns locais, encontram-se vestígios de um conglomerado marinho ferruginizado (Fig. 10). A plataforma rochosa apresenta, em vários sítios, cavidades de ouriços, geoindicador da sua permanência em ambiente infralitoral, sem cobertura sedimentar (Fig. 11). De destacar que são observáveis, nalguns desses sítios, salinas escavadas na rocha (Fig. 12).

A coluna sedimentar mostra a passagem de areias muito finas a limos argilosos, uns e outros muito mal calibrados, muito orgânicos, correspondendo a um ambiente aquático confinado que vai perdendo energia. A caracterização da sequência polínica (DANIELSEN e MENDES, 2013) revela, da base para o topo, passagem de ambiente confinado de tipo charco a salobro e finalmente a ambiente de água doce aberto (*open freshwater*), pressupondo um aumento da coluna de água (Fig. 13). Num processo natural de *hydrosere* (sucessão de plantas que ocorre em ambiente de água doce aberto) haverá tendência para a sua colmatação dando origem a pântano e sapal e finalmente a bosque. Ora o que se passa neste caso é exactamente o contrário, o que pode reflectir mudança lateral da posição do leito do rio ou manipulação do ambiente por actividades antrópicas. Nesta fase da investigação não são de excluir mudanças climáticas e/ou do nível do mar. (Neste momento ainda não são conhecidos os resultados das diatomáceas, os quais podem ajudar a refinar o modelo evolutivo).

Observando a fotografia aérea, verifica-se que a zona é controlada estruturalmente por alinhamentos preferenciais NO-SE, bem visíveis na plataforma rochosa, a qual tem uma superfície de exposição mais larga a sul e mais estreita a norte, onde é ligeiramente mais elevada e se encontra muito próximo da arriba talhada no que resta da duna mais alta desta área. O levantamento sub-aquático até -5m de profundidade, realizado frente à praia, parece apontar a existência de um canal orientado E-O. Contudo, é possível que exista um canal mais importante NO-SE, mas a confirmação necessita de outros levantamentos mais a norte.

A interpretação dos perfis de georradar realizados na praia de Rio de Moinhos e área adjacente revela uma descontinuidade, para norte, das cristas de seixos existentes, sob as dunas, na zona mais meridional. A norte, parece haver apenas algumas saliências atenuadas, não tendo as cristas tido possibilidade de se desenvolver como a sul, o que

pode ter sido resultante da acção do rio que tal impediria, originando aí um pequeno estuário ou estando represado artificialmente.

Tal interpretação é corroborada pela existência da vasta área ocupada pelo depósito escuro, posto a descoberto na baixa mar, o qual corresponde ao ambiente de zona húmida acima referido, no qual se verifica um aumento da coluna de água doce a partir de 4060 ± 30 BP (passagem do ambiente de água salobra a doce aberta; Tabela 1). Atendendo a que i) havia floresta de *Alnus* (Fig. 13) em 5590 ± 80 BP, ii) a que não foram encontrados quaisquer indicadores de influência marinha nos sedimentos e iii) admitindo que o nível do mar estacionou na actual posição entre 5000 e 4000 BP, como defendem DIAS *et al.* (2000), a área onde se insere a actual praia de Rio de Moinhos teria de se encontrar afastada do mar durante o intervalo temporal a que se refere este estudo (5590 ± 80 BP- 3550 ± 30 BP). Resta saber se esse distanciamento do mar se deveu a causas naturais, antrópicas ou ambas, o que não pode ainda ser respondido na actual fase de investigação.

Quanto às salinas, se forem romanas (possibilidade apontada por Brochado de Almeida em comunicação pessoal), pressupõem que esta plataforma esteve emersa, acima da zona intertidal, após ter estado imersa (como provam as cavidades dos ouriços). Com as devidas reservas, poderíamos especular que o nível do mar se encontrava mais baixo e a zona onde hoje existe a praia de Rio de Moinhos constituiria uma lagoa talvez acessível por mar. Aguarda-se que a investigação em curso permita esclarecer e responder a muitas outras questões.

Conclusão

Os indicadores, sejam geo ou bio, são ferramentas da maior utilidade na interpretação da evolução dos ambientes do passado e na reconstituição de níveis relativos do mar e posicionamento das costas. A importância relativamente recente dada aos sedimentos pelos arqueólogos, enfatizando a influência e co-evolução do meio físico nas sociedades, veio promover a multidisciplinaridade e o enriquecimento da investigação sobre as interações homem-ambiente nas sociedades antigas.

Actualmente, em qualquer trabalho de investigação arqueológica é inaceitável não incluir o estudo do meio físico por onde as sociedades passaram ou se instalaram. O recurso a várias disciplinas, com diferentes metodologias de trabalho, torna-se cada vez mais importante na abordagem da história das sociedades do passado, da sua relação com o ambiente e do modo como este condicionou a vida e hábitos das populações.

Os geo e bioindicadores são ferramentas fundamentais na investigação do passado como no diagnóstico das condições ambientais actuais. O caso de estudo da praia de Rio de Moinhos, cuja investigação ainda está na fase inicial, é disso um bom exemplo.

Agradecimentos

Quero expressar os meus agradecimentos a Randi Danielsen (IGESPAR) pela análise polínica das amostras e a Julian Orford (Queen's University of Belfast) pelo seu precioso contributo na interpretação e análise crítica dos radargramas.

Bibliografia

BERGER Antony (2002), Tracking rapid geological change. *Episodes*, 25 (3), pp. 154-159

BERGER A. R; IAMS W J, eds. (1996), *Geoindicators—assessing rapid environmental changes in earth systems*, Rotterdam, A.A. Balkema, 466p.

DANIELSEN Randi, MENDES Patrícia (2013), Preliminary report: Palynological investigation of a core from Rio de Moinhos, Esposende, 9 pp

DIAS João Alveirinho, BOSKI Thomas, RODRIGUES Aurora, MAGALHÃES Fernando (2000), Coast line evolution in Portugal since the Last Glacial Maximum until present – A synthesis. *Marine Geology* 170, pp 177–186

GHILARDI Mathieu; DESRUELLES Stéphane (2009), Geoarcheology: where human, social and earth sciences meet with technology. *Surveys and Perspectives Integrating Environment and Society*, 2 (2) Special issue Methods

MOHRANGE Christophe, MARRINER Nick, EXCOFFON Pierre, BONNET Stéphan, FLAUX Clément, ZIBROWIUS Helmut, GOIRAN Jean-Philippe, and EL AMOURI Mourad, 2013, Relative sea level changes during Roman times in the Northwest Mediterranean: the 1st century A.D. fish tank of Forum Julii, Fréjus, France, *Geoarchaeology: An International Journal*, 28, pp 363–372

MOHRANGE Christophe, 2014, The geoarchaeology of ancient Mediterranean harbours. In MORHANGE Christophe, MARRINER Nick, CARAYON Nicolas, *La géoarchéologie française au XXI^e siècle*, França, Chapitre XX, pp 245-253

MORAIS Rui, GRANJA Helena, MORILLO Ángel (eds) (2013), *O irado mar atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (norte de Portugal)*, Braga, ISBN 978-989-97443-1-8

nmm relativo ao actual	Geoindicador	Bioindicador	Ambiente	Datação (radiocarbono anos BP)	Artefactos
< (?)			Estuarino (?) /lagunar (?)	Romano/ Augustano	Cerâmica (naufrágio)/ salinas (?)
<	Sedimentos finos, mal calibrados, orgânicos, escuros	Pólens (ver Fig. 13)	Água doce aberto Salobro Charco (pântano)	3550±30 4060±30 4860±30	
<		Troncos e raízes de <i>Alnus</i>	Floresta sobre solo	4570±80 5480±30	Madeiras trabalhadas (?)
<		Cavidades de ouriços sobre a plataforma rochosa	Infralitoral		Indústria lítica (?)
= ou >	Conglomerado marinho		Praia		
= ou >	Plataforma rochosa		Marinho		

Tabela 1 – Quadro síntese dos indicadores e ambientes da praia de Rio de Moinhos



Fig. 1 – Exumação de um depósito lagunar numa praia

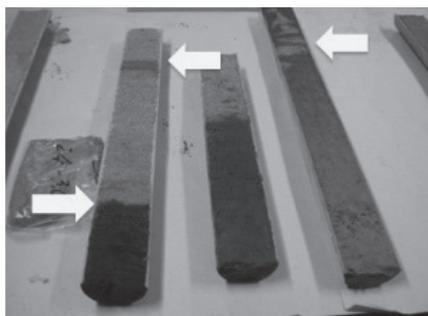


Fig. 2 – Passagem abrupta de ambientes sedimentares

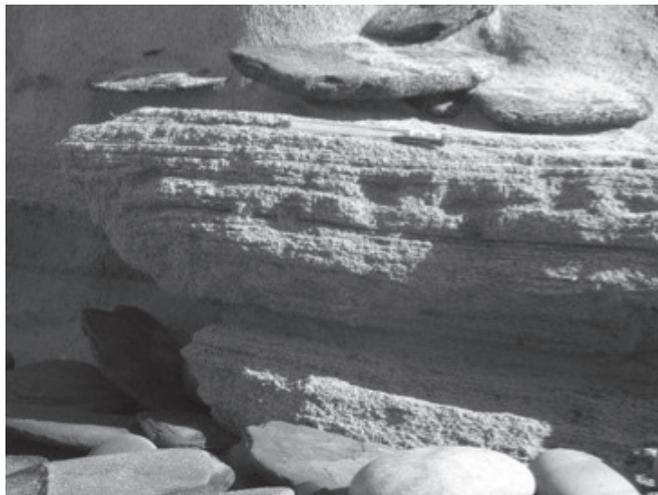


Fig. 3 – Beachrock exposto sob dunas da Pequena Idade do Gelo



Fig. 4 – Paleosolo do tipo podzol sob areias de praia e duna



Fig. 5 – Figuras de erosão (acção da água em ambiente eólico)

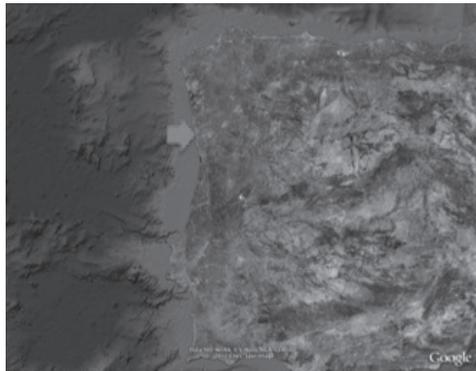


Fig. 6 – Localização da praia de Rio de Moinhos



Fig. 7 – Tronco de *Alnus glutinosa* a ser serrado para amostragem



Fig. 8 – Vista parcial do depósito lagunar exposto na praia de Rio de Moinhos



Fig. 9 – Pormenor do depósito lagunar e raízes de árvores in situ



Fig. 10 – Restos de conglomerado marinho ferruginizado

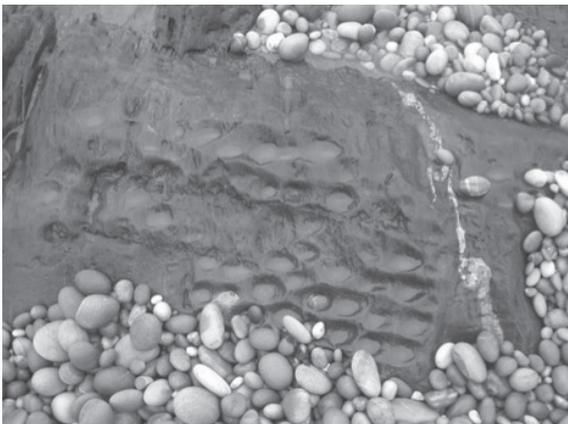


Fig. 11 – Cavidades de ouriços na plataforma rochosa



Fig. 12 - Salina na plataforma rochosa com cavidades de ouriço

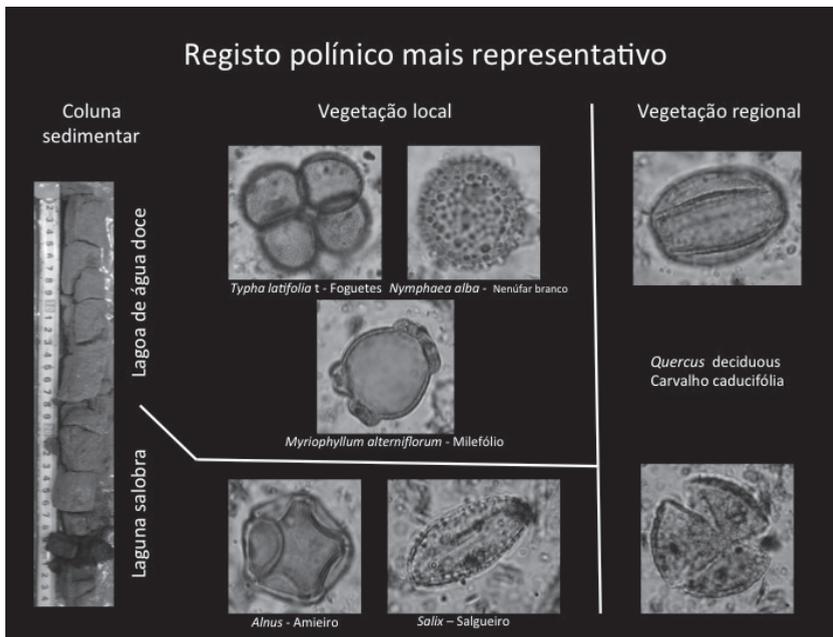


Fig. 13 – Registo polínico mais representativo do depósito (DANIELSSEN Randi)

Depois de Abril: quatro décadas de Arqueologia Municipal em Portugal

António Manuel S. P. SILVA
CITCEM¹

Resumo

A arqueologia municipal é, como todo o Poder Local, uma conquista da revolução de Abril. O artigo elenca as principais linhas de força do desenvolvimento da arqueologia portuguesa após 1974, destacando a emergência de serviços próprios de arqueologia em muitas dezenas de autarquias portuguesas a partir da década de 1980. Utilizando os dados de diversos inquéritos e levantamentos faz-se o retrato possível desta realidade, todavia só possível em maior profundidade com estudos de caso e análises mais detalhadas. Não obstante, o contributo das estruturas municipais de arqueologia para a salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico é sem dúvida crucial para a representação destes bens culturais nas populações e para a afirmação dos arqueólogos como cientistas sociais relevantes para o tecido cultural do País.

Palavras-chave: Arqueologia; Património; Municípios

Abstract

“Municipal archaeology”, meaning archaeological conservation and management carried on by local councils’ professional units, is, as well as all local democratic government, an April 25th Revolution’s conquest. The paper summarizes the main streams of Portuguese archaeology post-1974 development, underlining the emergence of dozens of municipal units since 1980. Based upon the available surveys, a general portrait of municipal archaeology is attempted, even considering the absence of case studies and deeper analysis. Nevertheless, the relevance of these kind of local units for the conservation, study and promoting of the Portuguese archaeological heritage is unquestionable and crucial for communities’ representations of those cultural elements and for archaeologists’ affirmation as essential social scientists in the cultural network of the country.

Keywords: *Archaeology; Cultural heritage; Municipalities*

¹ Arqueólogo na Administração Local, presentemente Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. CITCEM/Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória. amspilva@hotmail.com

No contexto deste colóquio promovido pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, visando colocar em perspectiva as quatro décadas de democracia portuguesa no património e ciência no norte do País, foram abordadas as três áreas onde incide a actividade docente daquele departamento, a arqueologia, a história da arte e a museologia.

Se em todos estes sectores do património e das ciências humanas os reflexos da nova sociedade saída da revolução de Abril se fizeram sentir, como o expressaram os diversos especialistas convidados para o evento, na arqueologia portuguesa essas transformações, a nível conceptual como de práticas, traduziram-se muito em particular pelo desenvolvimento desta área patrimonial no quadro do poder local, promovendo uma verdadeira democratização do conhecimento arqueológico, e pela emergência de uma nova classe profissional, os arqueólogos, distribuídos essencialmente pela Administração Central e Local e, desde há duas décadas, também pelo exercício em regime comercial.

Estes processos, acompanhados ou mesmo suscitados por todo o novo edifício legislativo que caracteriza o País nos nossos dias, traduziram-se por uma nova consciência patrimonial na opinião pública e nas comunidades locais e provocaram indiscutíveis avanços e aproximações aos padrões internacionais no que se refere aos diferentes dispositivos de salvaguarda, estudo e valorização dos bens arqueológicos.

A Arqueologia Municipal, uma conquista de Abril

Não é de todo possível falar de arqueologia municipal antes da implantação do regime democrático em Portugal, quer se aborde a questão no plano da história do municipalismo, quer se a encare na óptica da evolução da arqueologia no País.

Na verdade, os municípios do Estado Novo, secundarizados na orgânica corporativa instituída pela Constituição de 1933 e consagrada pelo Código Administrativo de 1936-1940, possuíam uma base representativa praticamente nula, não tinham autonomia real e nem sequer dispunham de recursos financeiros que lhes permitissem qualquer ambição modernizadora (OLIVEIRA 1996). Assim, os concelhos dependiam de subsídios pontuais da administração central, angariações de fundos por parte de “comissões de melhoramentos” ou de patronos locais para qualquer acção que ultrapassasse a modesta gestão corrente, enquanto que os seus quadros de pessoal integravam escassos licenciados, limitados ordinariamente a alguns engenheiros, advogados e progressivamente arquitectos, para além do médico ou veterinário.

Por sua vez, a arqueologia portuguesa, distante já do fulgor e brilhantismo intelectual das duas gerações de fundadores que a haviam liderado até às primeiras décadas do século XX, ou mesmo do fervor nacionalista de outros vultos no período subsequente, manifestava progressos muito lentos e um gritante desfasamento com os desenvolvimentos da disciplina noutros países europeus. Nas vésperas da revolução de Abril a arqueologia era ainda uma prática essencialmente amadora ou confinada a meia dúzia de figuras do meio académico, se bem que deva assinalar-se, pelo seu carácter pioneiro, a contratação de uma equipa de arqueólogos pelo Gabinete da Área de Sines, em 1972, para a execução de trabalhos que hoje descreveríamos como um largo estudo de impacte ambiental com a implementação de medidas minimizadoras,

no caso traduzidas pela escavação de diversos sítios arqueológicos (SILVA; SOARES 1981; FABIÃO 1999; 2011).

No quadro da Constituição Portuguesa de 1976, a democracia local nasceu com as primeiras eleições autárquicas a 12 de Dezembro do mesmo ano, tendo sido fundada, a partir dos anos subsequentes, num novo edifício legislativo assente na Lei das atribuições das Autarquias (Lei nº 79/77, de 25 de Outubro) e muito especialmente na Lei das Finanças Locais (Lei nº 1/79, de 2 de Janeiro), que finalmente garantia, concretizando o novo modelo constitucional, meios dignos e substancial autonomia de gestão aos municípios, a que se seguiriam outros diplomas de grande relevância.

Desta forma, o exercício do poder local, promovendo a descentralização e uma forte participação das populações, trouxe consigo mais ou menos rapidamente e dependendo muito das circunstâncias políticas e lideranças de cada município, reivindicações de natureza cultural onde se inseria o património histórico e arqueológico, sendo também de destacar, a este propósito, o papel do movimento associativo, como veremos. Passariam ainda alguns anos até que diversos municípios comesçassem a contratar arqueólogos e estabelecessem serviços próprios neste domínio; todavia, na raiz deste processo está sem dúvida a afirmação do património e das capacidades locais como (mais) um instrumento de legitimação e fortalecimento das dinâmicas autárquicas.

A arqueologia portuguesa pós-1974

A democratização da vida política nacional suscitou, entre outros aspectos, uma maior capacidade de acesso ao ensino, livre circulação da informação, maior debate cultural e científico, o regresso ao País de intelectuais e cientistas exilados ou regressados dos estados africanos após a descolonização e toda uma vaga de “despertamento social”, se assim pode dizer-se, que aceleraram o caminho de modernização e aproximação às correntes internacionais que a arqueologia portuguesa vinha trilhando desde os inícios dos anos de 1970, do que serve de exemplo, entre outros movimentos, a acção do Grupo de Estudo para o Paleolítico Português e a descoberta da designada “arte do Tejo” (RAPOSO 2003; 2011; SILVA 2011).

Tais transformações verificaram-se, ainda em meados desta década, em quatro grandes planos: o movimento associativo local e regional, o lançamento de projectos de salvaguarda e investigação de referência, o desenvolvimento da arqueologia urbana e a própria renovação da disciplina arqueológica, a nível conceptual e geracional, verificada no meio universitário, de que emergiram novos modelos formativos.

A dinâmica associativa traduziu-se pela criação de numerosos grupos e colectividades que a primeira lei de bases do património cultural, publicada em 1985, haveria de consagrar como “associações de defesa do património” (OOSTERBEEK 1997; RAPOSO 1997; CANINAS 2010), entre as quais bastará enumerar, a título meramente exemplificativo – tanto mais que a matéria constou de outras colaborações ao Colóquio – o Centro de Arqueologia de Almada (1976), a ASPA, de Braga (1977), o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (1977), o GAAC, de Coimbra (1978) ou a Associação de Estudos do Alto Tejo, de Vila Velha do Ródão (legalizada em 1987 mas remontando a 1973). Algumas das entidades criadas naqueles anos dedicaram-se de forma particular à arqueologia, realizando trabalhos de campo, promovendo

conferências e colóquios ou publicando revistas ainda hoje emblemáticas no sector, como a *Arqueologia* (Porto, 1980-2001) ou a *Al-madan* (Almada, desde 1982).

Também nesse período arrancaram diversos projectos de investigação de grande longevidade e fortemente ancorados no substrato local, bastando citar a este propósito o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, estabelecido em 1978 (JORGE 1988), o Campo Arqueológico de Mértola, iniciado no mesmo ano (MATEUS 1998), ou o Campo Arqueológico da Universidade do Minho, que em 1976 lançou as bases da arqueologia urbana em Braga e de onde emergiu a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (ALVES *et al.* 1974-77).

Na verdade, a arqueologia urbana, que nas décadas do pós-guerra se foi desenvolvendo em diversos países europeus, contou em Portugal com escassos e descontínuos exemplos antes da revolução de Abril, em resultado da já referida incapacidade das estruturas municipais, da inexistência de um planeamento urbanístico integrado e integrador das diversas realidades que compõem o espaço da cidade e, naturalmente, da ausência de uma classe profissional de arqueólogos.

No âmbito do novo poder autárquico são ainda raras as intervenções arqueológicas de iniciativa ou enquadramento municipal na segunda metade da década de 1970, mesmo considerando o caso de Braga, que é excepcional, pois os trabalhos de salvaguarda e investigação foram praticamente desde o seu início integrados na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, só posteriormente a eles se associando a Câmara Municipal de Braga, cujo gabinete de arqueologia data de 1992.

Nos finais dos anos '70 e inícios da década seguinte merecem registo os trabalhos em Setúbal, dirigidos pelo recente Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal com colaboração da Autarquia (SOARES 2000) e os começos da arqueologia urbana no Porto, com uma intervenção ainda pontual, na Praça da Ribeira, em 1980 e as escavações da Rua D. Hugo, da responsabilidade de técnicos do Município com arqueólogos de entidades públicas e que estaria na base do futuro gabinete de arqueologia urbana do Porto (SILVA; OSÓRIO 1993; OSÓRIO; SILVA 1994; SILVA 2000; 2003). Nas últimas duas décadas do milénio muitos outros municípios, de Norte a Sul do País, foram constituindo serviços próprios de arqueologia, não sendo objecto deste texto a sua historiografia.

Por fim, também as principais Universidades, onde naturalmente se fazia sentir uma importante renovação não só de quadros como também no plano epistemológico e técnico-científico, do que a arqueologia, sendo uma área curricular reduzida não deixa de ser bom exemplo, reagiram às necessidades de especialização e aprofundamento, surgindo nos finais da década de 1970 novas licenciaturas, inicialmente como “Variantes de História da Arte e Arqueologia” nos cursos de História e pouco tempo volvido autonomizando-se estes dois ramos, de onde viria a emergir em 1999 a primeira licenciatura autónoma em Arqueologia, oferecida pela Universidade do Porto.

Acompanhando este processo há que referir ainda as importantes alterações ao nível da tutela e organização do património cultural no quadro da Administração Central, a par de todo um novo corpo legislativo que houve que implementar. Assim, destacam-se a publicação do primeiro Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Portaria 269/78, de 12 de Maio) e a criação do Instituto Português do Património Cultural em 1980 (Decreto Regulamentar 34/80, de 2 de Agosto), organismo pioneiro pela visão

integrada e multidisciplinar dos bens culturais que fomentou e de grande eficácia pela descentralização que promoveu através dos Serviços Regionais de Arqueologia (Dec.-Lei 403/80, de 26 de Setembro), uma estrutura de proximidade que coordenava os contactos com arqueólogos, municípios e outras entidades (SILVA; MARQUES 1992; SILVA 2002). Pouco depois, em 1985, era publicada a Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, de 6 de Julho), diploma de grande alcance e sentido inovador o qual, apesar de nunca ter sido regulamentado, marcou sem dúvida uma época na história da arqueologia portuguesa (*Idem*), merecendo nota também a transposição para a legislação portuguesa (Dec.-Lei 186/90, de 6 de Junho) da Directiva 85/377 da Comunidade Europeia, respeitante à avaliação de impactes ambientais, pelos profundos reflexos que a breve trecho teve em toda a arqueologia portuguesa.

A década de 1990, a que já não poderemos aqui referir-nos em detalhe, veria desenvolver-se a profissionalização dos arqueólogos, para o que muito contribuiu o desenvolvimento da arqueologia municipal (SILVA 1997), os começos da arqueologia comercial praticada por empresas especializadas e a “crise do Côa”, verdadeiro evento-charneira da história da arqueologia e do património em Portugal, de onde emergiria o Instituto Português de Arqueologia (Dec.-Lei 117/97, de 14 de Maio), organismo que até 2007 tutelou a actividade e a gestão do património arqueológico nacional.

A arqueologia municipal: o retrato possível

Diversos inquéritos e levantamentos permitem algumas aproximações às modalidades e evolução da “arqueologia municipal” nas últimas quatro décadas, entendendo-se esta expressão não no sentido lato de arqueologia urbana ou de toda a intervenção arqueológica realizada no território de um dado concelho, mas no sentido próprio do recurso a arqueólogos e outro pessoal técnico, numa base profissional minimamente estável, e sobretudo à implementação de estruturas orgânicas com atribuições relacionadas com a arqueologia. Todavia, como se verá, os dados disponíveis não possibilitam a comparabilidade e limitam muito a análise quantitativa.

O primeiro destes instrumentos é o *Inquérito aos Arqueólogos* lançado em 1995 pela Pró-APA, órgão embrionário da Associação Profissional de Arqueólogos estabelecida pouco tempo depois, inquérito tendencialmente exaustivo que visava, essencialmente, uma primeira caracterização da classe que sustentou a novel associação. Nesse mesmo ano, para um *poster* apresentado ao Encontro da Associação Europeia de Arqueólogos realizado em Santiago de Compostela², fizemos também um inquérito às autarquias com serviços de arqueologia, levantamento tanto quanto possível sistemático a partir do nosso conhecimento da realidade e as informações obtidas (SILVA 1997).

Em 2002 foi a própria APA a lançar um *Inquérito à Actividade Arqueológica nas Autarquias* com o objectivo de conhecer melhor a arqueologia praticada nos municípios, independentemente do seu enquadramento institucional (ASSOCIAÇÃO... 2002). A mesma entidade empreendeu em 2006 um *Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica*, recenseamento mais amplo mas que igualmente forneceu dados sobre a actividade

² Trabalho em colaboração com Maria Isabel Pinto Osório. Não publicado, se bem que os elementos essenciais tenham sido reproduzidos em SILVA 1997.

autárquica (ALMEIDA 2007). Finalmente, já em 2014, a APA realizou o inquérito *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*, no âmbito do projecto europeu DISCO (*Discovering the Archaeologists of Europe*) que envolveu 21 países membros da união europeia (VV.AA. 2014).

Como advertimos, estes inquéritos são bastante desiguais nos seus propósitos, permitindo observações de interesse sobre diversos aspectos da prática arqueológica mas raramente dirigindo-se especificamente (com excepção do levantamento que nós próprios fizemos em 1995) aos municípios com serviços próprios de arqueologia. Por outro lado, todos os inquéritos foram abertos, voluntários e tendencialmente universais, nunca se tendo optado pela selecção de uma amostragem controlada que permitisse, porventura, extrapolações estatísticas; ora, como a taxa de respostas foi quase sempre relativamente baixa, as apreciações à escala nacional ficam claramente comprometidas.

Em 1995, cruzando os dados dos dois inquéritos levados a cabo, registavam-se já 56 municípios do território continental com serviços próprios de arqueologia (20% do total dos concelhos). Mais de 70% destas estruturas organizavam-se como “gabinetes” ou serviços de arqueologia, enquanto as restantes ligavam-se usualmente a museus. A sua distribuição geográfica (Fig. 1) mostrava uma certa concentração nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, se bem que também no Entre Douro e Minho e Alentejo se verificasse a presença de estruturas técnicas deste tipo. A arqueologia municipal envolveria então cerca de 250 pessoas, das quais 27% eram arqueólogos; todavia perto de 40% dos arqueólogos e cerca de 50% dos restantes técnicos não faziam parte dos quadros, trabalhando a contrato ou em regime de prestação de serviços (SILVA 1997).

Ao Inquérito feito pela APA em 2002 responderam 118 Autarquias, 75 delas com “actividade arqueológica”, dados que projectados a nível nacional com correcção do enviesamento da amostra através da base de dados do Instituto Português de Arqueologia, entidade que à data tutelava a arqueologia nacional, permitiram calcular que apenas c. de 37% dos municípios portugueses (114) tinham “actividade arqueológica” (Fig. 2), evidenciando igualmente uma distribuição geográfica algo irregular onde o interior norte e centro do País exibiam escassa representação (ASSOCIAÇÃO... 2002).

Importa observar, todavia, que esta actividade na área da arqueologia não se refere explicitamente à existência ou envolvimento de quadros técnicos próprios dos municípios mas antes à totalidade das intervenções, na sua maioria decorrentes de projectos de investigação conduzidos por arqueólogos e instituições externos às respectivas autarquias. Na verdade, verificou-se através do mesmo inquérito que apenas 28 dos municípios com “actividade arqueológica” dispunham de estruturas próprias de arqueologia, o que não reflectiria certamente um retrocesso significativo em relação aos dados de 1995 mas pura e simplesmente o universo das entidades que responderam ao inquérito (118 dos 308 municípios portugueses). Ainda pelo mesmo instrumento apurou-se que apenas 28% dos indivíduos envolvidos na arqueologia municipal eram arqueólogos, mas destes técnicos, contabilizados então em 89, 52% possuíam vínculo laboral precário (ASSOCIAÇÃO... 2002).

Ao Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica feito em 2006 pela mesma associação (ALMEIDA 2007) responderam, para além de outras entidades, 109 Municípios (menos ainda que em 2002), dos quais 63 apontaram a existência de

“actividade arqueológica”, traduzindo aparentemente esta indicação estruturas próprias de arqueologia, o que parece sugerir algum progresso em relação aos dados de 1995³. A distribuição geográfica dos concelhos com serviços de arqueologia apresenta extensas lacunas (Fig. 3), mas, como advertiram os responsáveis, os resultados foram fortemente condicionados pela baixa participação das autarquias (*Idem*: 132). Os dados mostraram ainda que os recursos humanos afectos à arqueologia municipal incluíam c. de 90 arqueólogos, dos quais 53% não possuíam vínculo aos quadros das respectivas autarquias, parecendo que os arqueólogos teriam então maior representatividade (c. de 37%) entre os colaboradores da área da arqueologia (*Idem*: 142), perpetuando a “pirâmide invertida” (mais arqueólogos do que assistentes de arqueólogos) verificada em 2002 (*Ibidem*).

Já em 2014 a APA divulgou os resultados do inquérito conduzido no âmbito do projecto europeu DISCO, destinado a caracterizar os arqueólogos portugueses como classe socioprofissional e as suas condições de trabalho e não propriamente as instituições em que se enquadram, mas ainda assim de grande utilidade (VV. AA. 2014). Responderam ao inquérito 53 municípios, número mais escasso que em iniciativas anteriores mas relevante porque obtido num universo de 128 autarquias que, segundo levantamento preliminar, dispunham de arqueólogos, o que representa, para o território continental, uma taxa de cerca de 45% de municípios com serviços próprios de arqueologia. De acordo com os mesmos dados, nesses municípios estão empregados 91 arqueólogos, o segundo sector profissional a seguir ao das empresas, onde se registavam 128 arqueólogos (*Idem*: 83). O inquérito foi dirigido a 872 arqueólogos, recenseados pelo cruzamento de diversas fontes, tendo sido obtidas 572 respostas (*Idem*: p. 28, 31), números que não se afastam muito das estimativas feitas há poucos anos, que apontavam para a existência em Portugal de cerca de 1200 arqueólogos em 2008 (LOPES 2012: 15) ou 1340, considerando todos os que solicitaram autorização para trabalhos arqueológicos entre 2001 e 2010 (BUGALHÃO 2011: 34)⁴.

Naturalmente, para além destes esparsos dados quantitativos, importaria analisar em diacronia o que foi efectivamente a actividade dos arqueólogos municipais e o investimento das autarquias neste domínio do património cultural nas últimas décadas, considerando as principais áreas de actuação e o modo como certamente contribuíram para moldar uma nova sensibilidade pública em relação ao património arqueológico. Se bem que nos inquéritos atrás referidos existam dados para alguma análise qualitativa, a que podem acrescentar-se por exemplo, entre outra bibliografia dispersa, os volumes de actas dos encontros de arqueologia urbana realizados entre 1985 e 2000 VV.AA. 1986; 1994; 2003; BARROS; HENRIQUES 2002) e, mais recentemente, as actas do Encontro Arqueologia e Autarquias de 2008 (ALMEIDA; CARVALHO 2011), não podemos nesta síntese avançar mais sobre o assunto.

No que se refere à área metropolitana do Porto, onde a maior parte dos municípios dispõe de serviços próprios de arqueologia (Fig. 4) realizámos recentemente

³ Não tivemos acesso aos resultados brutos dos Inquéritos feitos pela APA, tão só aos elementos vindos a público, cuja fonte indicamos. No Inquérito de 2006 não houve correcção dos dados com outras fontes, como pontualmente sucedeu em 2002.

⁴ Dados disponibilizados nas sessões públicas de apresentação dos resultados do inquérito feitas pela APA.

algumas análises de conjunto (SILVA 2010a; PINTO; SILVA 2010) que revelam uma grande diversidade de práticas e impactes sobre o património e a sociedade, permitindo também vários vectores de reflexão sobre a eficácia dos mecanismos de salvaguarda e a produção e socialização do conhecimento obtido, observação que alargámos também aos planos directores municipais da Região Norte (SILVA 2010b), atendendo à grande importância deste instrumento de ordenamento para a salvaguarda dos imóveis arqueológicos.

Concluindo

A emergência do poder local na Terceira República suscitou um processo de dinamização e democratização das actividades educativas e culturais com naturais reflexos ao nível da arqueologia, considerando o interesse desta disciplina para o conhecimento da história local e, em consequência, para o aprofundamento de mecanismos identitários e até de legitimação dos sistemas de poder.

No que se refere, em particular, à arqueologia municipal, as circunstâncias de cada concelho levaram a desenvolvimentos multiformes e com diferentes ritmos evolutivos, considerando quer os distintos enquadramentos orgânicos das unidades técnicas de arqueologia, que a actuação dos protagonistas, no plano operativo ou de gestão política.

Deste modo, ao longo das quatro décadas do regime democrático fundado em Abril de 1974, vimos nascer e desaparecer serviços de arqueologia municipal, enquanto outros passaram por fases de grande dinâmica e entusiasmo alternadas com períodos de apagamento e mera sobrevivência. Do balanço global, que está por encetar, resultará por certo a evidência de muitos milhares de escavações e levantamentos arqueológicos, publicações, exposições, palestras e conferências, visitas e muitas outras acções de que resultaram a conservação, estudo e valorização de numerosos sítios e objectos arqueológicos, com vantagens que é dispensável enunciar.

Afinal, não obstante o significado indubitavelmente supra-local de muitos bens arqueológicos, a gestão deste género de património cultural deve efectuar-se na generalidade dos casos, em nossa opinião, à escala municipal, sem prejuízo das redes colaborativas e de promoção cultural e turística em que tais bens podem e devem estar inseridos.

Referências

ALMEIDA, Maria José (2007), Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica: uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas, *Praxis Archaeologica*, 2, p. 129-171 [Artigo em linha. Disponível em <http://www.aparqueologos.org>]

ALMEIDA, Maria José; CARVALHO, António (eds.) (2011), *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias, Centro Cultural de Cascais, 25 a 27 de Setembro de 2008*, Cascais, Câmara Municipal

ALVES, Francisco J. S. *et al.* (1974-77), O salvamento de *Bracara Augusta*. I. O campo arqueológico da Universidade do Minho (Braga): breve história, organização e objectivos, *O Arqueólogo Português*, Série III (7-9), Lisboa, p. 416-423

ASSOCIAÇÃO Profissional de Arqueólogos (2002), *Inquérito Actividade Arqueológica nas Autarquias. Apresentação de resultados*. Documento electrónico:

apresentação Microsoft Office Powerpoint [Em linha. Disponível em <http://slideplayer.com.br/slide/1848800/>]

BARROS, Luís; HENRIQUES, Fernando (coord.) (2002), *3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 1997)*. Actas, Almada, Museu Municipal

BUGALHÃO, Jacinta (2011), A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia & História*, 60-61, Lisboa, p. 19-43

CANINAS, João Carlos (2010), Associativismo e defesa do património (1980-2010), in CUSTÓDIO, Jorge (coord), *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 281-294

FABIÃO, Carlos (1999), Um século de Arqueologia em Portugal, *Al-madan*, 2ª Série, 8 (Out. 1999), Almada, p. 104-126

FABIÃO, Carlos (2011), *Uma história da Arqueologia portuguesa das origens à descoberta da arte do Côa*, Lisboa, Clube dos Coleccionadores dos Correios

JORGE, Vítor Oliveira (1988), Aboboreira: breve evocação da génese e dos objectivos de um projecto, *Arqueologia*, 17 (Junho 1988), Porto, p. 1-4

LEMONS, Francisco Sande; MARTINS, Manuela (1992), A arqueologia urbana em Portugal, *Penélope: fazer e desfazer a história*, 7, Lisboa, p. 93-103

LOPES, Andreia (2012), Segurança e Saúde em Trabalhos Arqueológicos: resultados de uma análise preliminar, *Al-Madan Online*, 17 (1), Almada, p. 14-18 [Em linha. Disponível em http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_17_1]

MATEUS, Rui (1998), Mértola: reflexões sobre um projecto de desenvolvimento local, in *Encontros Cem Anos de Arqueologia – “O Archeologo Português”*. Actas, Vila do Conde, APPA-VC, p. 109-127

OLIVEIRA, César de (1996), O Estado Novo e os municípios corporativos, in OLIVEIRA, César de (coord.), *História dos Municípios e do Poder Local (Dos finais da Idade Média à União Europeia)*, [Lisboa], Círculo de Leitores, p. 285-341

OOSTERBEEK, Luiz (1997), Associativismo e património arqueológico, in *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas em diálogo [Arkeos, 1]*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, p. 45-53

OSÓRIO, Maria Isabel N. A.; SILVA, António Manuel S. P. (1994), Intervenção arqueológica municipal no Porto - resultados, problemas e potencialidades, *Bracara Augusta*, 45 (Actas do 2º Encontro de Arqueologia Urbana), Braga, p. 87-102

PINTO, Filipe M. S.; SILVA, António Manuel S. P. (2010), Panorama da actividade arqueológica no Entre Douro e Vouga. Salvaguarda, gestão, investigação e valorização, in PINTO, Filipe (coord.), *Arqueologia da Terra de Santa Maria: balanços e perspectivas*, Santa Maria da Feira, Liga dos Amigos da Feira, p. 17-42

RAPOSO, Luís (2003), A acção de D. Fernando de Almeida na direcção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 21, Lisboa, p. 13-64

RAPOSO, Jorge (1997), Património e Associativismo, *Al-madan*, 2ª Série, 6 (Out. 1997), Almada, p. 100-120

RAPOSO, Luís (2011), Ródão, há quatro décadas, um eixo vertebrador do “meu mundo”, *Açafa on line*. 4 [Em linha. Disponível em http://www.altotejo.org/acafa/acafa_n4.html]

SILVA, António Carlos (2002), Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996): cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico, *Arqueologia & História*, 54, Lisboa, p. 299-315

SILVA, António Carlos (2011), A geração do Tejo. *Açafa on line*. 4 [Em linha. Disponível em http://www.altotejo.org/acafa/acafa_n4.html]

SILVA, António Carlos; MARQUES, Teresa (1992), Estrutura oficial da Arqueologia, *Al-madan*. 2ª Série, 1 (Dez. 1992). Almada, p. 32-35

SILVA, António Manuel S. P. (1997), Das Autarquias aos profissionais da arqueologia: perspectivas da sociedade civil, in *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas em diálogo* [Arkeos, 1], Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, p. 31-44

SILVA, António Manuel S. P. (2000), O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto: notas à margem de uma experiência de intervenção patrimonial, *Al-Madan*, 9, Almada, p. 130-140

SILVA, António Manuel S. P. (2003), Duas décadas de Arqueologia Urbana na Cidade do Porto. Aspectos da intervenção municipal”, in PINTO, Paulo C. (coord.), *Encontros do Património de Vila do Conde. Actas*, Vila do Conde, Câmara Municipal, p. 33-49

SILVA, António Manuel S. P. (2010a), Um passado sem fronteiras. Salvaguarda e gestão do património arqueológico na Área Metropolitana do Porto, in *Actas do Colóquio “Rocha Peixoto no Centenário da sua morte”*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, p. 33-53

SILVA, António Manuel S. P. (2010b), O património arqueológico nos novos Planos Directores Municipais da Região Norte, *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*, 4. Lousada, p. 195-216

SILVA, António Manuel S. P.; OSÓRIO, Maria Isabel N. A. (1993), Arqueologia no Porto: dos primórdios à moderna actividade municipal, in *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*, Porto, Câmara Municipal, p. 9-14

SILVA, Carlos T.; SOARES, Joaquina (1981), *Pré-história da área de Sines. Trabalhos arqueológicos de 1972-77*, Lisboa, Gabinete da Área de Sines

SOARES, Joaquina (2000), Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições, in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa, IPA, p. 101-130

VV.AA. (1986), *1º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, Lisboa, IPPC

VV.AA. (1994), *Actas Encontro de Arqueologia Urbana. Braga 1994, Bracara Augusta*. Vol. 45. Nº 97 (110). Braga

VV.AA. (2003), *Actas do 4º Encontro de Arqueologia Urbana. Amadora (...) 2000*, Amadora, Câmara Municipal/ARQA

VV.AA. (2014), *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-2014*. S.l., Associação Profissional de Arqueólogos [Em linha. Disponível em <http://www.discovering-archaeologists.eu/>]



Fig. 1- A arqueologia nos Municípios portugueses em 1995. Fonte: SILVA 1997



Fig. 2- Municípios com promoção de actividade arqueológica em 2002 (após correcção estatística). Fonte: ASSOCIAÇÃO... 2002

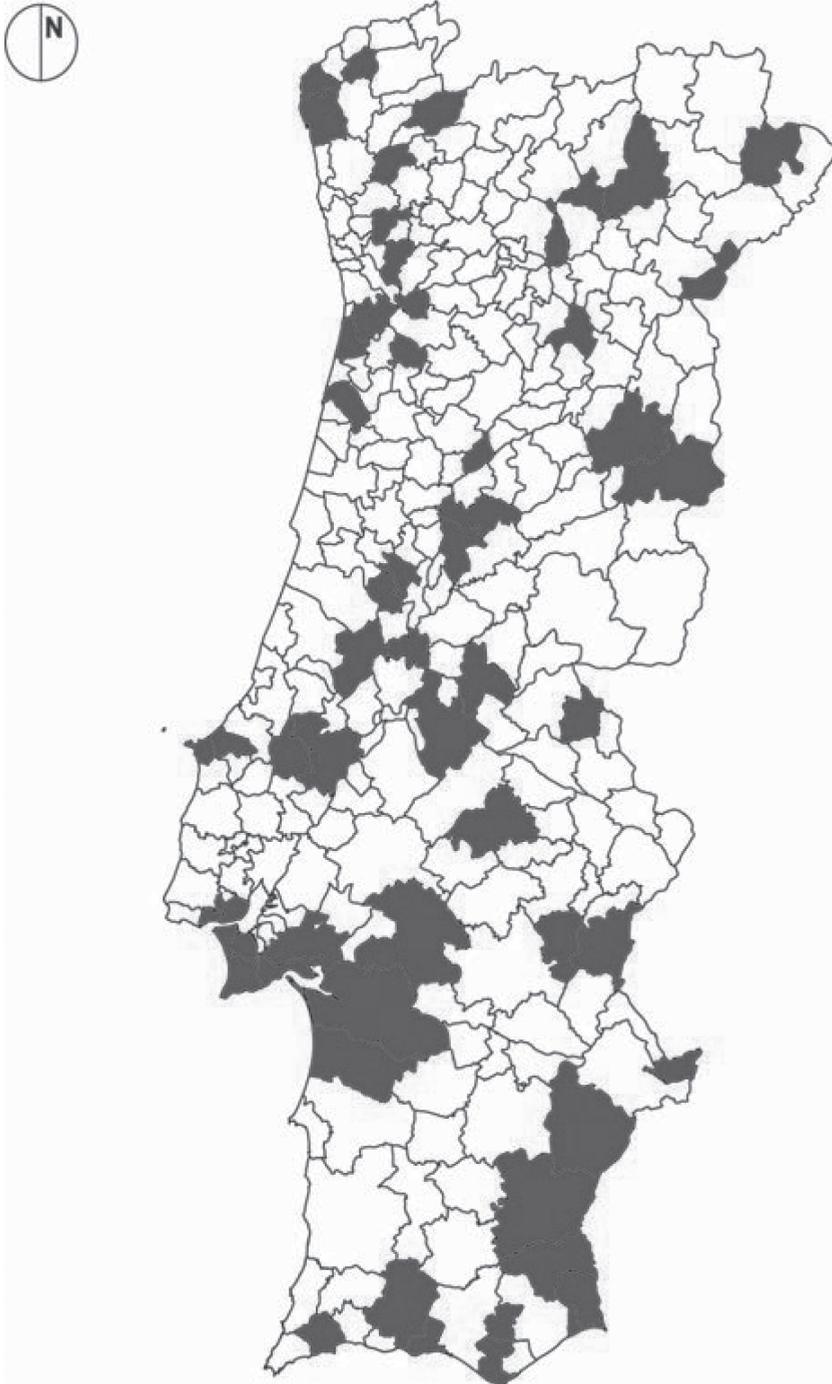


Fig. 3- Municípios com promoção de actividade arqueológica em 2006. Fonte: ALMEIDA 2007

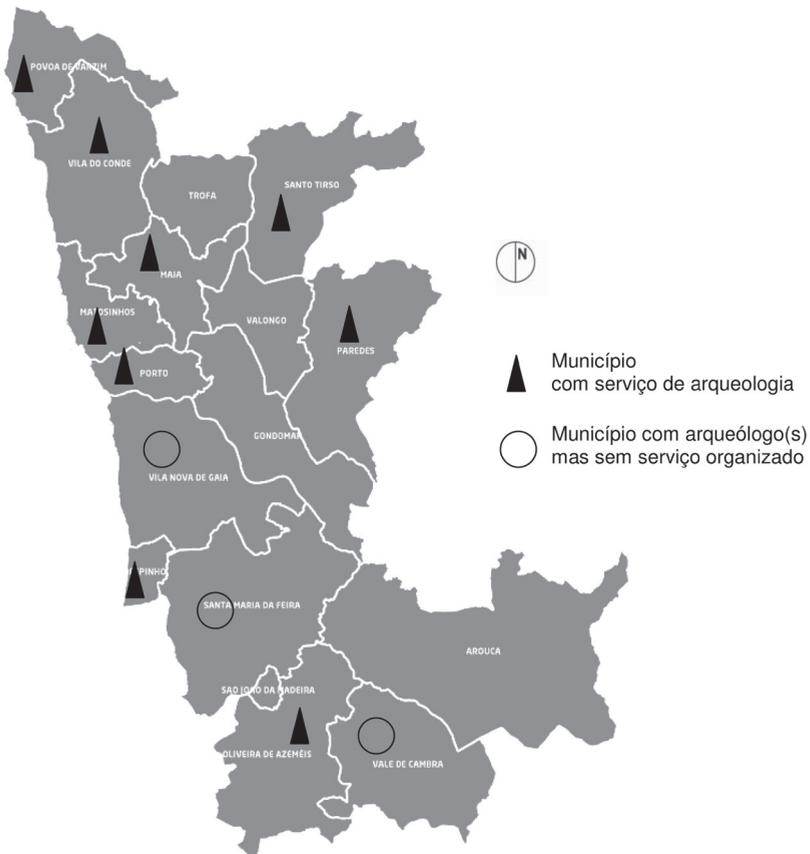


Fig. 4- A arqueologia na Área Metropolitana do Porto. Base cartográfica: <http://www.amtp.pt/>

Uma associação de defesa do património: ASPA, 37 anos ao serviço de Braga e do Minho

Eduardo Pires de OLIVEIRA¹
Henrique Barreto NUNES²

O respeito pelo passado, pelos valores mais importantes, sobretudo os materiais, arquitectónicos ou arqueológicos, parece ter centenas de anos em Braga. Estamos-nos a lembrar da recolha que o arcebispo D. Diogo de Sousa fez de uns tantos marcos miliários que estavam colocados nas margens de algumas das vias romanas que chegavam a Braga. Os conceitos eram então diferentes, a recolha estava ainda à frente do estudo, razão pela qual não foram guardadas informações sobre os locais de origem.

Com esta atitude D. Diogo de Sousa mostrou ser um humanista que estava a par do que se fazia na Itália renascentista que conheceu. Hoje lamentamos a retirada do lugar de origem, mas esta questão levanta outra que é eterna: se tivessem continuado no local será que ainda existiriam? A verdade é que todos nós conhecemos atitudes similares que foram acontecendo ao longo dos séculos, mesmo em pleno século XX, veja-se, por exemplo, a Exposição Mariana de Braga, de 1956, realizada com imagens recolhidas por toda a arquidiocese e depois depositadas no Museu arquidiocesano, o Pio XII. Se não se tivesse tomado esta atitude – à revelia dos párocos, diga-se – quantas delas não teriam desaparecido?

Voltemos, porém, a D. Diogo de Sousa e levantemos agora outra questão: a atitude de recolha daquelas pedras epigrafadas teve algum eco junto da população? Ou foi antes uma atitude individual, uma atitude de um homem que tinha uma cultura muito superior à dos seus cidadãos? Pensamos que efectivamente foi um acto individual, que a cidade não o secundou. A esse nível são notáveis as palavras de Jerónimo Contador de Argote dois séculos mais tarde, na sua obra *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga...*, no primeiro volume, datado de 1732:

He notável a incúria, e descuido dos nossos Portuguezes em procurar, e fazer manifestas ao publico as antiguidades do seu paiz, e tão grande, que nem ainda

¹ epoeduardo@gmail.com

² hbn13@gmail.com

compelidos da sua grandeza, e liberalidade do nosso Augusto Monarcha, tem dado satisfação às ordens, que se mandarão às Camaras, ministros Ecclesiasticos, e seculares de todo o Reyno, para efeito de manifestarem à Academia Real todas as que existissem, e de que tivessem noticia. Antes me consta he tal a malicia de alguns rusticos, que vendo, que procurarão as pedras, e Inscriptoens Romanas, que existem, com ordem de Justiça, imaginando, que isto se faz para achar tesouros, encombrem quanto podem a noticia de taes pedras, com a ambição de serem eles os que se aproveitem das imaginarias riquezas...

Argote não conhecia bem apenas a realidade bracarense. Embora esta seja uma obra sobre Braga, na realidade ele fala sobre o país, mede todos pela mesma bitola, a defesa dos vestígios do passado é apenas um atributo a que respondem uma meia dúzia de mentes esclarecidas, sendo que nesta data em Braga se deve falar do nome de Valério Pinto de Sá, um homem que escreveu várias obras que, significativamente, ficaram todas manuscritas. Lembramos também que nessa época apareceram em Braga um conjunto notável de peças em prata que o memorialista bracarense Manuel José da Silva Thadim³ deixou notícia, peças que hoje estariam expostas em qualquer museu português se tivessem sido conservadas, mas não foi esse o seu destino, numa altura em que as moedas de prata romanas também tinham algum curso na cidade, valendo pelo seu valor como metal nobre, o que chegou motivar pelo menos um processo em tribunal⁴.

Podemos dizer-se que o interesse da cidade na manutenção do seu património teve paralelo com o da criação de um museu, uma estrutura muito desejada porque nela poderiam ser recolhidas as antiguidades romanas existentes na cidade, bem como outras que também fossem notáveis. Um museu que no século XIX a Câmara Municipal várias vezes se comprometeu a levar avante, chegando mesmo a ser feito um projecto para um edifício próprio, mas que na realidade não passaria de um barracão, estrategicamente situado num dos jardins públicos da cidade, o das Carvalheiras, onde desde 1769 se encontravam dispersas muitas epígrafes romanas, a decorar o jardim ali existente. Seria, contudo, um local onde se poderiam guardar peças de vulto, onde seria difícil expor peças de pequena dimensão, como fragmentos cerâmicos ou de vidro. Mas acima de tudo, e isso é que é importante neste momento salientar, esta era uma luta que era travada por alguns intelectuais, como Pereira Caldas, Martins Capela, José Machado e mais um ou dois nomes e não pelos cidadãos bracarenses.

A verdade é que a cidade não estava desperta, não se importava com o passado, nem mesmo os cónegos da Sé de Braga que em 1877 acharam bem que se destruísse o imponente retábulo pétreo da capela-mor da Sé, do tempo de D. Diogo de Sousa, trocando-o por outro muito vistoso feito de madeira e tecido⁵, da mesma forma que uns anos mais tarde, em 1907, quase ninguém se opôs a que Albano Belino deixasse

³ Também referido em THADIM, Manuel José da Silva – *Diario bracarense das Epocas, Fastos e Annaes mais remarcaveis...* (ADB. Ms 1054,

⁴ ADB. Nota do Tabelaio Geral, vol. 776, fls. 195-195v, 4 de Junho de 1776: *Perdão que dá Francisco Pires, morador na rua de Águas desta cidade, a Salvador Luis Pereira, ourives, da rua dos Gatos, desta mesma cidade.*

⁵ “Commércio do Minho “, Braga, 19 de Maio de 1877.

no seu testamento à Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, a importantíssima coleção de epígrafes e outros artefactos arqueológicos que recolhera não só na cidade e arredores de Braga, mas também noutros locais do Norte do país.

Um pouco diferente é a questão da destruição, em 1905, da cidadela, o vestígio mais importante do velho castelo da cidade.

Aqui ainda se esboçou uma luta, conduzida por Manuel Monteiro, quase parecendo um contraponto entre uma nova forma de sentir, a republicana, contra outra velha de séculos, a monárquica. A verdade não era, porém, esta. É certo que Manuel Monteiro se movimentava muito bem, que soube atrair a esta causa uma série de personalidades nacionais, sendo os nomes mais sonantes José Leite de Vasconcelos e Augusto Fuschini. Mas quantos seriam efectivamente os bracarenses que estavam a seu lado?

Uns oito anos mais tarde, Manuel Monteiro encetou nova luta, agora para impedir a ideia de Júlio Dantas, então responsável por pelos arquivos nacionais, de levar para Lisboa as maiores preciosidades documentais de Braga. E de novo voltou a ter sucesso, embora agora fosse mais fácil porque ele era, então, a personalidade política mais importante de Braga.

Há dois factores muito importante nestas duas atitudes: (1) pela primeira vez se afrontam decididamente os poderes públicos e (2) usa-se a imprensa para divulgar estas atitudes de defesa do património, algo que mais tarde seria seguido até à exaustão pela ASPA. Mas a verdade é que a cidade não colheu o exemplo daquelas atitudes, embora se não possa deixar de referir a importantíssima acção do cônego Manuel Aguiar Barreiros no Seminário de Braga na formação dos futuros padres, sendo mesmo autor, em 1917, de um manual, os "*Elementos de Archeologia e Bellas-Artes*" que teve várias edições posteriores. Foi de tal forma importante a atitude deste cônego, sobretudo enquanto professor do Seminário Conciliar, que nas décadas de 1970 e 1980 várias pessoas nos disseram que havia uma diferença brutal na qualidade – no que tocava a atitudes de preservação e respeito pelo património religioso – entre os padres que saíam do seminário nos anos 20 e 30 e os daqueles anos. E o mesmo se poderá dizer em relação ao presente, salvo sempre uma ou outra excepção.

Ou seja, o respeito pelo passado não era algo que a população de cidade sentisse: era apenas pontualmente exercido por algumas pessoas.

Nas décadas de 1950 e 1960 Braga teve um vereador que lutou como poucos para que o passado de Braga fosse conhecido, embora com ênfase apenas no conhecimento histórico. Esse homem, Sérgio da Silva Pinto, que também foi professor nesta casa, organizou uma série de congressos memoráveis cujas actas foram sempre rapidamente publicadas. Foi um trabalho muito importante, sem dúvida, não só para o conhecimento da História da Cidade mas também do país.

Mas a verdade é que nada se fazia para passar essa cultura para a população em geral. Ainda me lembro, tinha eu então 16 ou 17 anos, de estar no Salão Nobre da Câmara Municipal para ouvir uma conferência sobre o repovoamento da cidade medieval e sermos apenas uma meia dúzia de gatos-pingados na sala. A certo momento, para nosso espanto, entraram carradas de rapazes novos vestidos de negro e a sala compôs-se: eram os alunos do seminário que, vim então a saber, eram o recurso contínuo para que os conferencistas não tivessem a tristeza de falar perante um auditório quase às moscas.

Não havia, portanto, um trabalho de base a atrair a população de Braga para

actividades culturais, actividades, diga-se, que até iam acontecendo. Mas eram sempre dirigidas a um público restrito, selecto, para utilizar uma expressão usada naqueles tempos, expressão que só por si já nos mostra que apenas se pretendia atingir uma parte muito, muito reduzida das gentes da cidade

O trabalho que a edilidade seguia era de carácter livresco, elitista. Não havia uma intervenção decidida em passar a informação a todos. Como também não havia um cuidado em tentar preservar o passado, invisível mas previsível, da cidade romana de Bracara Augusta, passado que se sabia ter sido extraordinário e que vivia de uma ou outra ruína, como a Fonte do Ídolo.

Em Braga, para a edilidade, era mais importante fazer escavações no Alto de Santa Marta das Cortiças do que tentar pelo menos fazer trabalhos de reconhecimento na área da Cidade e Maximinos, isto é, nos terrenos onde se implantara a cidade romana, a grande Bracara Augusta. E nem uma escavação bem sucedida levada a cabo por nós no ano de 1968, bem sucedida porque resultou na descoberta de estruturas de grande monumentalidade, as da chamada Casa do Poço, fez com que a Câmara mudasse a sua atitude: as estruturas descobertas foram *naturalmente* destruídas e no seu lugar foi construída mais uma incaracterística vivenda. Esta era a atitude corrente em Braga, num período em que, porém, se não podem deixar de lembrar os nomes dos Cónegos Arlindo Ribeiro da Cunha e Luciano Afonso dos Santos, do Prof. J. J. Rigaud de Sousa e do Dr. Egidio Guimarães.

Não foi portanto de estranhar ver-se um dia, em 1965 ou 1966, um buldózer a rasgar os terrenos da chamada colina de Maximinos, nem que por todo o lado aparecessem quantidades impressionantes de pedra aparelhada, de cerâmicas e moedas antigas, de restos de muros e até epígrafes. A Câmara e os promotores imobiliários envolvidos só estavam interessados em criar novas ruas, novas urbanizações. Para respeitar o passado bastaria apenas recolher uns tantos achados que as máquinas, brutais, pusessem a descoberto. Se aparecessem inteiros, melhor, senão paciência, não se podia entrar o progresso. Claro que seria também importante recolher o máximo de informações sobre esses locais; mas a preservação dos vestígios não estava contemplada, nem sequer daqueles que apresentassem uma certa monumentalidade, que pudessem servir de modelo aos estudantes das escolas e liceus da cidade ou, até, dos turistas. Bracara Augusta fora uma cidade chave da Península Ibérica no tempo dos romanos; mas naquele tempo, no terceiro quartel do séc. XX bastava que isso estivesse registado em papel.

Quase se poderá dizer que o 25 de Abril surgiu na melhor altura pois ainda foi possível atalhar a maior parte destas destruições porque na colina de Maximinos apenas as ruas tinham sido delineadas. Mas havia um problema: embora a Câmara tivesse passado a ter novas gentes no poder, as estruturas técnicas eram ocupadas pelos mesmos homens. E aí o que valeu à cidade foi o facto das populações terem finalmente despertado e terem passado a manifestar-se e de os jornais começado a dar ouvidos a estas novas gentes.

E se a luta pela preservação dos vestígios romanos teve início num pequeno grupo de pessoas, a verdade é que esse grupo teve sempre consciência da importância fundamental de alargar a sua base de apoio a toda a cidade. E a verdade, também, é que a cidade respondeu muitíssimo bem a esse repto. Assim nasceu a CODEP, logo de

seguida transformada na ASPA.

Na verdade, extremamente preocupados com as ameaças que pendiam sobre vestígios importantes de *Bracara Augusta* então postos a descoberto, sem que as possíveis medidas legais ou outras fossem accionadas, quatro funcionários da recém-criada Universidade do Minho, à qual já tinham alertado sobre o que se estava a passar, enviaram em 13 de Janeiro de 1976 um telegrama à Junta Nacional de Educação pedindo “providências imediatas” para preservar e estudar as ruínas reveladas na sequência de trabalhos de urbanização “de duvidosa justificação técnica e económica” na colina do Alto da Cividade.

Quase simultaneamente, aqueles técnicos, a que se juntaram mais três cidadãos bracarense já sensibilizados para aquela situação, resolveram criar a CODEP (Comissão de Defesa e Estudo do Património) que, secundando a primeira reacção positiva da Direcção Geral de Assuntos Culturais, se propunha actuar como grupo de pressão, utilizando estratégias próprias, com as armas que tinha nas mãos, para promover a conservação e estudo dos referidos vestígios de *Bracara Augusta*.

Não é possível, no curto espaço de tempo de que dispomos, relatar o árduo e difícil combate que então se travou, recorrendo prioritariamente à imprensa, mas também esclarecendo a comunidade bracarense, colaborando com a Universidade do Minho e outras entidades competentes, pressionando a Câmara Municipal e proprietários dos terrenos para salvar o que então se consideravam os últimos vestígios da cidade romana, alvos de criminosa destruição.

De decisiva importância foi o convite dirigido ao Doutor Jorge de Alarcão para se deslocar a Braga e verificar *in loco* o que se estava a passar, o que se concretizou em 26 Março, através de uma visita à colina e a realização de um debate público amplamente participado, a que se seguiu uma reunião com a Universidade do Minho, na qual foi confirmado o grande interesse das ruínas.

(De sublinhar que em 1970, na revista inglesa *Archaeology*, J. Alarcão tinha escrito que os achados de Braga a tinham tornado “num dos mais intrigantes locais da ocupação romana em Portugal e um dos mais convidativos para escavações exaustivas”).

De imediato a CODEP promoveu uma campanha de escavações, realizada menos de um mês depois sob direcção daquele reputado arqueólogo, que validou as impressões iniciais (naquele local a UAUM localizaria posteriormente as termas do alto da Cividade e o teatro romano) e propôs que a Universidade do Minho organizasse um campo arqueológico e contratasse um arqueólogo para o dirigir.

Deve realçar-se, como resultado das acções de sensibilização da CODEP, a significativa reacção dos moradores das ruas vizinhas do local das escavações, que sentiram como suas aquelas ruínas e se dispuseram igualmente a defendê-las.

Criado o Campo Arqueológico de Braga, realizada a primeira grande campanha de escavações no verão, já dirigida por Francisco Alves e na qual a CODEP colaborou, estavam criadas as condições necessárias para se iniciar o Salvamento de *Bracara Augusta*, objecto então de medidas preventivas e legislativas essenciais.

Para confirmar ao mais alto nível o acerto do movimento de cidadãos corporizado pela CODEP, em 20 Nov. desse ano de 1976, o então primeiro ministro dr. Mário Soares afirmou na colina do Alto da Cividade perante as autoridades locais e inúmeros

jornalistas que “não se construirá mais em Braga sobre ruínas romanas”, confirmando o que no dia anterior tinha dito o Ministro da Administração Interna, cor. Costa Brás: “os valores arqueológicos serão defendidos e preservados. Se for preciso recorrer a demolições, haverá demolições; se for necessário expropriar, haverá expropriações”.

Devemos sublinhar com ênfase que o êxito deste movimento de cidadãos só se tornou possível porque então se viviam os primeiros anos de Abril, em verdadeira democracia, o que tinha permitido a plena liberdade de expressão e de associação. Foram estas algumas das “portas que Abril abriu”.

Porém a CODEP não deu aqui por terminada a sua missão. Um novo e desafiador caminho se abria à sua frente, tal como se previa no seu documento de apresentação pública, datado de 3 Fev. 1976 e que teve como consequência a fundação da ASPA, que se propunha defender, estudar e divulgar o património cultural, prioritariamente no espaço geográfico que constitui os distritos de Braga e Viana do Castelo, os nobres objectivos que, na manhã de 29 de Janeiro de 1977, levaram 10 cidadãos (os 7 da CODEP, mais 3 que entretanto se lhe agregaram) ao Cartório Notarial de Braga com a finalidade da sua constituição formal.

Nos seus estatutos ficou consignado o firme propósito de a recém-criada associação actuar “*com total independência e isenção cultural, científica e técnica, face aos órgãos de poder e face a todas e quaisquer ideologias*”, podendo “*recorrer a todas as formas de intervenção que entender adequadas*” para a prossecução das suas finalidades.

Na nota introdutória aos “Estatutos” sublinhava-se “*o muito que Braga, a sua região e todo o país*” poderiam beneficiar com a actuação da ASPA, “*se o querer e o entusiasmo dos que a formam não esmorecer*” no cumprimento dos desígnios que estiveram na sua origem.

Trinta e sete anos passados podemos afirmar, com evidente orgulho, que todos quantos têm militado generosa e denodadamente na ASPA souberam, ao longo do tempo, honrar e desenvolver para além do imaginável os propósitos dos seus fundadores, realizando uma actividade contínua, firme e corajosa, que a transformou numa referência incontornável no seio do associativismo cultural português. Tal ficou a dever-se à persistência, determinação e coerência das suas tomadas de posição públicas, sempre ancoradas em órgãos directivos coesos e solidários e num notável grupo de associados, com as mais diversas formações académicas, que lhe acrescentou visibilidade e credibilidade.

Num texto divulgado em 1982 demos a conhecer, de uma forma muito didática, o conceito de Património Cultural que defendíamos:

“Mas afinal o que é o PATRIMÓNIO CULTURAL, de que hoje tanto se fala?

Trata-se de um conceito difícil de explicar, por vezes ambíguo, de contornos mal definidos.

Podemos dizer que o Património Cultural é a própria biografia de um povo, o seu bilhete de identidade.

Património Cultural é a herança que recebemos e que, como todas as heranças é para ser usufruída e não para desperdiçar, deve ser conservada e valorizada.

É uma herança material (o património construído, as diversas manifestações artísticas) e espiritual (a tradição oral).

Património Cultural é ainda o legado que um povo transmite ao futuro.
É o vestígio material que tem uma marca própria, uma raiz comum, uma identidade.

Património cultural é a língua, a nossa língua e todas as suas variantes dialectais.
É o grande monumento (castelo e catedral, solar e mosteiro), a capelinha rústica, a pequena casa rural.

É a cidade histórica, a pobre aldeia serrana.
São as casarotas da branda de Vale de Poldros e as casas de “brasileiros”
É a anta e o castro, o cruzeiro, o coreto e as alminhas. O espigueiro, o moinho de vento, a azenha e o arado.

São as fábricas antigas e as escondidas oficinas artesanais.
A arrecada. O brinquedo de madeira e o tecto trabalhado, o batente de porta, o ferro forjado, os azulejos.

Os cristos de Rosa Ramalho e os bonecos das Caldas, o órgão e o cavaquinho.
A pintura de Grão Vasco e os ex-votos.
A música de Carlos Seixas e as baladas do Zeca, o vira minhoto e o cantar alentejano.

“Os Lusíadas” e a (desaparecida) literatura de cordel.
A fotografia amarelecida perdida num álbum, os jornais em que o avô colaborou esquecidos no sótão.

As lendas, os provérbios, as adivinhas.
O vinho verde e os bolinhos de bacalhau.
Os licores caseiros, as compotas, as velhas mezinhas tradicionais.
Os fidalguinhos de S. Vicente e as frigideiras do Cantinho.
O combate da Coca em Monção, a vaca das cordas em Ponte de Lima, o auto de Floripes nas Neves.

O Património Cultural é colectivo e nacional, intemporal, personificado.
O Património Cultural é a própria explicação de um povo”.

As batalhas travadas contra inimigos perfeitamente identificados, insensíveis e traiçoeiros, na defesa, estudo e divulgação do património cultural e natural minhoto, saldaram-se na maior parte dos casos em resultados francamente positivos.

Bracara Augusta e o Mosteiro de Tibães, o Parque Nacional da Peneda Gerês e o rio Cávado, o cine-teatro de Fafe e o Estádio 1º de Maio, as Sete Fontes, o Recolhimento das Convertidas, o edifício da Câmara Municipal de Braga, a capela de Guadalupe, o elevador do Bom Jesus, são alguns dos muitos monumentos, sítios ou espaços naturais que mereceram a atenção esclarecida e esforçada da ASPA, tendo a associação contribuído decisivamente para a sua preservação, valorização ou estudo e, em diversos casos para a própria classificação

Seria suficiente o contributo fundamental da ASPA no projecto de estudo e salvamento de *Bracara Augusta*, uma das maiores e mais notáveis cidades romanas da Hispania e do Império, para que a associação ficasse na História da Arqueologia e da cidade. O aniquilamento dos vestígios da urbe que outrora foi capital da *Callaecia* – e alguns não conseguimos evitar, como sucedeu com a destruição de uma *domus* romana junto à Fonte do Ídolo - teria sido uma catástrofe patrimonial e científica no

que diz respeito ao conhecimento do domínio romano na Península Ibérica. O teatro de *Bracara Augusta*, que a UAUM revelou no espaço contíguo às termas (onde tudo começou) e tem estudado continua a ser o único conhecido no Noroeste Peninsular, sendo já conhecida a localização do anfiteatro.

A batalha pela compra e valorização do Mosteiro de Tibães e da sua Cerca, uma das jóias do património monástico português é também um processo único pelos resultados obtidos, demonstrando, como poderia parecer inicialmente, que não nos fixámos num determinado período histórico e num assunto específico. De entre os episódios relacionados com luta por Tibães pode recordar-se a denúncia da compra pela C. M. Braga, e sua descuidada transferência para o centro da cidade, do chafariz do Terreiro de S. João (que depois se comprometeu a devolvê-la ao local de origem, o que efectivamente aconteceu) ou a aquisição feita pela ASPA, a um antiquário, de 2 retratos de abades do mosteiro, pertentes à sua sala do Capítulo, situação que culminou com uma conferência de imprensa através da qual demos publicamente a conhecer o que se estava a passar (posteriormente a associação ofereceu os retratos ao mosteiro). Actualmente Tibães e a sua Cerca não são apenas um lugar de atracção turística mas também um polo dinâmico no âmbito científico e na sua relação com a comunidade local.

Estes dois exemplos são aliás significativos porque relevam que a ASPA, para além de ter alcançado o seu objectivo prioritário, abriu espaço à criação de novas estruturas ou incentivou o aparecimento de outras associações que se encarregaram de aprofundar a intervenção inicial e asseguraram a continuidade de projectos de estudo e valorização do Património Cultural e Natural em Braga e no Minho.

A recolha de arquivos fotográficos (Manuel Carneiro, Arcelino) ou a salvaguarda de núcleos documentais (Teatro Circo), devidamente encaminhados para as instituições da especialidade (Museu Nogueira da Silva, Biblioteca Pública de Braga), o apoio a actividades de museus (Biscainhos, MNS) foram operações que a ASPA ousou conduzir com êxito.

A publicação de 18 números da revista *Mínia*, incluindo entre os cerca dos seus 100 autores alguns dos nomes mais importantes dos especialistas portugueses das temáticas em questão, a edição de estudos sobre a Capela de S. Frutuoso, o Mosteiro de Tibães, a Jeira, o rio Cávado, a toponímia, os cartazes das festas de S. João, a indústria dos damascos e os postais ilustrados de Braga, a organização dos “*Dispersos*” de Manuel Monteiro e das “*Actas do 2º Encontro das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*” (Braga, 1981), a divulgação de desdobráveis sobre S. Frutuoso, a capela dos Coimbras ou os carvalhais atestam a investigação produzida pela ASPA e seus associados.

O pedido fundamentado de classificação de imóveis bem como a organização de variadas exposições e a realização de inúmeras visitas guiadas a Braga, Minho e Trás-os-Montes e outros locais do país (mata da Margaraça, Arganil) e da Galiza, encontros e conferências, a eleição das “*Maravilhas e Pesadelos de Braga*”, sempre acompanhadas de catálogos, cadernos de documentação ou textos na imprensa, mostram como a ASPA procura proteger, estudar e divulgar a herança cultural por cuja conservação e transmissão se sente responsável, tendo sido iniciativas que encontraram sempre um eco muito assinalável junto da população.

A intervenção constante através da imprensa e, nomeadamente, a manutenção desde 1984 da secção ENTRE ASPAS no *Diário do Minho* (mais de um milhar de textos publicados, de que já resultou a edição de um volume antológico) decorrem da atenção permanente que o quotidiano do nosso sempre ameaçado património cultural e natural merece dos associados da ASPA.

Para nós, escrever é intervir, denunciar, dar testemunho ou obrigar a reflectir, uma arma de que não abdicamos e que tem encontrado no *Diário do Minho* um imprescindível e generosa guardida.

Não podemos no entanto esquecer que houve situações em que os interesses nebulosos e inconfessáveis que, em sinistras e inesperadas complicitades e numa inexplicável promiscuidade, têm governado Braga, acabaram por prevalecer, gorando as expectativas da ASPA e de muitos cidadãos, mutilando páginas da nossa memória colectiva.

Foi o caso dos Granjinhos, do Hospício de S. Bento, das velhas fábricas de chapéus (em Guimarães, Santo Tirso, S. João da Madeira hoje recuperam-se antigas fábricas, transformadas em espaços culturais), da Torre de Menagem (que era a nossa sede e da qual fomos expulsos pela autarquia, depois de processos maquiavélicos que levaram à destruição de parte do seu arquivo e património), da Avenida Central e do Campo da Vinha, da Quinta dos Peões, do palacete “brasileiro” de Matos Graça, da oitocentista casa da Orge, da Barbearia Matos entre muitos outros edifícios destruídos ou espaços descaracterizados (Salão Egípcio) – mas todos eles ficaram marcados pela intervenção indignada, necessariamente agressiva, quase sempre pedagógica da ASPA, que tudo fez para evitar a consumação de alguns crimes execráveis. A história nos dirá – se os tribunais um dia não o fizerem – de que lado estava a razão, mas há crimes que nunca prescreverão.

Defender o património cultural é, para nós, um exercício de cidadania, uma causa que tem mobilizado centenas de membros da comunidade. Por essa razão a ASPA nunca hesitou em tornar públicos os atentados artísticos, urbanísticos e ambientais que não só alegadamente ferem a legalidade, como ameaçam a qualidade de vida das pessoas e o futuro da comunidade, por isso andou por tribunais, viu os seus membros ameaçados, agredidos, prejudicados profissionalmente.

Numa cidade em que as intervenções livres dos cidadãos foram até há pouco minorizadas e ignoradas ou mesmo hostilizadas, a ASPA, contra ventos e marés, há 37 anos que mostra, no terreno, que é verdadeiramente uma Instituição de Utilidade Pública, como foi reconhecido pelo Governo em 2002, depois de um longo e moroso processo em que teve parecer negativo e forte oposição da Câmara Municipal (o pedido tinha sido feito em 1997!).

São, infelizmente muitas as ameaças que pendem sobre o património e ambiente da cidade de Braga e sobre o território do Minho. A principal batalha em curso é ainda a defesa das Sete Fontes, em que se articulam o património, a água, o ambiente e a qualidade de vida dos bracarenses. Foi a ASPA que em 1995 propôs a classificação do complexo setecentista de abastecimento de água à cidade. O processo foi muito moroso, eivado de inacreditáveis episódios. Apesar de logo naquele ano o IPPAR ter definido medidas cautelares de protecção, a revisão do PDM em 1998 ignorou que o processo de classificação estava em curso. A partir de 2000 multiplicam-se os “Entre Aspas” em

que fomos dando conta das situações danosas que se vão detectando e que seria ocioso agora referir. Em 2003 há um despacho do Ministério da Cultura homologando o pedido de classificação, embora em 2005 se tenha dado início à construção do novo hospital de Braga, o que irá provocar danos irreparáveis no conjunto. Em 2009 o IGESPAR dá a conhecer a Zona Especial de Protecção, mas a C. M. Braga propõe uma via de acesso ao hospital, ignorando a ZEP.

A ASPA não desiste e às suas campanhas de informação e sensibilização juntam-se a Junta de Freguesia de S. Vitor e uma associação mais voltada para as questões ambientais, a JOVEMCOOP, sendo depois constituído um grupo de cidadãos que irá organizar em 2010 uma petição popular, a qual, reunindo mais de 4000 assinaturas é levada à Assembleia da República. Aí o Grupo de Peticionários, que inclui um membro da associação, é extremamente bem acolhido pelo Presidente da AR e grupos parlamentares e, cumpridos os trâmites normais, o relatório da Comissão de Ética é aprovado por unanimidade pelo plenário, pedindo a imediata classificação das 7 Fontes.

Em Braga, com a ASPA sempre presente multiplicam-se as marchas e as visitas de estudo, culminadas por um “abraço” em que as 7 Fontes são envolvidas por centenas de cidadãos.

Finalmente em 25 maio 2011 (7 anos depois do pedido de classificação!) é promulgado um decreto que classifica as Sete Fontes como monumento nacional, sendo dois meses mais tarde publicada a sua ZEP, o que ainda não consegue comover a CMB.

Só após as eleições autárquicas de 2013, com a vitória de outra força política, é suspenso o PDM daquela zona, esperando-se agora que seja aprovado um plano de pormenor de salvaguarda e criado um parque monumental.

Este foi o último, certamente que não o derradeiro, combate da ASPA, sobre o qual um número da “Mínia” de iminente aparição publicará um completo dossier.

Como foi escrito num recente “Entre Aspas”, “A defesa do património que preconizamos consiste num projecto de cidadania que se propõe tornar verdadeiramente de todos aquilo que nos é comum e que não pode nem deve ser apropriado por alguns: o território onde nos enraizamos, a memória do que nos antecedeu; a identidade colectiva mesmo que multifacetada, em que nos constituímos; os edifícios e os sítios que conjugam em si esse território, memória e identidade de costumes. Tal projecto de cidadania incide totalmente no presente, mesmo se se inclina para o passado, mas projecta-se no futuro” (“Diário do Minho” 30 Dez. 2013).

Numa época em que poucos perseguem utopias, não queremos descreer do presente nem desistir do futuro, porque acreditamos que a cidade ideal, “sem muros nem ameias”, ainda é possível.

Bibliografia essencial

NUNES, Henrique Barreto (1993), Para a história do salvamento de *Bracara Augusta* – 2 a intervenção da CODEP, *Mínia*, 3ª s., 1, Braga, ASPA, p. 5-29

NUNES, Henrique Barreto; SANTOS, Ademar Ferreira dos (1999), coord., *Entre Aspas (1984-1991)*, Braga, APPACDM

Mínia. Braga, ASPA, 2 série, 1/8, 1978-1986; 3ª série, 1/13, 1993-2014

Sítio: www.aspa.pt

Blogue: aspa35anos.blogspot.com

Facebook: ASPA PATRIMONIO



Fig. 1- Por iniciativa da CODEP, em 26 Mar. 1976 o doutor Jorge de Alarcão visitou o Alto da Cividade, comprovando a grande importância dos vestígios de Bracara Augusta postos a descoberto pelas obras em curso. Reconhecem-se M. Mendes Atanázio, Amadeu CArvalho, Álvaro Cameira, Henrique B. Nunes e Egídio A. Guimarães (membros da CODEP); Prof. Lúcio Craveiro da Silva (Universidade do Minho); Eng. Álvaro Ferreira (C. M. Braga) e Arq. Mendes dos Santos (Com. Mun. de Arte e Arqueologia). A fotografia é de autoria de Eduardo P. Oliveira (CODEP).

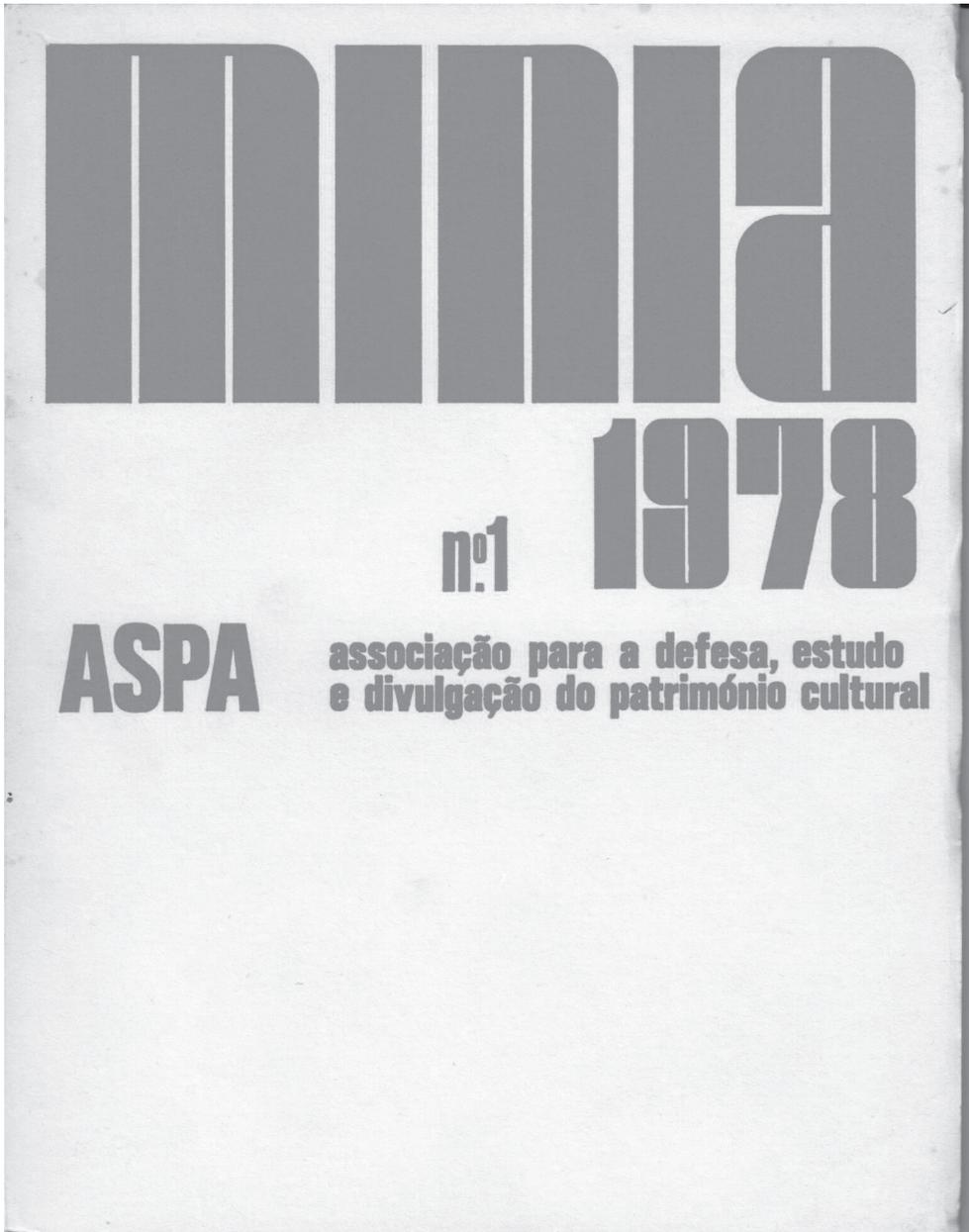


Fig. 2- Minia, 1. 1978

ENTRE ASPAS

1984 - 1991

ASPA

associação para a defesa, estudo e divulgação do património cultural e natural



EDIÇÕES APPACDM DISTRITAL DE BRAGA

1999

Fig. 3- Entre Aspas 1984-1991. Selecção



Fig. 4- Retratos de Abades do Mosteiro de Tibães adquiridos pela ASPA e posteriormente doados ao Mosteiro de Tibães



Fig. 5- Braga: Sete Fontes

Arqueologia no Porto para lá e para cá do sétimo dia das calendas de Maio

Armando Coelho Ferreira da SILVA
DCTP/ FLUP - CITCEM

*Para o Prof. Doutor Arnaldo Pinho, colega e amigo de sempre,
em memória de uma referência comum.*

Resumo

Notas sobre a tradição dos estudos arqueológicos no Porto desde os finais do século XIX à restauração da Faculdade de Letras, em 1961, com enquadramento da disciplina no Curso de História, e posteriores desenvolvimentos após o 25 de Abril, pioneiros em Portugal, com Licenciatura, Mestrado e Doutoramento nas diversas áreas da especialidade, contribuindo para a constituição de uma qualificada comunidade científica e profissional.

Palavras-chave

Arqueologia; antecedentes; Portugalia; reestruturação; “Escola”.

Abstract

Notes on the tradition of archaeological studies at the Oporto since the late nineteenth century to the restoration of the Faculty of Arts in 1961, with framing the subject in the Course of History, and later developments after the April 25, pioneer in Portugal, with BSc, MSc and PhD in various areas of expertise, contributing to the establishment of a qualified scientific and professional community.

Key-words

Archaeology; antecedents; Portugalia; restructuring; “School”.

1.

**nova de revolutione ad copernicum canonicum
ante diem septimum kalendas maias**

é das ciências naturais
que uma verdadeira mudança se chama metamorfose
e quando ocorre há mesmo transformação
e nos compêndios mitológicos se dizia
que desde o neolítico a deméter se devia
uma ressurreição pela primavera

e porque
as coisas com uns cravos lá deram uma volta
depois de muita espera
consta agora em Portugal
que a terra ainda gira sobre si própria
mas tornou-se princípio geral
que com essa rotação se abriu para a humanidade uma nova era

(Armando Coelho (1988) - *e os meus mitos*. Vila Nova de Gaia: Ed. Autor, s.p.)

Permitam que me cite, no prolegómeno deste testemunho, a propósito da legenda da sua titulação, para evocar esse dia, tão esperado, intensamente vivido como o meu dia mais longo, *quasi* o de Ulisses de James Joyce, com partida de Ítaca e aí regressando no mesmo dia, depois de conquistar Tróia, sem cavalos de pau, resistindo a sereias e cegando polifemos, para reencontrar as fidelidades de Argos e de Penélope.

2. No volume que o Departamento de Ciências e Técnicas do Património teve a amabilidade de me dedicar em cerimónia celebrada em 21 de Novembro de 2013, uma equipa formada pelos meus colegas e amigos Professores Rui Centeno, Teresa Soeiro e Maria de Jesus Sanches, publicou um extenso artigo, em que se analisa minuciosamente a história desta área disciplinar (Centeno *et alii* 2013).

Nestas circunstâncias, mais não me cumprirá que anotar alguns passos referenciados sobre a minha presença e intervenção nos caminhos e encruzilhadas desse processo, sem que haja lugar para observações pessoais e, se as houver, serão mesmo assim impessoais, tanto mais que os interesses que me animam não se encontram na perspectiva do sujeito mas na da sua objetivação.

3. No discurso da inauguração solene do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, em 14 de Janeiro de 1984 (Brandão 1985), D. Domingos de Pinho Brandão enquadrou esse ato na história da Arqueologia portuense, delineando uma tradição longa desses estudos desde o 1º quartel do século XVII, podendo mencionar-se, como trabalhos primordiais de interesse arqueológico local e regional, as obras de D. Rodrigo da Cunha, nomeadamente, o *Catálogo e História do Bispado do Porto*, de 1623, e das que se lhe seguiram, em especial, o 1º volume da *Anacrisis Historial* de

Manuel Pereira de Novaes (ms. publicado em 1912), a *Descrição Topográfica e Histórica* de Agostinho Rebelo da Costa, de 1788-1789, e os cinco volumes das *Dissertações Cronológicas e Críticas* de João Pedro Ribeiro, publicadas entre 1810 e 1836.

Mas será necessário esperar pelos momentos epigonais do regime monárquico, para se assistir, discreta mas deslumbradamente, a uma produção científica sem precedentes realizada por um grupo de jovens investigadores, impregnados do ideário republicano, reunidos, sob a tutela de Carlos Ribeiro, na *Sociedade* designada pelo seu nome (1887), em torno de um programa com relação mais próxima da área das ciências da natureza, exatas e dos materiais.

A *Sociedade Carlos Ribeiro*, constituída por Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso, João Barreira, Ricardo Severo e Xavier Pinheiro, cinco entusiastas “rapazes”, como se autodenominavam, lançou, como seu órgão, a *Revista de Ciências Naturaes e Sociais*, de que foram publicados 5 volumes (1889-1898), sob a direção de Rocha Peixoto e Ricardo Severo, tornando-se, sob a égide deste, em gérmen da revista *Portugalia*, assumida como projeto identitário, com raízes no Porto, dos *materiais para o estudo do povo português*.

Ainda que comungando do mesmo espírito, assim se diferenciava dos desígnios de lusitanidade propostos pela figura prestigiada de José Leite de Vasconcellos (na origem, também um homem do Norte, discípulo assumido de Francisco Martins Sarmento), atraindo para a sua colaboração um escol de investigadores de formações diversificadas, num arco de lata abrangência, em que cabiam os nomes mais eminentes da Arqueologia e da cultura portuguesa, como o próprio Francisco Martins Sarmento, mais Santos Rocha, Fonseca Cardoso, Figueiredo Guerra, Alberto Sampaio, Pereira Lopo, Vieira da Natividade e outros.

Dela se editaram dois espessos volumes (1, 1899-1903; 2, 1905-1908), de reputação nacional, reconhecida como “um dos mais grandiosos monumentos da nossa cultura”, nas palavras de Mendes Corrêa, e internacional, por testemunhos de grandes vultos da Arqueologia europeia, como Émile Cartailhac e Salomon Reinach, entre vários.

Entre o artigos dos “homens” da *Portugalia*, queremos destacar os seus expoentes na organização e na investigação, Ricardo Severo e Rocha Peixoto, vindos do grupo da Sociedade Carlos Ribeiro, e José Fortes, que a eles se juntou posteriormente. Em primeiro lugar, o renomado engenheiro Ricardo Severo, que foi seu proprietário e diretor, com obra vasta, que vai “da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira” (Mello 2012), e nos deixou análises brilhantes sobre a ourivesaria proto-histórica, com valorização da ciência dos materiais. Depois, o naturalista poveiro Rocha Peixoto, que foi diretor da Biblioteca e do Museu Municipal do Porto e era o chefe de redação da revista, que se distingue pelos seus estudos, que consideramos pioneiros da mais moderna perspectiva etnoarqueológica dessa disciplina. E José Fortes, jurista amarantino, pela finura das suas tipologias, apreciáveis da época à atualidade, entre todos os outros, que contribuíram para a construção do objeto e dos métodos próprios desse campo científico reconhecidamente inter e transdisciplinar. Por nossa parte, coube-nos a sorte de prosseguir as suas investigações e suceder aos trabalhos de campo de alguns deles, designadamente, dos realizados por Rocha Peixoto na Cividade de Terroso, na Póvoa de Varzim, por José Fortes na necrópole de Gulpilhares, em Vila Nova de Gaia, cujo

relatório manuscrito permanece ainda inédito (Lobato 1995), e de Francisco Martins Sarmiento na emblemática Citânia de Briteiros, em colaboração com o nosso colega Rui Centeno (Silva 1986/2007).

Após as vicissitudes relacionadas com a extinção dessa revista e com a criação da Universidade do Porto e da respetiva Faculdade de Ciências, em 1911, os estudos arqueológicos entram no âmbito do ensino superior, sendo protagonizados durante cerca de meio século pela personagem augusta do professor A. A. Mendes Corrêa, a quem se ficou a dever a promoção de muitas iniciativas de interesse para o domínio da Arqueologia.

Licenciado em Medicina, contratado para lecionar Biologia, de que foi professor titular de 1912 a 1958, instituiu o Museu e Laboratório Antropológicos, futuro Instituto de Antropologia (que o vai ter como patrono), ora integrado no Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Pouco depois, em 1918, participou na fundação da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, que reivindicava a herança da *Portugalia*, e que se vai impor pelo interesse da sua revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (1919-) e pela quantidade e qualidade dos seus membros, ordinários, honorários e correspondentes, nacionais e estrangeiros.

À sua influência se deverá também a criação, em 1945, do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, que incluía no seu âmbito uma área dedicada à Pré-história, mas que se vai destacar, com a equipa de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Enes Pereira e Fernando Galhano, sobretudo como organismo de investigação de excelência no âmbito da Antropologia Cultural.

A Mendes Corrêa se deve também outras iniciativas singulares para a promoção da cidade e da universidade do Porto, de que se recorda a organização do Congresso do Mundo Português, em 1940, e a criação do Museu Nacional de Soares dos Reis, onde resta ainda uma amostra residual de Arqueologia, que ficou do sacrificio do Museu Municipal. Também aqui, é autor de uma obra estigmatizada por fortes marcadores nacionalistas, que aparecem bem vincados na sua obra científica, em especial, nas investigações de teor etnogenético, sobre o *Homo afer taganus*, o fenómeno megalítico, o vaso campaniforme, a origem do alfabeto, a expansão indo-europeia ou a “questão céltica”, como sinalizadores de originalidade nacional, muito ao gosto do regime estadonovista (Fabião 2010: 170; Gomes 2011: 455-490). Tópicos, afinal, que também abordávamos nas disciplinas de Proto-história, por essenciais à análise da formação europeia, mas divergindo das suas interpretações segundo critérios arqueológicos, fundamentos linguísticos e posições sociológicas, com recusa liminar do argumentário, ultrapassado, da Antropologia Física. Mesmo assim, não deixámos, na qualidade de Diretor do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, de comemorar o cinquentenário da sua morte com a organização de um colóquio em que se evocava a sua dedicação à causa pública e à ciência, com particular incidência na sua obra pessoal e institucional em prol da Arqueologia e outras áreas que lhe são transversais.

Mas, por nos dizer particularmente respeito, queremos sobretudo sublinhar que também a docência da Arqueologia como disciplina curricular do ensino universitário no Porto remonta ao magistério de António Augusto Mendes Corrêa na antiga Faculdade de Letras, criada em 1919, e que albergava a Filosofia, as Filologias Clássica e Moderna, a História, a Arqueologia, a Geografia e a Etnologia, isto é, o que hoje

designaríamos por Antropologia Social e Cultural, sendo responsável pelas três últimas matérias o mesmo Professor Mendes Corrêa (Duarte 2010), que será substituído em finais de 1922 pelo Professor Aarão de Lacerda (Centeno *et alii* 2013: 33, n.8).

Com a extinção, por decisão governamental, logo em 1928, ficou até à sua restauração no ano de 1961 (Decreto-lei nº 43864, de 17 de Agosto), como legado do movimento iniciado no Porto pela Sociedade Carlos Ribeiro e a *Portugalia*, a obra de Mendes Corrêa e da sua escola, até à emergência, nos finais da década de cinquenta, de um novo surto em prol da Arqueologia personificado na ação do Reitor do Seminário Maior do Porto, Domingos de Pinho Brandão, e das suas interseções com a Junta Distrital, o Centro de Estudos Humanísticos e as escavações da Citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira.

Entre os seus discípulos, relevam-se, nos estudos arqueológicos, as figuras do engenheiro Rui de Serpa Pinto, do Professor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior e do Dr. Fernando Russel Cortez. À dimensão da valiosa obra publicada e potencial, que ficou em arquivo, por falecimento prematuro, aos 25 anos, de Serpa Pinto prestou o Instituto de Arqueologia da Faculdade o devido preito, por ocasião do cinquentenário da sua morte, em 1983, com um Congresso Inter-universitário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, que se pode considerar, decorridos mais de trinta anos, como a melhor síntese da Arqueologia regional. Ao Professor Santos Júnior se deve uma obra polimorfa, de que sobressaem, além da longa direção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e da sua revista, os numerosíssimos trabalhos de pesquisa arqueológica e etnográfica, que tiveram lugar, na esteira do mestre, no plano continental e ultramarino, mas, em especial, sobre o seu território adotivo de Trás-os-Montes, que alguns colegas nossos igualmente elegeram para seu campo de investigação (nomeadamente, Jorge 1986 e Sanches 1995). Com uma referência ao nome de Alfredo de Ataíde, no domínio da antropologia, não se podem deixar de estimar ainda os trabalhos arqueológicos de Russel Cortez, nomeadamente na Cidade de Bagunte, em Vila do Conde, com uma observação especial à argúcia presente no conjunto de estudos sobre epigrafia latina, que se há como essencial para o entendimento de formas de aculturação do mundo indígena face ao domínio romano, que muito estimávamos na docência dessa disciplina, que esteve a nosso cargo desde o falecimento do Professor Benardo Xavier Coutinho, vindo do Seminário Maior do Porto para a docência de História do Cristianismo, que acumulava com a dessa cadeira e a de Numismática.

Ainda que fora do contexto académico, mas dele se aproximando, para além desta herança de Mendes Corrêa e da sua escola, segundo as próprias palavras de D. Domingos de Pinho Brandão (1985), nas origens deste surto está a criação do Museu de Arte e Arqueologia no Seminário Maior do Porto e da cadeira de Arte e de Arqueologia (que incluía componentes de Epigrafia e Numismática), no mesmo Seminário, de que era Reitor, de par com a iniciativa do Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto, então da superior direção do Prof. Doutor Luís de Pina, ao criar os cursos de Arqueologia Peninsular e de Epigrafia Latina, regidos respetivamente por Adriano Vasco Rodrigues e por si próprio.

Entre as atividades deste Centro, cumpre destacar, a par da edição periódica do seu boletim intitulado *Studium Generale*, onde surgem esparsos artigos de temática arqueologia, por sugestão dos professores destes dois Cursos, o Centro de Estudos

Humanísticos lançou, em 1961, a revista *Lucerna – Cadernos de Arqueologia*, exclusivamente dedicada a esta especialidade, e iniciou a série de colóquios portuenses de Arqueologia, que se tornaram, pelo número e valor das comunicações e pela qualidade e estatuto dos participantes, no principal fórum da Arqueologia nacional. Em número de cinco, regularmente realizados entre esse ano e 1966, foram interrompidos com a ida para Leiria, por motivos de exercício de pastoral religiosa do seu secretário e animador principal, D. Domingos de Pinho Brandão, e para Angola, em missão pedagógica, o Dr. Adriano Vasco Rodrigues, que era reitor do recém-criado Liceu Garcia de Orta.

Acompanhei o secretariado dos três últimos, que já contaram com a colaboração da nova Faculdade de Letras, tendo-me cabido ser secretário geral do sexto, e último, realizado em 1987, sob a direção de D. Domingos de Pinho Brandão, na sede da delegação da Secretaria de Estado da Cultura, tendo como organizadores, oradores e participantes uma nova geração de arqueólogos (Centeno *et alii* 2013: 35, n.21).

Com abertura para uma amplitude de temas com interesse para a Arqueologia portuguesa, não podemos deixar de remeter para a tradição da *Portugalia* a fidelização destes colóquios no debate sobre *Cale* e *Portucale* e as origens da cidade do Porto.

Nas reuniões ordinárias, com temas agendados e espaço para notícias, participavam habitualmente os amantes da Arqueologia da cidade e arredores, que marcavam presença com comunicações aos referidos colóquios, contribuindo, com a diversidade das suas formações e dos seus interesses, para o entendimento inter e transdisciplinar que se ia percebendo ser uma das riquezas dessa disciplina. A alma do Centro eram os dois investigadores citados, que dão nota de cada vez mais avançada especialização, como se revela na frequência de estágios realizados com arqueólogos alemães em Xanten e Bonn, para aprofundamento dos métodos de trabalho de campo. A eles se juntava uma plêiade de intelectuais, da Faculdade de Belas Artes, como os arquitetos Rogério de Azevedo, versado em assuntos epigráficos, e Octávio Lixa Filgueiras, o maior nome da nossa Arqueologia naval; o Professor Santos Júnior, da Faculdade de Ciências, discípulo de Mendes Corrêa e que dirigia a Associação Portuguesa de Antropologia e Etnologia; o médico Agostinho Isidoro e Henrique Leonor de Pina, investigadores de megalitismo; o engenheiro Albuquerque e Castro, que mais cultivava a ciência dos materiais; e ainda uma série, interessada nas áreas da proto-história e da romanização, em que nos incluíamos, com Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Manuel Furtado de Mendonça, mais próximos de Pinho Brandão, em torno da Citânia de Sanfins, o industrial matosinhense Joaquim Neves dos Santos, estudioso do Castro de Guifões e o jurista José da Silva, com abordagens sobre sistemas defensivos, como o do Castro de Vandoma, em Paredes, e ainda José João Rigaud de Sousa, com relações à arqueologia de Bracara Augusta.

Completar-se-á este rol, de largo espectro, com Fernando Lanhas, arquiteto e pintor, que exercia as funções de Diretor do Museu de Etnografia e História, da Junta Distrital (futura Assembleia Distrital), com quem Pinho Brandão estabelece parceria privilegiada, de que resultou, entre outras ações de valorização patrimonial por todo o território distrital, na elaboração do “ Mapa de lugares com interesse arqueológico do Distrito do Porto, à escala 1/50 00 ”, que estava exposto no Museu, com anotação manuscrita dos seus colaboradores, que, por inédita, entendo dever ser transcrita :

“Prof. Doutor Mendes Correia, José de Pinho, D. Domingos de Pinho Brandão, Prof. Doutor J. R. dos Santos Júnior, Prof. Doutor Luís de Pina, Eng. Ilídio de Araújo, Prof. Doutor António Cruz, Eugénio da Cunha e Freitas, P. Armando Coelho, P. Dr. Carlos Alberto F. de Almeida, Arq. Manuel Aranha, J. Neves dos Santos, António Carlos Moreira, Elísero Pinto, M. Luís C. Real, Dr. José da Silva, Alexandre Furtado Mendonça, Dr. F. Russel Cortez, Prof. Arq. Octávio Lixa Filgueiras, Professor José Rigaud de Sousa, Dr. António de Sousa Machado, Georges Marchand, Arnaldo Vilela, Professor J. Mendes, Escultor J. Giraldes, Dr. Arlindo Magalhães, Manuel Vieira Diniz, Dr. Elísio de Sousa, Comissão Municipal de Cultura de Penafiel, Arq. Álvaro Portugal, A. Mota, Carlos Manuel Faya Santarém, Dr. Artur C. Medeiros, Fernando Guedes, Dr. Fernando Russel Cortez (*sic, bis*), Dr. Henrique Leonor Pina, Serafim Riem, Carlos A. Magalhães”.

Ainda que só tenham sido publicadas algumas parcelas deste mapa, não pode deixar de se realçar o mérito deste inventário, que consistiu, afinal, na elaboração da primeira carta arqueológica de uma vasta região, e que se distinguiu, exposto no Museu, pela qualidade da representação gráfica, a par de gráficos culturais sinópticos, mais uma singularidade do Lanhas, por ele cultivados para enquadramento do discurso expositivo nos projetos museológicos em que participou, como o do Museu Monográfico de Conimbriga e do Museu Santos Rocha, da Figueira da Foz, além do seu Museu de Etnografia e História, que vai transformar em Museu de Etnologia do Porto.

Na sua etapa final, foi este Centro integrado informalmente na Delegação da Secretaria de Estado da Cultura no Porto, especializando-se, além da Arqueologia (onde estávamos associados, com o Dr. Lino Tavares Dias, à direção de D. Domingos de Pinho Brandão), com uma seção de Arqueologia Medieval, liderada pelo Dr. José João Rigaud de Sousa, e com uma singular abertura a jovens historiadores que se aventuravam, com sucesso, na área das Ciências Sociais, de que se nomeiam os Professores Augusto Santos Silva, Rui Feijó e Manuel Pinto.

A chave deste quadro de relacionamentos já tinha sido encontrada em 1957 e 1958 na Citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira, a única estação arqueológica do termo do Porto onde se realizavam escavações sistemáticas, só paralelizáveis, na região norte, com as da Citânia de Briteiros, retomadas pelo Coronel Mário Cardozo, depois das celebradas campanhas de Martins Sarmento.

Iniciadas com Eugénio Jalhay, S.J., em 1944 e 1945, e em co-direção com Afonso do Paço entre 1946 e 1950, foram prosseguidas ininterruptamente até 1968 por este prestigiado militar, que foi Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, aí se instalando, a partir de 1955, seis campos de trabalho da Mocidade Portuguesa, tendo contado com a participação de equipas do Seminário Maior do Porto nos anos de 1957-58, justamente na vigência do reitorado de D. Pinho Brandão, assim, promovendo formação arqueológica especializada, que também cativou o interesse de diversos colaboradores, entre os quais, devemos distinguir Eduíno Borges Garcia, António Augusto Tavares, Margarida Andreata, Pascale Gervaise, Fernando Lanhas e Manuel Furtado Mendonça, que, como nós próprios, o acompanharam nas suas últimas campanhas. Nelas participaram, por via do Centro de Intercâmbio e Turismo Universitário, grupos de estudantes universitários, estrangeiros e nacionais, da Universidade de Lisboa e do Porto, estes, da primeira edição do seu curso de História,

consolidando doravante um relacionamento pessoal e institucional, que julgamos de referência para a Arqueologia nacional (Silva 1999).

Coubera-nos, com efeito, por convite da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a orientação da campanha de Agosto de 1968, em substituição de Afonso do Paço, impossibilitado por motivo de doença. E, tendo contado, nesta campanha, por algum tempo, com a companhia de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, cujo conhecimento vinha já das campanhas de 1957-58, e encontrando-nos em Outubro do mesmo ano, ele, como docente, e eu, como aluno de Pré-história do Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foram criadas as condições de transição para uma nova fase de escavações, realizadas por esta Faculdade, conforme era vontade expressa de Afonso do Paço, dando-se início a uma maior cientificação da investigação arqueológica.

Neste quadro, se terá encontrado o motivo para a vontade da nóvel Faculdade de Letras querer nos seus quadros, para a docência de Arqueologia, Epigrafia e Numismática, um docente com tantos pergaminhos, como os de D. Pinho Brandão, que foi contratado, para esse efeito, em 1966, sequenciando o reforço da sua emanção relativamente ao Centro de Estudos Humanísticos, que a precedeu.

Não se tratando de assunto que seja do conhecimento público, tão breve foi a sua passagem pela Faculdade, havemos por bem transcrever as notas, que o seu autor nos deu para publicação, quando falou sobre a Arqueologia do Porto na inauguração do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, sobretudo pelo que anuncia do seu pensamento e ação sobre o ensino/aprendizagem teórico e prático dessa área disciplinar (Brandão 1985: 5-6):

“ Por um certo pendor, acontece que a minha vida tem andado bastante ligada a museus. Efectivamente, quando reitor do Seminário Maior do Porto, criei no Seminário um *Museu de Arte e Arqueologia*, inaugurado em Março de 1958, que possui, além de outras secções, uma das melhores colecções de imaginária sacra do Norte do País. Mais tarde, na Faculdade de Letras do Porto, iniciei a recolha de peças para um Museu de Arqueologia, que devia ser, assim pensava, lugar privilegiado de estudo e diálogo, e precioso auxiliar das cadeiras que me tinham sido confiadas: arqueologia, epigrafia e numismática: Pouquíssimo tempo estive na Faculdade, mas deixei lá um pequeno núcleo de interesse arqueológico, que não sei se teve continuidade (1).

Nomeado Bispo Auxiliar de Leiria, parti para essa Diocese em Fevereiro de 1967. Lá pensei, também, num museu diocesano. De par com as minhas actividades pastorais, comecei a recolher elementos. Quando regresssei ao Porto, em 1972, possuía já um bom espólio artístico e arqueológico que constituiu o núcleo fundamental e mais vasto do Museu Diocesano inaugurado no dia 20 de Maio se 1983, no Seminário de Leiria (2).

Presentemente, apesar da actividade pastoral que me absorve muito tempo e do tratamento hospitalar que me rouba quase 20 horas semanais, estou ainda ligado, como Director, a um museu que muito estimo: o *Museu Regional de Arte Sacra de Arouca*, um dos melhores museus regionais portugueses (3)

(1) Sendo a primeira vez que tenho a oportunidade de me referir a este assunto, julgo de algum interesse acrescentar e transcrever algumas notas e apontamentos que na ocasião registei sobre a criação do projectado Museu de Arqueologia na Faculdade de Letras do Porto. Efectivamente falei, diversas vezes, sobre a questão com o Prof.

Doutor Luís de Pina, então Delegado do Reitor na Faculdade de Letras. Achava feliz a ideia. Nada se concretizou porque, entretanto, o Prof. Luís de Pina deixou a Faculdade.

Depois de tomar posse (-29 de Junho de 1966-) da regência das cadeiras de Arqueologia, Epigrafia e Numismática, continuei a repensar a ideia e expus o meu pensamento ao Reitor da Universidade, Prof. Correia de Barros, que tinha assumido as funções de Director na Faculdade de Letras.

“1966 – 19 de Agosto- Sexta-Feira.

Falei na ideia do Museu ao Reitor da Universidade, que é o Director da Faculdade de Letras. Disse-lhe que um museu de Arqueologia era necessário, até para maior eficiência da cadeira de Arqueologia. Comuniquei-lhe que desejava começar a recolher peças encontradas, oferecidas, ou em depósito, mas não queria fazê-lo sem lhe dar conhecimento e sem obter a sua aprovação, já que tinha de falar na Faculdade e, de alguma maneira, comprometê-la nos casos de depósito. Recebeu muito bem a ideia, com entusiasmo até. Disse que agradecia todo o trabalho que eu fizesse, e acrescentou que, se, de diligências minhas, fossem necessários ofícios da Reitoria a pedir oficialmente objetos ou a agradecer ofertas, lho comunicasse para se fazerem e enviarem, e o mesmo quanto a recibos, no caso de depósito. Acrescentou, ainda, que estava previsto (para já) que uma das salas da Casa do Campo Alegre seria para o Museu de Arqueologia. Na despedida, depois de falarmos sobre outros assuntos, mostrou novamente a maior simpatia pela ideia...”

“1966 – 20 de Agosto.

Falei, em Braga, ao Tenente-Coronel Afonso do Paço da conversa que tive com o Reitor. Ficou contente e indicou-me o modo de proceder, em alguns casos, para conseguir objectos para o Museu. Trouxe, ao fim da tarde, uma pequena embalagem com objectos (cerâmica) provenientes da Citânia de Sanfins que o Tenente-Coronel ofereceu. Prometeu mais”.

Entre os diversos objectos recolhidos, contavam-se mós oblongas e outras peças líticas provenientes de Madalena- Lousada (Setembro de 1966); duas aras: uma proveniente de S. Pedro de Avioso, Maia, e outra de Santa Maria de Fiães, Feira (Outubro de 1966); cerâmicas de Sanfins e Briteiros e espólio de Vila Nova de S. Pedro.

(2) *Museu de Arte Sacra do Seminário Diocesano de Leiria: Programação da inauguração (Prospecto)*. Leiria, Maio de 1983.

(3) Sobre o *Mosteiro de Arouca e o Museu*, ver PEDRO DIAS – *Mosteiro de Arouca*. Epartur – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda., Coimbra, 1980.

Com a docência de Arqueologia confiada ao Professor José António Ferreira de Almeida e as de Epigrafia e Numismática ao Dr. Flório Vasconcelos, mantendo-se a de Pré-história com o Dr. Sérgio da Silva Pinto, chega-se ao ano letivo de 1968-69, com a contratação de Professor Bernardo Xavier Coutinho, Professor do Seminário do Porto, e do recém-licenciado Carlos Alberto Ferreira de Almeida, com currículo e perfil reconhecidamente adequados. A Xavier Coutinho é atribuída a Epigrafia e a Numismática e Carlos Alberto Ferreira de Almeida vai ter a seu cargo as unidades curriculares de Pré-história, do 1º ano, e Arqueologia, do 4º ano, acumulando ainda a de História da Arte Portuguesa e a orientação do Seminário de História da Arte e Arqueologia, áreas que partilhou com o Professor José António Ferreira de Almeida até ao fim do ano letivo de 1973-74, segundo o novo plano de estudos publicado em 1968

(decreto nº 48627, de 12 de Outubro).

Percorremos juntos vários troços das suas “vias medievais de Entre-Douro-e-Minho”, com que concluíra a sua licenciatura; fui seu aluno e monitor; com ele colaborei em numerosas missões e campanhas de trabalhos arqueológicos, em inventariação, prospeção e escavação, em especial, na Citânia de Sanfins e no Castro de Fiães; coadjuvei-o na organização de conferências e reuniões científicas, nomeadamente, no 3º Congresso Nacional de Arqueologia, na conceção do Instituto de Arqueologia e outras iniciativas, acompanhando, em suma, um processo de renovação científica e pedagógica, em reestruturas curriculares e institucionais, em experiências de campo, trabalhos de museu e análises de laboratório, com partilha numa preocupação constante em dar sentido a toda a espécie de registo arqueológico, muitas vezes ultrapassando discretamente os constrangimentos e os padrões do regime vigente, que se tornou mais viabilizado com a transição para a democracia.

4. 25 de Abril 1974

Quarenta anos depois, recordo esse dia tão longo, tão longo que ainda perdura, como aluno finalista da sétima edição de um Curso de História, recriado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto poucos anos antes, em 1961 (decreto-lei nº 43864, de 17 de Agosto), com um plano curricular muito paralelizado com a História da Arte e associado, culturalmente, à Filosofia, e com marcada organização cronológica. O 1º ano era dedicado à pré-história e ao mundo antigo, o 2º à idade média e o 3º à idade moderna e contemporânea, conferindo o grau de bacharelato. A licenciatura completava-se com mais dois anos, em que, por sinal, era reservado algum espaço para este campo disciplinar, que incluía as cadeiras de Arqueologia, Epigrafia e Numismática no 4º ano, porventura havidas como disciplinas menores, pois que eram, em geral, meramente entendidas como técnicas/auxiliares da História.

Exercia as funções de monitor da disciplina de Pré-história, do 1º ano do Curso, a cargo do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que dela era docente desde 1968, com um programa de ensino/aprendizagem renovado nos conteúdos e metodologias. Na abordagem das origens do homem, sobressaía a atualidade das descobertas recentes de Leakey, e, para a pré-história, a utilização de textos compendiados de François Bordes e Leroy-Gourhan, com relevo para a sua interpretação da arte paleolítica como expressão de um sistema complexo de fecundidade; o mesolítico tinha por base principal os estudos de um amigo comum, o Abbé Jean Roche, nos concheiros de Muge; para a revolução neolítica, o megalitismo e a agricultura, era preferenciada a visão social de Virgil Gordon Childe, que tivera o privilégio de conhecer em Sanfins, em 1949, era eu catraio; restava uma abordagem mais rápida sobre a idade dos metais, com referências sobretudo de âmbito peninsular, marcadamente regionais para a cultura castreja do noroeste, que ficava, com a romanização, para a disciplina de Arqueologia, do 4º ano, com apoio bibliográfico de Maluquer de Motes, García y Bellido e Jorge Alarcão, que prestigiavam, com a sua presença, os colóquios portuenses de Arqueologia, em que todos participávamos.

Frequentava ainda o seminário de preparação da tese de licenciatura, sob a orientação do Prof. António Ferreira de Almeida e do seu assistente Carlos Alberto Ferreira de Almeida, desenvolvendo um projeto de investigação sobre a Citânia de

Sanfins, a minha aldeia natal, cujas escavações acompanhava desde criança e que, por sinal, me foi dado dirigir no mês de Agosto desse mesmo ano, conforme disse anteriormente, em substituição do Tenente-Coronel Manuel Afonso do Paço, por motivos de doença, de que viria a falecer logo em Setembro.

Entre a documentação, que guardo, com notas de reuniões, domésticas, em cafés, na Universidade, no Museu de Etnografia, em Conímbriga, na Biblioteca Nacional, ou com esquemas de estruturação da tutela, do ensino e da prática da Arqueologia, preferentemente em formas organizativas regionalizadas, preservo ainda o convite da Junta de Salvação Nacional para dirigir o setor de Arqueologia do Serviço Cívico, que as obrigações discentes de conclusão da licenciatura me não permitiram aceitar, e o original, manuscrito, de um texto que, passados estes anos, considero delicioso, em que se apelava ao “perdão de acto”, que foi aprovado em assembleia-geral de alunos e terá estado na origem da passagem administrativa posteriormente adotada a nível nacional. Nele se consagrava, no nosso caso, como contrapartida, a obrigatoriedade de participação em sessões de investigação e a elaboração de relatórios temáticos e de propostas de reformulação dos cursos ministrados na Faculdade, assim se iniciando uma reestruturação democrática dos planos curriculares, evidenciando, desde logo, uma valorização dos estudos arqueológicos, de importância reconhecida para o debate identitário sequente ao 25 de Abril.

Com uma singular transformação, só possível no quadro de um processo revolucionário, concluiu-se por uma formatação do Curso de História, com pré-especialização em Arqueologia composta por quatro disciplinas da área e um seminário temático, de que se vai gerar, com a uniformização curricular de 1978 (Decreto 53/78, de 31 de maio), a Variante de Arte e Arqueologia, em 1979 (Despacho nº 208/78, de 27 de julho), e, como inovação pioneira a nível nacional, a criação do Curso de Mestrado de Arqueologia, em 1989 (Portaria nº 722/89, de 24 de agosto), e dez anos depois, em 1999, com a Licenciatura de Arqueologia (Resolução nº 20/ 99, de 15 de fevereiro) e o Curso de Doutoramento em Arqueologia (Resolução nº 144/ 99, de 25 de outubro).

Com esta autonomização, se foi corporizando um processo frondoso de crescimento, que mais original se manifestou com a criação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, em que a Arqueologia constituiu uma Secção, a par das Ciências Documentais, da História da Arte e da Museologia, com o objetivo de promover a formação de docentes e quadros especializados nas diferentes áreas patrimoniais, permitindo dotar as respetivas instituições de técnicos superiores habilitados, a diversos níveis, para a realização de funções de salvaguarda e defesa, conservação e restauro, investigação e promoção do património nacional.

Era nosso desejo que esta composição pudesse ser alargada à Antropologia Cultural, favorecendo, deste modo, o enquadramento da Arqueologia mais de acordo com a tradição da escola portuense, vinda já dos antecedentes da *Portugalia*, herança, de resto, já anteriormente consagrada na recuperação desse celebrado título para dar nome à publicação periódica do Instituto de Arqueologia e da Secção de Arqueologia do Departamento, que lhe sucedeu.

Estaria também mais de acordo com áreas científicas do seu primeiro subscritor, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que repartia a sua investigação pela Arqueologia, a

História e a Etnografia, segundo um quadro de interdisciplinaridade inspiradora, que também vínhamos cultivando com outro seu discípulo e nosso colega Rui Centeno, com quem partilhámos inúmeros projetos de investigação arqueológica, de musealização e valorização patrimonial.

Remetendo, neste último passo, para o percurso encantado deste campo pedagógico, científico e profissional, analisado pormenorizadamente pelos nossos amigos Rui Centeno, Teresa Soeiro e Maria de Jesus Sanches, no artigo que vimos mencionando (Centeno *et alii* 2013), cumpre-nos uma palavra de saudação e apreço a todos os colegas, que formaram, sobretudo em torno das especialidades dos seus doutoramentos, desde a pré-história à arqueologia moderna e contemporânea, uma comunidade científica qualificada, contribuindo, com a prática corrente de uma arqueologia cognitiva e afetiva, da Escola de Arqueologia do Porto, como marcadores de uma nova leitura da história do território.

Bibliografia

BRANDÃO, Domingos de Pinho (1985) - *A Citânia de Sanfins na história da arqueologia portuense*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

CENTENO, Rui; SOEIRO, Teresa; SANCHES, Maria de Jesus (2013) – Caminhos e encruzilhadas. O ensino e o investigação em Arqueologia na Faculdade de Letras da U.P. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património (Homenagem a Armando Coelho Ferreira da Silva)*, vol. XIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 31-48.

DUARTE, Alice (2010) – *Universidade do Porto. Proposta de criação do novo Ciclo de Estudos: Mestrado em Antropologia* (DCTP, doc.).

Fabião, Carlos (2011) – *Uma história da Arqueologia portuguesa*. Lisboa: CTT Correios de Portugal.

GOMES, Sérgio Alexandre da Rocha (2011) – *O passado, a identidade e as teias do governo. Estudo sobre os entrelaçamentos das práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção da identidade nacional salazarista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento, policop.).

LOBATO, Maria José Folgado (1995), A necrópole romana de Gulpilhares. *Portugalia*, Nova Série, Vol. XVI. Porto: Instituto de Arqueologia Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 31-72, est. XXXVIII (Dissertação de mestrado).

MELLO, Joana (2012) – *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. Coimbra: Annablume - Imprensa da Universidade de Coimbra.

SILVA, Armando Coelho Ferreira (1974) – *Relatório do Seminário de História da Arte e Arqueologia do Curso de História da Faculdade de Letras do Porto sobre a “Citânia de Sanfins”. Ano lectivo 1973-74* (ms.).

SILVA, Armando Coelho Ferreira (1986 / 2007) – *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins (1ª ed., 1986, Tese de doutoramento; 2ª ed., revista e atualizada, 2007).

SILVA, Armando Coelho Ferreira (1999) – *Citânia de Sanfins. Catálogo: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, ed. Etnos.



Fig. 1- Citânia de Sanfins , Paços de Ferreira

O ensino da Arqueoloxía na Galiza entre o franquismo e hoxe

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Resumo

Análizase a evolución do ensino da arqueoloxía na Galiza dende os anos da República, no período franquista e na democracia ata hoxe, facendo mención aos planos de estudo, os medios disponibles (biblioteca, coleccións arqueolóxicas), o profesorado e a investigación.

Palabras chave: Galiza, USC, Arqueoloxía, dictadura, democracia

Abstract

In this article the autor analyses the development of the teaching of Archaeology in Galicia from Republic through the Franco period to democracy and current syllabus, the equipment and materials available (libraries, archaeological collections) professors and research.

Key-words: Galiza, USC, Archaeology, dictatorship, democracy

Esta conmemoración que se fai na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ao cumprirse os 40 anos da Revolución de Abril, paréceme unha moi boa oportunidade para reflexionar sobre o acaecido neste período de tempo tanto en Portugal como no que a min correspondeme na Galiza polo amable convite dos colegas do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da UP, aos que agradezo a deferencia.

Nembargantes, como veremos, as situacións non son moi semellantes. Se no Portugal, como os distintos relatorios presentados sobre da arte, da museoloxía e da arqueoloxía revelan un cambio nido no ensino e na investigación, na Galiza eses cambios non se produciron coa morte do dictador Franco no ano 1975, xa que viñeron moito antes nalgúns aspectos fundamentais e outros virían con posterioridade.

Nos últimos tempos xa se plantearan en España diversas reflexións sobre a época dictatorial xurdidas a finais do século XX que deran lugar a distintas publicacións,

como a que analizaba a antigüidade e o franquismo¹, sendo de gran interese como visión de conxunto, os comentarios que sobre a arqueoloxía e as dictaduras aparecen nesa publicación².

Ao longo desta disertación tentaréi botar unha ollada á evolución do ensino da arqueoloxía dende os comezos do franquismo ata hoxe, fixándome en tres aspectos esenciais como son os planos de estudo, o profesorado e os medios cos que se contaba, xunto coa investigación. Como é lóxico farei unhas disquisicións previas sobre a etapa anterior ao ano 1936.

A Universidade de Santiago antes de 1936

O estudo na Universidade de Santiago de Compostela centrábase no campo das Humanidades na Facultad de Filosofía e Letras, na que non existía a Arqueoloxía como disciplina diferenciada. O panorama era bastante desolador xa que ata o ano 1926, en que Pericot ocupa unha cátedra denominada “Historia Antigua y Media de España con su acumulación de Historia Moderna y Contemporánea de España”, non houbera propiamente actividade arqueolóxica, agás a protagonizada por Obermaier coas conferencias impartidas no ano 1922 que darían lugar á primeira síntese da prehistoria galega ou algunhas incursións doutro catedrático de Historia de España, Pérez Bustamente con algunha publicación³.

En 1927 Pericot trasládase á Universidade de Valencia, sendo sucedido brevemente por Alberto del Castillo e só quedaría ata a Guerra Civil Sebastián González García-Paz quen, non sendo estrictamente arqueólogo, participou en diversas campañas arqueolóxicas e realizou un meritorio labor coas escavacións nos castros de Borneiro e Baroña, tendo que exiliarse no 1936 en Puerto Rico.

De tódolos xeitos e afortunadamente, a arqueoloxía estaba moi ben representada fora da Universidade polos membros do Seminario de Estudos Galegos (1923-1936), singularmente López Cuevillas e Bouza Brey.

Os planos de estudo

A partir de 1953 e durante todo o período franquista a licenciatura en Filosofía e Letras de 5 anos (Historia) constaba de dous cursos comúns e incluía no 2º ciclo como materias anuais a Arqueoloxía, a Epigrafía e a Numismática ademáis das correspondentes Prehistoria, Hª Antiga e Etnografía co que, no papel, poderíase ter unha formación suficiente se houbera profesorado adecuado, o que non era o caso.

No ano 1975, cando morreu Franco a vella Facultade divídese en tres: Xeografía e Historia, Filoloxía e Filosofía o que leva consigo novos plans de estudos que polo que respecta á primeira consisten en dous ciclos de 3+2 anos sendo o primeiro común e o segundo especializado para Historia, Arte e Xeografía contando cun 5º curso coas especialidades de Prehistoria, Arqueoloxía e Hª Antiga.

En 1990 créanse o Sistema Universitario Galego e por segregación da USC as

¹ WULFF/ÁLVAREZ 2003

² Singularmente o de DÍAZ-ANDREU 2003

³ Para estas cuestións véxase ARMADA 2008

Universidades de Vigo e A Coruña impartíndose arqueoloxía na Facultade de Historia en Ourense e na de Humanidades en Lugo. Santiago terá un 5º curso de especialización en Prehistoria e Arqueoloxía.

Finalmente no 2009 a implantación do Plan Bologna supuso a existencia dos Graos de 4 anos quedando a arqueoloxía reducida a dúas materias cuatrimestrais e desaparecendo a epigrafía e a numismática que encontrarán un acomodo no master como unha materia de 3 créditos⁴.

O profesorado

A partir do termo da Guerra Civil pasaron pola USC diversos catedráticos, que en ocasións nen siquera ocuparon a plaza, caracterizados polo feito de que na maioría dos casos non eran arqueólogos, para ocuparse da Historia de España ou Universal nas distintas etapas que nalgúns casos incluían a Prehistoria pero nunca a arqueoloxía. Profesores coñecidos como Martínez Santaolalla, Almagro Basch, Ubieto Arteta ou Udina Martorell, entre outros foron os responsables do ensino, aínda que os primeiros non apareceron por Santiago. Hai que facer mención de Luis Monteagudo que fuzamente estivo na Facultade nos anos 40, e volveu impartir docencia nos anos finais dos 70.

En 1955 chega a Santiago Carlos Alonso del Real como Catedrático de Prehistoria e Historia Universal Antiga e Media e de Historia Xeral da Cultura (Antiga e Media), que so no 1967 cambiará a titulación por Prehistoria e Etnografía, e permanecerá na USC ata 1981, aínda que non se caracterizou polo seu traballo arqueolóxico. Por esos anos as materias de arqueoloxía, epigrafía e numismática quedaban en máns de auxiliares que pouco mais facían que leer uns apuntes pero que non foron quen de propiciar nen escolas nen de investigar.

A excepción foi Salvador Parga y Pondal que daba epigrafía e numismática e que ordenou o monetario, do que máis adiante comentarei algo.

O 1968 vai resultar fundamental para o ensino e a investigación arqueolóxicas na USC que ata ese momento era allea á realidade galega. Ata entón todo o labor facíase no Instituto P. Sarmiento de Estudos Galegos por parte dos membros procedentes do extinto Seminario de Estudos Galegos e que, a partir de 1967 baixo a dirección de Bouza Brey, aglutinou a un fato de novos investigadores na Sección de Prehistoria e Arqueoloxía

Pois ben, nese ano citado, chega á Universidade de Santiago Alberto Balil para ocupar a primeira plaza de arqueoloxía nos case 50 anos da existencia da Sección de Historia. E veu nun momento histórico, pois o estudantado exixía reformas o que dou lugar a unha folga e ao peche da Universidade moito antes que o famoso maio francés. Iso supuso unha revolución porque, por primeira vez, un profesor novo e cunha sólida formación púxose ao fronte das materias arqueolóxicas fundando o Seminario de Arqueoloxía e introducindo novas metodoloxías tanto no ensino como na investigación e creando unha auténtica escola con discípulos que co tempo acabarían

⁴ Para unha visión crítica das diferentes etapas do ensino da arqueoloxía na Galiza tanto USC como nas novas universidades galegas, con especial referencia ao Plan Bologna, véxase COMENDADOR 2012

na Universidade, nos museos ou no ensino medio⁵.

En 1972 o Profesor Balil tivo que marchar á Universidade de Valladolid diante da negativa da USC a dotarlle a cátedra correspondente pero a súa semente ficou.

Co tempo, tras una breve estancia de Arias e Fariña e posteriormente Naveiro, quedamos na área de arqueoloxía na Facultade o que suscribe con Raquel Casal e José Manuel Caamaño xunto con algunha incorporación mais tardía que polo dagora, non aportaron ren á arqueoloxía clásica. Hai que salientar os traballos de Rodríguez Colmenero dende Lugo e Pérez Losada dende Ourense. En sucesivas etapas pasaron por Santiago José María Luzón no 1976 e 1980 e Pilar León pero esta última solo tomou posesión⁶.

Os medios disponibles

Neste apartado voume referir á biblioteca por un lado e as coleccións arqueolóxicas por outro. En relación cos fondos bibliográficos hai que dicir que ata o ano 1968 eran practicamente inexistentes, tanto en revistas como en monografías, non habendo nada actual. En troques, existían obras antigas importantes como varios volúmenes do CIL debido ao interese pola epigrafía de Álvaro D'Ors, Catedrático de Dereito romano, ou libros de numismática como o Heiss, mentras que en arqueoloxía apenas se podían consultar as esculturas romanas de España y Portugal de García y Bellido ou o manual de Arqueoloxía Clásica de Beltrán (por triplicado) de principios dos anos 50.

De novo vai ser o ano 1968 cando a chegada de Balil farase notar xa que, nesa data, é cando comenza a formación dunha biblioteca especializada, que hoxe podemos considerar bastante boa, nos campos da arqueoloxía, epigrafía e numismática non así no da prehistoria, pero agora ese campo non nos compete.

Agora, vaise iniciar a suscripción a revistas, sobre todo inglesas, francesas, alemánas e italianas e a procurar o aumento dos fondos mediante doazóns de separatas e publicacións mediante a solicitude aos investigadores do momento o que foi moi positivo grazas aos numerosos contactos que Balil tiña⁷. E outra das vías, foi a creación dunha serie de publicacións que baixo o título de *Studia Archaeologica* facilitaba os intercambios. Co tempo, esta serie pasou a publicarse na Universidade de Valladolid e no ano 1975, comenza a publicación da revista *Gallaecia* que a día de hoxe acadou o número 32.

Todo este labor continuado, fai que o Departamento de Historia I (constituído no 1986) conte na actualidade con máis de 200 revistas entre intercambios e compras. Desgraciadamente a situación vai a peor xa que a partir deste ano xa non poderá haber mais de 20 suscripcións o que supón un forte recorte nos fondos bibliográficos.

En canto ás coleccións arqueolóxicas, a USC conta cunha ampla mostra de moi diverso tipo e de procedencia moi diversa tanto na súa forma de adquisición como

⁵ En ACUÑA 1992 pódese encontrar información detallada ao respecto.

⁶ Ata o ano 1980 pódese ollar a síntese elaborada por ARMADA 2003-2005.

⁷ Entre os que responderon positivamente pódese citar, como mostra de fora de España, a Comfort, Syme, Richmond, Bianchi-Bandinelli, Torelli, Carandini, Tylor, Cardozo, D. F. de Almeida, A. do Paço, J. de Alarcão.

na súa procedencia xeográfica, sendo nalgúns casos compra, outros doazóns e ás veces depósitos⁸. Hai casos nos que ingresaron coleccións completas como as de La Iglesia⁹, Maciñeira¹⁰ e Viqueira¹¹; noutros son entregas de alumnos e profesores ou ben intercambios propios dos anos 50 sen esquecer os materiais das escavacións feitas por membros do Departamento.

A maioría son pezas procedentes da Galiza, pero hainas doutras partes de España e mesmo de África, Italia, América¹², Oriente Medio e o Extremo Oriente que, en ocasións, están descontextualizadas. A esto hai que engadir unha boa colección numismática e medallística así como un pequeno conxunto epigráfico¹³. Moitos destes materiais foron utilizados nas prácticas pero xa veremos no apartado dedicado á investigación como a inmensa maioría dos que se publicaron, foronno a partir dos anos 70 o que ven sendo unha mostra da falla con anterioridade, de arqueólogos na Universidade.

A investigación

Antes da Guerra Civil unicamente podemos contar coas figuras de Pericot e de Sebastián González. Do primeiro, nos poucos meses que estivo na USC, compre sinalar a ampla colaboración con Cuevillas nas escavacións do castro de Troña, así como a monografía que adicou aos vasos campaniformes da colección La Iglesia procedentes das Pontes de García Rodríguez¹⁴.

Do segundo, que como vimos tivo que deixar a Universidade ao comenzo da Guerra Civil, como publicación mais destacada no campo da arqueoloxía foi a memoria que reflicte as investigacións levadas a cabo nos castros de Borneiro e Baroña, con resultados moi importantes para o momento, publicadas no Boletín da propia Universidade¹⁵.

Dende entón e ata finais dos anos 60, non hai programas de investigación nen traballo de campo, agás algunhas pequenas intervencións de Alonso del Real no castro de Fazouro.

En troques, publícanse dous estudos sobre materiais das coleccións arqueolóxicas, ambos polas mesmas datas. O primeiro trata sobre dous bronzes de arnés da col.

⁸ Unha visión sintética dalgúns dos fondos en SUÁREZ 1966. O mesmo autor ten publicado algúns artigos sobre numismas medievais do monetario da USC.

⁹ Desta colección xa existía un catálogo moi antigo. Véxase IGLESIA 1907.

¹⁰ A colección foi donada á USC según o testamento do propietario no ano 1948. ARMADA 2003

¹¹ En relación con este autor así como sobre La Iglesia e Maciñeira hai datos úteis en ACUÑA 2013, pp.26-28.

¹² A orixe destes fondos ven dada pola creación da Biblioteca América, doada polo emigrante galego Gumersindo Busto a principios do século XX, e consiste nunha colección arqueolóxica de machados, puntas de seta e lanza e cerámica dos Andes, Arxentina e mixteca, así como un importante conxunto etnográfico de Arxentina, México, Bolivia, Perú e Uruguai.

¹³ A colección numismática consta de mais de 3000 pezas de tódalas épocas (gregas, romanas, medievais, etc.) sendo superior ás das Universidades de Sevilla (1904) e Valencia (2598). En canto á epigrafía trátase dun miliario, dúas aras votivas e unha funeraria.

¹⁴ PERICOT 1927.

¹⁵ GONZÁLEZ 1933.

Maciñeira¹⁶ e o segundo sobre un vaso da Idade do Bronce procedente de Carril e doado polo seu propietario que daquela era profesor na Facultade de Filosofía e Letras e que realizou un labor importante na mesma en canto que foi quen clasificou o monetario da Universidade¹⁷.

A chegada de Alberto Balil no 1968 supuso unha revolución e o comenzo dunha verdadeira política investigadora plasmada de inicio, na defensa das primeiras teses de licenciatura e de doutoramento nos campos da arqueoloxía, epigrafía e numismática leídas na Facultade¹⁸.

Ao mesmo tempo iniciáronse traballos sistemáticos de campo coas escavacións no castro do Neixón, que xa escavaran Cuevillas e Bouza Brey, e que continuarían trala súa marcha, e nas Torres de Oeste. Xunto a isto promoveronse as asistencias a congresos tanto en Portugal (Coimbra, Porto) como na España (Jaén), entre outros.

A política iniciada neses anos continuaría, trala marcha de Balil, nos seguintes tanto na elaboración de traballos de investigación (teses e tesinas) como de campo, e coa chegada de Luzón no ano 1976 na súa primeira etapa reforzábase con traballos ambiciosos como as campañas desenvolvidas na comarca do Caurel que por primeira vez, permitiron coñecer o rico patrimonio arqueolóxico dunha zona ata entón descoñecida nese eido, co recoñecemento dos castros e as zonas miñeiras¹⁹.

A partir da morte de Franco, coa Constitución, e o desenvolvemento das Autonomías, xunto coa Lei de Reforma Universitaria e a Lei do Patrimonio Histórico Español de 1985, propiciaron un cambio no sentido de crear novos departamentos universitarios, contar con máis recursos e que as competencias en arqueoloxía non dependerán de Madrid.

Todo iso propiciou proxectos de investigación como o *Corpus Artis Gallaeciae*, no que se documentou toda a plástica galaico-romana ou as prospeccións de comarcas coma a de Santiago e de programas sistemáticos de escavacións coma a dos campamentos romanos de Aquis Querquennis e Cidadela ou do castro da Graña, entre outros. Axudou a todo isto a existencia de recursos e á axuda que dende a Dirección Xeral correspondente, prestou a responsable Raquel Casal García que foi a que montou os servizos de arqueoloxía no tempo que estivo en excedencia da USC.

Pouco despois viñeron novos tempos e os poucos recursos dispoñíbeis foron parar aos traballos de urxencia (arqueoloxía urbana, obras públicas, etc.) polo que paseñinamente deixouse a práctica da escavación sistemática coas eivas que para promoción do coñecemento supón. De todas formas e gracias a colaboración dos concellos e outras institucións proseguiu o labor coas prospeccións levadas a cabo na Fonsagrada²⁰, Valga e hai poucos anos no Castelo baixomedieval da Rocha Forte, en Santiago²¹.

¹⁶ PALOL, Pedro de 1953-1954, pp. 279-280 e 282. En nota a rodapé o autor agradece os datos aos profesores A. D'Ors, Azcárate e Praga (sic); este último debe referirse a Salvador Parga y Pondal.

¹⁷ PARGA 1955. Do monetario consérvanse as fichas feitas por el.

¹⁸ Pódese ver unha relación das mesmas en ACUÑA 1992, p. 13.

¹⁹ LUZÓN 1980.

²⁰ Os principais resultados en ACUÑA 2008.

²¹ En CASAL 2009 pode verse una síntese do realizado.

Importante é a continuación das relacións exteriores con intercambio de profesores, asistencia a escavacións en Portugal e Asturias e congresos así como actividades conxuntas con diversos organismos e Institucións. Neste sentido hai que salientar o XX CAN celebrado en Vigo en 1993, o Coloquio Castrexos e romanos celebrado en Santiago en memoria de Ferreira de Almeida no 1997 e a VII Reunión de escultura romana en Hispania en Santiago-Lugo no 2011 na lembranza de Alberto Balil, todos eles en colaboración con diversas institucións.

Fora desto hai que salientar as numerosas publicacións realizadas sobre os materiais das coleccións arqueolóxicas, a maioría inéditos, existentes na USC e fundamentalmente na Facultade de Xeografía e Historia, que abranguen un amplo espacio temporal e xeográfico o que foi posible gracias a que co tempo foise creando un grupo de arqueólogos formados e vencellados á Universidade.

As principais aportacións, das que non pretendo a exhaustividade, foron as que relataremos a continuación, expostas según un criterio cronolóxico de publicación para que se vexa como foi evoluindo a investigación e como é a partir dos 70, como podemos apreciar a existencia dun propio labor investigador, o que contrasta co período de pleno franquismo de 1936 a 1970. Ademais coidamos que serve de información para que se coñezcan parte dos fondos que custodia a Universidade de Santiago.

1977 Dentro de su magna obra, Monteagudo recolle os machados de bronce, en parte publicados con anterioridade²².

1977-78 Dase a coñecer un miliario de Caracalla procedente de Monterroso²³.

1979 Diversas pezas megalíticas que configuran o denominada horizonte Rechaba²⁴.

1981 Estúdanse os machados da colección La Iglesia²⁵.

1983 Unha peza singular celtibérica²⁶.

1985 Xunto con outras pezas, unha punta do bronce final do Departamento²⁷.

1987 Conxunto de pezas líticas do Sahara²⁸.

1988 Dous aras e un epígrafe funerario de Castrofeito²⁹.

1992 Pezas neosumerias³⁰.

1992 Ánforas e outro material cerámico³¹

²² MONTEAGUDO 1977.

²³ Adquirido nunha tenda de antigüidades de Lugo e trasladado á Facultade no 1971 (ACUÑA 1977-78).

²⁴ VÁZQUEZ 1979.

²⁵ FÁBREGAS 1981.

²⁶ Trátase dunha caixiña de barro (CASAL 1983).

²⁷ Punta de lanza de Deixebre depositada aorredor de 1978 (MEIJIDE 1985).

²⁸ FÁBREGAS 1987.

²⁹ PÉREZ 1988.

³⁰ Posiblemente pertencen á colección Viqueira (MOLINA 1992).

³¹ Son pezas de época romana procedentes de achados casuais no río Ulla (CAAMAÑO 1992).

1996 Industria ósea paleolítica³².

2002 Colección de áureos do monetario da USC³³.

2004 Erote da colección Viqueira³⁴.

2013 Aplique de vidro³⁵.

Consideracións finais

Tralo exposto nas páxinas anteriores parece claro deducir unha serie de consecuencias sobre o ensino da arqueoloxía na USC no sentido mais amplo.

En primeiro lugar o fin do franquismo non tivo ren que ver coa evolución da práctica arqueolóxica. Foron situación alleas as que propiciaron os cambios a mellor. Por una parte a verdadeira docencia con profesorado específico e preparado so sucede a partir do ano 1968 coa chegada de Alberto Balil.

O mesmo ocorre coa existencia dunha biblioteca digna de tal nome e das investigacións tanto de campo como de laboratorio, así como a apertura cara outras institucións, a asistencia a congresos e reunións científicas e o intercambio persoal e profesional. E este novo rumbo foi continuado por todos os que o sucederon ata hoxe.

A situación actual é moi distinta e eu non podoo menos que ser pesimista. Os orzamentos para a Biblioteca reducíronse ao máximo, as futuras vacantes de profesorado non se van cubrir e por outra banda a Administración Autonómica non propicia as escavacións arqueolóxicas que son as que xeran coñecemento.

En resumo, que a situación da arqueoloxía como motor de formación, de coñecemento e da promoción deste, está baixo mínimos. Agardemos que no futuro as decisións políticas permitan que este campo do saber poida ir para adiante, algo que probablemente eu non verei, pero si quixera que os que nos gobernen no futuro tiveran unha sensibilidade cara a educación e a cultura da que carecen, algo que agora boto en falla.

Bibliografía

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (1992), *Biobibliografía de Alberto Balil en Finis Terrae, Estudios en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil* (Coord. Prof. Dr. F. Acuña Castroviejo), Universidade de Santiago de Compostela, pp. 11 ss.

idem (2013), *O coleccionismo en Galicia entre finais do século XIX e principios do XX: Ricardo Blanco-Cicerón e o seu legado*, Discurso de ingreso na Real Academia Galega de Belas Artes de Nosa Señora do Rosario, Santiago.

idem; CAAMAÑO GESTO, Xosé Manuel (1977-78), Un miliario romano procedente de Seteiglesias (Monterroso, Lugo), *BCPML* XL, pp. 21-33.

idem; RODRÍGUEZ GARCÍA, Purificación (2004), *Escultura en bronce en Gallaecia, Actas de la IV Reunión sobre escultura romana en Hispania*, Facultade de Belas Artes

³² Trátase dun conxunto de pezas pertencentes á Cueva del Pendo, Cueva del Castillo e Cueva de Valle (VILLAR 1996).

³³ Son 25 numismas (RODRÍGUEZ 2002).

³⁴ ACUÑA 2004, p. 263.

³⁵ CASAL 2013.

de Lisboa, Universidade de Lisboa, 7, 8 e 9 febreiro 2002, Nogales Basarrate, Trinidad e Gonçalves, Luis Jorge (coords.), Madrid, Ministerio de Cultura, pp. 255-287.

idem; CASAL GARCÍA, Raquel / RODRÍGUEZ SOUTO, Sara / VÁZQUEZ DOMÍNGUEZ, Víctor (2008), A comarca de A Fonsagrada -na antigüidade. Aproximación ao seu estudo: O castro de Moreira (Lamas de Moreira, A Fonsagrada, Lugo), *Gallaecia* 27, pp.179-194.

ARMADA PITA, Xosé-Lois (2003), O legado de Federico Maciñeira e o patrimonio prehistórico de As Pontes na xénese da arqueoloxía galega, in Alonso Troncoso, Víctor (coord.), *Patrimonio histórico de As Pontes de García Rodríguez*, Universidade da Coruña, pp. 27-122.

idem (2003-2005), Los orígenes de la arqueología universitaria en Galicia, in Cabrera Valdés, Victoria. e Ayarzagüena Sanz, Mariano, *El nacimiento de la Prehistoria y Arqueología científica*, *Archaia* 3, 4 y 5, pp. 257-265.

idem (2008), Arqueólogos en el Finisterre: Obermaier, Pericot y la cátedra de Santiago de Compostela in *Documentos inéditos para la Historia de la Arqueología*, Mora, Gloria/ Papí Rodes, Concha/ Ayarzagüena, Mariano (Edts.), Sociedad Española de Historia de la Arqueología.

CAAMAÑO GESTO, J(osé) M(anuel) / NAVEIRO LÓPEZ, J(uan) L(uis) (1992), El depósito subacuático del río Ulla. El material romano in Acuña Castroviejo, Fernando, *Finis Terrae* (coord.), pp. 257-295.

CASAL GARCÍA, Raquel (1983), Caixiña celtibérica de barro da colección da Universidade de Santiago, *Brigantium* 4, pp. 215-220

idem (2013), Un aplique de vidro, moldeado, de la colección arqueológica de la Universidad de Santiago de Compostela, *Revista da Facultade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, volumen XII, Porto, pp. 159-166.

idem; ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando / RODRÍGUEZ RESINO; Álvaro (2009), A evolución arquitectónica dun Castelo baixomedieval: O caso da Rocha Forte (Santiago de Compostela), *Gallaecia* 28, pp. 199-212.

COMENDADOR REY, Beatriz (2012), La actual formación universitaria en arqueología en el marco del EEES: El caso de Galicia, *Miniús* nº 20, pp. 157-185.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2003), Arqueología y Dictadura: Italia, Alemania y España in Wulff Alonso, Fernando / Álvarez Martín-Aguilar, Manuel (Eds.), *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*, Servicio de Publicaciones, Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga (CEDMA), pp. 33-73.

FÁBREGAS VALCARCE, Ramón (1981), Os machados puimentados da colección La Iglesia, *Brigantium* 2, pp. 27-38.

idem (1987), Dos conjuntos de materiales líticos del Sahara español, depositados en el Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Santiago, *Gallaecia* 9/10, pp. 201-210.

GONZÁLEZ GARCÍA-PAZ, Sebastián (1933), Noticia de las exploraciones arqueológicas en los castros de Borneiro y Baroña, *Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela*, Año 5, n. 17, pp. 323-351.

IGLESIA, Santiago de la (1907), Catálogo de la sección de prehistoria gallega de la colección de Santiago de la Iglesia, *Almanaque de Ferrol para el año de 1908*, Ferrol, pp. 59-67.

LUZÓN NOGUÉ, José María / SÁNCHEZ-PALENCIA RAMOS, Francisco Javier (1980), *El Caurel*, Ministerio de Cultura, Madrid.

MEIJIDE CAMESELLE, Gonzalo / ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (1985), Nuevas armas del bronce final halladas en Galicia, *BSAA* LI, pp. 174-187.

MOLINA MARTOS, M (anuel), (1992), Tablillas neosumerias de la Universidad de Santiago de Compostela (La Coruña), *Aula Orientalis* 10, pp. 87-94.

MONTEAGUDO, Luis (1977), *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel, Prähistorische Bronzefunde*, Abteilung IX, 6, München, C.H.Beck.

PALOL SALELLAS, Pedro de (1953-1954), Bronces de arnés con representaciones zoomórficas, *Ampurias* XV-XVI, pp. 279-292.

PARGA Y PONDAL, Salvador (1955), Notas sobre un vaso de la colección Parga, *III Congreso Arqueológico Nacional, Galicia 1953*, Zaragoza, pp. 406-408.

PÉREZ LOSADA, Fermín (1988), Vía romana nos concellos do Pino e Boimorto (A Coruña-Galicia): vestixios arqueolóxicos e posible trazado, *TAE* XXVIII, pp. 291-306.

PERICOT, Luis (1927), Los vasos campaniformes de la colección La Iglesia, *BRAG* 192, pp. 283-291.

RODRÍGUEZ GARCÍA, Purificación / ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (2002), Áureos romanos de la colección numismática de la Universidad de Santiago, *Gallaecia* 21, pp. 245-257.

SUÁREZ OTERO, José (1996), Los fondos arqueológicos. Primera aproximación a una manifestación de la historia de la arqueología en Galicia, *Gallaecia Fulget*, vol. I, *El Patrimonio histórico de la Universidad de Santiago de Compostela* 1, pp. 150-161.

VÁZQUEZ VARELA, José Manuel (1979), El horizonte de Rechaba: una nueva fase de la cultura megalítica del noroeste peninsular, *BAvr.* 9, pp. 9-26.

VILLAR QUINTEIRO, Rosa (1996), Piezas de industria ósea paleolítica pertenecientes a los fondos del Departamento de Historia I de la Universidad de Santiago, *Gallaecia* 14/15, pp. 131-149.

WULFF ALONSO, Fernando / ÁLVAREZ MARTÍN-AGUILAR, Manuel (Eds.), *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*, Servicio de Publicaciones, Centro de Ediciones.

Do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira à experiência de Vila Nova de Foz Côa: breve balanço de 35 anos da arqueologia... que Abril abriu (1978-2013)

Vítor Oliveira JORGE
UP/FLUP - CEAACP

*À memória de três pessoas a quem muito devo:
Eduardo da Cunha Serrão,
Jean Roche,
Carlos Alberto Ferreira de Almeida*

Resumo

Breves considerações sobre o significado que teve a nova situação política criada pela revolução de 25 de Abril de 1974 no desenvolvimento da arqueologia pré-histórica da região norte de Portugal, e dos problemas que levantou e hoje, embora de modo diferente, nos ocupam.

Palavras-chave: arqueologia pré-histórica; Norte de Portugal; 25 de Abril de 1974.

Abstract

Brief observations on the meaning that had the new political situation created by the 25 April 1974 revolution in the development of prehistoric archeology of the northern region of Portugal, and the problems that arose and today, albeit in different ways, occupy us.

Keywords: prehistoric archaeology; north of Portugal; 25th April 1974.

No Norte de Portugal, e no domínio da arqueologia, o golpe militar que acabou com o regime autoritário e colonialista, e a peculiar revolução que, durante um certo tempo, ele permitiu, teve profundas repercussões, como aliás aconteceu em todo o país e em todos os âmbitos.

Uma das óbvias consequências foi a abertura das universidades a novos cursos e docentes, sendo de destacar o facto de muitas das chamadas “ciências sociais e humanas” não terem tido até então qualquer expressividade (no ensino e na investigação), dado o

regime anterior as considerar subversivas. Portugal foi privado, devido a tal obstrução, de acompanhar devidamente o debate (político e de ideias) europeu e internacional, que era intensíssimo no pós-guerra, culminando em fenómenos como por exemplo o controverso Maio de 68 em França, que deixou marcas até à atualidade. Aquando da revolução, e por falta de estudos adequados, Portugal era opaco a si mesmo.

Aquela abertura do pós 25 de Abril de 1974 veio também permitir a toda uma geração de arqueólogos que iniciassem, ou prosseguissem em moldes muito diferentes, mais livres, um ciclo de ensino e de investigação que, embora ainda confinado aos cursos de História, se procurava pautado por padrões europeus e internacionais, recuperando – se tal fosse possível, e em tempos “de revolução” tudo parece possível - o imenso tempo perdido.

Tempo perdido esse que - não o esqueçamos nas nossas celebrações - ainda hoje tem repercussões na atual situação portuguesa, na do património cultural em geral, e na da arqueologia em particular. Aliás, Portugal acedeu à democracia formal num momento histórico em que já se iniciava uma crise do sistema económico e político ocidental, que viria a acentuar-se cada vez mais, e a desembocar na realidade presente, que parece apontar para uma nova época estrutural da configuração global do capitalismo, de que ainda não podemos entrever todas as consequências.

Voltando ao passado. Vindo em 1974 da Universidade de Luanda, iniciei as minhas atividades docentes no Porto em Janeiro de 1975. Recordo, a título exemplar, dois factos de então, entre inúmeros outros, para mim muito marcantes; poderão parecer menores, mas são sintomáticos de uma época de voluntarismo e esperança. Um, foi a docência (juntamente com o Prof. Humberto Baquero Moreno) da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, seguida por todo um conjunto de estudantes atentos e brilhantes, e onde tivemos centenas de alunos. As formações diferenciadas dos dois docentes (história medieval um, arqueologia pré-histórica outro), docentes esses presentes em todas as aulas, permitiram uma diversidade e complementaridade de discursos que constituiu uma experiência rara (para nós e para os discentes). Outro foi um curso livre de introdução à pré-história que então leccionei na mesma Faculdade de Letras (ainda a funcionar no velho edifício junto ao Hospital de Santo António) e onde, para minha surpresa, os inscritos superlotavam completamente o anfiteatro, com um interesse e entusiasmo extraordinários; bastantes deles decidiram logo que queriam ser arqueólogos, e isso foi uma das bases da criação do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.

Aqui irei sobretudo referir-me à minha área de especialidade, a chamada “arqueologia pré-histórica”, usando como balizas simbólicas – como o título deste texto anuncia - as investigações do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (que se iniciaram em 1978 no concelho de Baião, e depois se estenderam aos de Amarante e Marco de Canaveses) e os trabalhos realizados no concelho de Vila Nova de Foz Côa, que vêm desde os anos 80 e prosseguem (na medida do possível) na atualidade. Intencionalmente, só a título excepcional mencionarei pessoas ou entidades, pois o curto espaço de que disponho não chegaria para tal; procurarei sobretudo ir acentuando genérica e abstratamente (do meu ponto de vista, está claro) um conjunto de algumas linhas de força que caracterizaram ou caracterizam essas (ou pelo menos bastantes dessas) atividades.

O projeto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (CASA) começou por ser o núcleo da minha própria dissertação de doutoramento, após três anos de adaptação e reconhecimento da realidade do Norte, que até então desconhecia. O contorno geral do que havia a fazer ficou para mim claro em inícios de 1978, quando finalmente pude visitar a “Serra”, percebendo que se tratava de uma área única, no distrito do Porto, para o estudo do chamado “megalitismo” (dado o estado de degradação que outras duas concentrações de mamoa do distrito já apresentavam, a de Lustosa – Lousada - e a do Monte Mozinho - Penafiel).

De facto, havia ali uma paisagem planáltica, granítica, pontuada por afloramentos e elevações rochosas com elementos “acastelados” de tendência arredondada (provocada pela disjunção esferoidal daquela rocha), onde avultava o dólmen de corredor de Chã de Parada, monumento nacional, mas onde existiam muitas outras mamoas, permitindo uma perspectiva “espacial”, ou de “arqueologia da paisagem”. Cedo percebi, também, aquando da primeira campanha de escavações em Outeiro de Ante (1978), que, se ficasse sozinho na condução das escavações, um processo moroso, não iria muito longe. Ou seja, que no fundo não faziam já sentido projetos individuais de “liderança” neste domínio, onde se impunha uma escala maior e uma coalescência de esforços e competências. Foi assim que começou a desenvolver-se o CASA. O contacto progressivo com a bibliografia internacional que ia chegando, as visitas breves mas estimulantes do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (o responsável da minha vinda para o Porto), e a persistência da alargada equipa no prosseguimento da tarefa encetada levaram a um enorme alargamento temático. De facto, fomos percebendo quanto uma necrópole dita “megalítica” continha muitos monumentos que, de megalíticos, pouco ou nada tinham. Eram mamoas ou “cairns” (montículos em pedra) de várias tipologias e diversas épocas, que iam do Neolítico até à chamada Idade do Bronze, se agrupavam em núcleos, e tinham uma relação diversa com a paisagem: mais destacados em aplanagens uns (os mais antigos), mais discretos visual e volumetricamente outros (tendencialmente, os mais recentes). Percebemos portanto o polimorfismo megalítico e a perduração destes espaços no tempo, como acontece noutras áreas de Portugal, da península, da Europa, etc. Pessoalmente foram decisivas, a este respeito, as várias vezes que me desloquei à Bretanha francesa, e o muito que aprendi aí com a equipa liderada pelo Prof. Giot, e constituída por Helgouach, Briard, Joussaume, etc. , além dos contactos tidos com G. Eogan, da Irlanda. Mas também foi importante aplicar no estudo dos megalitos – na verdade, das mamoas – o método das decapagens em área que me recordavam o que tinha aprendido com os alemães nas escavações do Zambujal (Torres Vedras) em 1968, e que não tinham nada a ver com o amadorismo (para não dizer pior) da arqueologia portuguesa então existente. Adaptámos ao estudo das mamoas as decapagens horizontais em área que se costumavam usar nos “povoados”, não nos restringindo ao espaço dos monumentos (muito menos das respectivas câmaras, em busca de “espólios”), mas voltando a nossa atenção para o conjunto das arquiteturas imersas na paisagem envolvente. Na verdade, este e outros aspectos de escala e de perspectiva eram uma das componentes de uma arqueologia digna desse nome, que, antes do 25 de Abril, foi sobretudo praticada entre nós por alguns estrangeiros (como os colegas alemães do Zambujal, por exemplo), ou a partir do núcleo constituído por Conímbriga e pela Faculdade de Letras de Coimbra,

como se verificou perfeitamente no Congresso Nacional de Arqueologia realizado em 1971.

Voltando à Aboboreira. Na realidade, os trabalhos rapidamente se estenderam a toda a Serra (e mais tarde à rechã paralela, a sul do rio Ovil), envolvendo os três concelhos que a Aboboreira atinge (Baião, Amarante e Marco de Canaveses), e também a cronologias que vão até ao chamado Bronze Final, com o estudo de necrópoles de sepulturas sub-rectangulares abertas no saibro (Tapado da Caldeira) ou de sítios peçados de fossas ovóides, como a Bouça do Frade, etc. Quase todo o produto dessa imensa tarefa de uma vasta equipa, que incluiu trabalhos no âmbito da época romana e medieval, se encontra basicamente publicado, esperando-se ainda que venham a lume algumas intervenções inéditas. Seria aliás muito importante produzir, um dia, um trabalho de conjunto sobre o projeto da Serra da Aboboreira, que aliás funcionou, durante anos e anos (pessoalmente a minha coordenação foi concluída em 1990, mas os trabalhos prosseguiram) como uma escola de arqueologia por onde passaram milhares de estudantes portugueses, espanhóis e de outros países. As escavações da Aboboreira, feitas com meios precários, e a revista semestral do GEAP “Arqueologia” (começada a publicar em 1980) marcaram uma etapa de renovação da arqueologia do Norte de Portugal, juntamente com a atividade de colegas trabalhando noutros temas e até pertencendo a outras instituições. Claro que a obrigação universitária de elaboração de dissertações de doutoramento muito exigentes, as quais, por definição, são apresentadas em nome pessoal, por vezes dificultou uma maior coordenação de docentes entre si, e a constituição de equipas universitárias mais coesas e pluridisciplinares, apesar das tentativas nesse sentido do Instituto de Arqueologia da FLUP; cada um de nós, em boa verdade, tinha uma carga de trabalho enorme, para conseguir conjugar aulas e investigações muito morosas.

O Norte de Portugal, graças evidentemente à atividade de muitas pessoas (na verdade, na altura, “estudantes” e, até certo ponto, autodidatas, que o éramos todos...) começou assim a despontar para a arqueologia pré-histórica, em múltiplas áreas. Consideremos que quando falo aqui de “Norte de Portugal” se trata das províncias do Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes. Tal zona foi entrando no mapa das regiões intervencionadas por estudos arqueológicos baseados em projetos e, portanto, numa lógica de investigação continuada e orientada por princípios metodológicos que procuraram ser rigorosos, apesar do carácter muito precário dos meios de que se dispunha.

A articulação dessas pesquisas com iniciativas de universitários, que as utilizaram para a sua progressão académica, mas também como escolas práticas informais (ou mesmo formais) de arqueologia, onde encontraram condições de aprendizagem muitos dos futuros arqueólogos, hoje espalhados por todo o país, foi, acentuo, muito importante para a disseminação de uma arqueologia que tentava afinar os seus padrões de problemática e de rigor pelo resto da Europa em que nos inserimos.

Ao mesmo tempo, verificou-se o desenvolvimento de experiências associativas (mais ou menos formais ou informais) que permitiram, nomeadamente no interior, e em relação com a modernização dos territórios, começar a realizar projetos de pesquisa em áreas geográficas e em temáticas antes não abordadas ou só afloradas muito superficialmente.

É exemplo disso a constituição, no início dos anos 80, da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), que a determinada altura dá origem à descoberta do sítio calcolítico do Castelo Velho, perto daquela aldeia (agora vila). As investigações ali dirigidas desde 1989 pela pessoa convidada para o efeito (Susana Oliveira Jorge, da FLUP), e depois apoiadas pelo IPPAR em 2001-2003, articuladas com as da equipa que desde 1998 tem incidido os seus esforços em sítio análogo da mesma região, de maior porte (Castanheiro do Vento), em que me integro, são de uma importância muito grande, e não só regional. Na verdade, refletem a problemática que sobretudo certa pré-história britânica dita pós-processual (não confundir com pós-moderna, obviamente) tem vindo a desenvolver. Mas convém aclarar melhor este tópico, porque a maior parte do que cai dentro do campo chamado “pós-processual” já me não satisfaz há muito.

No meu caso, e depois da influência que sobre mim exerceu, desde quando era ainda estudante de liceu, a obra de Gordon Childe (foi decisivo ler, quando era novo, as suas obras traduzidas para português), considero como figuras mais importantes dentro da corrente dita da “nova arqueologia”, ou “processualista”, respectivamente o americano Lewis Binford e Colin Renfrew. Este último renovou completamente a Pré-história da Europa, no seu tempo, tendo mais tarde seguido uma via “cognitivista” que não perfilho (não tenho aqui espaço para discutir tais temas). Depois, sem dúvida a figura de Ian Hodder, e, mais recente, e decisivamente - não esquecendo contributos enriquecedores de Richard Bradley - o trabalho com que mais me identifico, a nível de orientação teórica, é o de Julian Thomas (Univ. de Manchester), conjugado como de outro grande investigador também influenciado pela fenomenologia, o antropólogo Tim Ingold, da Univ. de Aberdeen. Mas isso não significa que, com todo o respeito, assinie por debaixo de quanto escrevem; continuo a procurar o meu caminho articulando teoria e prática, ou seja, as escavações de Castanheiro do Vento (infelizmente agora paradas desde 2013) com a exploração de caminhos que transbordam a “teoria da arqueologia” (que creio ter chegado a um impasse), e me exigem buscas na área do convencionalmente chamado “pensamento crítico contemporâneo”, quer dizer, de uma filosofia que se tornou, cada vez mais, transdisciplinar. E que por esse motivo incomoda, pois o academismo e o entrincheiramento surgem onde menos se espera; são uma reação de medo do outro “invasor”; mas também é verdade que, sob aquele epíteto, de “pensamento crítico”, se podem albergar muitos facilitismos e superficialidades.

O que é certo é que, em geral, se tem verificado, depois do 25 de Abril, na arqueologia portuguesa, uma ampliação de escala dos trabalhos efetuados, tanto no sentido de uma integração dos sítios/monumentos no espaço envolvente – dentro do que se poderia designar uma arqueologia espacial, ou mesmo uma arqueologia da paisagem - como na dimensão das zonas intervencionadas, quer em área, que em profundidade (estratigrafia). E isso tanto em meio rural como urbano, como Braga ou Mértola demonstram, por exemplo.

Por outro lado, tem sido sempre mais ou menos intensa a articulação dos trabalhos no nosso território com os de investigadores estrangeiros, pelas mais diferentes formas, de modo a ligar esta região à restante Península ibérica e à Europa ocidental em que se integra – os trabalhos passaram a realizar-se num quadro europeu, quer de relações de investigadores entre si, quer de horizontes problemáticos. Será talvez de lamentar

que esta colaboração se não tenha institucionalizado mais, para além de projetos ou de reuniões científicas. E que Espanha e Portugal, vizinhos, não cooperem assiduamente no campo da arqueologia, embora tenha havido muitos passos nesse sentido.

Creio que se foi também constituindo uma consciência crescente de que a arqueologia é um saber e uma prática com regras próprias, que a autonomizam, assim simultaneamente libertando-a para todas as relações interdisciplinares possíveis e ao mesmo tempo delimitando-a como uma prática não amadora, nem casuística, como em geral tinha sido até ao 25 de Abril. Claro que alguns dos que se dedicam a épocas mais recentes têm por vezes a tendência para confundir a obrigatoria interdisciplinaridade com uma subordinação da arqueologia, por exemplo, à história, de que foi tão difícil desvinculá-la, mesmo em termos universitários. Na FLUP, pioneira nesse campo, o primeiro mestrado em Arqueologia do país surgiu no ano lectivo de 1989/90, e a primeira licenciatura autónoma em 1999/2000. Do meu ponto de vista, a posterior adequação ao processo de Bolonha não foi nada benéfica, antes implicou um retrocesso no peso da arqueologia no conjunto do ensino superior.

Outra das “conquistas de Abril” em arqueologia é evidentemente a de que se trata de um trabalho de equipa, só chegando a resultados significativos se pautado pela partilha de conhecimentos e portanto adequando-se mal a iniciativas personalizadas, voluntaristas e demasiado concentradas na figura dos responsáveis. Mas dizer isto é dizer pouco; porque ultimamente o que se verifica é um trabalho que, salvo raras exceções, se faz em âmbito empresarial, e em que a situação dos arqueólogos raramente não é a de submissão a interesses que pouco ou nada têm a ver com a pesquisa. Um “livro negro da arqueologia portuguesa”, que sumariasse o que, ao longo do país e das últimas décadas, tem sido destruído, em nome de interesses imediatos públicos ou particulares, seria interminável.

Veja-se por exemplo o caso de três grandes barragens no interior do território, junto à fronteira com a Espanha, a de Fratel, a de Foz Côa, e a do Alqueva. Devido à existência de um grupo informal que eu tinha conseguido congregar em Lisboa – GEPP -, e à iniciativa de um colega desse grupo (Francisco Sande Lemos), foi possível descobrir em 1971 um complexo de gravuras rupestres (predominantemente geométricas, pós-paleolíticas) imenso, de que se fez o registo possível antes de ser submerso, registo esse que ainda hoje continua a ser estudado. No caso do Côa, mediatizado e politizado, conseguiu-se travar a barragem, criar um Parque Arqueológico centrado na importância do maior conjunto de gravuras paleolíticas de ar livre que se conhece, obter a sua classificação como património mundial pela UNESCO e finalmente a construção de um museu, excelente e bem localizado numa paisagem belíssima. Esperemos porém que a barragem nunca se faça, e que as dificuldades agora existentes sejam superadas; o Côa é um património frágil e árduo de transmitir ao grande público (e portanto de “rentabilizar”), representando exemplarmente como aquilo que é complexo, que exige estudo, é hoje tão difícil de conciliar com uma sociedade de “cultura light”, do lucro e do curto-prazo. Realmente, falou-se de uma arqueologia a.C. (antes do Côa) e d.C. (depois do Côa); mas o Instituto próprio (IPA) que acabou por ser criado, e que tanto esforço custou, já foi extinto. Aqui, “Abril” abriu-nos uma porta mas cedo tememos que a fechasse, mostrando quanto é reversível qualquer conquista que, num certo momento de ilusão, parece não o poder ser; nada, nunca, está seguro. E, finalmente,

no caso do Alqueva, a arqueologia, que até obteve financiamento para se “entreter” um tempo, teve de deixar ir por água abaixo toda a história de um rio; que se havia de fazer, se essa obra era apoiada por todas as forças políticas e sociais?... a fragilidade negocial da arqueologia no terreno é imensa, e se o Côa foi (temporariamente?) ganho, é porque se verificou conjunturalmente um complexo de condições históricas muito especiais.

Tal como em todo o mundo, tem havido na nossa arqueologia a preocupação do estabelecimento de uma narrativa histórico-cultural, capaz de definir os vários períodos da “pré-história” de cada região e do território no seu conjunto ao longo do tempo, desde o Paleolítico, em articulação com outras regiões da península e da Europa. É essa a nossa maneira – que consideramos inquestionável – de “contar a história”: com um princípio, meio e fim; e quando não temos “atores” para a contar - isto é, países, personagens, acontecimentos, ou tendências de longa duração (à maneira de uma espécie de “estratigrafia de tempos” ou ritmos diferentes de temporalidade, como fez Fernand Braudel) – utilizamos conjuntos recorrentes de objetos, inventamos “culturas”.

Mas a preocupação referida acima, narrativa (como se da simples narração, da exposição do antes e depois, decorresse inteligibilidade explicativa), cedo se articulou com um questionamento que se vinha fazendo, sobretudo no mundo anglo-saxónico (Estados Unidos da América e Grã-Bretanha nomeadamente), sobre o que se convencionou chamar “teoria da arqueologia”, e que tinha a ver com a passagem de uma fase essencialmente descritiva para uma fase mais problematizante.

Essa mudança de preocupações era inevitável à medida que chegavam a Portugal certas publicações, a influência de determinados autores estrangeiros, e também era proporcional ao aumento de escala e de rigor de que os trabalhos se revestiam. A arqueologia pré-histórica percebia que em geral a sua problemática interpretativa diferia daquela que é mais comum em arqueologia histórica, sendo indispensável o recurso a problemáticas importadas da antropologia social/cultural e de outras ciências sociais e humanas para tentar ultrapassar o mero descritivismo histórico-cultural. Esse descritivismo consistia em dividir o tempo linear em períodos, fases, horizontes, etc., e o espaço geográfico em âmbitos com fronteiras mais ou menos fechadas ou porosas, constituindo-se então uma narrativa que tinha as culturas como protagonistas, como referi.

Cada cultura (sobretudo caracterizada por grupos recorrentes de objetos ou estruturas-tipo) teria uma génese, um apogeu, e uma decadência, recebendo influências e emitindo influências. Incapaz de explicar o devir, e partindo de assunções ingénuas sobre a relação de coisas materiais com realidades mais amplas, estas narrativas foram perdendo credibilidade, embora ainda estejam largamente vigentes.

Certos arqueólogos perceberam que uma arqueologia adulta (e respeitada pelos poderes) necessitava de recursos, continuidade, rigor partilhado, comprovação de resultados, e também abertura a problemáticas que são correntes nas ciências sociais e humanas e, em última análise, no pensamento contemporâneo, chame-se ele filosófico ou não.

Ou seja, a arqueologia não é uma mera técnica ao serviço de outros saberes, mas um saber próprio, sendo só aparente, superficial, o paradoxo de que quanto mais uma realidade – neste caso uma disciplina - amadurece, mais necessita de estabelecer

relações com outras, não apenas de carácter multidisciplinar, mas também inter e transdisciplinar. Ora isso obviamente é difícil e implica a tradução mútua de vários tipos de racionalidade que, aos mais ingénuos, aparecem como desgarrados entre si, inúteis ou mesmo absurdos. Neste processo a arqueologia ainda tem muito caminho a fazer, tal como aliás em bastantes outros planos.

Daqui para a frente vou aludir esquemática e telegraficamente a alguns avanços do conhecimento numa perspectiva convencional linear – que precisamente não perfilho - pois não disponho de espaço para poder problematizar estas questões. É evidente que o maior escolho, ou problema difícil de ultrapassar, para a arqueologia pré-histórica, é como tentar escapar ao evolucionismo ou neoevolucionismo, seja ele unilinear ou multilinear. Não é viável aplicar o velho esquema de Elman Service e sucessores de transição entre quatro tipos de sociedade cada vez mais complexos, designados sucessivamente bando-tribo-chefado-estado. Isto por muito que se queira sofisticar o esquema, acrescentando sub-tipos. Também por exemplo as propostas de substituir a designação de “hierárquicas”, para certas sociedades pré-históricas recentes, por “heterárquicas” (sem controlo centralizado vertical) não soluciona a questão fundamental, que é encarar a história de um modo que fuja à representação do tempo linear e constituído por uma sucessão de “pontos”, que podem ser instantes, fases, períodos, etc. Esta representação linear do tempo (sucessão de “pontos”) vem dos gregos (tempo circular) e é linearizada na época cristã, sendo laicizada pela nossa sociedade moderna, por exemplo no conceito oitocentista de “progresso”, que nós ainda não superámos.

Usando pois, ainda que, esta moldura convencional, usual, de equacionar as questões temporais, pode dizer-se que se apurou apurou existir, como toda agente sabe, um Paleolítico do Norte de Portugal, quer inferior (muito deficientemente definido), quer superior (este com a sua manifestação maior no já mencionado complexo de gravuras rupestres do Côa, o único elemento arqueológico classificado como património mundial pela Unesco, e cuja enorme importância ainda não foi incorporada por muitas pessoas).

Há muito a fazer no que toca à compreensão do processo de domesticação de espécies (animais e vegetais) e da respectiva origem e expansão de cada uma. Também a história das técnicas precisa de aclarar muitos aspetos no que concerne ao fabrico e uso de recipientes cerâmicos, de objetos de pedra polida, etc. O que há que evitar, de uma maneira geral, parece-me, é a ideia de um “pacote neolítico” constituído pelo conjunto estruturado, coeso, de todas aquelas inovações, tanto no capítulo das domesticações, como das “inovações” técnicas. Por outro lado, há que reequacionar a articulação do mundo do extremo ocidental europeu (e desta sua parcela em particular) com aquilo que se convencionou chamar Neolítico, em todas as suas facetas. As problemáticas neste campo são ainda muitas vezes redutoras, assumindo formas mais ou menos sofisticadas, ou sendo variantes, da velha dicotomia importação/criação autóctone, quando o importante era precisamente desenvolver eixos de pesquisa consideravelmente à margem desses.

Nesse mundo diferente de ideias, criticamente revisto, integrar-se-ia uma visão nova do tradicionalmente chamado “megalitismo”, que o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira começou a esboçar, mostrando como essa própria designação de

“megalitismo” é vaga e imprecisa.

Importaria antes uma “história”, se quisermos, das formas de estruturação do espaço (daquilo a que hoje chamamos arquitetura), mas não só, porque sabemos que “espaço” não é uma invariante trans-histórica que se possa depois historiar, mas ele próprio uma representação, um conceito muito nosso...

O mesmo (variabilidade, complexidade, fraca percentagem do que foi investigado em relação ao ainda existente) poderíamos dizer dos recintos que, no Norte de Portugal, se têm sobretudo estudado na sua faceta mais monumental, visível, de locais de altura, excepcionais, que datam já de uma época posterior aos dólmenes – Calcolítico, isto é, 3º e primeira parte do 2º milénio a.C. – e sobretudo parecem indiciar uma outra forma de relação das comunidades com o território. Aqui, a abordagem feita em sítios como por exemplo Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa), o único grande monumento deste tipo com “bastiões” conhecido no Norte da península, é muito importante.

A terminologia já arcaica de “povoados fortificados” deveria ser revista; na verdade, o que é que se entende exatamente por um “povoado”? E, se um local tem muros altos, e se encontra localizado numa elevação, a sua natureza é logo obrigatoriamente defensiva, com tudo o que isso pressupõe em termos de organização social, conflitualidade, etc.? Certamente há que superar uma “antropologia” ingénua, quando se tenta fazer a chamada “arqueologia social”, procurando não “domesticar o passado” segundo modelos funcionalistas e evolucionistas que nem no presente explicariam fosse o que fosse.

Para se ser arqueólogo, para se perceber a complexidade e opacidade do que designamos “pré-história”, tem de se ter uma certa cultura, um grande amadurecimento intelectual, que hoje o ensino rápido – e de uma maneira geral o universo social e mental em que estamos mergulhados - não propicia. Há leituras e autores por que se tem de passar, demoradamente.

Um aspecto fundamental do ser humano, que nos foi revelado pela psicanálise, é o do inconsciente e das pulsões; se isso diz antes que tudo respeito ao nível individual, tem de ter a sua correspondência no plano colectivo. O ser humano é ambíguo por definição, vive não apenas num mundo de simbolismos, mas naquilo a que Lacan chamou o imaginário, o simbólico (o que tece a realidade e lhe dá sentido) e o real, que é qualquer coisa que, não sendo simbolizável, isto é, capturável pela linguagem, é todavia o motor, se quisermos, das outras duas esferas, pois as três estão imbrincadas. O “real” não é algo de inefável, mas uma dimensão que de certo modo explica a nossa vontade constante de ir até aos limites da linguagem (por exemplo na poesia, mas também, em última análise, na criação de teorias e conceitos científicos) para tentar dar um sentido último à nossa vida e ao universo que nos rodeia. Não nos podemos aproximar interpretativamente de forma ingénua de um ser da ambiguidade como é o ser humano, tanto individualmente como em termos sociais; mesmo que o tenhamos presente e “sujeito” ao nosso “inquérito” antropológico. O objeto furta-se sempre à sua objetivação absoluta, definitiva, que é sempre feita de um ponto de vista, e é essa dupla “frustração” que, realmente, sustenta o desejo do conhecimento, a pulsão de perceber. O que se passa numa comunidade humana, mesmo presente aos nossos olhos, é muito subtil; o mais importante é o não dito, é o que está pressuposto, e muitas

vezes é opaco a um ser de outra cultura, de outra formação, mesmo que venha com o aparato do observador participante, conhecedor, com todo o desejo de objetividade e de “verdade”. O conhecimento é sempre contingente, mas não podemos furtar-nos ao seu movimento e, sobretudo, não podemos repetir as ingenuidades do passado, dos observadores anteriores. Temos sempre de tentar perceber “a manha” do objecto que procuramos conhecer, ele não é um objecto físico regido por leis mais ou menos estáveis (?), mas antes, repito uma vez mais, um ser furtivo. É essa complexidade, que está por exemplo presente num conceito de Bourdieu como o de “habitus”, que não podemos ignorar ao abordar uma comunidade, ou os traços que ficaram de comunidades do passado.

A sensação que se tem, para concluir, é que o principal está ainda por realizar, ou seja, feito o balanço, neste campo da arqueologia pré-histórica, tal como em tantos outros da nossa época, chegámos a um certo impasse, em que as nossas esperanças de há 40 anos – que eram também as utopias da nossa inocência – tendem a desvanecer-se completamente. Não há neste momento (salvo exceções) condições para se fazer pesquisa arqueológica continuada em Portugal em termos condignos, sendo esse vazio por vezes preenchido com a multiplicação de eventos que, mesmo quando refletem alguns avanços pontuais, estão muito longe de corresponder às nossas expectativas. E, dado estarmos numa época globalizada, mesmo a nível internacional não se nota na arqueologia sinais de renovação, de surpresa. Raramente aparece, para este domínio específico a que me tenho referido, e independentemente dos elementos meramente informativos, um livro que mude a nossa própria maneira de ver as coisas.

No Norte de Portugal, nos anos 70, partimos praticamente do zero, no âmbito da “arqueologia pré-histórica”. O que se fez corresponde, face aos meios e ao que se conhecia então, a um esforço e a um avanço enormes. E agora, será possível saltar para outros patamares de exigência? Deixo a pergunta sem resposta, porque não a tenho.



Fig. 1 – Aboboreira, uma paisagem “megalítica”. “Plateau” de Outeiro de Gregos. Concelho de Baião. 2012



Fig. 2 – Aboboreira, uma pequena anta. Concelho de Baião, 2012



Fig. 3 – Aboboreira, cista quadrangular de um “cairn” da Idade do Bronze em Outeiro de Gregos. Concelho de Baião. 2012



Fig. 4 - “Torre” (estrutura complexa) do recinto calcolítico de Castanheiro do Vento. Concelho de Vila Nova de Foz Côa. 2007



Fig. 5 – Uma das estruturas circulares de maior porte do topo do recinto calcolítico de Castanheiro do Vento, em escavação. Concelho de Vila Nova de Foz Côa. 2010

Escavações de Monte Mozinho (1974-1998): projecto territorial e lugar de encontro de Callaecia

Teresa SOEIRO
UP/FLUP-CITCEM

Francisco CALO LOURIDO
MPG

Resumo

Questionamos as vertentes inovadoras do projecto arqueológico de Monte Mozinho (Penafiel), decorrentes quer da metodologia e resultados da escavação do sítio, iniciada na imediata sequência da Revolução de 74, quer da sua posterior extensão espacial a todo o município e ampla abrangência diacrónica. Deveras significativo foi também o impacto deste projecto na consolidação das relações entre investigadores do Norte de Portugal e da Galiza, constituição de equipas de trabalho conjuntas com intervenção em diversos sítios arqueológicos do Noroeste e formação de novos arqueólogos.

Palavras-chave

Castro de Monte Mozinho, arqueologia no Município de Penafiel, arqueologia antiga de *Callaecia*, projectos arqueológicos da Revolução de Abril

Abstract

We argue the innovating features of the Monte Mozinho (Penafiel) archaeological project, both the ones resulting from the methodology used in and the outcomes of the site excavation, which began soon after the 1974 Portuguese Revolution, as well as the ones resulting from the excavations subsequent expansion throughout the entire municipality physical area and their vast diachronic inclusiveness. Furthermore, the aforesaid project had a truly significant influence on the strengthening of the relations between the North of Portugal and Galiza researchers, on the formation of joint teams that worked together in several archaeological sites in the Northeast region and on the training of new archaeologists.

Keywords

Fortified settlement of Monte Mozinho; Archaeology in the Penafiel Municipality; classical archaeology of *Callaecia*, archaeological projects in the 1974 Portuguese Revolution

O Castro de Monte Mozinho é um povoado fortificado de altura, classificado desde 1948 (decr. 37077), localizado sensivelmente no centro do município de Penafiel. Atinge os 408m de altitude e desfruta de uma ampla visibilidade, dominando o vale percorrido pela rio Cavalum e ribeira da Camba, corredor natural que desemboca no Douro em Entre-os-Rios, e as cumeadas já na margem sul deste rio e para além do Tâmega (Fig. 1).

A identificação das ruínas será antiga e, certamente, intuitiva para quem usou este espaço de monte como complemento à exploração agro-pastoril. Os muros afloram e o material cerâmico é frequente na superfície. Talvez por isso, localmente diz-se que *quem ao Mozinho vai ao rapão, alguma coisa topa no chão* (Soeiro 1984; 1998a e 1998b).

Para a comunidade científica, a primeira extensa notícia sobre o sítio arqueológico foi publicada em 1920 por Lacerda Machado (Machado 1920), impressionado com a dimensão do Castro, que visitara dois anos antes na companhia de José Monteiro de Aguiar, um erudito local que acabou, ele próprio, por doar os materiais persistentemente recolhidos ao Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. No seu afã de investigação e preservação de Mozinho, conseguiu ainda interessar Rui de Serpa Pinto (Pinto 1928), Mendes Correia e, mais tarde, Russel Cortez (Cortez 1948 e 1951).

Quase em simultâneo, Abílio Miranda, outro erudito local, também se empenha em preservar o sítio, recolhendo notícias e espólio, em especial o da necrópole, que a seu pedido virá a ser publicado em 1931 por José de Pinho (Pinho 1931).

Porque Abílio Miranda fez parte do núcleo fundador do Museu de Etnografia e História do Douro Litoral, mobilizou este organismo de coordenação da investigação e património do distrito para tomar a seu cargo a realização de escavações. Estas viriam a ser dirigidas, entre 1943 e 1954, por Elísio Ferreira de Sousa, professor do ensino secundário, que intervencionou a plataforma média de Mozinho, pondo a descoberto estruturas edificadas de época romana, sobretudo do baixo-império (Sousa 1954).

Apesar da arquitetura doméstica, do pódio do monumento e respectivas esculturas, dos tesouros monetários tardios e dos diferentes materiais metálicos, vítreos e cerâmicos (de importação e de fabrico regional) terem sido descobertas suficientemente impactantes e inovadoras para que este investigador e outros membros do Centro de Estudos Humanísticos realizassem diferentes comunicações em reuniões científicas (Sousa 1962; Sousa 1965; Sousa e Brandão 1963) e o Museu de Etnografia e História lhes atribuisse um lugar de destaque na exposição, a sua interpretação e valorização para a construção da história ficou por alcançar.

Foi Carlos Alberto Ferreira de Almeida, bom conhecedor das coleções deste Museu, que intuiu a relevância dos achados e se mostrou interessado em responder afirmativamente ao pedido endereçado pelo Museu e Câmara Municipal de Penafiel, no início da década de setenta, para que os trabalhos neste sítio patrimonial fossem retomados e recuperada a área posta a descoberto, já novamente em ruínas (Soeiro 1998b). Mas outras tarefas se interpuseram, provocando adiamentos, até que chegou Abril de 74 e no Portugal que despertava tudo era urgente, incluindo a sede de conhecer o próprio passado e de fazer dele uma riqueza para todos.

Assim, depois de renovados os contactos, no início de setembro os jovens reunidos no Centro Cultural Penafidelis e o Museu tinham toda a logística instalada e o processo revelou-se imparável. O terreno para o acampamento fora cedido por um proprietário

vizinho, as tendas eram do Exército, a cozinheira a habitual nas vindimas da Quinta da Avelada, o transporte e alguns trabalhadores pertenciam à Câmara Municipal, outros foram contratados entre os lavradores das redondezas, a maioria dos jovens, umas dezenas, provinham do concelho, estudantes da FLUP contavam-se ainda poucos (Fig. 2.1).

O que não faltava era a alegria de estarmos juntos a aprender, a trabalhar para construir saber e a partilhá-lo com as populações envolventes, que constantemente visitavam as escavações e junto das quais foram feitas sessões públicas, palestras ao ar livre com projecção de imagens, para que todos compreendessem a missão e defendessem um património que era seu. A prontidão com que saiu a publicação da primeira campanha (Almeida 1974b), apresentada no S. Martinho desse mesmo ano, diz bem desta dinâmica, que não esmoreceu nos anos seguintes.

De 1975 a 1979, Carlos Alberto Ferreira de Almeida continuou a dirigir os trabalhos de Mozinho, três semanas de escavação que se prolongavam em meses a desenhar, a tratar e estudar o espólio, a procurar paralelos que dessem sentido a uma leitura completamente nova da ocupação nos castros após a conquista romana e do processo histórico e cultural daí decorrente. Foram tempos em que Mozinho atraía cada vez mais estudantes interessados neste magistério directo e sem limite de horas, em que, depois dos trabalhadores despegarem, a jornada se podia prolongar em envolventes discussões sobre as estratigrafias, as estruturas e o espólio recolhido, até não haver mais luz.

A imprensa noticiava os trabalhos e as autoridades locais e regionais visitavam o Castro com regularidade, e entre estas destacamos D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto e penafidense de berço, que todos os anos aqui se deslocava (Fig. 2.3). Em Mozinho foram também recebidos investigadores nacionais e estrangeiros (Fig. 2.2), sobretudo hispânicos, interessados nas novidades sobre o longínquo e nebuloso Noroeste, que com os resultados obtidos nesta estação começava a ficar mais bem enquadrado na história peninsular.

*

Recordamos que, ao principiar a década dos anos 70 do passado século, a arqueologia dos castros definhava numa situação de inércia que, desde há muitos anos, não permitia o avanço nem uma ruptura com o anterior. Tudo era repetitivo, uma soma de materiais que nada de novo acrescentavam à ciência arqueológica. Na raiz desta situação estava, sobretudo, o conformismo face à visão de uma Cultura Castreja homogénea, na qual tudo se reduzia a dividir os materiais entre indígenas ou pré-romanos e de importação ou romanos. Se algo resultava estranho, fazia-se notar, mas a ausência de cronologias certas, baseadas em estratigrafias e materiais a elas associadas, era absoluta.

No ano de 1977, Fernando Acuña Castroviejo insistia no interesse de escavações que permitissem *«averiguar si existe una verdadera estratigrafia que nos muestre una secuencia cronológica y nos revele la evolución de las formas materiales»* (Acuña 1977: 22). Quando, em 1979, um de nós com vários membros da Sección de Arqueología e Prehistoria do Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento publicámos o estado da questão sobre este campo de estudo na Galiza, propusemos que se fizesse uma escolha de estações arqueológicas castrejas que proporcionassem *«boas e clarexadoras estratigrafias,*

deixa agora tan escasas nos xacementos escavados», e rematávamos insistindo na necessidade de uma «estreita colaboración cos especialistas da Cultura Castrexa de Portugal (já então encetada) e Asturias (a caminho de ser concretizada), o que posibilitará o establecemento dun frente común para resolver problemas que tamén son comúns ás tres áreas» (VV.AA. 1979: 70).

Ainda no Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, celebrado em Guimarães em 1979, se disse que «*La casi totalidad de los castros del Noroeste son yacimientos 'inestratificados'. Es decir, carecen de una estratigrafía natural (sobre todo para las etapas más antiguas), aunque puedan poseer depósitos culturales que, lógicamente, encierran más dificultades de interpretación...*» (Eiroa 1980: 79). No mesmo Seminário, escutámos frases como esta: «*Como se sabe, as escavações em moldes autênticos, de rigor estratigráfico, etc., são muito recentes»* (Costa, Faria e Carvalho 1980: 7). Martin Höck reforça o mesmo discurso, quando escreve: «*Na bibliografía sobre os castros transparece muitas vezes um problema metodológico de grande importância: a escassez de dados estratigráficos»* (Höck 1980: 55). Neste artigo, o autor faz referência à *Historia de España* de Menéndez Pidal, onde Blas Taracena e Maluquer de Motes (este um dos investigadores exteriores ao Noroeste que melhor conheceu a Cultura Castreja) ressaltam a importância do Castro de Cameixa, por aí se ter localizado, pela primeira vez, uma estratigrafia em jazimento castrejo, lamentando-se porém de que os escavadores misturaram todos os materiais, ficando assim invalidados para estudos posteriores.

Efectivamente, o Castro de Cameixa (concelho de Boborás, Ourense) foi escavado, em 1944-1946, por Florentino López Cuevillas e, directamente, por Xaquín Lourenzo. Dois anos depois, deram notícia deste jazimento na Revista de Guimarães, publicando ali Xaquín Lourenzo, em 1952, as cerâmicas pintadas que tinha exumado. Muitos anos volvidos, apareceu a publicação completa e detalhada, onde se diz que os materiais dos cinco níveis que detectaram no castro estavam classificados em outras tantas bandejas no Museo Provincial de Ourense, onde, por um acidente, caíram, misturando-se as cerâmicas. Devidamente reordenadas pelas notas do diário de escavação, figuram nesta derradeira publicação dos autores (López Cuevillas e Lorenzo Fernández 1986). A confusão de materiais não fora intencional ou descuidada como indicam Maluquer e Taracena. Em Cameixa estamos, pois, diante de uma primeira tentativa de estudo por níveis de um sítio arqueológico castrejo nos assaz recuados anos quarenta do passado século. É bem certo que não houve continuidade nas escavações subsequentes. (Fig.2)

Quando no Seminário celebrado em Guimarães se apresentavam aquelas queixas sobre a falta de estudos estratigráficos, havia já uns anos que Carlos Alberto Ferreira de Almeida vinha a realizar tentativas de ordenar sequencialmente o material cerâmico castrejo, escrevendo, antes mesmo de iniciar Mozinho, uma classificação distinguida com o «Prémio Coronel Mário Cardozo», que serviu de base para posteriores trabalhos tipológicos mais extensos, assim como para o estudo cronológico de sondagens e escavações realizadas nas décadas seguintes (Almeida 1974a). Esta classificação evidencia já um arqueólogo experimentado, bom conhecedor dos materiais, independentemente de que, como resultado de escavações muito posteriores, algumas cronologias viessem a ser recuadas, por exemplo a da cerâmica *tipo Penha*, que na altura se atribuía ao Bronze Final, como também publicámos (Cfr. Calo Lourido e Sierra Rodriguez 1983: 19-85). Os trabalhos que C. A. Ferreira de Almeida encetou no Monte Mozinho, em 1974,

foram inicialmente revolucionários para o conhecimento da Cultura Castreja em época romana ou, o que é o mesmo, daquela fase que, pela dimensão dos povoados e pela própria arquitectura dos mesmos, caracterizava a dita cultura.

Escavador de uma estremada finura, com sensibilidade absoluta para as terras derivada da sua condição de homem do campo, e experiente conhecedor das tipologias cerâmicas romanas, pela vasta bibliografia e contacto directo com materiais do centro e sul de Portugal, Carlos Alberto Ferreira de Almeida soube ler e diferenciar as unidades estratigráficas da zona superior do jazimento, entre muralhas, que o levaram a distinguir uma cronologia que abrangia o séc. I d.C. com dois conjuntos de níveis bem definidos: um pré-flávio e outro, que significou uma grande mudança, já plenamente flávio. Arquitectura e materiais harmonizavam-se perfeitamente em cada um dos momentos da ocupação e, a partir daqui, passámos a dispor de algo sólido em que nos apoiar para a datação de outras estações da mesma época. Dos dois volumes com publicação de resultados, o segundo (Almeida 1977), além de aportar uma visão profundamente etnográfica do povoado, converteu-se em verdadeiro manual ou guia de campo para quem se lança numa escavação na região e mesmo em todo o território da Cultura Castreja, funcionando tanto pela presença de materiais como pela carência dos mesmos, o que permitiu o contraste cronológico e mesmo zonal entre os dois conventos pelos quais se dividiu a cultura em época romana.

Destá publicação, na qual se classificam e definem cronologicamente cerâmicas (sigilatas, bracarenses, cerâmicas finas pintadas, imitações pompeianas, comuns, lucernas), vidros, fíbulas, moedas e esculturas, assim como cerâmicas indígenas próprias da primeira parte do século, o mesmo autor assegura estar consciente de que *«os resultados obtidos são surpreendentes para o estudo da diacronia da cultura castreja e para o conhecimento do processo de romanização da zona no século I da nossa era»*. E mais adiante acrescenta: *«este relatório ficará a ser uma pedra fundamental na teorização da cultura castreja»* (Almeida 1977: 5). Não admira que fossem, precisamente, discípulos de C. A. Ferreira de Almeida a aplicar em primeiro lugar os conhecimentos seguros derivados deste trabalho aos seus estudos particulares, como já revela uma comunicação apresentada no referido Seminário celebrado em Guimarães (Almeida e Soeiro 1980: 29-36).

Mas os trabalhos em Monte Mozinho produziram outras, várias e importantíssimas, consequências, entre as quais sublinhamos a criação de uma coesa e duradoura equipa, na que todos o considerávamos e tratávamos como mestre, assim como a ruptura da concepção de trabalho localista, intrafronteiras, que cedeu a vez à intensa série de colaborações em uma e outra banda do Minho e mesmo em território asturiano.

*

No ano de 1978, Fernando Acuña Castroviejo, hoje catedrático de Arqueologia da Universidade de Santiago, e um dos assinantes desta comunicação, aterrámos em Monte Mozinho para participar nas escavações (Calo 1997:131-132). Verificámos que a arqueologia de campo que ali se fazia estava a um nível muito superior ao que se praticava na Galiza, o mesmo que uns anos antes escrevera o nosso também comum mestre e catedrático de Arqueologia Alberto Balil, quando, ao dizer que os conhecimentos sobre a *Callaecia* romana estavam à altura das zonas limítrofes, matizara: *«...excluyo las tierras situadas al S. del Miño... donde este conocimiento alcanza un nivel muy superior al que*

nosotros poseemos y nos es constante acicate y estímulo así como permanente advertencia de lo mucho que nos queda por hacer» (Balil 1974: 211-212). Nós, galegos, ficamos ambos desde aquela ocasião integrados no grupo aglutinado em redor do *mestre*, e o subscritor desta comunicação não só participou ao longo de décadas nas sucessivas campanhas de escavação, como o fez em outro tipo de trabalhos de recorte etnográfico, por exemplo ao longo do Tâmega. A própria tese de doutoramento que elaborámos ficou devedora em relação aos resultados de Monte Mozinho, que lhe sinalizaram uma nova cronologia a seguir e tentar verificar para toda a plástica castreja (Calo 1994).

Após o Seminário de Guimarães e uma vez incorporado em Compostela, o actual catedrático de História Antiga - Gerardo Pereira - entra também em contacto com a realidade de Monte Mozinho e, depois de realizar vários e inovadores trabalhos para a compreensão da História Antiga da *Callaecia*, chega a reconhecer que «*o castro de Monte Mozinho ten sido, polo menos para min, a referencia fundamental para historiar o fenómeno castrexo baixo o dominio romano*» (Pereira 1998: 37). Outro investigador mais que ficou para sempre rendido às potencialidades de Monte Mozinho.

Desde aquele afastado verão de 1978, muitos foram os trabalhos conjuntos, as visitas mais ou menos demoradas às escavações, as viagens de estudo – e gastronómicas - e mesmo os planos de trabalho, que a morte do *mestre* trunco¹. Juntos realizámos escavações em diferentes sítios arqueológicos de Portugal sob a direção de um ou outro membro desta equipa: S. Estevão da Facha (outro jazimento importantíssimo pela sua ampla cronologia e bem documentados contextos com material de importação), Castelo de Faria, Sabroso, Muro da Pastoria, etc. Na Galícia, com outros colegas, trabalhámos em Castromao, O Neixón, A Graña ..., locais para cuja lista, elaborada por Fernando Acuña (1998: 32-34), remetemos.

Participámos ainda, em 1980, na escavação de San Chuis (Pola de Allande, Astúrias) dirigida pelo catedrático de Pré-história da Universidade de Salamanca, Francisco Jordá Cerdá, que se manifestou surpreendido pela dinâmica galaico-portuguesa. No regresso, aproveitámos para visitar Coaña e cotejar assim castros e materiais dos três conventos jurídicos.

O ano de 1982 pode ser paradigmático desta simbiose de trabalhos. Escavámos em Mozinho, já sob a responsabilidade de um dos subscritores, fizemos a campanha de Baroña dirigida pelo outro e posteriormente publicada em conjunto (Calo e Soeiro 1986), estivemos no Muro da Pastoria e no Castelo de Faria, sempre com o apoio presencial de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e a participação de membros seniores da sua equipa. Mas agora juntou-se-lhes uma nova geração de estudantes, portugueses e galegos, que queriam também experienciar esta aprendizagem de terreno, feita de trabalho e discussão crítica. Temos o prazer de ver muitos deles ter sucesso na profissão de arqueólogo, alguns são conferencistas nestas jornadas (Fig.3.1 e 3.2).

O I Encontro de Universitários do Noroeste Peninsular, organizado pela Associação de Estudantes da FLUP e pelos seus pares da Faculdade de Xeografia e História da Universidade de Santiago de Compostela (com o apoio de Gerardo Pereira e Teresa Soeiro), tornou esta colaboração mais abrangente e transgeracional, uma vez

¹ Refiro-me àquele, muito ambicioso, que com ele estava a encetar sobre a comunidade piscatória da Póvoa de Varzim (F. Calo Lourido).

que o evento foi dedicado à memória de Rui de Serpa Pinto, no cinquentenário do falecimento deste jovem e promissor arqueólogo português que, no início da década de trinta do século XX, realizou trabalhos com Lopez Cuevillas. Ramón Martínez López e Joaquim Rodrigues dos Santos Junior recordaram as relações institucionais cortadas pela guerra civil espanhola; os jovens puderam celebrar, em périplo pelos sítios arqueológicos escavados em conjunto, a democracia conquistada em abril e com o fim do franquismo.

E Monte Mozinho continuou a ser pólo de campanhas de escavação anuais, que acolheram estudantes universitários e jovens dos programas de ocupação, trabalhadores rurais e investigadores, sempre com a cumplicidade e apoio seguro do poder local e a retaguarda do Museu Municipal de Penafiel e da FLUP (Fig. 4).

Este caminho de amizades sedimentadas em tantas jeiras de labor e descoberta também tem os seus marcos de pesar, como aconteceu quando recebemos a inesperada notícia do falecimento de Carlos Alberto Ferreira de Almeida que, em conjunto, acompanhámos à derradeira morada no verão de 1996.

Mas, fazendo das contrariedades força, no ano seguinte, as universidades de Santiago e do Porto, em colaboração com o Museo do Pobo Galego, o Museu de Penafiel e o Museu da Citânia de Sanfins, dedicaram ao nosso *mestre* um colóquio de homenagem, subordinado ao tema *Castrexos e Romanos no Noroeste*, e uma exposição biográfica que depois veio para Portugal, sendo primeiramente apresentada em Penafiel, simultaneamente com a realização do painel de estudos *Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos* (Fig. 5). Uma leitura do índice das actas mostra como as diferentes gerações de arqueólogos portugueses e galegos continuavam congregados em torno desta figura que a reunião homenageou triplamente: com a investigação apresentada e publicada (3 volumes dos *Cadernos do Museu*); pela exposição patente ao público; com a inauguração do projecto de valorização de Monte Mozinho (Soeiro 1998c), que incluiu a recuperação de toda a área escavada de 1943 a 1998 e respectiva consolidação (Queiroga 1998), o estabelecimento de sinalética e percursos de visita, a criação de materiais de divulgação (guia, cartaz e desdobrável) (Soeiro, R. 1998) e a aquisição da área destinada ao acolhimento e lazer do público, para a qual ficou feito e aprovado o projecto de execução (Pinto e Moutinho 1998).

Dava-se assim por terminado um ciclo em Mozinho, que recebêramos transformado num amontoado de pedras derrubadas carentes de interpretação e devolvíamos à comunidade local e internacional como um dos mais conhecidos castros do noroeste, objecto de múltiplas publicações monográficas, em revistas e em actas de reuniões científicas, exemplo citado nas aulas e conferências, fixado na impressionante imagem que lhe serve de cartaz (Fig. 6).

*

Porque um povoado com a dimensão de Mozinho não se poderia interpretar sem conhecer a envolvente, entendida também nos tempos que o precederam ou lhe sucederam, as escavações deste sítio arqueológico acabaram por se transformar em ponto de partida para um projecto de arqueologia territorial que, mantendo no cerne a mesma equipa, sempre renovada com jovens arqueólogos, se estendeu à região, em particular à área do Município de Penafiel, que o adoptou.

Assim, para além das campanhas anuais de escavação em Monte Mozinho, acorremos

a trabalhos de emergência na Suvidade de Recezinhos, ameaçada pela construção do novo plano rodoviário (Soeiro 1985-86), e também à emergência gerada pela colocação a descoberto de paredes na Bouça do Ouro (Boelhe), cujas estruturas construídas vieram a ser escavadas na íntegra, mostrando um tipo de assentamento alternativo ao do Castro, embora em grande medida sincrónico - o casal romano (Soeiro 1998). Realizámos entretanto salvamentos pontuais em zonas de enterramento de jazimentos com diferente tipologia, sirvam de exemplo as necrópoles de Paço de Sousa (Soeiro 1992-93), e escavámos em extensão duas outras necrópoles romanas, provavelmente pertencentes a aldeias abertas implantadas em cotas baixa: os trabalhos em Montes Novos (Croca) decorreram no final da década de oitenta, início da seguinte (Pinto 1996 e 1998) e em Monteiras (Bustelo) de 1993 a 1995 (Soeiro 2009-10), contando cada uma com mais de uma centena de enterramentos, de diversas cronologias. Na área do actual município, as necrópoles romanas recenseadas são já em número de vinte e nove (Soeiro 2013b).

Após ter sido encerrado este quarto de século, que teve início na imediata sequência da Revolução de Abril e culminou com a publicação das intervenções do painel de estudos dedicado a Carlos Alberto Ferreira de Almeida e a recuperação de toda a área escavada, apresentadas ao público em 1998-99, a arqueologia no município de Penafiel adoptou novos procedimentos e intervenientes. Junto do Museu Municipal surgiu o Serviço de Gestão do Património Cultural, responsável pela elaboração e actualização da Carta do Património Cultural Municipal, incluindo o inventário, preservação e valorização dos sítios arqueológicos, que implica também dezenas de acções de acompanhamento e escavação. A direcção da escavação de Monte Mozinho passou a estar contratualizada com Teresa Pires de Carvalho (Santos 2008).

*

Mas também porque a arqueologia não termina na época clássica, tentámos desde os anos oitenta estar atentos à profunda transformação do mundo que nos rodeava, onde se podia testemunhar o esvaecer de uma sociedade rural que o Estado Novo condenou ao anquilosamento, sem contudo ser capaz de lhe extinguir a dinâmica ou de a substituir. Desde a década de sessenta do século XX que as populações partiam em busca de um futuro diferente, tomando o caminho das cidades litorais mais industrializadas ou dos países europeus onde a força de trabalho era bem-vinda. Para trás ficaram os testemunhos materiais e as memórias vividas do intenso aproveitamento dos recursos primários oferecidos pelo território e de séculos de saber fazer oficial, que em contados casos foi acompanhado por nichos industriais.

Foi assim que começámos, em 1985, pelo estudo urgente do património do vale do Tâmega na área a submergir pelo enchimento da albufeira do Torrão, para depois seguir com o património fluvial do Sousa, a pesca no Tâmega e Douro, a tecnologia do linho e um longo *et cetera* que inclui diversos ofícios tradicionais e pequenas indústrias (Soeiro 2008). Não esquecemos igualmente outros importantes momentos de construção deste território em diferentes períodos históricos. Testemunho desta investigação são diversas publicações e as teses de mestrado e doutoramento dedicadas a temáticas penafidelenses apresentadas nesta Faculdade de Letras da Universidade do Porto ou a importante contribuição que o conhecimento adquirido em Penafiel prestou a outras mais abrangentes.

*

Entre tantos percursos e algum achado afortunado na volta do caminho, como a impressionante interpretação de uma Paterna local representada na morte à maneira da clássica Vénus, aparecida há escassos anos em Capela (Soeiro 2013a; Santos e Pires 2014), é o topos formosíssimo de Monte Mozinho que levará sempre a honra de ter sido o que abriu as portas não só ao conhecimento seguro do que foi um castro debaixo do poder de Roma, com a fixação cronológica de materiais útil para os restantes jazimentos desta cultura, como a este projecto territorial alargado no espaço, na diacronia e nas gerações de investigadores. Porém, para os que ali desenterraram os seus segredos e formaram uma equipa faz agora quatro décadas, o Castro será, enquanto vivermos, um referente não só científico, senão, o que desde o ponto de vista humano é infinitamente mais importante, um lugar de encontro e memória para as relações de amizade que unem as duas margens do Minho.

Bibliografia

AA. VV. (1979) - *Prehistoria e Arqueoloxía de Galicia. Estado da cuestión*. Lugo: Sección de Arqueoloxía e Prehistoria do Instituto de Estudos Galegos “P. Sarmiento”.

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (1977) - Panorama de la cultura castrexa en el NO. de la Península Ibérica. *Bracara Augusta*. Braga, vol. 31, p. 235-253.

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (1998): As escavacións galego-portuguesas no mundo castrexo no contexto dos intercambios culturais e científicos neste século. Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2, p. 29-35.

ALMEIDA C. A. Brochado de; SOEIRO, Maria Teresa C. M. (1980) - Sondagens nos castros de Abade de Neiva e Roriz (Barcelos, 1978). *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, vol. 2, p. 29-36.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1974a) - Cerâmica Castreja. *Revista de Guimarães*. Guimarães, vol. 84, p. 171-197.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1974b) - *Escavações no Monte Mozinho (1974)*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1977) - *Escavações no Monte Mozinho II, 1975-1976*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis.

BALIL, Alberto (1974) - De nuevo sobre Galicia y sus relaciones marítimas durante la época Imperial Romana. *Actas do III Congreso Nacional de Arqueologia*. Porto, vol. 1, p. 211-221.

CALO LOURIDO, Francisco (1994) - *A plástica da Cultura Castrexa galego-portuguesa*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

CALO LOURIDO, Francisco (1997) - Património cultural no Noroeste de Portugal. In FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antón; SIMAL GÁNDARA, Xesús (coord.) - *Património cultural de Galicia e Norte de Portugal*. Ourense, p. 131-137.

CALO LOURIDO, Francisco; SIERRA RODRÍGUEZ, Xosé Carlos (1983) - As orixes do castrexo no Bronze Final. In PEREIRA MENAUT, G. - *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p.19-85.

CALO LOURIDO, Francisco; SOEIRO, Teresa (1986) - *Castro de Baroña*.

Campañas 1980-84. Arqueologia / Memórias, 6. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

CALO LOURIDO, Francisco; SOEIRO, Teresa (2004) - O castro marítimo de Baroña (Porto do Son – A Coruña). *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*. Póvoa de Varzim, vol. 39, p.25-52.

COSTA, Abel Gomes da; FARIA, Abilio Mariz de; CARVALHO, José de Silva (1980) - Sondagens Arqueológicas no Concelho de Barcelos – Abade de Neiva, Faria e Roriz. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, vol. 2, p. 5-28.

EIROA, Jorge Juan (1980) - Notas sobre la cronología de los Castros del Noroeste de la Península Ibérica. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, vol. 2, p. 71-83.

HÖCK, Martin (1980) - Corte estratigráfico no Castro de S. Juzenda (concelho de Mirandela). *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, vol. 2, p. 55-70.

LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino; LORENZO FERNÁNDEZ, Xaquín (1986) - *Castro de Cameixa. Campañas de 1944-1946*. Arqueoloxía/Memórias. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

PEREIRA MENAUT, Gerardo (1998) - Reflexións en clave histórica sobre Monte Mozinho. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2, p. 37-50.

PINTO, Fernando Maia; MOUTINHO, Virgínio - Equipamentos de apoio em Monte Mozinho. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2, p. 267-278.

PINTO, Gilda Correia (1996) - *A necrópole de Montes Novos - Croca. Um cemitério da Gallaecia tardorromana*. Porto: FLUP (diss. mestrado).

PINTO, Gilda Correia (1998) - A necrópole romana de Montes Novos/Croca, Penafiel. *Cadernos do Museu*, vol. 2, p. 187-240.

QUEIROGA, Francisco M. V. Reimão (1998) - Monte Mozinho: questões e opções na preservação do sítio. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2, p. 243-266.

SANTOS, Maria João Correia; PIRES, Hugo Armando Miranda - A estela funerária de Capela, Penafiel (Conventus Bracaraugustanus). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra, vol. 119, inscrição nº 510.

SANTOS, Maria José (2008) - Intervenção no património arqueológico de Penafiel. Protecção, valorização e divulgação. *Oppidum – número especial: Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa*. Lousada, p. 213-226.

SOEIRO, Renato (1998) - Estratégias de comunicação para o património. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2, p. 279-286.

SOEIRO, Teresa (1984) - Monte Mozinho: Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tãmega em época romana. *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3ª série, vol. 1, p. 5-232.

SOEIRO, Teresa (1985-86) - A Suvidade de São Mamede de Recezinhos: campanha de escavações de 1985. *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3ª série, vol. 2/3, p.15-32.

SOEIRO, Teresa (1992-93) - Notícia sumária acerca de duas necrópoles romanas - Paço de Sousa, Penafiel. *Portugalia*. Porto, nova série, vol. 13/14, p. 281-288.

SOEIRO, Teresa (1998a) - *Monte Mozinho. Sítio arqueológico*. Penafiel: Museu

Municipal de Penafiel [2ª ed. em 2005].

SOEIRO, Teresa (1998b) - Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos. Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2, p. 11-22.

SOEIRO, Teresa (1998c) - Monte Mozinho: projecto de valorização e dinamização cultural. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2, p. 287-296.

SOEIRO, Teresa (1998d) - O sítio romano da Bouça do Ouro, Boelhe. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 4, p. 5-62.

SOEIRO, Teresa (2008) - A arqueologia histórica no município de Penafiel. *Oppidum – número especial: Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa*. Lousada, p. 195-209.

SOEIRO, Teresa (2009-10) - Necrópole romana de Monteiras (Bustelo-Penafiel). *Cadernos do Museu*. Penafiel: Museu Municipal, vol. 12/13, p. 5-221.

SOEIRO, Teresa (2013a) - Notícia sobre uma nova estela romana figurada de Capela, Penafiel (Portugal). *Actas da VII Reunión de escultura romana en Hispania*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 335-348.

SOEIRO, Teresa (2013b) - A preferência pela inumação nas necrópoles romanas dos sécs. III - IV d.C. do Município de Penafiel (Norte de Portugal). *2º Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição*. Évora: Universidade de Évora (no prelo).

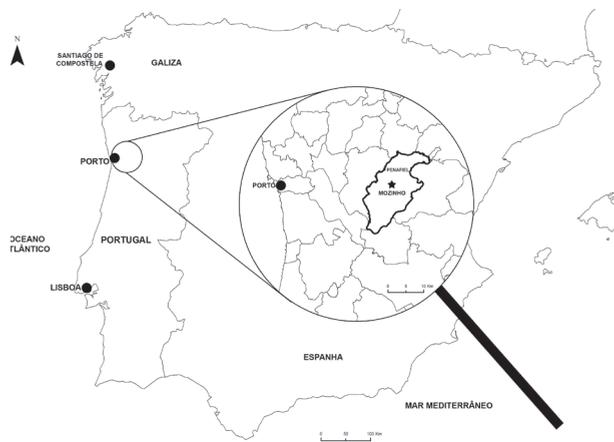


Fig. 1 - Castro de Monte Mozinho (Oldrões/Galegos, Penafiel)
(MMPNF: Fot. Penaguião & Burnay, 1998)



Fig. 2.1 - Monte Mozinho, campanha de escavações arqueológicas de 1974
2.2 e 2.3 - Visitas de Patrick Le Roux (1974) e D. António Ferreira Gomes (1976)
(MMPNF: Fot. Antony)



Fig. 3 - Participação colaborativa de arqueólogos e estudantes galegos e portugueses nas escavações do Castro de Baroña (Porto do Son, 1982) e Castelo de Faria (Barcelos, 1982)



Fig. 4 - Equipa de Monte Mozinho a celebrar o final dos trabalhos de 1989 com a presença das autoridades locais: Presidente da Câmara Municipal de Penafiel António Justino do Fundo e membros das Juntas de Freguesia de Galegos e Valpedre

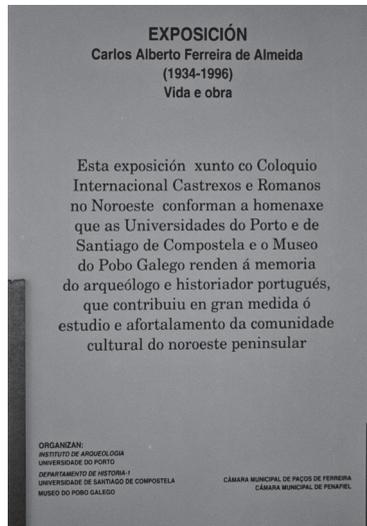


Fig. 5 - Colóquios e Exposição de homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Santiago de Compostela, outubro de 1997; Penafiel, abril de 1998

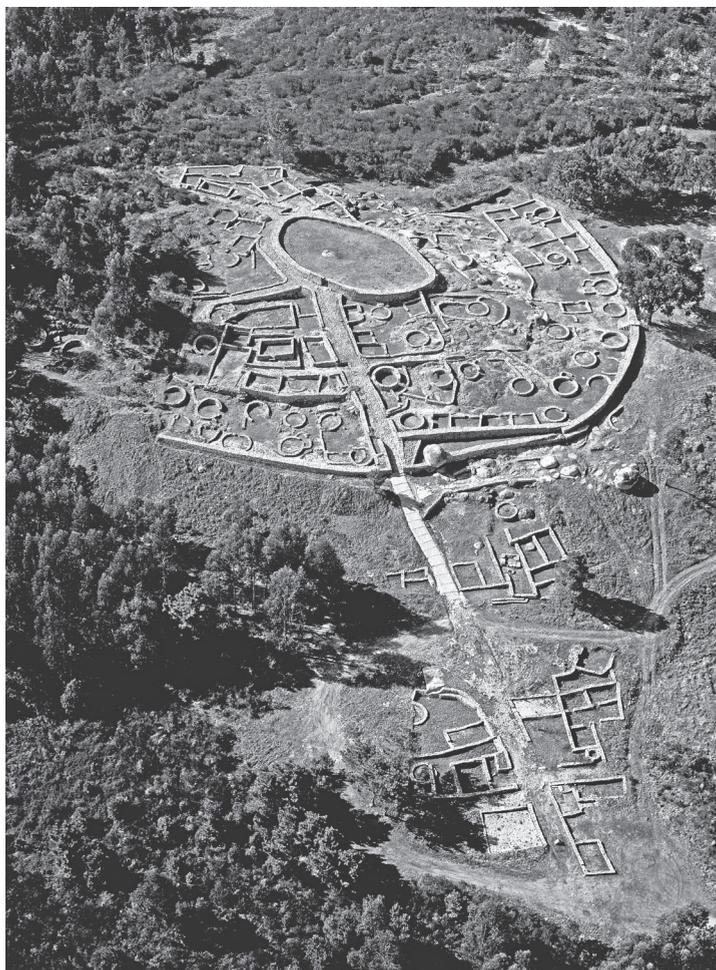


Fig. 6 - Castro de Monte Mozinho: situação da área escavada antes da intervenção FLUP iniciada em 1974 e sítio arqueológico em 1998. (MMPNF: Fot. Antony, 1958, e Penaguião & Burnay, 1998)

Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana

Manuela MARTINS
UM/UAUM

Resumo

Avaliam-se neste trabalho os condicionalismos que presidiram à criação, em 1976, do 'Projeto de Bracara Augusta', analisa-se a sua evolução e valorizam-se os principais resultados científicos alcançados no conhecimento da cidade romana. Constituindo o primeiro projeto de arqueologia urbana em Portugal, a sua origem prende-se com a criação do Campo Arqueológico de Braga e com o pacote de medidas contidas no decreto-lei 640/76, que fez história na arqueologia portuguesa do pós 25 de Abril. Apesar da perda de proteção legal dos terrenos arqueológicos, posteriormente a 1979, o projeto consolidou-se graças à ação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que assumiu a sua direção científica desde 1977.

Palavras-chave

Bracara Augusta; arqueologia urbana; história da arqueologia portuguesa

Abstract

In this work we assess the constraints that presided over the creation in 1976 of the 'Project of Bracara Augusta', we analyze its evolution and we evaluate the main scientific results related with the knowledge of the Roman city. Constituting the first project of urban archeology in Portugal its origin is linked to the creation in Braga of an archaeological team and with the package of measures included in the Decree-law 640/76, which made history in Portuguese archeology of post April 25th. Despite the loss of legal protection of the archaeological areas, subsequent to 1979, the project has consolidated itself thanks to the action of the Unit of Archaeology of the University of Minho that took its scientific leadership since 1977.

Keywords

Bracara Augusta; urban archaeology; history of portuguese archaeology

Introdução

O '*Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*' constituiu o primeiro projeto de Arqueologia urbana implementado em Portugal, sendo também o único que se manteve em atividade até ao presente, contando com 38 anos de existência.

As circunstâncias que tornaram possível a afirmação e sobrevivência deste projeto são complexas e foram já parcialmente abordadas em várias publicações que têm procurado identificar, quer o seu contexto de emergência e antecedentes, quer as suas diretrizes, bem como alguns dos seus sucessos e resultados¹. Não cabendo no espaço deste trabalho a realização de um historial detalhado do projeto, procuraremos valorizar nesta breve apresentação alguns aspetos relacionados com implantação e gestão do projeto, bem como aqueles que julgamos serem os seus principais resultados, devidos, em grande medida, ao seu enquadramento particular no âmbito da Universidade do Minho, instituição que aceitou, em 1976, a sua liderança, criando para o efeito uma Unidade de Arqueologia, em 1977.

Historial do Projeto

O '*Projeto de Bracara Augusta*' deve a sua existência a um conjunto extraordinário de circunstâncias que convergiram para a sua concretização. Sem dúvida que a mais importante resulta do facto de cerca de $\frac{3}{4}$ dos terrenos arqueológicos da antiga cidade romana se terem mantido mais ou menos intocados até aos anos 50 do século passado, transformados que foram, a partir da Alta Idade Média, em quintas e quintais que envolviam o acanhado núcleo urbano de Braga, que se sobrepôs ao quadrante nordeste da antiga cidade. No entanto, a partir de meados do século XX, e no quadro da renovação urbana de Braga, iniciou-se um processo de destruição do subsolo arqueológico, que se tornaria devastador nas décadas de 60 e 70².

Tentando impedir a destruição sistemática dos vestígios romanos J. J. Rigaud de Sousa propõe, em 1973, uma zona histórica e arqueológica para Braga, que nunca chegou a ser aprovada. Por isso, a expansão construtiva sobre os solos arqueológicos prosseguiu até 1976, contribuindo para desencadear uma profunda reação pública por parte dos setores da população bracarense mais esclarecidos, que beneficiou da liberdade de expressão restaurada com o 25 de Abril de 1974, bem como da proliferação do associativismo, que criaram um contexto propício para o desenrolar de um processo *sui generis* que esteve na origem do '*Projeto de Bracara Augusta*'.

Alguns factos demonstram que 1976 foi o 'ano de graça' da arqueologia bracarense, com a constituição, a 3 de fevereiro, da CODEP (Comissão de Defesa e Estudo do Património), que realizou uma importante campanha de sensibilização sobre a importância dos vestígios arqueológicos, a qual acabou por determinar que a Universidade do Minho assumisse, a 23 de fevereiro, a responsabilidade de criação e um Campo Arqueológico em Braga. A 12 de maio do mesmo ano foi criado um Grupo Executivo Interministerial

¹ GASPAR, LEMOS e DELGADO 1986: pp. 27-42; DELGADO, MARTINS e LEMOS 1989: pp. 3-40; NUNES 1994: pp. 63-70; 1996: pp. 23-48; MARTINS e LEMOS 1997-98: pp. 9-21; MARTINS, FONTES e CUNHA 2013, pp.81-88.

² NUNES 1988, pp.93-100; OLIVEIRA e FERNANDES 1986, pp.171-195; MARTINS e LEMOS 1997-98, pp. 9-21.

(GATZAB), com a incumbência de elaborar um estudo sobre a situação criada em Braga pela descoberta de ruínas arqueológicas, cujo relatório, ultimado um mês depois, esteve na origem da publicação do decreto-lei 640/76, de 30 de julho. Este notável documento consagrou a criação do Campo Arqueológico de Braga, com o objetivo de assegurar o ‘*Salvamento de Bracara Augusta*’, definiu uma Zona Arqueológica, de apreciável extensão, reconhecida como valioso património cultural nacional e europeu, definiu a responsabilidade legal da Universidade do Minho na direção dos trabalhos arqueológicos de Braga, através da criação de uma Unidade de Arqueologia, que deveria responsabilizar-se pela direção científica do ‘*Projeto de Bracara Augusta*’ e determinou a elaboração de um novo plano de urbanização para Braga, que deveria respeitar as condicionantes do património arqueológico³. Em suma, estavam reunidas as condições para se proceder a um salvamento e estudo sistemático da cidade de *Bracara Augusta*.

Muito embora a protecção legal dos terrenos arqueológicos de Braga tenha deixado de funcionar desde 1979⁴, o ‘*Projeto de Bracara Augusta*’ sobreviveu graças à ação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, criada em 1977, que assegurou, desde então, a direção científica do projeto, no âmbito do qual foram realizadas largas dezenas de escavações na área urbana de Braga, quer de natureza preventiva, quer inseridas no âmbito de projetos de investigação. Por sua vez, o pessoal técnico que integrava o Campo Arqueológico de Braga foi absorvido pelo Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa (MADDS), revitalizado em 1980, instituição que passou a assegurar o tratamento, gestão e valorização do valioso espólio obtido nas escavações de Braga.

Sinteticamente poderemos considerar a existência de duas fases no desenvolvimento do ‘*Projeto de Bracara Augusta*’. A primeira corresponde ao período entre 1976 e 1992 e foi dominada pelo ‘primado do salvamento e proteção’. De facto, posteriormente a 1979 todos os licenciamentos de obras passaram a estar dependentes da tutela (IPPC), o que invariavelmente conduzia a situações de destruição das ruínas por falta de resposta em tempo útil. Tal circunstância determinou a proliferação dos acompanhamentos e de trabalhos arqueológicos de emergência, pois durante a década de 80 do século passado toda a área correspondente à antiga cidade romana viria a tornar-se numa extensa e descontínua área de salvamento, devido à desmesurada pressão construtiva. Chamada a intervir em múltiplas situações de emergência a UAUM tornou-se incapaz de realizar trabalhos programados e de dar resposta ao estudo sistemático dos resultados das escavações, ao mesmo tempo que os terrenos arqueológicos se viam crescentemente ‘devorados’ pela construção⁵.

Após um período de grandes destruições, que atingiu o auge entre 1990 e 1991, a Câmara Municipal de Braga criou um Gabinete de Arqueologia, no âmbito do Centro Histórico (GACMB), o qual permitiu um maior controlo por parte da edilidade sobre os projetos imobiliários. Simultaneamente, a aprovação do Plano Diretor Municipal viria a permitir impor condicionantes arqueológicas em todas as obras realizadas no

³ ALVES e NUNES 1974-1977, pp. 416-423.

⁴ As disposições protetoras do Dec. Lei 640/76 de 30 de julho foram renovadas pelo Dec. Lei 99-A/77 de 30 de Julho, prorrogadas por mais um ano, pelo Dec. Lei 65/78 de 8 de julho, mantendo-se em vigor até 1979.

⁵ LEMOS 1991, pp. 207-241.

perímetro urbano, definindo, noutros casos, pequenas zonas de reserva arqueológica, onde apenas se podiam construir equipamentos de superfície. Este novo enquadramento abriu uma nova página no ‘*Projeto de Bracara Augusta*’, que permitiu consolidar a sua componente científica.

A partir de 1992, e até à atualidade, o ‘*Projeto de Bracara Augusta*’ passou a regular-se pelo ‘primado da investigação e da gestão da informação’, contemplando a realização, quer de escavações preventivas, quer de intervenções orientadas para o estudo do urbanismo e da arquitetura, cujas características se foram precisando com novas intervenções.

Se até à década de 90 do século XX o avanço dos conhecimentos sobre a cidade romana foi lento, pois a pressão dos salvamentos impedia a concretização de estudos mais consequentes, pode afirmar-se que as novas condições emergentes permitiram criar um contexto bastante mais propício à investigação, que se traduziu numa multiplicação de estudos diferenciados, bem documentada pelo aumento exponencial da produção bibliográfica. Nesta nova etapa cabe destacar como fatores decisivos de consolidação do projeto: a conclusão das escavações de dois importantes conjuntos arqueológicos (termas públicas do Alto da Cividade [1999] e zona arqueológica das Carvalheiras [2000]): a descoberta do teatro romano (1999); a multiplicação de intervenções programadas em vários locais da cidade, que tornaram possível compreender a evolução urbana de Braga; a realização do estudo de diferentes tipos de materiais (cerâmica, vidro, moedas) e a informatização de todos os registos de campo, iniciada em 1992, com a criação de um Sistema de Informação de Bracara Augusta (SIABRA), que facilitou sobremaneira o cruzamento dos dados de diferentes intervenções, permitindo um acesso mais rápido à informação, bem como a sua gestão integrada e rápida difusão⁶.

Atualmente o ‘*Projeto de Bracara Augusta*’ contempla diferentes vertentes complementares que fazem dele um verdadeiro projeto de Arqueologia Urbana, articulando escavações preventivas e outras orientadas por objetivos estritamente científicos, os estudos, a gestão integrada da informação e a divulgação e transferência do conhecimento.

Embora realizadas com ritmos diferentes as escavações preventivas e orientadas obedecem à mesma metodologia e contribuem de igual modo para aumentar o conhecimento sobre as origens e evolução da cidade de Braga, graças à centralização dos registos. Por sua vez, os estudos incidem sobre várias temáticas, designadamente, o urbanismo e evolução urbana, a arquitetura e as técnicas construtivas, a economia urbana, que inclui o comércio, a produção e a construção, as necrópoles e práticas funerárias e a relação cidade território, com destaque para a avaliação do aprovisionamento de recursos e matérias-primas (água, pedra, argila). Cabe sublinhar que muitos destes estudos têm sido desenvolvidos no âmbito de teses de mestrado ou de doutoramento, bem como no quadro de projetos de pós doc. Ainda no âmbito da investigação cabe referir que o ‘*Projeto de Bracara Augusta*’ viu financiados, nas últimas 2 décadas, 10 subprojectos nacionais e 7 internacionais, tendo dado origem a 18 dissertações de mestrado (+ 4 em curso) e 5 de doutoramento (+ 1 em curso), envolvendo 4 bolsiros

⁶ MARTINS e GIESTAL 2001, pp.43-61.

de pós doc financiados pela FCT.

A componente de gestão integrada da informação constitui hoje uma pedra angular do projeto, uma vez que a informatização dos registos das escavações facilita a sua rápida consulta com diferentes objetivos, seja para avaliar possíveis impactes de obras na cidade, seja para cruzar os necessários dados para a realização de estudos, ou, ainda, para gerar informação nova necessária à investigação ou à divulgação. Os resultados conjugados dos estudos e da gestão integrada da informação permitiram a criação de novas plataformas de divulgação em que a UAUM apostou desde 1998, ao ensaiar os primeiros modelos 3D da cidade romana e dos seus edifícios. Recorrendo a vários softwares, os modelos produzidos servem a difusão do saber arqueológico, sendo também usados na própria investigação, pois constituem poderosos instrumentos de representação do conhecimento⁷.

Breve síntese dos resultados

As largas dezenas de intervenções arqueológicas realizadas no âmbito do ‘*Projeto de Bracara Augusta*’ resultaram num vastíssimo acervo de dados que tem vindo a ser estudado e valorizado, saldando-se já num significativo conhecimento relativo a vários aspetos que se articulam com a ocupação romana e medieval da cidade de Braga.

Um dos maiores contributos do projeto relaciona-se com a identificação do urbanismo fundacional e com a análise da sua evolução até à Alta Idade Média. A rigorosa georreferenciação de largas dezenas de vestígios associados a ruas, pórticos e construções documentam que *Bracara Augusta* foi objeto de uma precoce planificação, realizada no tempo de Augusto, que contemplou a projeção de uma cidade organizada segundo eixos ortogonais que estruturam quarteirões quadrados, com áreas construídas de 1 *actus* (120 pés). O traçado fundacional projetou uma cidade de planta retangular, com o eixo maior no sentido E/NE-O/SO e uma área de cerca de 30 Ha⁸. Em torno da área planificada foram sendo implantados diferentes equipamentos, que configuraram os subúrbios da cidade, com alinhamentos dissonantes da malha urbana, como é o caso das áreas oficinais de fabrico de cerâmica e vidro que se desenvolveram a poente e a sul da cidade⁹ e de um edifício de cronologia flávia construído na zona da atual catedral¹⁰. Quando a cidade foi cercada, nos finais do século III / inícios do IV, por uma poderosa muralha com torreões, o seu perímetro abraçou os setores artesanais que se desenvolveram, ao longo do Alto Império, a nascente e a sul, bem como os equipamentos que existiriam na periferia norte, integrando uma área construída de cerca de 48 Ha.

Sabemos que as alterações do tecido urbano se iniciam no século IV, na sequência da construção da muralha e da desafetação de alguns eixos viários que começam a ser invadidos por construções¹¹, tendência que persistiu nos séculos V e VI, período durante

⁷ MARTINS e BERNARDES 2000, pp. 347-357.

⁸ MARTINS 2009, pp. 181-212; MARTINS e RIBEIRO 2013, pp. 11- 44.

⁹ MARTINS *et alii* 2012, p. 57.

¹⁰ FONTES, LEMOS e CRUZ, 1997-98, p. 140.

¹¹ FONTES *et alii* 2010, pp. 255-256.

o qual se verifica também a desafetação de edifícios e espaços públicos sobrepostos por estruturas com funcionalidades diferenciadas, como ocorre no teatro, parcialmente reaproveitado por equipamentos com características habitacionais e artesanais¹².

Outro importante resultado do projeto relaciona-se com o estudo da arquitetura pública, quer na sua componente tipológica e funcional, quer construtiva e económica. Com efeito, foram identificados vários conjuntos termais¹³ e um teatro, ainda em fase de estudo¹⁴. Os dados arqueológicos disponíveis sugerem a existência de um outro edifício público de fundação alto-imperial, detetado no decorrer de escavações realizadas na Sé catedral, quer na zona do altar-mor, quer na R. Nossa Senhora do Leite. Embora não tenha sido possível definir com clareza a natureza da construção original, profundamente remodelada no Baixo-Império, sabemos que a mesma foi adaptada nos inícios do século V para aí instalar a primeira basílica cristã¹⁵.

Elemento importante na evolução do espaço urbano terá sido a construção da muralha baixo-imperial, entre finais do século III/ inícios do IV, identificada através de várias intervenções arqueológicas, a qual possui características semelhantes às conhecidas noutras cidades do NO peninsular¹⁶.

Significativos são também os resultados relativos à arquitetura privada, até ao momento apenas representada por ricas *domus*, na sua maioria com peristilo, ladeadas de pórticos que bordejavam as vias e facilitavam o acesso às lojas que se desenvolviam na parte baixa das casas¹⁷. A partir de finais do século III muitas dessas *domus* sofreram alterações substantivas, vendo desaparecer os pórticos que se integraram nas construções, ao mesmo tempo que adotam evidentes sinais de luxo, com a instalação de balneários privados, bem como de mosaicos e estuques a revestir os pavimentos e as paredes¹⁸.

A atividade comercial de *Bracara Augusta* está precocemente documentada através de importações¹⁹. Entre os produtos importados destacam-se os alimentares, transportados em contentores anfóricos com origem em diferentes regiões²⁰, mas também a cerâmica fina de mesa e outros produtos de exceção, cuja presença permite reconstituir alguns dos principais eixos comerciais que ligavam *Bracara Augusta* aos centros produtores do Império²¹. Mas *Bracara Augusta* era também uma dinâmica cidade artesanal, produtora de cerâmicas e de vidro, bem como de outros materiais indispensáveis à vida urbana. As olarias fabricavam lucernas e cerâmica comum de uso doméstico, usando a argila explorada na região de Prado/Ucha, mas também os

¹² MARTINS *et alii* no prelo.

¹³ MARTINS 2005; MARTINS, RIBEIRO e BAPTISTA 2011, pp. 69-102; Martins *et alii* no prelo.

¹⁴ MARTINS *et alii* 2013, pp. 41-76.

¹⁵ FONTES, LEMOS e CRUZ 1997-98, pp.140-141.

¹⁶ LEMOS, LEITE e CUNHA 2007, pp. 329-341.

¹⁷ MARTINS 1997-98, pp. 23-45.

¹⁸ MAGALHÃES 2010.

¹⁹ MORAIS 1997-98, pp. 47-97.

²⁰ MORAIS 1998; 2005, pp. 100-147.

²¹ MORAIS 2005, pp. 148-305.

caulinos do litoral utilizados no fabrico de cerâmicas mais finas, como a bracarense²² e a cerâmica pintada²³. Também a produção de vidro está documentada por vestígios de oficinas e por subprodutos de fabrico²⁴. As oficinas localizavam-se na periferia da cidade, sendo bem conhecida uma delas, identificada nas imediações da Via XVII, no interior do qual foram encontrados dois fornos de fundição que laboram entre os séculos IV e V²⁵.

A atividade metalúrgica está referenciada por achados ligados à produção de peças, como cadinhos de fundição e moldes, bem como pela produção de tubos de chumbo (*fistulae*), para condução de água²⁶.

A construção seria uma das mais importantes atividades económicas da cidade, envolvendo a existência várias oficinas e corporações de artesãos e de artistas. Tendo por base as evidências dos equipamentos e edifícios públicos e privados da cidade tem-se procurado compreender melhor a importância desta atividade, quer em termos dos processos construtivos, quer no que concerne à análise dos materiais, quer ainda ao cálculo dos custos envolvidos na construção dos edifícios públicos e privados²⁷.

Graças à arqueologia sabemos que Bracara Augusta possuía seis necrópoles situadas na periferia da área urbana e dispostas ao longo das principais vias que saíam da cidade, apenas sectorialmente escavadas e desigualmente conhecidas.²⁸ As escavações realizadas nas diferentes necrópoles permitiram identificar numerosas sepulturas associadas, quer ao ritual da cremação, quer da inumação. No entanto, a grande maioria dos dados disponíveis relacionados com o culto dos mortos e com a sua evolução entre o período fundacional e a tardo antiguidade reportam-se à necrópole da via XVII e resultam das escavações aí realizadas entre 2008 e 2009²⁹.

Mais recentemente, e graças à acumulação de diferentes tipos de evidências arqueológicas, tem sido valorizado o sistema hidráulico da cidade. De facto, a presença de aquedutos subterreos para abastecimento de termas públicas, bem como a identificação de *fistulae* e manilhas de sifão, que asseguravam a circulação da água na cidade, sugerem que Bracara Augusta seria abastecida por um ou mais aquedutos que captariam água na zona das Sete Fontes, a cerca de 5 Km de Braga³⁰.

Finalmente, importa realçar o avanço dos conhecimentos sobre o território envolvente da cidade, cujo estudo potenciou a identificação de um cadastro romano, com uma orientação praticamente coincidente com os eixos urbanos. O referido cadastro possui uma malha de 20 actus quadrados, documentada pela descoberta de

²² LEITE 1997.

²³ GOMES 2001.

²⁴ CRUZ 2001; 2009a.

²⁵ CRUZ 2009b, pp. 25-27.

²⁶ MARTINS e RIBEIRO 2012, p. 28).

²⁷ RIBEIRO 2011; RIBEIRO e MARTINS 2012, p. 28; 2013.

²⁸ MARTINS e DELGADO 1989-90, pp. 41-186.

²⁹ BRAGA 2010.

³⁰ MARTINS *et alii* 2012.

dois cipos gromáticos³¹.

Para além do enorme avanço no conhecimento relativo às origens e evolução de Braga, importa referir as importantes mais-valias patrimoniais que o 'Projeto de Bracara Augusta' trouxe à cidade, quer através dos espaços abertos ao público³², quer daqueles que aguardam a necessária musealização³³, quer ainda por via dos materiais arqueológicos que alimentam as coleções do Museu D. Diogo de Sousa, parte das quais integram a sua exposição permanente.

Bibliografia

ALVES, Francisco J. S. e NUNES, Henrique Barreto (1974-77), O Salvamento de Bracara Augusta: 1- O campo arqueológico da U.M. (Braga). Breve história, Organização e objectivos, *O Arqueólogo Português*, 3ª série, 7/9, Lisboa, pp. 416-423.

BRAGA, C. (2010), *Os rituais funerários romanos em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13913>

CARVALHO, Helena (2008), *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*, Braga, Tese de doutoramento policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/8755>

CARVALHO, Helena (2012), Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis), *Archivo Español de Arqueología*, 85, pp. 129-146.

CRUZ, Mário (2001), *Os vidros romanos de Bracara Augusta*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga.

CRUZ, Mário (2009a), *Vidros romanos do Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*, Tese de doutoramento policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/9883>

CRUZ, Mário (2009b), *Vita Vitri. O Vidro antigo em Portugal*, Lisboa, MNA/MDDS.

DELGADO, Manuela, Martins, Manuela e LEMOS, Francisco Sande (1989), Dossier – Salvamento de *Bracara Augusta*, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-39. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13335>

FONTES, Luís, LEMOS, Francisco Sande e CRUZ, Mário (1997-98), "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 137-164. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10299>

FONTES, Luís, MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Maria do Carmo e CARVALHO, Helena (2010), A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VIII,

³¹ CARVALHO 2008; 2012.

³² Referimo-nos às Termas romanas do Alto da Cividade, à Fonte do Ídolo e à *domus* da Escola Velha da Sé, sob responsabilidade da autarquia, bem como ao balneário indígena da estação de caminhos-de-ferro, sob jurisdição da REFER.

³³ As mais importantes são a zona arqueológica das Carvalheiras, o teatro romano do Alto da Cividade, o conjunto de ruínas de Santo António das Travessas, as ruínas da Sé Catedral, conservadas em cripta e os dois conjuntos de túmulos da necrópole da Via XVII, conservados sob o piso do Liberdade Street Fashion.

in GARCÍA, A., IZQUIERDO, R., OLMO, L. e PERIS, D. (Eds.) *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo* (siglos VI-VIII), Toletum Visigodo, pp. 255-262. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13377>

GASPAR, Alexandra; LEMOS, Francisco Sande; DELGADO, Manuela (1986), O salvamento de Bracara Augusta, reflexões, *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana 1985*, 1, Lisboa, IPPC, pp. 27-42.

GOMES, Ana Maria (2001), *Cerâmicas Pintadas de Época Romana: Tecnologia, Morfologia e Cronologia*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga.

LEITE, Felisbela Maria (1997), *Contribuição para o Estudo da Cerâmica Fina de Braga. A Cerâmica "Dita Bracarense"*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga.

LEMOS, Francisco Sande (1991), Dossier *Bracara Augusta*: destruição. I. Notícias da Imprensa, *Forum*, 11, Braga, pp. 207-241.

LEMOS, Francisco Sande, LEITE, José Manuel e CUNHA, Armandino (2007), A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*, in RODRÍGUEZ COLMENERO, António e RODÁ de LLANZA, Isabel (Eds.), *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, pp. 329-341.

MAGALHÃES, Fernanda (2010), *A arquitectura doméstica de Bracara Augusta*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13619>

MARTINS, M. (1997-98), A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 23-45 <http://hdl.handle.net/1822/10409>

MARTINS, Manuela (2005), *As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1, Braga, UAUM/Narq. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13410>

MARTINS, Manuela (2009), Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, in DOPICO CAÍNZOS, Dolores, VILLANUEVA ACUÑA, Manuel e RODRÍGUEZ ALVAREZ (eds), *Do Castro à Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, pp. 181-211.

MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989/90), As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6/7, Braga, pp. 41-186. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10272>

MARTINS, Manuela e LEMOS, Francisco Sande (1997-98), Duas décadas de vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 9-21. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10372>

MARTINS, Manuela e BERNARDES, Paulo (2000), A multi-disciplinary approach for research and Presentation of Bracara Augusta's archaeological Heritage, in *Archeologia e Calcolatori*, 11, Roma, pp. 347-357.

MARTINS, Manuela e GIESTAL, Carlos Dantas (2001), O Projecto Siabra: Um sistema de Informação para a Arqueologia Urbana em Braga, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, X, Porto, pp. 43-61.

MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Maria do Carmo e BAPTISTA, José Meireles (2011), As termas públicas de *Bracara Augusta* e o abastecimento de água da cidade

romana, in *Atas do Seminário Internacional Aquae Sacrae. Água e sacralidad en época antigua*, Girona, pp. 69-102. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/16168>

MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Jorge, MAGALHÃES, Fernanda e BRAGA, Cristina (2012), Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer, in RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo (Coord. de), *Evolução da Paisagem Urbana: Economia e Sociedade*, Braga, Ed. CITCEM, pp. 29-67. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/19522>

MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Maria do Carmo (2012), Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar, in MARTINS, Manuela, FREITAS, Isabel e VALDIVIESO, Isabel. (Coord. de), *Caminhos da Água*, Braga, Ed. CITCEM, pp. 9-52. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/19872>

MARTINS, Manuela, MEIRELES, José, FONTES, Luís, RIBEIRO, Maria do Carmo, MAGALHÃES, Fernanda e BRAGA, Cristina (2012), *Água. Um património de Braga*, Braga, Ed. UAUM/CITCEM.

MARTINS, Manuela e RIBEIRO Maria do Carmo (2013), Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração, in RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo (Coord. de), *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos Tecidos Históricos*, Braga, Ed. CITCEM/IEM, pp.11-44. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/23983>

MARTINS, Manuela, MAR, Ricardo, RIBEIRO, Jorge e MAGALHÃES, Fernanda (2013), A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*, in MELO, Arnaldo e RIBEIRO, Maria do Carmo (Coord. de), *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Braga, Ed. CITCEM/LAMOP/UAUM, pp. 41-76. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/27274>

MARTINS, Manuela, FONTES, Luís e CUNHA, Armandino (2013), Arqueologia Urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas, in *Atas do I Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp. 81-88. Disponível em <https://hdl.handle.net/1822/26824>

MARTINS, M., RIBEIRO, J., MAGALHÃES, F., PEÑIN, R. (no prelo), Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater, Lérida.

MARTINS, Manuela, CUNHA, Armandino, MAGALHÃES, Fernanda, RIBEIRO, Jorge, BRAGA, Cristina e PEÑIN, Raquel (no prelo), Metamorfoses de um espaço urbano. A sequência de ocupação da Zona Arqueológica da R. Afonso Henriques n.ºs 42 a 56, em Braga, *Oppidum*, 7. CMLousada.

MORAIS, Rui (1997-98), Importações de cerâmicas finas em Bracara Augusta: da fundação até à época flávia, *Cadernos de Arqueologia*, 14-15, Braga, pp. 47-97. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10298>

MORAIS, Rui (1998), *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*, Cadernos de Arqueologia, Monografias 8, UAUM, Braga.

MORAIS, Rui (2005), *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contribuição para o estudo económico da cidade no Alto Império*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 2, Braga, UAUM/NARQ.

NUNES, Henrique Barreto (1988), O cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e a defesa do património de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª série, 5, Braga, pp. 93-100.

NUNES, Henrique Barreto (1994), *Memórias do Salvamento de Bracara Augusta*, *Bracara Augusta*, 45 (97), Braga, pp. 63-70.

NUNES, Henrique Barreto (1996), Para a história do Salvamento de Bracara Augusta: 1 - O papel da Universidade do Minho, *Forum*, 19, Braga, pp. 23-48

OLIVEIRA, Eduardo Pires de e FENANDES, Isabel (1986), *Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa, Cadernos de Arqueologia*, 2ª série, 3, pp. 171-195.

RIBEIRO, Jorge (2011), *A Arquitectura romana de Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*. Tese de Doutoramento policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/12232>

RIBEIRO, Jorge e MARTINS, Manuela (2012), Materiais de construção em Bracara Augusta, in RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo (Coord. de), *História da Construção. Os materiais*, Braga, Ed. CITCEM, pp.15-34.

RIBEIRO, Jorge e MARTINS, Manuela (2013), Os processos construtivos da edilícia privada em *Bracara Augusta: o caso da domus das Carvalheiras*, in MELO, Arnaldo e RIBEIRO, Maria do Carmo (Coord. de), *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Braga, Ed. CITCEM/LAMOP/UAUM, pp. 75-98. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/27287>

TONGOBRIGA. Do século de Augusto ao obscurantismo...

Lino Tavares DIAS
CITCEM

Resumo

Fruto da “sementeira de ideias” que “Abril 1974” propiciou, desde 1980 desenvolveu-se no âmbito da tutela da Cultura (Ministério ou Secretaria de Estado) um projeto de investigação arqueológica que exumou a cidade romana de *Tongobriga*, no lugar de Freixo em Marco de Canaveses.

Defendido e incentivado ao longo de três décadas pelas políticas públicas de valorização do Património, este projeto tornou-se um exemplo para análise crítica de trabalho partilhado por várias especialidades, com predominância da Arqueologia, da Arquitetura e da Conservação. Tal trabalho suportou-se na busca da ruína antiga mas também na busca de caminhos inovadores e de conciliação com a moderna gestão e até com a construção *ex-novo* no sítio arqueológico. Tais esforços de “modernização inteligente” do Património devem ser uma exigência cívica.

Palavras -chave: Cultura; Política; Inovação; Arqueologia

Abstract

Result of “sowing ideas” that the revolution of April 1974 provided, developed since 1980 a research project in archeology that exhumed the Roman city of *Tongobriga*, in the Freixo village in Marco de Canaveses, under the tutelage of the Ministry of Culture.

Defended and encouraged over three decades for public policies to enhance heritage, this project has become an example for review of work shared by multiple specialties work with predominance of Archeology, Architecture and Conservation.

Such work endured in the pursuit of ancient ruin but also in finding innovate ways and conciliation with the modern management and even new construction inside the archaeological site. Such efforts “smart modernization” of heritage should be a civic requirement.

Keywords: Culture; Politics; Innovation; Archeology

No programa deste encontro foi salientada a importância de “reconhecer a relevância da Revolução de Abril para a construção do conhecimento científico, o ensino avançado e a valorização social do património cultural, e foi-nos proposto visitar percursos e resultados marcantes das últimas quatro décadas de labor nos domínios da Arqueologia, História da Arte e Museologia, no Norte de Portugal”.

É com este enquadramento de reconhecimento que apresento com muito gosto o trabalho desafiante que foi desenvolvido desde 1980 num sítio a cerca de 50 quilómetros do Porto, em Freixo, Marco de Canaveses.

Aceitei com muito gosto este convite não só porque fui eu, como arqueólogo, quem coordenou o projeto ao longo de mais de trinta anos (desde início de 1980 até meados de 2013) mas também porque, de facto, tal projeto só foi viável porque tinha acontecido aquele 25 de Abril em 1974 e com ele a sementeira de ideias que desafiaram gerações

Reflico sobre um sítio cujas escavações arqueológicas, depois de feitos os indispensáveis estudos prévios durante o primeiro semestre de 1980, começaram em 20 de Agosto desse ano numa aldeia que encontrei em ruína.

Desde então instalou-se na aldeia de Freixo uma pequena equipa de investigação. Compraram-se terrenos arqueológicos. Classificaram-se 50 hectares como monumento nacional. Construiu-se um laboratório. Formaram-se operários e técnicos. Promoveu-se a empregabilidade local. Incentivou-se o intercâmbio internacional e a transdisciplinaridade.

Decorridos os anos, em 2014 podemos dizer que *Tongobriga*, assim se chamava a cidade que tem vindo a ser exumada, foi uma urbe construída na periferia atlântica do Império romano no final do século I e início do século II d. C., integrando o último alargamento geográfico e cultural da política romana, em simultâneo com o norte da Inglaterra, o norte da Hungria, a Mauritânia e o sul da Líbia, o médio oriente, a Capadócia.

Apesar de *Tongobriga* ter ocupado cerca de 50 hectares, aparentemente não deixara “marca evidente”, mas em 2014, trinta e quatro anos depois da primeira escavação, nestes 50 hectares formalmente denominados como Área Arqueológico do Freixo, registamos: Um Castro romano, uma cidade romana, uma paróquia cristã primitiva e a aldeia atual.

Um Castro “romano” foi construído em torno do ano zero em terrenos à cota 300, enquanto os anteriores estavam implantados sobre os 400 metros. Entretanto, decorridas cerca de oito décadas, o espaço de implantação deste castro foi reformulado, substituído e ampliado, dando lugar a uma Cidade romana, TONGOBRIGA, onde se salientavam o *forum*, as termas, os espaços habitacionais e as necrópoles¹.

A construção desta cidade foi concentrada no final do século I, sob governo dos imperadores flavianos e também no início do século II, sob Trajano e Adriano.

A similitude das técnicas de construção da paisagem e as tipologias de arquitetura usadas noutros sítios, permite-nos dizer que esta cidade resultou da estratégia política romana de construção de várias cidades no vale do Douro, interpretando a lógica

¹ DIAS, 2013.

de administração para a região “transduriana” que Augusto tinha proposto algumas décadas antes.

Em Tongobriga registam-se usos urbanos ao longo dos séculos II, III, IV e V. Foi também referida como Paróquia em documentos do século VI, associada à cristianização do noroeste. Depois, poderá ter sido sítio modesto medieval e moderno.

A atual aldeia do Freixo ainda é habitada, embora só por dezenas de pessoas, está no interior do espaço classificado, embora só reaproveite uma pequena parte do espaço da cidade romana, reaproveitando alguns muros e pedra das edificações antigas.

Mas o que é que a revolução de Abril de 1974 tem a ver com estes resultados patrimoniais e científicos?

A esta questão respondo sem dificuldade na medida em que só podemos sintetizar estes resultados em 2014 porque em 1974 houve um 25 de abril especial e com ele surgiu a sementeira de ideias² que desafiou gerações. Foram momentos em que muitos estiveram simultaneamente empenhados, em que se construíram ilusões, mas também em que se permitiu construir futuro. Embora a sociedade portuguesa já estivesse em mudança há cerca de uma década, foi em 1974 que atingiu um ponto crítico, permitindo converter e adaptar ideias e processos mas também reinventar procedimentos e motivações que facilitaram a passagem para uma sociedade nova que quis conhecer melhor a sua identidade e reconhecer o seu passado. Estas preocupações foram muito defendidas pelas “novas” autarquias e pelas estruturas regionais que abril de 1974 motivou e desafiou.

Como arqueólogo, fui um dos que me senti desafiado. Tentarei explicar e justificar de forma sucinta esta minha convicção.

Quarenta anos depois de abril de 1974, para além das razões que motivaram o início das escavações, julgo dever salientar, em síntese, alguns dos fatores que muito contribuíram para a realidade patrimonial que foi construída a partir das ruínas arqueológicas. Assim, saliento:

- A importância da investigação ter uma gestão de proximidade e tal ser resultado das medidas de regionalização e desconcentração que existiram na administração pública ao longo dos anos, embora interrompidas algumas vezes como resultado das oscilações políticas;
- A importância da qualificação das equipas de trabalho que atuaram sobre os sítios patrimoniais, desde os operários especializados até aos investigadores. É importante que a mão de quem pensa aperte a mão de quem faz, para que a corrente passe e nos dois sentidos. É importante conciliar o saber de experiências com as experiências do saber;
- A importância qualitativa e a solidez conceptual das tutelas da Cultura e do Património;
- A importância das Autarquias e dos autarcas inteligentes;

² A expressão “Sementeira de Ideias” foi usada por Guilherme D’Oliveira Martins como título de um capítulo sobre o século XIX no livro *Portugal, Identidade e Diferença*, Gradiva, 2007.

- A importância da “interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade;
- A importância da ética na construção do conhecimento e também no relacionamento interpessoal com aqueles que são capazes de o construir;
- A importância da internacionalização do conhecimento e das problemáticas que a investigação promove.

As escavações iniciaram-se na aldeia do Freixo porque em finais de 1979 fui muito incentivado por Vítor de Oliveira Jorge a ir observar e prospear um sítio no Marco de Canaveses. Este Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto estava desde 1975 a implementar um intenso projeto de investigação na Serra da Aboboreira, Baião, de onde irradiava um audacioso projeto de “arqueologia espacial” suportada em registo arqueológico, como então se denominava a observação da presença do homem sobre o território. O Projeto Arqueológico da Serra da Aboboreira marcou gerações de arqueólogos e de cidadãos, tão mais marcante quanto tal acontecia num tempo em que só havia um canal de televisão a preto e branco em Portugal e em que a viagem de automóvel do Porto a Baião ou ao Marco de Canaveses podia demorar quase duas horas.

O Presidente da Câmara do Marco, bancário de profissão com atividade suspensa para ser autarca nas primeiras eleições democráticas realizadas em dezembro de 1976 e em dezembro de 1979, contactara a Delegação da Cultura do Norte, estrutura que tinha sido criada por decisão de Sá Carneiro e Vasco Pulido Valente, e que desde os primeiros momentos estava a ser dirigida por Rui Feijó. Foi este Delegado Regional de Cultura do Norte que também me desafiou a iniciar prospeção na aldeia do Freixo.

O Presidente de Câmara tinha recebido em 1979 um pedido de construção de uma fábrica têxtil para o Freixo, para um sítio onde se dizia existir enterrada uma “capela dos mouros”³.

O Autarca Amadeu Marramaque Encarnação não queria autorizar e licenciar a construção sem ter a certeza de que não haveria destruição de memória. Foi uma decisão impressionante de cidadania, não só pelo que representou na defesa inteligente e sensível do território mas também porque interpretou na plenitude o que a Constituição da República de 1976 apontava, no artigo 79º, onde é afirmado que “*O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português*”.

Os desafios que recebi de Vítor de Oliveira Jorge e de Rui Feijó só foram possíveis porque no curso de licenciatura em História na Faculdade de Letras, no âmbito das pré-especializações então existentes no quarto e quinto anos tinha-me dedicado à Arqueologia e especialmente à denominada Arqueologia clássica. Depois de regressar em meados de 1975 do serviço militar obrigatório (em abril de 74 era oficial miliciano de artilharia em Angola), encontrei na Faculdade de Letras do Porto uma professora espantosa, rigorosa, comprometida com o conhecimento e empenhada no saber rigoroso. Manuela Delgado transmitia a sua experiência de trabalho que tivera nas

³ VIEIRA, 1886: 496; SARMENTO, 1887: 236; VASCONCELOS, 1914: 12; VASCONCELOS, 1916: 319.

missões arqueológicas francesas em Marrocos e nas escavações de Conímbriga. Foi através da aprendizagem e dos trabalhos desenvolvidos com Manuela Delgado que conheci bem a experiência do Campo Arqueológico de Braga que então estava a começar com Francisco Alves. Do mesmo modo conheci e aprendi com Adília Alarcão e ser desafiado por Jorge de Alarcão a estudar cerâmica cinzenta fina. Foi Manuela Delgado que me abriu o acesso a materiais que o Sr. D. Domingos de Pinho Brandão, bispo auxiliar do Porto tinha recolhido durante décadas. Da mesma forma iniciara uma intensa colaboração com o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências onde Huet Bacelar incentivava ao trabalho sobre os acervos do museu ali instalado.

Comecei a estudar os terrenos do Freixo através de cuidadosas observações cartográficas e senti, na prática, que embora nunca tivesse dado um tiro “a sério” como artilheiro no exército, foi aí que aprendi a trabalhar bem com cartografia tradicional, mas onde também aprendi a trabalhar fotografia aérea com técnicas que estavam então a despontar, tal como a estereofotogrametria e a perceção estereoscópica, assim como a estereofotografia, hoje a tão vulgar tridimensionalidade. Estes conhecimentos tornaram-se muitos úteis nos meus trabalhos em arqueologia.

Iniciamos as sondagens em Janeiro de 1980 e as escavações em Agosto do mesmo ano no sítio que a população local denominava por “capela dos mouros”. Desde então coordenei as intervenções até meados de 2013, ao longo de mais de trinta anos. Esta experiência também me permite fazer uma breve reflexão sobre as políticas públicas de defesa da memória, sinónimo de Património, que foram desenvolvidas ao longo desses anos, por distintos governos e por diversos dirigentes, por múltiplas pessoas com diversificadas formações.

Ao longo dos anos, desde 1974, uma das maiores responsabilidades na área da cultura foi a defesa do direito de autor, assim como a formalização e o reconhecimento das responsabilidades científicas nas intervenções em património. Estas preocupações ligaram-se muito com as políticas de proximidade que algumas autarquias procuraram desenvolver, assim como se articularam com as diversas tentativas de regionalização e de desconcentração que foram surgindo. Nos anos 70 e 80 defendia-se muito a intervenção regionalizada embora articulada com serviços centrais do Estado, em que então pontuava a direção de António Carlos Silva, um arqueólogo empenhado no crescimento do conhecimento em todo o País. Um exemplo da articulação regionalizada foi sentido na estação arqueológica do Freixo, em Marco de Canaveses. Na sequência dos trabalhos realizados em 1980, 81 e 82, e logo que foi comprovada e reconhecida a necessidade de um programa plurianual de intervenção, foi formalizado um protocolo entre a Presidência do IPPC e a Câmara do Marco, homologado pelo então Secretario de Estado da Cultura, Gomes de Pinho e pelo Ministro da Cultura e da Coordenação Científica, Lucas Pires. Nesse Protocolo, para além da garantia de alguns apoios, foi apontada a responsabilidade científica e a formalização plurianual da coordenação técnica dos trabalhos ao arqueólogo Lino Tavares Dias, prevendo desde logo a revalidação por períodos de dois anos, após aprovação dos respetivos relatórios em que eram apresentados os resultados científicos e patrimoniais e consequentes propostas de trabalho. Este protocolo permitiu fazer planeamento plurianual e vigorou até 1988. Nesta data a Estação Arqueológica do Freixo foi integrada no Serviço regional de arqueologia da zona norte do Instituto

Português do Património Cultural, com identidade própria assumida por planos de trabalho plurianuais.

No início da década de 90 surgiu o desafio do sítio arqueológico servir de oficina e base diária de formação certificada de assistentes de arqueólogo, assumidos como técnicos de arqueologia qualificados academicamente através de formação não só teórica mas também com diversas vertentes de campo e de laboratório. Era algo que nunca tinha acontecido em Portugal. Foi o reconhecimento concreto da importância da qualificação das equipas de trabalho em Arqueologia, para além do papel do Arqueólogo com formação universitária.

Desde 1990 passaram a existir no Freixo duas instituições: o gabinete de investigação e de gestão da estação arqueológica, sob a tutela da Cultura e a escola de arqueologia sob tutela da Educação.

Como ponto forte que induziu esta opção e decisão foi a capacidade de planeamento e de concretização de cronogramas capazes de garantir estabilidade do desempenho científico plurianual que tínhamos desenvolvido neste sítio arqueológico⁴, o qual viu reforçada formalmente a sua gestão como paisagem cultural moderadamente evolutiva e com objetivos muito definidos⁵. Tudo funcionou bem durante mais de vinte anos, até que em 2006 surgiram “novos intervenientes” ávidos de entrar nas instituições da Cultura e de controlar administrativamente todos os projetos que lhes pareciam “dar imagem”. Como se enganaram...

No caso de *Tongobriga* o plano estratégico e os projetos que o integravam eram cientificamente rentáveis porque estavam suportados em muito empenhamento “plurianual” e em ideias muito maturadas.

Mas esses “novos intervenientes” tornaram-se dirigentes em torno de 2005 e dirão sempre que assumiram o poder num período de vacas magras, contrapondo a outros denominados de vacas gordas. Esqueceram-se que a década de 80, em que tudo começou, foi uma década de vacas muito magras.

Não perceberam que as coisas surgiram fruto do empenhamento e do incentivo cívico que os tempos a seguir ao 25 de Abril de 1974 propiciaram a quem buscava o aumento de conhecimento científico através de processos inovadores suportados não só em “empreendedorismo”, mas também em redes de saberes e em modernização administrativa. Julgo que é oportuno lembrar um pouco o sistema administrativo da área do Património Cultural em Portugal desde Abril de 1974.

A responsabilidade formal sobre o “Património classificado” foi assumida pelo Estado, principalmente através da tutela da Cultura, repartida em alguns casos com as Autarquias. Sucedendo à Direção Geral do Património Cultural e perspetivando alguma modernização de gestão, foi criado em 1980 o Instituto Português do Património Cultural, designado abreviadamente por IPPC, que congregou as responsabilidades de

⁴ PEREIRA, 199: 66.

⁵ Foi preparado um planeamento de ações para o período a decorrer entre 1995 e 2000, articulando com o período do quadro comunitário de apoio. Depois de ter sido avaliado foi preparado planeamento para o período 2000-2006, apresentado publicamente através de um documento intitulado *Património Balanço e Perspetivas 2000-2006* editado pelo IPPAR.

gestão global de salvaguarda. Neste organismo dependente do Ministério da Cultura, estavam integrados os museus, as bibliotecas, os arquivos, os sítios arqueológicos e os monumentos classificados afetos ao Estado.

No entanto, prosseguindo o sistema administrativo que fora criado em 1929 e implementado nos anos 30, todas as obras em monumentos classificados continuaram depois do 25 de abril de 1974 sob responsabilidade da Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), dependente do Ministério das Obras Públicas.

Para dirigirem na tutela da Cultura o Instituto do Património, denominado IPPC (Instituto Português do Património Cultural) ou IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico), foram sucessivamente nomeadas personalidades das áreas dos museus, da literatura, da engenharia, da arqueologia, da arquitetura, do direito, da economia e da história de arte, com inerentes diferenças de perspetiva e de atuação multidisciplinar que reconheço como globalmente enriquecedoras.

Em contrapartida, no mesmo período de tempo, para dirigirem a DGEM, na tutela das obras públicas, só foram nomeadas personalidades da área da engenharia.

Ainda nas décadas de 80 e 90 foram feitos ajustamentos administrativos na área do Património, quase sempre para autonomizar alguns sectores cujas ampliações foram justificadas pelo crescimento conceptual, alargamento institucional e crescente empenhamento dos seus Técnicos. O gigantismo conceptual e a conseqüente dimensão administrativa do IPPC dos anos 80 foi gradualmente partilhado e repartido por diferentes tutelas. Os sectores das Bibliotecas, dos Museus e dos Arquivos foram os primeiros a constituir-se autonomamente como institutos públicos. Na charneira do século XXI, também os sectores do Património Arquitetónico e Arqueológico e da Arqueologia perseguiram objetivos muito concretos suportados em institutos públicos específicos, estruturados no âmbito nacional mas com ativo desempenho descentralizado e regional.

Apesar da gradual separação das estruturas ao longo das décadas no âmbito da área da Cultura, foi sempre defendida a importância da “interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Por exemplo, ao longo de mais de trinta anos o trabalho articulado, complementar e interdependente entre arqueólogos, arquitetos, antropólogos e técnicos de conservação foi um dos fatores que mais valorizou os desempenhos em *Tongobriga*.

Desde o início que este sítio arqueológico e patrimonial esteve sob gestão de arqueólogo, incidindo como prioridade na investigação mas promovendo o diálogo, a discussão e a reflexão privilegiada com distintos arquitetos, de diversas gerações, com diferentes formações, sensibilidades e capacidades. Este trabalho sistemático com a área da arquitetura contribuiu indelevelmente para o crescimento de um sítio patrimonial que em 1980 era só mais uma aldeia em abandono. Ao longo dos anos o arqueólogo pediu aos arquitetos intervenção específica em duas áreas de trabalho, incidindo uma na restituição em desenho das ruínas de *Tongobriga* e outra na execução de projetos de arquitetura para recuperação de edifícios e para construção de novas infraestruturas⁶.

⁶ Apresentei no *congreso internacional de musealización de yacimientos y patrimonio*, realizado em Toledo em 2010, uma reflexão sobre os projetos de Arquitectura Contemporânea em sítios arqueológicos, usando o

Desde os anos 80 que começamos a sentir a necessidade de pensar na “construção” de infraestruturas que garantissem a melhoria de condições de trabalho de investigação do sítio arqueológico. Desde cedo foi defendida a ideia de que os materiais recolhidos nas escavações deveriam, sempre que possível, ser tratados, conservados e estudados *in situ*, evitando-se a dispersão de acervos que era vulgar em Portugal antes de Abril de 1974. Foi este objetivo que esteve na base do primeiro desafio feito à equipa de arquitetos sediada no Porto do então IPPC. O arqueólogo pediu ao arquiteto que projetasse para uma aldeia em ruína um edifício que fosse o centro do “trabalho de futuro” daquele sítio patrimonial. Assumi este desiderato o arquiteto Fernando Maia Pinto, autor do edifício que acolhe o laboratório. O projeto foi preparado em 1987 e de imediato foi construído em terrenos adquiridos no centro da aldeia, onde existiam barracos que serviam de arrumos agrícolas adossados a uma magnífica fachada em granito, a qual veio a confirmar-se ter sido feita com pedras retiradas das ruínas romanas. Deste “edifício” irradiou, desde então, todo o suporte à estratégia técnica e científica para o sítio e nele se suportou a irradiação do pensamento sobre a região.

A criação desta estrutura de trabalho permitiu evoluir para outros tipos de intervenção e por isso na Área Arqueológica do Freixo registamos diversificadas ações no património construído, desde a demolição à construção nova⁷.

Desenvolvemos também muitas outras transdisciplinaridades com distintas áreas do saber, contrariando a ideia de que há divórcio entre as Instituições da Administração e as Universidades. Neste sentido os desajustamentos que mais se sentiam eram provocados por teimosia, na medida em que se insistia em fazer gestão de Património com critérios predominantemente administrativos, desleixando-se os critérios criativos e produtivos que incluem a investigação e a inerente publicação. Reconhecemos que nos primeiros anos havia alguns desajustamentos que provocavam prejuízos evidentes na rentabilização científica do conhecimento, mas com o decorrer do tempo, tais falhas foram facilmente ultrapassadas a nível nacional e internacional.

Tradicionalmente, na gestão do Sul da Europa, as intervenções em Património ainda estão geralmente vocacionadas para abordar a investigação e a conservação de modo separado e independente, em detrimento do intercâmbio da discussão e da difusão qualificada dos resultados globais, como foi analisado em alguns sítios romanos (SARTRE-MAURIAT, 2004: 49). Julgo que o tempo ajudará a conciliar os objetivos.

Apesar da excelência do que denominamos “*cluster Património*”, ainda são deficientes as estruturas do sistema logístico que o suporta. Na gestão foram dados passos muito importantes entre 1998 e 2005 mas sem continuidade na planificação da sua gestão integrada esse *cluster* tornou-se frágil, embora muito mediático para o turismo.

Entretanto, em 2006 e 2007 foi feita uma reforma da administração pública que motivou alterações que se julgavam poder melhorar a capacidade de gestão do território. Pensava-se, então, que iriam ser favorecidas as articulações de âmbito nacional

exemplo de *Tongobriga*. Os textos das *atas* estão no prelo.

⁷ DIAS, 2008: 82-91.

com a capacidade de desempenho das estruturas regionais técnica e cientificamente reconhecidas e suportadas na ação prática ao longo dos anos, ao longo de décadas, favorecendo a proximidade e inerente identidade cultural.

Mas, a experiência que tivemos em *Tongobriga* desde 2006 assemelhou-se a uma OPA hostil lançada e assumida por pessoas provenientes das obras públicas, negando todas as referências a que estávamos habituados nas tutelas da Cultura⁸.

Na tutela da Cultura, habituamo-nos, ao longo de mais de trinta anos, a trabalhar com poucos recursos humanos e com pouco dinheiro mas, em contrapartida, trabalhávamos com respeito pelo desempenho e pelo curriculum, pelo direito de autor, com respeito e consideração pelas pessoas, especialmente pelos colegas de trabalho. A delicadeza era apanágio da tutela da Cultura, muito especialmente defendida na Delegação e na Direção Regional de Cultura do Norte desde sempre.

No Freixo, ao longo dos anos fomos incentivados a formar um serviço a partir de uma descoberta arqueológica, desenvolvendo-o enquadrado na administração pública, alicerçado na importância do sítio e na defesa da memória milenar. Era aqui que estava o quadro de referência⁹.

A tutela da cultura existira ao longo dos anos para produzir cultura, promovendo a investigação de novos patrimónios, incentivando novos conhecimentos e novas produções¹⁰. Defendia-se que a tutela da cultura deveria existir para incentivar a divulgação do conhecimento. O técnico que trabalha na tutela da Cultura deveria ser incentivado a produzir e publicar, nomeadamente as suas experiências, quer fossem na área do Património, quer fossem na área da gestão ou em qualquer outra que fosse sentida de interesse transdisciplinar para a “cultura”. A publicação de experiências deveria ser prioritária e obrigatória. Investigar sítios arqueológicos para fazer crescer o património, deveria ser tarefa fundamental. A sua disponibilização qualificada ao turismo seria consequência dos estímulos do Estado e nunca uma prioridade absoluta que a tudo se sobrepõe.

Sempre defendemos que a Estação Arqueológica do Freixo não tinha como prioridade ser um “contentor cultural” onde se realizavam eventos, embora os pudesse acolher com qualidade. Em contrapartida, e prioritariamente, deveria ser um sítio onde obrigatoriamente se produzisse conhecimento através do incentivo a investigação, contribuindo para mostrar novos patrimónios. Isto deveria ser um desafio, mas também uma obrigação da tutela da Cultura.

Na medida possível tal foi feito durante muito tempo e sempre o defendemos porque entendeu-se que este desiderato estava ligado aos desafios que Abril de 1974

⁸ O plano plurianual que estava aprovado e financiado a 85% através do quadro comunitário regional foi bloqueado pela então diretora regional Paula Araújo Silva. Esse plano previa a aquisição de terrenos arqueológicos, a montagem do centro interpretativo e museológico e a edição de rigoroso e amplo catálogo, o incentivo à investigação e a publicação dos resultados atualizados, além de outras ações de valorização e manutenção. A inoperância da DRCN foi total até final de 2013. A única ação realizada foi aquisição de terrenos arqueológicos cuja tarefa foi cometida e cumprida com empenhamento do eng. José Mota, na qualidade de vice-presidente do município.

⁹ Decreto-Lei nº 13/99 de 11 de Janeiro de 1999.

¹⁰ DIAS, 2003,73.

nos lançou e alicerçou na Constituição da República e na Lei de Bases do Património.

Entretanto, a ampliação de alguns conceitos, nomeadamente o de “Paisagem Cultural”, amplamente impulsionada pela UNESCO e por outros organismos internacionais, obrigou a crescentes exigências de gestão integrada. Tais exigências, aparentemente, tornaram ainda mais frágil a conciliação de interesses, de métodos, de prioridades e de cronogramas entre os defensores da Cultura e os defensores das Obras Públicas.

Ainda não decorreu o tempo suficiente para que seja possível uma avaliação global da reforma na área da Cultura, especialmente no Património, desenvolvida entre 2007 e 2013, em que alguns responsáveis de então afloraram atitudes de obscurantismo.

Os prejuízos que provocaram proposadamente foram irremediáveis e, como tal, esses atores deveriam ser penalizados pela sociedade.

Mas este não foi o único exemplo de má gestão de ideias e de processos que constatamos. Recordei um outro caso a propósito da recente viagem do Papa Francisco a Jerusalém em Junho de 2014, onde foi salientada a abertura do Parque arqueológico da cidade de Magdala, perto de Tiberíades, onde foi descoberta em 2009 a ruína de uma sinagoga do séc. I. A solução encontrada para a sua valorização intrínseca e circunstancial foi a aplicação de um plano de escavação, salvaguarda e apresentação a público. Num lugar próximo foi construída uma nova basílica ecuménica para o culto atual. Comparei com algo que se passou na Área Arqueológica do Freixo. Recordei que já no início do século XXI, em *Tongobriga*, foram descobertas as ruínas do que pode ser a mais antiga basílica da Diocese do Porto, datada do século VI. As soluções que apresentamos em 2002 foram as mesmas que agora foram concretizadas em Magdala: valorização das ruínas da primitiva basílica paleocristã e construção de nova igreja na aldeia de Freixo. Foi garantido projeto e financiamento pelo Estado, através do então IPPAR. Apesar da intervenção muito positiva do então Bispo do Porto, D. Armindo Lopes Coelho, os responsáveis locais, autárquicos e eclesiásticos, não perceberam a proposta e tal não foi viabilizada. Julgo que as ruínas paleocristãs ainda possam existir sob o soalho da igreja paroquial do Freixo, apesar das descuidadas obras que ali foram feitas.

Como em quase tudo na vida das pessoas e das sociedades, há exemplos bons e maus, que devem ser assumidos. Apesar de alguns exemplos magoarem a nossa cidadania, também podem incentivar a luta em defesa do Património, sinónimo de Memória, eventualmente relendo Alexandre Herculano.

Em síntese:

Sabemos que *Tongobriga* começou a ser construída no tempo de Augusto, há mais de 2000 anos. Sabemos que o 25 de abril de 1974 já foi há 40 anos. Sabemos que as escavações de *Tongobriga* só começaram há 34 anos. Mas também sabemos que aqueles solos encerram capacidades e informações preciosas. Queremos acreditar que o obscurantismo não vai prosperar. Os esforços de “modernização inteligente” do Património devem ser uma exigência cívica.

As novas gerações, eticamente suportadas, merecem que as desafie com novas sementeiras de ideias. Quero acreditar, como cidadão que, apesar de tudo, um futuro com memória nos espera.

Bibliografia

BARBOSA, Luís (2002) Cultura: uma visão horizontal, *Reformar Portugal – 17 estratégias para a mudança*, Oficina do Livro, Lisboa, pp. 291-308.

DIAS, Lino Tavares (1997) *Tongobriga*, IPPAR/Ministério da Cultura, Lisboa.

DIAS, Lino Tavares (2003) Área Arqueológica do Freixo. Futuro? , *Tongobriga. Breves Reflexões*, IPPAR, Lisboa.

DIAS, Lino Tavares (2008) Gestão Integrada da Área Arqueológica do Freixo -Tongobriga: contributo para abordagem à estratégia de intervenção entre 1980 e 2010, *al-madan*, 16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p.82-91.

DIAS, Lino Tavares (2013) O momento e a forma de construir uma cidade no noroeste da Hispânia, periferia do Império romano e fronteira atlântica, *Revista da Faculdade de Letras-Ciências e Técnicas do Património*, XII, Porto: pp.113-126.

IPPAR (2000) *Património Balanço e Perspetivas 2000-2006*, IPPAR/Ministério da Cultura, Lisboa.

MARTINS, Guilherme D'Oliveira (2007) *Portugal, Identidade e Diferença*, Gradiva, Lisboa.

PEREIRA, Paulo coord. (1997) *Intervenções no Património 1995-2000*, IPPAR/Ministério da Cultura, Lisboa.

SARMENTO, Francisco Martins (1887) Para o Pantheon Lusitano, *Revista Lusitana*, I, Porto, p. 236.

SARTRE-MAURIAT, Annie (2004) Le monument à l'époque romaine en Méditerranée orientale : de l'histoire au mythe, *La Visite du Monument*, Paris: pp 49-60.

VASCONCELOS, Manuel (1914) Apontamentos Arqueológicos do Concelho de Marco de Canaveses, *O Archeólogo Português*, XIX, Lisboa, pp. 12-29.

VASCONCELOS, Manuel (1916) Apontamentos Arqueológicos do Concelho de Marco de Canaveses, *O Archeólogo Português*, XVI, Lisboa, pp. 319-325.

VIEIRA, José Augusto (1886) *Minho Pitoresco*, II, Lisboa, p. 496.

Ó m n a r

História da Arte

Programa

22 Abril | Visitas de estudo

Coordenação: Leonor Botelho e Celso dos Santos (FLUP)

10:00H Barredo no pós-25 de Abril — Rui Loza (Arq.)

Local: Auditório da Casa do infante

11.00H Visita ao Barredo | **Barredo: A ação do CRUARB**

15.00H **Origens do Museu de Arte Contemporânea** - Marta Almeida

Local: Museu de Arte Contemporânea de Serralves

23 de Abril | Mesa-redonda: **1974 – 2014: investigação, ensino e divulgação da História da Arte**

Moderação: Leonor Soares (FLUP)

Local: FLUP- sala 203

Início: 15:00H

- *Tendências e caminhos da História da Arte na Faculdade de Letras* — Manuel Joaquim M. Rocha (FLUP)
- *40 anos depois de Abril: que fontes para a História do 25 de Abril?* — Adriano Simões da Silva (BPMP)
- *A Árvore, antes e depois do 25 de Abril de 1974* — José Emídio (Cooperativa Árvore)
- *Em redor de 74: Investigação em História da Arte* — Raquel Pelayo (FAUP)
- *A criação de uma Associação Portuguesa das Casas-Museu (APCM) 40 anos depois de Abril* — Luísa Fernandes (Casa-Museu Abel Salazar)

24 Abril | Mesa Redonda: **O Ensino da História da Arte na FLUP depois da Revolução de Abril**

Moderação: Celso dos Santos (FLUP)

Local: FLUP - sala 203

Início: 15H00

Intervenções: António Cardoso, Maria do Carmo Marques Pires, Maria Leonor Soares, Ana Cristina Sousa, Paulo Vasques, Hugo Barreira, Teresa Campos dos Santos, Lúcia Rosas, Marta Almeida, Miguel von Haffe Perez.

40 anos depois de Abril

Que fontes para a História do 25 de Abril?

(com especial ênfase nos periódicos da Biblioteca Pública Municipal do Porto)

Adriano Simões da SILVA
BPMP

Resumo

O 25 de Abril na coleção de periódicos da BPMP. Pesquisa e pontos de acesso à informação pertinente. A sua distribuição por assuntos, sendo apresentadas algumas manchetes peculiares.

Palavras-chave

25 de Abril / Publicações Periódicas / Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Abstract

April 25th in BPMP periodical collection. Search and access points to pertinent information. Distribution by subjects, presenting some peculiar headlines.

Key-words

April 25 / Serials / Oporto Public and Municipal Library.

40 anos depois do 25 de Abril, que sabem os jovens sobre o 25 de Abril? Os livros que existem serão neutros? O melhor será o jovem ajuizar o que se passou, mas onde estão as fontes primárias sobre o 25 de Abril? Muitas arderam. Podemos encontrar nos jornais da época relatos da queima de folhetos pelos opositores partidários... a lembrar o nazismo... Na net os jovens podem encontrar testemunhos e blogs de intervenientes no 25 de Abril, além da coleção de Pacheco Pereira. E se quiserem algo mais palpável?

Centro de documentação 25 de Abril

Em Dezembro de 1984 foi criado, no âmbito da Reitoria da Universidade de Coimbra, o Centro de Documentação 25 de Abril, para recuperar, organizar e pôr à disposição dos investigadores toda a documentação, incluindo panfletos, folhetos, cartazes, fotografias, postais, autocolantes, vídeos, etc., os quais terão sido disponibili-

zados aos leitores. Graças a isso, tiveram mais de 300 ofertas de particulares.

A BPMP e o 25 de Abril

A Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) foi fundada pelo Rei D. Pedro, em 9 de Julho de 1833 (dia do 1º aniversário da entrada do exército Liberal no Porto) e tem crescido com base no Depósito Legal de que é beneficiária desde a sua fundação.

A BPMP tem tradição de Indexação por CDU (Classificação Decimal Universal), na qual o Conhecimento é dividido em 9 classes de 1 a 9 (além do 0 das Generalidades), o que pode ser visto nos catálogos manuais na Sala de Catálogo.

A BPMP possui, há poucos anos, o seu catálogo disponível online (em <http://bibliotecas.cm-porto.pt/>), mas obviamente, não da totalidade da BPMP. Contudo, se os registos bibliográficos não têm descritores (ou “assuntos”), os interessados só descobrem os registos se conhecerem a CDU, os títulos ou os autores... Desde essa altura começámos a colocar os descritores nos registos de periódicos, usando a experiência de 10 anos na Biblioteca do ISMT, em Coimbra.

O Serviço de Periódicos da BPMP, face ao elevado número de panfletos periódicos (revistas e/ou jornais) que escapavam ao Depósito Legal (incluindo os do 25 de Abril e alguns paroquiais e escolares), para os colocar à disposição dos leitores, criou uma nova cota SP (abreviatura de Secção de Panfletos). Desde essa altura que os leitores, por vezes, os requisitam e consultam.

De salientar que dezenas de periódicos estão apenas impressos de um dos lados, sendo provavelmente jornais de parede.

Tendo em vista a comemoração dos 40 anos do 25 de Abril, desde 16 de Janeiro deste ano temos procedido à Indexação por Assunto (colocando “Periódicos do 25 de Abril” em descritor) desses periódicos panfletários, totalizando em Março 910 periódicos. Com outros jornais, impressos, dispersos pelo Fundo Geral, o número de periódicos deste período quente da nossa História ultrapassa o milhar. São eles o objeto do nosso estudo.

A Indexação torna a pesquisa por parte do leitor fácil e intuitiva. Até o cruzamento de diferente assunto é fácil e intuitivo. É isso que pretendemos demonstrar.

Começemos pelo início: Como pesquisar periódicos do 25 de Abril? É só abrir a página do catálogo e pesquisar por assuntos em: Periódicos do 25 de Abril (ver Fig. 1). Podemos depois ordenar os mais de 1100 registos bibliográficos pelo título ou pelo ano de publicação, dando ordens para isso no canto superior direito.

Periódicos Operários

O 25 de Abril provocou uma autêntica explosão no número de periódicos operários, sendo mais de 300 os periódicos obtidos numa pesquisa simples por: periódicos operários abril (mais do que os políticos!).

Para comparação numérica: apesar do periódico operário mais antigo datar de 1836, só entre 1885 e 1937 foram mais de 10 títulos de periódicos iniciados por ano (sendo assim visível o decréscimo no número de periódicos no Estado Novo).

Entre estas centenas de títulos, torna-se difícil destacar uma manchete, mas veja-se, por exemplo: “*em Defesa da Democracia Paralisemos imediatamente todas as empresas com controle popular por piquetes*”, do Comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos do

Porto (SP-B-383), “*o Poder aos Operários Trabalhadores!*”, da título *Ação Comunista* (SP-B-866), e “*A Polícia ataca os Operários em Greve!*” (SP-B-407), “*Os patrões são inimigos do Povo*” (P-C-600) e “*nós precisamos dos patrões?*” (SP-B-1426).

Periódicos Políticos

É evidente que muitos dos periódicos têm tendências políticas, de dezenas de partidos, pelo que não vale a pena desenvolver o tema (cerca de 223). Contudo, convém chamar a atenção para duas curiosidades que irão surpreender os jovens:

1º Hoje em dia, os jovens dizem que o PCP de Álvaro Cunhal é de Esquerda; contudo, na altura, muitos consideravam o PCP um partido de Direita! Isso explica porque muitos chamavam “social-fascista” a Cunhal e dizerem que o PCP não era um verdadeiro Partido Comunista (P-C-160, P-C-856 e SP-B-417).

2º Toda a gente sabe que no 25 de Abril havia muitas greves. Contudo, talvez não saibam que o próprio Governo Português fez uma greve de um dia! Foi no Governo de Pinheiro de Azevedo, em Novembro de 1975! Isto explica o que está escrito no Comunicado do periódico com a cota SP-B-903 (ver imagem).

Periódicos Universitários

Depois dos operários, o grupo de periódicos maior será o grupo dos “jornais universitários” (cerca de 170). Destes, muitos são anteriores ao 25 de Abril. A explicação é simples: a contestação ao Regime começou muito antes.

Como pesquisá-los? Periódicos abril universitários.

Em Março de 1967 um boletim do Porto faz um historial da Legalização das Associações de Estudantes (SP-B-302), tal como outro em 1976 (SP-B-880).

Em 12 de Maio de 1970: “*A Polícia dispara sobre os Estudantes*” (SP-B-293). Podemos ler um resumo no registo da BPMP: “a Polícia disparou contra estudantes em Coimbra, no dia 9, na peça O Livro de Cristóvão Colombo, do Teatro Estudantil de Coimbra, no Teatro Gil Vicente, tendo preso 13 estudantes”.

Curiosamente, um Relatório e Contas da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa “inclui gastos de 4.678\$40 em cursos de alfabetização” (ver registo do SP-B-214). Porquê? Nesta altura, alfabetizar era fazer política...

Ainda em 1972, noutro jornal, de Lisboa, encontrámos “*Liberdade para Judas e Vizinho*”, explicando-se facilmente por serem os nomes dos dirigentes associativos presos (ver registo do SP-B-290).

Um Comunicado do Grupo Cultural das Belas-Artes, do Porto, em Fevereiro de 1973 tinha a manchete: “*A Sessão Cultural sobre a Indochina, boicotada pelas Autoridades!*” (SP-B-465). O caso tem contornos curiosos: O subdiretor da ESBAP proibiu a reunião cultural sobre a Indochina. Estando ele ausente, os estudantes tentaram obter o anfiteatro e a máquina de projetar, tendo a situação azedado até o chefe de secretaria aparecer do interior do anfiteatro com uma broca nas mãos, o contínuo Marcelo com uma vara afiada e o empregado Ribeiro de martelo, virando-se para os estudantes aos gritos “Eu mato um, eu mato um”, tendo-se distinguido o chefe Moreira pela sua especial ferocidade. Episódio relatado, com muitos mais pormenores, no periódico cinzento disponível na BPMP.

Em Março de 1973 um jornal tem no rosto uma moção aprovada pelos estudantes

da ESBAP em 1 de Março (SP-B-295).

Podemos imaginar como estariam as universidades depois do 25 de Abril, ao lermos um comunicado de 20 de Maio de 1974: “*Face às Questões Pedagógicas qual o caminho a seguir?*”. Defendem comissões pedagógicas por cadeira e curso em vez de passagens automáticas, mas nem todos concordam... (SP-B-466).

Ainda em 1974, um jornal do Comité de Ação das Belas Artes tinha, entre outros, os artigos: “*Intervenção Anti-imperialista e antimilitarista!*”, “*Contra a Escola Capitalista*”, além da tradução do artigo *Dirigir a Arte?*, de Trotsky.

De salientar o título “*Por uma Medicina Popular: revista sobre Saúde e Assistência*”, escrito por um grupo de estudantes de Medicina e de Enfermagem do Porto, onde se defendem ideias normalmente pouco associadas à Universidade (SP-B-191).

Passado uns anos, já tudo estava diferente, como podemos imaginar ao ler o comunicado da Direção de Estudantes da Faculdade de Medicina do Porto, em 16 de Maio de 1977: “*A Greve que querem impor-nos*”, por um “plenário” com a ínfima percentagem de 10% dos estudantes (SP-B-887). Atualmente, que reunião de estudantes tem 10% dos estudantes? Outros tempos...

O problema dos estudantes presos ainda se mantinha, como se pode ler nesta manchete: “*Rui Gomes é um estudante antifascista, se fosse um PIDE ou um bombista já estaria solto*” (SP-B-869). E muito mais há para descobrir no Catálogo da BPMP, para quem quiser escrever a história do Movimento Estudantil...

Periódicos do Ultramar

Entre os periódicos do 25 de Abril encontramos muitos (67) relacionados com o Ultramar, nomeadamente: 23 do Ultramar em geral, 21 de Angola, 18 de Moçambique, 3 da Guiné (sendo 1 em comum com Cabo Verde) e 2 de Timor.

Como é que o leitor os pode pesquisar? Basta cruzar Periódicos abril com o país em questão (ou a palavra ultramar).

Destes saliento um por possuir uma Cronologia da Revolução em Moçambique (SP-B-281) e um Relatório dos Missionários de Inhaminga sobre os recentes massacres em Moçambique (SP-B-1207 e SP-B-1208).

Periódicos Escolares

O 25 de Abril também afetou muito a vida nos Liceus e é muito fácil o leitor ver os títulos dos periódicos escolares do 25 de Abril, pesquisando por: Periódicos abril escolares (porque usamos “Periódicos escolares” como descritor dos periódicos não universitários).

Entre os 47 títulos, encontramos jornais dos vários liceus do Porto, lendo-se num dos mais antigos que o aluno Mesquita, do Liceu D. Manuel II, foi preso pela PIDE em 13 de Maio de 1973, “em péssimas condições de Higiene” (SP-B-468).

Pouco depois do 25 de Abril, na “*Unidade Informativa*”, o boletim da Comissão Associativa do Liceu Alexandre Herculano (ainda não existiam as Associações de Estudantes), fazem “*três propostas à Junta de Salvação Nacional sobre as normas de funcionamento do Liceu*”, após uma Reunião Geral de Alunos em 7 de Maio de 1974, numa altura em que o Liceu estava sem direção.... (SP-B-249).

Nesta época, os jornais falam da “*Democratização do Ensino*” (P-C-669), “O

que é a Escola” (SP-B-542), da “Gestão nas Escolas” (SP-B-398) e discutem sobre os exames e as faltas (SP-B-909). No editorial “*A Quem Servem os Exames?*”, afirma-se que servem para medir «*a sua capacidade de assimilar o conhecimento burguês, a submissão ideológica*» (P-C-742).

Em Novembro de 1975, num meeting de apoio ao MPLA no Liceu Alexandre Herculano, houve grandes confusões com “*provocadores reacionários e membros da UNITA*” e também no Liceu Rainha Santa Isabel, como podem ler com mais detalhes no SP-B-894.

Os Liceus estavam altamente politizados nesta altura, como podemos imaginar ao ler o SP-B-872, onde se lê “*Em frente com a formação de Grupos Dinamizadores de Unidade Popular em todas as escolas*”. Contudo, rapidamente há notícias de “nazis” nos Liceus do Porto (SP-B-947) e em 1980 o Liceu de Matosinhos seria o único ainda no distrito nas mãos da Esquerda (SP-B-954).

Por fim, um jornal da Escola Técnica de Coelho e Castro (Fiães, Feira) afirma que «*o jornal surge por promessa eleitoral*» (P-C-669) e as alunas da Clara de Resende, do Porto, em manchete perguntam “para que serve o boletim?” e afirmam pretender fazer um “jornal não político”, mas em 1978, reconhecem, “*a própria atitude de o fazermos sair, por si só já constitui um ato político*” (SP-B-951).

Periódicos Militares

Sendo o 25 de Abril uma revolução militar, é natural encontrarmos um grupo de jornais dessa natureza. Como é que o leitor os pode procurar: Periódicos abril militares.

Entre os 35 periódicos, encontramos muitos jornais anónimos, temendo a repressão hierárquica, como em “*O Soldado Vermelho*”, onde a manchete é: “*Levantemos nos Quartéis a Bandeira Vermelha pela Paz e Liberdade! Nem mais um Embarque!*” (SP-B-943).

Outro exemplo de anonimato em militares antifascistas nesta manchete: “*alternativa: profissionais da tortura e da opressão ou Exército ao serviço do Povo*” (SP-B-228).

Alguns jornais defendem militares presos em Custóias (SP-B-1198 e SP-B-1308 e SP-B-1334).

Por fim, um comunicado do RALIS em que «*responde à histeria e manifestação do PS dizendo que os nossos soldados nunca dispararão contra outros soldados seus iguais e, muito menos, contra o povo*» (SP-B-390).

Periódicos de Comissões de Moradores

Na altura do 25 de Abril saíram muitos jornais panfletários de Comissões de Moradores, os quais podem ser procurados no Catálogo da BPMP por: Periódicos abril moradores.

Entre os 33 periódicos, há periódicos das Antas, do Campo 24 de Agosto, Mira-gaia, Vitória, Arrábida, Sé e Fontainhas, etc., mas o mais espetacular é um do nº 402 da Rua D. João IV, sendo assim um jornal de um prédio na própria rua da BPMP (SP-A-87)!

Nestes jornais panfletários defende-se o direito a uma habitação condigna e às casas que foram ocupadas (SP-B-252 e SP-B-937).

Periódicos Estrangeiros

Nesta época, circulavam em Portugal muitos jornais políticos estrangeiros, os quais podem ser facilmente pesquisáveis por: Periódicos abril estrangeiros.

Entre os 27 títulos, há jornais galegos, espanhóis, franceses, chilenos, da Frente Polisário do Sahara Livre, etc. O elevado número de periódicos espanhóis explica-se por o 25 de Abril ter antecedido a mudança governativa em Espanha. Saliento a mensagem da FRAP portuguesa (Frente Revolucionária Antifascista e Patriótica) no jornal galego Terra e Tempo (SP-B-241).

Amizade com China, Albânia e Cuba

A seguir ao 25 de Abril contam-se vários periódicos das Associações de Amizade Portugal-China (8), Portugal-Albânia (4) e Portugal-China-Albânia (3) e Cuba (apenas duas e nenhuma do Porto), num total de 18 títulos.

O entusiasmo era tal que a Associação de Amizade Portugal Albânia tinha 2500 sócios e organizara 3 viagens de 75 pessoas à Albânia (no relatório publicado como suplemento do nº 2 da revista da cota P-B-430).

Podemos ler sobre a exposição “Viva a amizade fraterna do Povo de Portugal China-Albânia” na Faculdade de Letras, em frente ao Hospital de Santo António, em Junho de 1974 (SP-B-977 e SP-B-379) e é revelador a manchete do segundo nº 6 (erro de numeração) do jornal *Mirandum*, de Miranda do Douro: “*Albânia: farol do Socialismo na Europa*” (P-C-600).

Periódicos de Emigrantes

Como pesquisar os periódicos de emigrantes do 25 de Abril? Logicamente: Periódicos abril emigrantes.

Dos 12 títulos, 8 são editados em França, quase todos em Língua Portuguesa, onde se perguntam se “*vamos poder votar?*” (SP-B-223 e SP-B-315). Chamam a atenção duas entrevistas, uma a Spínola (SP-B-53) e outra a Mário Soares (SP-B-315). Em Francês, um jornal dirigido por uma Sónia Matias dá o “*cri d’alarme*” quanto à Democracia em Portugal (SP-B-93).

Boletins Religiosos

Quais os efeitos do 25 de Abril na Igreja? O leitor pode procura-los por: Periódicos abril religiosos (porque o descritor usado pelo Bibliotecário é: Boletins religiosos).

Dos 11 títulos, saliento os *Cadernos GEDOC*, dos Grupos de Estudos e Intercâmbios de Documentos (SP-B-242), por serem bem anteriores ao 25 de Abril e onde podemos ler: “*Deus na Revolução*” e “*Dilemas Inevitáveis*” pelo padre José da Felicidade Alves (em 1969), “*Reinventar a Fé*” e “*O Cristianismo e a Revolução*” (em 1970).

Já em 1976 surge uma nova revista, *Atos Cristãos na Sociedade Nova*, tendo, entre outros, por redator António Rego, onde podemos ler no nº 1: “*Qual o Papel dos Cristãos nesta nova História?*” (P-B-596).

Anarquismo

Após o 25 de Abril dá-se uma explosão nos periódicos de tendência anarquista. Como pode o leitor procura-los? Periódicos abril anarquismo (porque o descritor usa-

do pelo Bibliotecário é: Anarquismo – Periódicos).

Dos 11 títulos, salienta-se um título mal cheiroso, feito a partir do nome do Movimento Educativo Recreativo Dos Anarcas, que com muito humor lança o Galo de Barcelos a candidato às eleições (SP-B-169); além da manchete do nº 4 de O Libertário (SP-B-923): “*Fascismo é a exploração do Homem pelo Homem, Democracia é o Contrário*”.

Periódicos de Cinema

Após o 25 de Abril dá-se uma explosão nos periódicos de Cinema. Como procurá-los? Logicamente: Periódicos abril cinema.

Entre os 11 títulos, há alguns verdadeiramente reveladores: *Cine Arma: por um cinema patriótico científico e de massas*, do Cine Clube Universitário de Lisboa, porque o Cinema e a Arte eram uma arma contra o fascismo (P-B-1450).

O boletim *Cinema Português* do Instituto Português do Cinema contém artigos sobre as Curtas e médias realizadas após o 25 de Abril (P-B-633), onde podemos ler títulos tão reveladores como: “*Greve na Construção Civil*” (1975), “*Liberdade para José Diogo*” de Luís Galvão Teles (1975), “*Barronhos: quem teve Medo do Poder Local*”, de Luís Rocha (1976), etc.

Revistas Literárias

No meio das revistas panfletárias há duas revistas literárias, o nº 3 da *Nova Poesia Portuguesa*, de 1970, (SP-A-193), onde se lê na introdução “*poesia: uma arma*” e é uma antologia de poemas de Carlos de Oliveira, Ary dos Santos, Fernando Assis Pacheco, António Gedeão, Natália Correia, José Mário Branco e outros; e a revista angolana *NGoma: revista angolana de Literatura*, de Dezembro de 1974, contendo poemas de Arnaldo Santos, Luandino Vieira e outros (SP-A-253); as quais não possuiríamos se não existisse este fundo panfletário (de cota SP).

Entre os periódicos impressos da altura do 25 de Abril surge uma revista literária não referida por Daniel Pires nos seus Dicionários de Revistas Literárias: o jornal semanal *Pátria*, o qual contém uma secção *Artes e Letras* e a colaboração de João Maia, A. Rego Cabral, Pinharanda Gomes e outros (P-D-5).

Periódicos de Mulheres

Em todos os periódicos se fala da Condição Feminina e de Sexo, mas há 7 periódicos do 25 de Abril feitos por mulheres, que convém referir. Como pode o leitor pesquisá-los: periódicos abril mulheres.

Temos periódicos do Grupo Autónomo das Mulheres do Porto (SP-B-892), do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas (vários) e, por fim, da União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias (SP-A-19).

Jornais Humorísticos

O desenho humorístico está bem presente em muitos jornais do 25 de Abril, e até nos nossos dias, e nos murais das cidades nestes anos. Como é que o leitor os pode pesquisar? Logicamente: Periódicos abril humorísticos.

Logo em Junho de 1974 surge o *Carteirisses*, do Porto, que tal como o nome sugere era feito por carteiros do Porto, onde podemos ver numa linda imagem quais

os “*assuntos mais debatidos pelos nosso enviados oficiais a Lisboa*”, mal se vendo a parte sindical entre mulheres, cabaret, night club, fados e guitarradas (SP-B-376).

Em 1975 surge *O Coiso: o semanário de maior penetração no País*, cuja manchete do nº 3 é “*Copacabana tem novo Cabo do Mar*”, vendo-se Spínola muito bem acompanhado numa praia brasileira (P-C-763), após a fuga do 11 de Março, tendo sido talvez a primeira fotomontagem na imprensa portuguesa, segundo Artur Couto e Santos (no seu site *O Coiso*).

Ainda em 1975 terá surgido *A Chucha: a única publicação humorística identificada com a Via Chuchialista*, sendo uma das capas uma paródia aos casamentos políticos (P-C-62).

Em Fevereiro de 1976 surge o *Chaimite* (P-C-769), com um nome de guerra, no qual podemos ver uma imagem de Cunhal, no ano 2000, com uma magnífica barba, ainda “à espera do Socialismo”, e a fantástica manchete do nº 5: “temos provas: Cubanos no Alentejo” (ver Fig. 2).

Por fim, em Junho de 1976 surge o *Contas do Porto*, numa altura em que as contas do País já andavam muito mal, onde no nº 1 podemos ver uma “típica” rusga de S. João no Porto, mas feita por militantes do PS e no nº 3 temos uma manchete do M.L.N.P., o Movimento de Libertação do Norte de Portugal (P-C-772).

Periódicos de Música

A Música, tal como toda a Arte, era uma Arma na Revolução. Como encontrar esses periódicos? Basta pesquisar no Catálogo por: Periódicos abril música.

O mais caricato nestes 5 títulos é a defesa da participação do José Mário Branco, camarada da CDU, no Festival da Canção de 1975, considerado por muitos como “fascista” e “burguês”. A polémica é tal que o Grupo de Acção Cultural “Vozes na Luta” publica em 12 de Fevereiro de 1975 um comunicado defendendo a participação do seu colega do Porto, em termos que podem ser lidos no comunicado, na cota SP-B-1322.

E muito mais há para descobrir no Catálogo da BPMP...

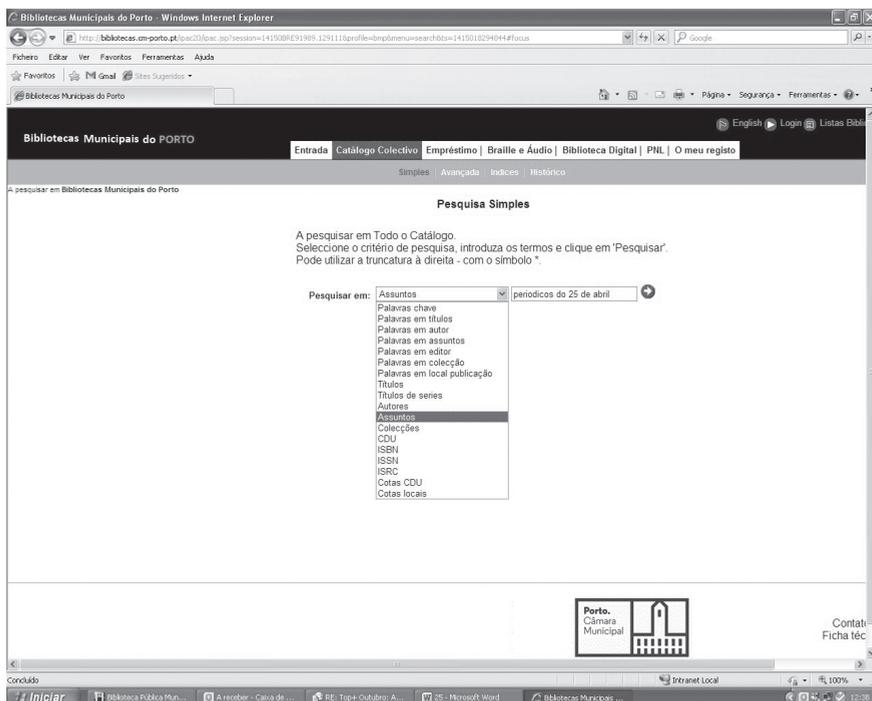


Fig. 1 Pesquisa por Periódicos do 25 de Abril no Catálogo da BMPP



Fig. 2 Manchete do jornal Chaimite: Cubanos no Alentejo

Porque “as coisas não são”

Teresa Campos dos SANTOS
FLUP

Resumo

“Porque “as coisas não são”» é um texto que sintetiza algumas reflexões e experiências que tiveram lugar em cinco anos de frequência da FLUP. Nestas linhas, estão agrupadas estórias e pensamentos que dificilmente chegariam ao conhecimento público por se terem passado no espaço encerrado de uma sala de aula. Partindo do mote, “O Ensino da História da Arte na FLUP depois da Revolução de abril”, assumi o lugar que até agora me coube – o de aluna – e, por isso, neste documento, pus em prática um (auto-)exercício de história oral debruçado sobre “A Aprendizagem da História da Arte na FLUP depois da Revolução de setembro de 2007”.

Palavras-chave

Liberdade; FLUP; História da Arte

Abstract

“Because “things aren’t”» is a text that summarizes some observations and experiences that took place during five years of frequency of the Faculty of Arts of the University of Oporto (FAUO). In these lines, I grouped stories and thoughts that hardly would reach the public domain because they took place in the closed space of a classroom. Starting with the motto, “The Teaching of History of Art in FAUO after the April Revolution”, I assumed the position that I had until now – the student’s position – and, therefore, in this document, I put in practice a (self-)exercise of oral history about “The Learning of History of Art in FAUO after the September 2007 Revolution”.

Keywords

LFreedom; FAUO; History of Art

Ponto Prévio

Falar sobre “O Ensino da História da Arte na FLUP depois da Revolução de abril” é, acima de tudo, falar sobre “A Aprendizagem da História da Arte na FLUP depois da Revolução de setembro de 2007”, data em que ingressei na licenciatura em História da Arte. Entre 2007 e 2012, ano em que concluí o Mestrado em História da Arte Portuguesa, foi com agrado que assisti, não só ao meu crescimento, como também ao florescimento do próprio curso que redescobriu as suas potencialidades, renovando-se e reinventando-se à medida que novos desafios surgiam.

Para mim, o curso de História da Arte não constituiu uma segunda escolha, nem nunca o vi como um curso de exigência inferior. Ao desconhecimento generalizado sobre o curso, sempre respondi sem preconceitos. Aos verdadeiramente interessados e curiosos, expliquei com exemplos práticos e concretos em que é que o trabalho de um historiador de arte pode consistir. Aos simplesmente detratores, respondia ser o curso dos aspirantes à realeza, uma vez que foi o curso frequentado pela princesa Kate Middleton, na Universidade de St. Andrews, Escócia.

Porém, confesso que só mais tarde, talvez já no decorrer do Mestrado, me dei conta que a História da Arte – e, porventura, qualquer outro curso, mas sobre esses não me cabe aqui tecer considerações –, como ciência que é, extrapola os limites dos horários e dos planos curriculares, as barreiras das salas de aula e das bibliotecas. A História da Arte tornou-se uma companhia e, posso dizer, moldou não só a forma como olho a arte, mas também o modo como olho o Mundo! Progressivamente, comecei a encontrar nas formas aquilo que há muito os Professores me procuravam revelar. Lentamente, o escuro tornou-se claro. Paulatinamente, deixe-me imbuir por esse espírito e deixei de temer dizer aquilo que via. Agora sei que, independentemente daquilo que o futuro profissional me reserve, a História da Arte jamais deixará de me seguir, pois cruzo-me diariamente com ela, por exemplo, enquanto escrevo e recebo a luz através da janela, qual quadro de Vermeer (Fig. 1).

Porque “as coisas não são”

A reflexão que aqui trago poderia debruçar-se sobre a organização curricular que experienciei ao longo dos cinco anos da minha formação. Ou, em alternativa, sobre a própria História do ensino da História da Arte na FLUP. Contudo, parece-me que há quem tenha mais propriedade para o fazer e, afinal, a riqueza da história oral está nas estórias que não encontramos nem em bibliotecas, nem em arquivos, mas tão-somente nas pessoas que as vivenciaram. As minhas estórias são recentes e, talvez por isso, a distância seja ainda demasiado reduzida para permitir que elas já tenham um leve “sabor” a lenda que tão bem sabe quando ouvimos as estórias dos avós. Todavia, foram estas estórias e aprendizagens que fizeram o meu caminho pela FLUP e que me parece fazer todo o sentido deixar registadas nestas páginas que, afinal, se enquadram numa mesa redonda de temática evocativa.

Lembrar Professores e Unidades Curriculares seria redutor, sobretudo porque sintetizar a identidade de pessoas e de relações é simplificar e objetivar aquilo que não é nem simples, nem objetivo. Assim, antes prefiro partilhar frases, ideias e pensamentos de que até hoje me lembro deixando, seguramente, por registar muitas outras palavras que me marcaram e que recordo mas que, pela sua complexidade ou extensão, não

caberiam no espaço físico e conceptual deste texto.

Neste sentido, começarei por explicar ou, pelo menos, contextualizar o leitor com o título desta comunicação, o qual é, de resto, replicado neste subponto. A frase entre aspas – “As coisas não são” – foi proferida pelo Professor Doutor Agostinho Rui Marques de Araújo, numa aula da unidade curricular de História das Artes Plásticas (século XIX) II, na manhã do dia 24 de fevereiro de 2011. As suas palavras mereceram destaque entre os meus papéis de apontamentos e até hoje lá se encontram, embora imediatamente as tenha fixado e, muitas vezes, as aplique quer na minha vida pessoal, quer profissional.

Nesta curta frase de quatro palavras, encontra-se sintetizado, na minha perspetiva, um dos princípios base que a História da Arte nos ensina. Nos primeiros anos da licenciatura em História da Arte aprendi, precisamente, que a palavra “estilo” só “cabe” no universo da moda e que tudo, ou quase tudo, o que até então tinha lido e ouvido correspondia, na prática, ao seu oposto. Que o termo “clássico”, normalmente associado a alguém que veste de forma simples, básica e “contida”, em nada corresponde à arquitetura clássica grega, marcada pela ousadia dos frisos coloridos, e muito distante da imagem do branco seráfico que, habitualmente, nos é transmitida. Este último ensinamento, recebido do Professor Celso Francisco dos Santos, provavelmente numa aula da unidade curricular de História da Arquitetura Clássica, talvez numa manhã chuvosa de 2007, constituiu um dos primeiros momentos em que, sem o verbalizar, terei concluído interiormente que as coisas, como quatro anos mais tarde o Prof. Dr. Agostinho Araújo declarou, não são!

Em suma, é neste, aparentemente, simples pensamento que busco afago, auxílio e auto-ajuda, quando a investigação me mostra do modo mais duro e cruel que “as coisas não são” e, porque “não são”, temos de as entender como formas vivas e autónomas que se definem e redefinem a cada passo, a cada momento, sem necessidade de obedecer a uma só regra, a uma só característica ou a um só “estilo”. Tal como Picasso não foi só cubismo (Fig. 2).

Os Aviões de Leonardo vs. A Aurora de Miguel Ângelo

A História da Arte é feita, acima de tudo, pelos artistas que a produzem, que a contam, que a concebem. Os seus conceitos, mais ou menos excêntricos, têm a mestria de se estender para lá da forma do objeto artístico e de surgir dos mais diversos modos aos olhos do historiador e do público, encontrando ecos nos cenários mais improváveis. Esta é uma realidade que também aprendi nas salas da FLUP, ainda que tenha demorado algum tempo a conseguir, eu própria, apreendê-la.

Estávamos no ano de 2008 e os ares da cidade do Porto eram invadidos pelo afamado «Red Bull Air Race» (Fig. 3). O evento, apreciado pelos amantes dos desportos radicais, foi abordado, inesperadamente, numa sessão da unidade curricular de História da Arte e Cultura da Época Moderna I pela Professora Doutora Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves, que revelava como todas aquelas façanhas aéreas a faziam recordar, inevitavelmente, os desenhos visionários de Leonardo Da Vinci. [Fig. 4] De um modo quase mágico e profundamente estimulante, verifiquei que a História da Arte é, na sua essência, a história dos artistas, dos homens e dos sonhos, os quais se vão repetindo e cruzando à medida que a humanidade avança.

Correlações apaixonantes, como esta, foram-se repetindo e tive a felicidade de ouvir uma outra, também proferida pela Professora Natália Marinho Ferreira Alves. A Professora contava como ao atravessar a ponte da Arrábida e ao observar o despontar da Aurora, com as suas cores e cambiantes, lembrava a «Aurora» de Miguel Ângelo, que decora a Capela Funerária dos Médicis. Subitamente, em qualquer nascer do dia, passei a vislumbrar aquela escultura que, de forma hábil, o Mestre representou de modo a que, ao observá-la, vejamos toda a esperança do novo dia que Amanhece, metáfora do constante renascimento humano.

Também nesta senda de ligações e sobreposições entre a Arte e a Vida – como se ambas vivessem separadas, e não lado a lado – fui encontrando semelhanças, mais ou menos curiosas, que não posso deixar de partilhar (Figs. 6 e 7). São pontes, porventura menos poéticas ou simbólicas, mas igualmente interessantes, se tivermos em conta que o universo das formas é infundável mas, ainda assim, e aleatoriamente, as geometrias tendem a repetir-se e os padrões acabam por “se imitar”, em contextos tão desiguais que só o olhar humano os pode aproximar. Pois, tal como o Prof. Doutor Agostinho Araújo proferiu num outro contexto: «O artista auto-plagia-se.».

E depois da Revolução de abril

Para quem é filho, ou neto, do 25 de Abril de 1974. Para quem nasceu 15 anos após a revolução dos cravos. Para quem conheceu a FLUP como uma mesa redonda onde se sentam, de igual para igual, Professores e Alunos. Para quem reúne em si todas estas circunstâncias, talvez não seja fácil falar em liberdade, sem soar a lugar-comum, ou a opinião não fundamentada. Porém, também a história dos artistas me ensinou que a liberdade é condição fundamental para a expressão do indivíduo e da sociedade, ainda que todo o Homem esteja sempre mais ou menos livre e mais ou menos preso. Mas, viver em liberdade, crescer em liberdade, estudar em liberdade aproximam-nos mais de quem somos e ajuda-nos a entender melhor quem queremos ser.

O meu percurso pela FLUP fez-me cumprir horários, responder às perguntas dos exames e respeitar normas bibliográficas. Contudo, a todas estas obrigações respondi livremente, com espaço para flexibilizar horários, questionar exames e adaptar normas. Porque a liberdade não é um modo de vida. Porque a liberdade é a Vida, ela mesma. Numa aula, algures ao longo do meu percurso, a Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas falou como a História da Humanidade é marcada por “Ganhos e perdas civilizacionais”. Pois bem, há ganhos que jamais podem ser perdidos. A liberdade e o direito a um ensino livre parecem-me essenciais para a felicidade do Homem e, já agora, para o florescimento de uma arte que conte, efetivamente, a verdadeira história dos seus artistas, das suas sociedades e, naturalmente, da Vida.



Fig. 1 - Lady writing a letter with her maid, Johannes Vermeer (1632–1675).
Óleo sobre tela, c. 1670-1671.
National Gallery of Ireland.

<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:DublinVermeer.jpg>



Fig. 2 - Science and Charity, Pablo Picasso (1881-1973).

Óleo sobre tela, 1897.

Museu Picasso, Barcelona (Espanha).

<http://www.wikiart.org/en/pablo-picasso/science-and-charity-1897>



Fig. 3- Red Bull Air Race 2008.

Author: Feliciano Guimarães

[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Red_Bull_Air_Race_2008_\(2836946481\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Red_Bull_Air_Race_2008_(2836946481).jpg)



Fig. 5- Aurora, Miguel Ângelo (1475-1564), 1520-1534.
Capela Funerária dos Médicis, Nova Sacristia de San Lorenzo (Florença).
http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alinari_Medici_tomb_Aurora.jpg

Fig. 6- Composition with Yellow, Blue and Red, Piet Mondrian (1872-1944).
Tate Collection
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/7/72/Mondrian_CompRYB.jpg



Fig. 7- Fotografia de parede

Caracterización del panorama fotográfico español a mediados del siglo XX¹

Francisco Javier LÁZARO SEBASTIÁN
UNIVERSIDAD DE ZARAGOZA

Resumo

Este artigo visa explicar sinteticamente as condições e características do meio fotográfico em Espanha no século de mid-20th e durante os últimos anos da ditadura de Franco. Dois vão ser opostas no qual ele pode articular a análise de tendências: por um lado, os exemplos mais recentes do conservador pictorialismo, inspirado pela pintura, ambos em procedimentos técnica e temas, reforçada pelas sociedades fotográficas, e, por outro lado, o desenvolvimento do realista da mão de novos nomes de relatório guiará este panorama em direção a novas formas de expressão e a difusão de formatos e contextos decisivamente a alterar esta definição própria do fotógrafo e conceitos de fotografia. Finalmente, durante a década de 1970, ressurgentes tendências onde reafirma a subjetividade do meio e a condição do autor do fotógrafo.

Palavras-Chave

Pictorialismo, sociedades fotográficas, Galeria de fotos, realismo, fotografia amateur, fotografia profissional, *Nueva Lente*.

Resumen

El presente artículo pretende exponer de manera sintética los condicionantes y características del medio fotográfico en España a mediados del siglo XX y durante los últimos años de la dictadura franquista. Dos serán las tendencias contrapuestas sobre las que se puede articular su análisis: de una parte, los últimos ejemplos del conservador

¹ Este trabajo se halla vinculado al Proyecto I+D: “*Estudio de la cultura audiovisual del tardofranquismo (1965-1975). Documentación y análisis de la creación en fotografía, cine, televisión y diseño*” (Ref. HAR2013-45058-P), cuya investigadora principal es la Dra. Amparo Martínez Herranz, Profesora Titular de Historia del Cine en el Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Zaragoza. Algunas de las ideas de este texto han sido también planteadas en nuestro artículo “De cómo la fotografía española dejó de ser estática”, en MARTÍNEZ HERRANZ, Amparo (Coord.), *La España de Viridiana*, Prensas de la Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 2013, pp. 177-192.

pictorialismo, inspirado en procedimientos pictóricos, tanto en técnica como en temas, potenciado por las sociedades fotográficas, y, por otra parte, el desarrollo del reportaje realista de la mano de nuevos nombres que van a orientar dicho panorama hacia novedosas formas de expresión y contextos y formatos de difusión, alterando con ello decisivamente los propios conceptos de definición de fotógrafo y fotografía. Finalmente, durante los años setenta, resurgen nuevas tendencias donde se reafirman la subjetividad del medio y la condición de autor del fotógrafo.

Palabras clave

Pictorialismo, sociedades fotográficas, reportaje fotográfico, realismo, fotografía amateur, fotografía profesional, *Nueva Lente*.

Abstract

This article aims to explain synthetically the conditions and characteristics of the photographic medium in Spain in the mid-20th century and during the last years Franco's dictatorship. Two will be opposing trends on which it can articulate analysis: on one hand, the latest examples of the conservative Pictorialism, inspired by painting, both in technique and themes procedures, enhanced by photographic societies, and, on the other hand, the development of the realistic from the hand of new report names will guide this panorama towards new forms of expression and dissemination formats and contexts decisively altering this own definition of photographer and photography concepts. Finally, during the seventies, new trends re-arise where there are reaffirmed the subjectivity of the way and the author's condition of the photographer.

Key Words

Pictorialism, photographic societies, photo gallery, realism, amateur photography, professional photography, *Nueva Lente*.

Mantenimiento de una estética retardataria. El pictorialismo².

Luis Conde Vélez firma un extenso y substancioso artículo, titulado *El momento fotográfico español*, en la revista *Arte Fotográfico*, que puede servir perfectamente para comprender la esencia del movimiento que nos ocupa, y, a la vez, analizar las principales rémoras en comparación con la fotografía coetánea practicada en otros países:

“Es aflictiva la impresión que produce en la actualidad la visita de un salón internacional de fotografía.” (...) “Aflictiva por la impresión de pobreza, de decaimiento, de ruina, que despierta.” (...) “Frente a la prodigiosa actividad del americano, que ha aportado a sus obras el calor de la vida humana, sencilla, natural, cotidiana, y una movilidad de ejemplar dinamismo; frente al rigor plástico del alemán, que ha imbuido una razón moderna a la forma clásica de la expresión; frente a esa ingenuidad sin ingenuidad del arte francés, que ha logrado alcanzar las cumbres de la naturalidad y dar a su obra esa impresión de cosa

² Para una definición de este movimiento, véase SOUGEZ y PÉREZ GALLARDO, 2009: p. 398.

premeditadamente inacabada que es la esencia de las formas modernas de arte, como si el autor se propusiera suscitar solamente y exigiese la colaboración inmediata e ineludible del espectador; frente al escolasticismo tradicionalista del inglés, pero más depurado y más quintaesenciado que nunca, frente a todo esto, el artista fotógrafo español se limita a repetir una, dos, tres, cinco mil veces la misma fotografía del mismo caserío y de los mismos árboles que otros produjeron antes que él.” (...) “La razón (de la “aflicción” ante la fotografía española) es muy sencilla. El motivo se empareja con ella. Nuestros artistas son muy viejos y no han sabido renovarse (tanto los nuevos como los anteriores³)”.

En ese sentido, los jurados de los concursos fotográficos se reservan el derecho de admitir obras siempre y cuando “*tengan carácter artístico*”, una premisa que, en sí misma, es toda una (excluyente) “*declaración de intenciones*”.

En la mayoría de los casos, estamos hablando de concursos cuyos jurados eran prácticamente los mismos, edición tras edición, lo cual conllevaba la fijación de unos cánones, y de que, a partir de ellos, se premiara siempre un mismo tipo de obra. En otras ocasiones, sin embargo, encontramos una situación totalmente diferente: de constante cambio, destacándose una auténtica arbitrariedad en la selección de los jurados y –lo que resulta más grave– en los criterios aplicados por éstos a la hora de valorar las obras presentadas⁵.

Pronto surgen voces críticas en torno a esta parcela por –una vez más– autores que van a representar la renovación en el adocenado panorama fotográfico español. Una de ellas es Carlos Pérez-Siquier, perteneciente a la Agrupación Fotográfica Almeriense (Afa), quien, desde la publicación de esta entidad, afirma:

“Los Salones-Concursos están fomentando una falsa fotografía artística que está acabando con nuestros mejores valores. Se premian obras insípidas, frías, amaneradas y muy técnicas. ¡Muy técnicas!; ¡qué lástima que con tan bellas palabras no sepan expresar un buen pensamiento!”⁶

Un poco posterior es el frecuentemente citado artículo de Oriol Maspons publicado en *Arte Fotográfico*, “Salonismo”, el cual incide en la tendencia a la uniformización y unificación de las propuestas expresivas que estos concursos fomentaban, porque los fotógrafos españoles realizaban sus obras en función de los mismos con la idea de congraciarse con los criterios oficiosamente definidos:

³ CONDE VÉLEZ, diciembre de 1952: pp. 488-490.

⁴ Así aparece contemplado en el artículo nº 1 de las Bases del Salón Internacional de 1952 de la Sociedad Fotográfica de Zaragoza, en su 28ª edición. Además, cada concursante podía presentar un máximo de cuatro obras. El formato mínimo, sin montar, era de 18x24 cm., y el máximo, incluido el montaje, de 40x50 cm. Los derechos de inscripción eran de 15 pesetas. Los galardones se componían de un Premio de Honor y tres “*premios más a las mejores fotografías que sean expuestas*”. Y, por último, como puntos más destacables, la Sociedad se reservaba el derecho de reproducir cualquier imagen si no había ninguna advertencia en sentido contrario.

⁵ Así lo denuncia GUMBAU, febrero de 1960: p. 119.

⁶ PÉREZ SIQUIER, septiembre-octubre de 1956: s/p.

“No hay que elevarse mucho, sólo con ponerse de puntillas basta para ver que en el ambiente fotográfico hay una serie de síntomas que denuncian un estado anormal. Un estado anormal, en lo que al cultivo del espíritu se refiere, es que toda una colectividad se haya fijado un mismo objetivo, un mismo fin, al que se sacrifican las individualidades para marchar correctamente formados y marcando el paso hacia el premio en el concurso. Al premio se sacrifica todo”.”

Como se puede suponer, el pictorialismo aboga por una búsqueda consciente de la “artisticidad” asociada al medio fotográfico, de modo que la constante preocupación de sus adeptos será la de obtener una “obra de arte”, en consonancia al concepto que tienen de su disciplina, aunque siempre va a persistir una especie de resignación o complejo de inferioridad con respecto a la pintura, auténtica hermana mayor. Por todo lo dicho:

“A lo que debe aspirar el fotógrafo es a que todo ese progreso científico contribuya al arte, a la realización de la obra artística, a sugerir emociones estéticas, en dos palabras: “Crear belleza”, que es la misión de todo arte, sea cual fuere. Proceder de otra manera es tomar lo accesorio por lo esencial, como si el arte consistiera en el detalle.”

Y una buena manera de conseguir estos propósitos es construir una composición equilibrada y ordenada, armónica, en la que se incluyan los elementos previamente seleccionados del conjunto de la realidad imperfecta. Es decir, una reelaboración de lo que nos rodea a fin de llegar a una suerte de perfección que proporcione goce estético, intelectual y emocional a un tiempo. Y en esta reelaboración absolutamente subjetiva, no hay lugar para la realidad, definida como una materialidad sin desbatar, en bruto:

“Una foto será tanto más artística cuanto menos documental sea. No es la realidad lo que interesa, sino su interpretación ideológica o sentimental.” (...) “porque el arte consiste en embellecer la realidad, no en reproducirla impasiblemente como un espejo plano, ni en destruirla como un espejo curvo”.”⁷

Belleza asociada a idealización como medio perfecto para su obtención, y la última meta del fotógrafo aficionado, de ahí que el reportaje de Eugene Smith sobre la localidad extremeña de Deleitosa⁹, con su cruda expresión de la realidad y su innegable valor documental, fuera anatémizado por las instancias más oficiales en el campo fotográfico impregnadas de pictorialismo, aparte de las implicaciones políticas por cuanto se traslucía una imagen al exterior no del todo conveniente para los intereses del régimen de Franco.

Las clarificadoras palabras de Macías Rodríguez parecen haber sido inspiradas por

⁷ MASPONS, enero de 1957: pp. 3-4.

⁸ MACÍAS RODRÍGUEZ, julio de 1952: pp. 261 y septiembre de 1953: pp. 427-429, respectivamente.

⁹ El reportaje llevaba por título “Spanish Village. It Lives in Ancient poverty and Faith”, *Life*, 9 de abril de 1951, pp. 120-129. Sería publicado por la misma revista, en su edición internacional, en 4 de junio de 1951. Más información, en BRANDES y DE MIGUEL, 1998: pp. 147-148. Véase también sobre el reportaje de Smith, DE MIGUEL ÁLVAREZ, 2002: pp. 85-132.

Charles Baudelaire o Théophile Gautier, en lo que es un alegato sin paliativos del axioma del “*arte por el arte*”, pues todo queda supeditado a esa suprema aspiración, y lo demás resulta “*accesorio*”; más aún cuando su dimensión documental debe quedar anulada, y, como efecto ulterior, las posibilidades de cambio o de modificación de esas circunstancias adversas captadas por el objetivo fotográfico.

Por tanto, se entra de lleno en una nueva dicotomía –también muy productiva historiográficamente hablando– a la hora de dar cuerpo al concepto de fotografía, y que oscila entre la funcionalidad ética (el mensaje) y la estética (la forma), o expresado de otra manera, la búsqueda consciente de una potencial utilidad –a través de la denuncia y la crítica– con la imagen reproducida, o la investigación formalista y autorreflexiva, que puede aplicarse, por ejemplo, a un paisaje o una composición abstracta. De esta segunda beberá el pictorialismo hispano, fundamentado en posiciones *neokantianas* (el *arte desinteresado*, cuyo juicio o valoración “*no satisface interés alguno que permita hablar de eventual utilidad*”), en que se busca un placer estético valioso en sí mismo.

De toda esta búsqueda de la belleza ideal y de la perfección, se colige otra premisa que también está presente en el corpus de pensamiento del filósofo alemán de la Ilustración y de otros que contribuyeron a la recuperación de los presupuestos clasicistas en la estética y el arte de finales del siglo XVIII y primera mitad del XIX; se trata de la *universalidad*, que consiste en que una determinada propuesta artística se hace con voluntad de permanecer, de pervivir para siempre en el tiempo. Es decir, el verdadero arte debe aspirar a ser intemporal y eterno. En la fotografía pictorialista española encontramos este mismo planteamiento trascendente, por lo que no es extraño que sus más insignes representantes se ocupen de temáticas que ya de por sí contienen este componente y que aludan directamente a la tradición, como pueda ser la religión. Así, José Ortiz Echagüe¹⁰ con sus imágenes de religiosos cartujos en su *España mística* (1943), la recopilación de los “*tipos*” españoles (hombres y mujeres vestidos con los trajes propios de cada región), en *Tipos y trajes de España* (1930), o con las panorámicas de los más importantes castillos de nuestro país, en *Castillos y Alcázares* (1956), símbolo del esplendor del pasado, lo que hace, aparte de rendir tributo, con no poca nostalgia evocadora, a esa tradición, es trascender el tiempo que le tocó vivir. Nada más lejos de la eventualidad y contingencia de la fotografía de reportaje.

Intemporalidad en función de un deseo de trascendencia, que también atañe a una concepción del tiempo estática, como si el decurso de éste se detuviera en un momento y un lugar que parecen fuera de la contemporaneidad. Lo apreciamos en la obra de Ortiz Echagüe como de tantos otros pictorialistas españoles (como el el marqués de Santa María del Villar, el conde de la Ventosa, Joaquim Pla Janini, Claudio Carbonell o Antonio Campaña) que tienden a situar sus composiciones en un ámbito rural, feudo

¹⁰ Este autor, ingeniero de profesión, de amplísima producción, puesto que arranca a principios del siglo XX y culmina en la década de los setenta, representa el más claro exponente del pictorialismo español, tanto por el uso de técnicas (muchas de ellas procedentes del siglo XIX), como por los temas y el tratamiento de los mismos, con una fuerte carga literaria, situándose muy cercanos al costumbrismo pictórico. Para ampliar información sobre este fotógrafo, véanse: VV.AA., 1978. DOMEÑO MARTÍNEZ DE MORENTÍN, 2000.

de las más acendradas tradiciones, de una pureza incontaminada y de una supuesta superioridad espiritual que no ha sucumbido al materialismo egoísta del presente¹¹.

Algo similar sucede en determinadas líneas de la producción cinematográfica española, sobre todo en los documentales de NO-DO (Noticiarios y Documentales Españoles), más todavía si éstos se refieren a costumbres y tradiciones, como ejemplifica a la perfección *Boda en Castilla* (Manuel Augusto García Viñolas, 1941). Sus planos entroncan con la misma visión evocadora y estetizante de Ortiz Echagüe, penetrando –a juicio de sus críticos- en las esencias (incontaminadas), trasluciéndose incluso en sus palabras cierto enfoque pictorialista:

“... se recoge con latidos de arte plástico todo lo que palpita en el alma de la meseta castellana. No en balde, una autoridad de irreprochable gusto artístico en estas lides, como es la de Manuel Augusto García Viñolas, ha dirigido tan bella e interesante película¹².”

Como han referido Rafael Tranche y Vicente Sánchez Biosca:

“El franquismo concibió una España eterna (...). Este anhelo idílico de un país viviendo en la intemporalidad no podía ser ajeno a los deseos de reencontrar y celebrar la beatífica paz de las gentes en su estado incontaminado -el campo, los pueblos-, festejando sus tradiciones, con sus hogazas de pan bajo el brazo, al calor de la lumbre, bailando sus danzas típicas¹³...”

No es casual, entonces, que algunas fotografías de Ortiz Echagüe sirvieran para ilustrar el ensayo de José Corts Grau, titulado *Motivos de la España eterna*, editado por el Instituto de Estudios Políticos, en 1946.

Algunos síntomas de cambio por medio del reportaje como género y el realismo como pauta estética.

Conforme pasen los años, después de la época del racionamiento de postguerra, de manera paulatina vamos a encontrar nuevas necesidades emparentadas con nuevas demandas sociales, y que, a su vez, son manifestación clara de una diferente coyuntura socio-económica -si la comparamos con el pasado período autárquico, correspondiente con los años cuarenta y principios de los cincuenta-, materializada en la emergente “sociedad de consumo” de finales de los cincuenta. Una diferente realidad estaba surgiendo imparable, y el régimen no podía hacer oídos sordos ante ella, de hecho, procuró sacar partido económico y político a través de la paulatina apertura a nivel internacional que posibilitaba el turismo, y que cristalizará, especialmente, en los años

¹¹ No es casual que los pictorialistas descarten, en la mayoría de los casos, la ciudad como ambientación de sus fotografías. En todo caso, cuando sí que se opte por ella, su apariencia quedará disimulada – transformada- por la de un núcleo rural. En el otro extremo, gran parte de la fotografía de reportaje se caracteriza por centrarse en la ciudad.

¹² RODENAS, M., “Notas teatrales”, *ABC* (edición de Madrid) (16 de abril de 1941), p. 15.

¹³ TRANCHE y SÁNCHEZ BIOSCA, 2000: p. 529.

sesenta¹⁴.

A principios de esa década, resultaba ya evidente que los intereses, los medios de expresión y los contextos de difusión en que los fotógrafos últimos centraban su atención poco tenían que ver con los de la generación precedente. Así lo certifica Josep María Casademont, fundador y propietario de la galería barcelonesa *Aixelà* (precisamente, uno de estos nuevos contextos de difusión):

“... la fotografía importante no es en el seno de aquellas organizaciones (sociedades fotográficas) donde se produce, ni son los amateurs –por muy galardonados que estén- los autores de ella.”

“Abriendo cualquier revista no especializada en fotografía, lo mismo en el campo de la actualidad que en el sofisticado campo de la moda, que en el interesantísimo de la publicidad, contemplamos fotografías que son las únicas que despiertan el interés del literato, del crítico de arte, del hombre de letras; en suma, del único contemplador verdaderamente autorizado para calificar artísticamente, aun sin estar investido de calificar de “artista” a los respectivos autores.”

“Como aficionados, nos es penoso reconocerlo; como personas realmente interesadas por el arte, nos es forzoso hacerlo: la fotografía de competición no merece en los medios cultos otro comentario que una piadosa sonrisa.”

(...) *“Pero, querámoslo o no, las cosas han cambiado: no sólo en nuestro país, sino en todo el mundo.”*

“Una mayor difusión editorial; el uso, cada vez más intenso de la fotografía aplicada; el surgimiento de los grandes repertorios mundiales, con ocasión de la última gran guerra, han variado el criterio de valoración, no sólo de las fotografías en sí, sino también de la función y misión del amateur¹⁵.”

Tales condicionantes posibilitaron que muchos de los fotógrafos más jóvenes pudiesen dar el salto al campo profesional, como evidencian buena parte de los miembros de Afal (Oriol Maspons, Ramón Masats, Francisco Ontañón, Alberto Schommer, Xavier Miserachs o Leopoldo Pomés) que, a partir de la década de los sesenta trabajaron en la publicidad, especialidad que alternaron con el reporterismo gráfico y la ilustración editorial¹⁶.

De esta decidida orientación hacia el profesionalismo se deriva una consecuencia importante que atañe a la propia condición de la fotografía, puesto que nos situamos ante un destino utilitario del que antes, en el contexto de la fotografía de aficionados, carecía, quedando restringida su materialización a usos estrictamente intelectuales y estéticos.

Otro rasgo, si no inédito totalmente, recuperado en esta época, y, en gran medida, referido a la figura del fotógrafo profesional, es lo que, utilizando el término anglosajón, se suele denominar *free lance*, es decir, aquella persona que realiza por su cuenta, de manera independiente, trabajos que luego ofrece a distintas entidades

¹⁴ Sobre este apasionante proceso, véase de GRACIA GARCÍA y RUIZ CARNICER, 2001.

¹⁵ PUJOL, agosto de 1961: pp. 723-727.

¹⁶ Tomado de LÓPEZ MONDÉJAR, 2005: pp. 502-503.

públicas o privadas. En el pictorialismo, con la hegemonía de sociedades y agrupaciones fotográficas (o foto-clubes, como a veces se puede encontrar), el fotógrafo aficionado siempre debía integrarse en grupos con los que compartir experiencias y conocimientos, siendo una práctica muy habitual el salir todos juntos a fotografiar en función de excursiones organizadas. A partir de los años sesenta, es cada vez más frecuente hablar de fotógrafos *free lance*, dedicados muchos de ellos a la fotografía de modas, un poco en la línea del personaje que encarnó el actor David Hemmings en la célebre *Blow-Up* (Michelangelo Antonioni, 1966). En el caso español, podríamos aplicar este concepto a autores como Alberto Schommer¹⁷ y Leopoldo Pomés¹⁸, especializados ambos en la fotografía de modas.

En otro orden de cosas, la presencia de este fotógrafo que actúa por libre, sobre todo, en el campo comercial/publicitario no deja de ser bastante excepcional en nuestro panorama, como, en general, debe reconocerse para la circunstancia del fotógrafo profesional en su más amplia dimensión. Por el contrario, hemos de seguir hablando de grupos, sobre todo, en el campo de la fotografía amateur que va a configurar la alternativa estética a partir de abrazar planteamientos realistas, como corroboran los grupos Afal de Almería, el madrileño “La Palangana” o los autores barceloneses en torno a la Agrupación Fotográfica de Cataluña¹⁹.

En otro orden de cosas, más allá de la condición profesional, de los nuevos contextos y soportes (todo lo cual no dejó de ser bastante excepcional en el mundillo fotográfico patrio) para la difusión de los jóvenes fotógrafos y su obra, hay que enfatizar una característica substancial que se concreta en la estética, y en la consiguiente manera de abordar el hecho fotográfico, como medio de reflejar un estado de cosas, tanto a un nivel puramente creativo/artístico como en las implicaciones sociológicas de instrumento de (potencial) crítica social²⁰. Estamos hablando del “realismo” como pauta estética, y del “reportaje” como técnica/género con que los distintos autores han

¹⁷ Éste condensaba en este párrafo la función y papel del fotógrafo profesional: “Resumiendo la mentalidad del fotógrafo actual, es el hombre que debe interpretar las sugerencias del cliente, que es generalmente la gran empresa de publicidad o la gran revista de actualidad o de moda. Su trabajo tiene una gran responsabilidad final: es el que vende. También realiza una obra independiente, en la cual “cuenta” su manera de ver e interpretar nuestra sociedad, nuestro momento”. SCHOMMER, noviembre de 1968: pp. 1513-1515.

¹⁸ Véase la entrevista que se le hace en la revista *Nuevo Fotogramas*. En ella, entre otras cosas, dice que “un fotógrafo sólo es realmente importante cuando a través de su trabajo se le identifica como autor”. Vemos, por tanto, presente la preocupación por hacer compaginar la definición de un “estilo” con las pautas (oficiosamente) preestablecidas y requeridas en el encargo comercial. Asimismo, dice admirar el trabajo de autores como Richard Avedon, Irving Penn o Edward Steichen. En el caso de nombres españoles, destaca a Ramón Masats, Oriol Maspons, Xavier Miserachs y “Colita”. Tomado de “Los hombres que fabrican deseos. Pomés, creador de mitos”, *Nuevo Fotogramas* (nº 1016, 5 de abril de 1968), s/p.

¹⁹ No sabemos, a ciencia cierta, si esta tendencia a hablar de colectivos, en cierto modo heredada de la estructura asociativa del pasado (no en vano, los principales grupos de la renovación surgen del seno de entidades fotográficas) obedece a la realidad, toda vez que estamos hablando de personalidades (individualidades) creativas muy diferenciadas, siendo a veces difícil hablar de unidad; o, más bien, se trata de una adecuación a los intereses de historiadores y críticos que han establecido una aparente y artificiosa unidad por conveniencia y claridad historiográficas.

²⁰ Véanse LEDO ANDIÓN, 1998. Y ROSLER, 2007: pp. 248-275.

llevado a la práctica unas particulares inquietudes que, en este momento, finales de los años cincuenta-principios de los sesenta, son comunes a un buen número de creadores en distintas manifestaciones artísticas en España: la literatura²¹ (novela, poesía, teatro), pero también en el cine, incluso en el campo de las artes plásticas.

En primer lugar, hay que advertir que volvemos a ocuparnos de una fotografía esencialmente amateur, aunque no obsta para que muchos de los fotógrafos que la practiquen se incorporen al ámbito profesional, como se ha aludido en este artículo. Debemos considerar –como se acepta unánimemente por la historiografía-, a los mencionados fotógrafos del entorno de Afal (que ejerce, prácticamente de principal motor de la renovación fotográfica en España), a los que hay que sumar los pertenecientes a *La palangana*²² (Gerardo Vielba, Gabriel Cualladó, Fernando Gordillo, Juan Dolcet, Leonardo Cantero, Francisco Ontañón, Ramón Masats, etc.), adscritos en origen a la Real Sociedad Fotográfica de Madrid, y a los autores catalanes Xavier Miserachs, Oriol Maspons, Ricard Terré, Joan Colom, etc., a su vez, procedentes de la Agrupación Fotográfica de Cataluña²³. Si bien es cierto, que la mayoría de ellos –insistimos- tuvo, en un momento u otro de su trayectoria, alguna implicación con las actividades de la Agrupación Fotográfica Almeriense²⁴.

Son muchísimos los testimonios escritos que podemos recabar de unos y otros (fotógrafos, cineastas, escritores) en que se hace patente la necesidad de plasmar *realismo* en sus respectivas manifestaciones, y junto a ésta, la recurrente asociación a otro concepto muy utilizado, la *actualidad*. Elementos a priori opuestos a la idealización e intemporalidad propios del pictorialismo.

Lo veíamos materializado con las referencias a la organización del Salón de Fotografía Actual de Madrid, y está presente en el ánimo de algunos de sus iniciadores incluso antes de que el evento se pusiese en marcha, como sucede con Gabriel Cualladó:

“... actualmente trato de hallar el camino de la fotografía joven, expresiva, emotiva, humana, artificiosa, abstracta... no me importa qué clase de fotografía, sólo quiero y aspiro a que caiga de lleno en nuestros días, que diga lo que tenga que decir de una forma actualizada”²⁵.

Para comprender la implantación y desarrollo de los patrones realistas en la

²¹ Nos referimos a autores como Rafael Sánchez Ferlosio (*El Jarama*, 1951) o Ignacio Aldecoa (*El fulgor y la sangre*, 1954), Luis Martín Santos (*Tiempo de silencio*, 1961), Juan García Hortelano (*Nuevas amistades*, 1959), Carmen Martín-Gaité (*Entre visillos*, 1957), a Ana María Matute (*Pequeño teatro*, 1954) en narrativa. En poesía, Claudio Rodríguez, Carlos Barral (*Usuras y figuraciones*), José Hierro (*Quinta del 42*, 1953) o José Agustín Goytisolo (*Salmos al viento*, 1956). Véanse al respecto, FERNÁNDEZ, 1992 y AMELL, 1989: pp. 1593-1600.

²² Para todo lo relacionado con el grupo, véase VV.AA., 1988.

²³ Para todo lo relacionado con la misma, véase ROTLLANT, FONT DE MORA y GUBERN, 2010.

²⁴ Laura TERRÉ se refiere como “grupo madrileño de Afal a “La palangana”. Véase el correspondiente capítulo en su *Historia del grupo fotográfico Afal 1956/1963*, 2006, pp. 194-201. Del mismo modo, son profusamente nombrados en su estudio el resto de fotógrafos barceloneses que arriba mencionamos.

²⁵ CUALLADÓ, septiembre de 1957, p. 68.

fotografía de la renovación, hay que apuntar brevemente ciertos ingredientes a partir de los cuales se gestaron estos cambios. El primero de ellos es la creciente influencia ejercida por el neorrealismo italiano, que se va a convertir en una fuente de inspiración importantísima, en auténtico fundamento espiritual, de buena parte de los autores que empiezan a velar sus armas artísticas en esta década de los cincuenta. De esta manera, el interés de estos nuevos fotógrafos se centra en el ser humano, en personas anónimas captadas en su ambiente cotidiano.

En cuanto a estos últimos, aparte de las reseñadas (inter)influencias entre la literatura, el cine y la fotografía, que delimitan un proyecto alternativo a la oficialidad, instancia que, en materia fotográfica, estaría presidida por el pictorialismo, también tienen sus propias fuentes de las que directa o indirectamente bebieron. Una de ellas es la significativa e influyente exposición, titulada *The Family of Man*, organizada por Edward Steichen en el Museo de Arte Moderno de Nueva York, en 1955. El *leitmotiv* que animaba tal empresa era recoger las distintas maneras en que la humanidad afrontaba diferentes hechos de la vida: la educación, el trabajo, la infancia, las relaciones de pareja, las fiestas, la guerra o la muerte.

Otra de las significativas influencias procedentes de ámbitos internacionales ejercida sobre la renovación fotográfica de signo realista en España, queda materializada en la obra del fotógrafo norteamericano William Klein, autor, entre otros libros, de *Nueva York* (1960). Un descarnado retrato de la Gran Manzana, auténtico reverso del “sueño americano”, donde se recoge la alienación contenida en la ciudad moderna. Un libro que será reconocido en las páginas del *Boletín* de Afal como uno de los más influyentes de su época.

En resumen, el panorama fotográfico español de mediados del siglo pasado oscila entre el mantenimiento de estéticas y procedimientos retardatarios, propios de una época pasada, englobados en el contexto de la fotografía amateur auspiciada por las sociedades fotográficas tradicionales, y otra serie de tendencias que son expresión de cambios en tales propuestas, impulsados estos por la búsqueda consciente de un mayor realismo, en el campo de la estética, y orientados hacia la definición de un nuevo perfil de fotógrafo, mucho más profesionalizado.

Epílogo: el medio fotográfico en los años setenta. La vuelta a una renovada idea de subjetividad y la superación del reportaje.

En la nueva década, asistimos a un interesante cambio conceptual que busca trascender las anteriores premisas asociadas a la idea de la fotografía como documento, con una dimensión casi estrictamente utilitaria, a favor de una nueva defensa de la condición artística de la fotografía. Una polémica que no tenía nada de novedosa, y que ha acompañado a nuestra manifestación desde su nacimiento. Una de las estrategias empleadas será potenciar sus estrictos valores plásticos, haciendo de la manipulación técnica una de sus principales resortes, aunque para ello se recuperen técnicas del pasado y procedimientos que rayan con lo pictórico, por lo que algunos autores califican esta tendencia como “neopictorialista”. En cuanto a los temas, hay una recuperación decidida de asuntos donde la imaginación se despliega en todas sus potencialidades, de manera que son bastante habituales imágenes que destilan un aire surrealizante,

fantástico y onírico²⁶. Algunos de los nuevos nombres que ilustran esta tendencia son Antonio Gálvez, Miguel Ángel Yáñez, o Joan Fontcuberta. Una práctica que se sitúa en consonancia con el trabajo de fotógrafos internacionales como Paul y Françoise de Nooijer, Philippe Soiez, Henk Meyer, K. Fontaine, Les Krims o Christian Vogt, entre otros²⁷.

Esta corriente surrealizante, quizá una de las más conocidas, no excluye en el ámbito español la existencia de otras, de modo que estamos hablando de todo un “*panorama creativo multidireccional*” que va desde el “*neorrealismo antropológico*” (Cristina García Rodero, Fernando Herráez), el “*realismo fantástico*” (Jorge Rueda), la abstracción y la fotografía de índole formalista (Luis Carré, José Ramón Cáncer Matinero), el “*neopictorialismo*” (Tony Catany), o el documentalismo formalista y subjetivo (Manuel Laguillo, Carlos Cánovas)²⁸, etc., etc.

La defensa consciente de la “artisticidad” de la fotografía va pareja a la propia reafirmación del fotógrafo “como autor”, es decir, después de muchos años de concebir la fotografía como testimonio del mundo circundante, se produce una vuelta a la subjetividad²⁹ de la mano de una gran diversidad de estilos más que de una estética uniforme y hegemónica; nos situamos ante la necesidad de transmitir una realidad interior e individual antes que externa o de vocación social y colectiva. Jorge Rueda, uno de los implicados en esta renovación conceptual de la fotografía como disciplina y de la figura del fotógrafo, lo sintetiza así: “*Porque si la creación existe o si el arte debe existir, han de ser libres. Porque una foto es tanto más “artística” cuanto mayor intervención*

²⁶ Esta tendencia se hará todavía más evidente en España ya en el período democrático, en sintonía con la reactualización de la idea de la autonomía del artista: “*La asimilación de la autonomía artística a la libertad democrática produjo en la segunda mitad de los setenta una eclosión de prácticas fotográficas inclinadas a lo fantástico, al delirio imaginativo, en detrimento de postulados documentales, que están históricamente vinculados a posturas de resistencia política. Estas prácticas fantásticas retoman conceptos del vanguardismo surrealista español y están dominadas por el patrón del fotomontaje y la escenificación fotográfica. Las referencias a Buñuel y Dalí son pertinentes aquí, como también al fotomontador Josep Renau. El antidocumentalismo es un rasgo que se manifiesta incluso en los trabajos más cercanos a la estética del reportaje, como ocurre en la importante tendencia de documentalismo antropológico, que se cultiva sobre todo en Madrid, y que tiene afinidades con un realismo mágico u onírico.*” En RIBALTA 2001: p. 160.

²⁷ Véase el reportaje “Fotografía fantástica en el mundo” de la *Nueva Lente*, nº 75, 1978, pp. 11-29. Igualmente en este número, de FONTCUBERTA, pp. 37-40.

²⁸ Etiquetas y autores tomados de YÁÑEZ POLO, 1986: s/p.

²⁹ “... es preciso reconocer la necesidad de romper las limitaciones que aquejan al lenguaje (sea fotográfico o no) y de permitir la manifestación individual de sentires que no tienen por qué ceñirse a módulos expresivos caducos o ineficaces por su interminable repetición”. Tomado del Editorial de *Nueva Lente*, nº 5, febrero de 1972, p. 9. Pablo PÉREZ-MÍNGUEZ expresa en esta línea: “*Hay cosas que en la actualidad son difíciles de ignorar. Hoy ya no se busca lo que siempre (o nunca) se buscó, e incluso el mismo término “hacer fotografías” no corresponde exactamente al “ser fotógrafo” de hace diez, quince, veinte o veinticinco años. (...) Felizmente, a partir de ahora, cualquier novedad deberá ser planteada desde el terreno de “lo artístico” y no del “técnico”, siendo precisamente nosotros, los fotógrafos, los que debemos seguir elaborando los posibles nuevos “descubrimientos”. Temas favoritos de siempre son en la actualidad rechazados de base, mientras que otros, nunca planteados, están siendo provocados y desarrollados por primera vez.*” En “Ken Pate. “Un poco loco”, *Nueva Lente*, nº 31, septiembre de 1974, p. 60. Veáanse igualmente: YÁÑEZ POLO, agosto de 1976: pp. 995-999. Y del mismo autor, octubre de 1976: pp. 1261-1263.

(de cualquier tipo) pese sobre ella del autor y cuanto así más responda a sus necesidades comunicadoras³⁰”.

En esta época, encontramos toda una eclosión de nombres asociados a diversas tendencias, como antes se ha planteado, muchos de los cuales forman parte de grupos como es el *Alabern*, de Barcelona, integrado por Joan Fontcuberta, Pere Formiguera, Manel Esclusa o Rafael Navarro. El grupo sevillano *f/8*, por José Manuel Holgado, Luis Ortiz, Miguel B. Márquez, Fernando Manso, Miguel Ángel Yáñez Polo, etc.. O el madrileño *Equipo Yeti*, por Félix Lorrio y Antonio Lafuente.

Pero, sin duda, sin la acción teórica y divulgadora de la revista *Nueva Lente*, que se empieza a publicar en 1971, no se comprende la reformulación de muchas de las posiciones vigentes en la fotografía española hasta ese momento. Una nueva orientación irreverente, además de la instauración de nuevas categorías como lo extraño, lo sugestivo, lo sorprendente, lo audaz, lo agresivo, lo ambiguo, o incluso lo absurdo, se substancian como útiles vehículos para transmitir unos mensajes que, en bastantes ocasiones, se convierten en evidentes críticas al estado de cosas, tanto artístico como socio-político o cultural³¹. Este tipo de crítica, que no está exenta de cierto componente provocativo que algunos autores han denominado de “neodadaísta”, lo encontramos en numerosas obras de Pablo Pérez Mínguez o Jorge Rueda, dos de los nombres más significativos de *Nueva Lente*. A través de sus obras, apreciamos los nuevos condicionantes que jalonan los últimos años del franquismo y los irrefrenables deseos de libertad que animan muchas de las voluntades artísticas de ese período. Obras célebres como el *Cordero torero*, de Pérez Mínguez, utilizada como portada del número de octubre de 1971 de la revista, nos sirven bien para comprender la utilización del sarcasmo y la ironía para atacar supuestos valores culturales asociados a la tradición hispana y que, en el fondo, se encuentran instalados en el más rancio conservadurismo.

En última instancia, en los estertores de la dictadura franquista asistimos a una heterogénea convivencia de propuestas en el medio fotográfico, hasta el punto de afirmar que quizás haya sido el momento de mayor riqueza, desde entonces no superada, conviviendo desde ciertas pervivencias del reportaje, como se ha citado, profundamente subjetivadas, hasta una fotografía onírica, fantástica, donde la técnica contribuye a construir una imagen en la que se busca de manera consciente y sin complejos la manipulación.

Bibliografía

AMELL, S. (1989), El cine y la novela española de la postguerra, VILANOVA, A. (Coord. de) *Actas del IX Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, volumen 2, Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, pp. 1593-1600.

³⁰ RUEDA, octubre de 1977: p. 11. Previamente se había expresado en parecidos términos otro de los nombres importantes de la revista, Pablo PÉREZ MÍNGUEZ: “Las técnicas fotográficas no solucionan al fotógrafo nada, ya no se pueden valorar como verdaderos problemas, sino como eficaces puntos de partida para una más cómoda creación fotográfica.” En “La fotografía: un problema de imaginación”, *Nueva Lente*, nº 14, abril de 1973, p. 53. Véase también al respecto, VV.AA., 1992.

³¹ MIRA PASTOR, 1991: p. 42.

BRANDES, Stanley H. y DE MIGUEL, Jesús Manuel (1998), *Fotografía y etnografía: el caso de W. Eugene Smith y su proyecto sobre Deleitosa*, *Revista de Dialectología y tradiciones populares* tomo LIII, Cuaderno segundo, CSIC, Madrid, 1998, pp. 147-148

CONDE VÉLEZ, Luis (diciembre de 1952), El momento fotográfico español, *Arte Fotográfico*, 12, Madrid, pp. 488-490.

CUALLADÓ, Gabriel (septiembre de 1957), Cómo hago mis fotografías, *Arte Fotográfico*, 69, Madrid, p. 68.

DE MIGUEL ÁLVAREZ, Ana (2002), La polémica Spanish Village de W. Eugene Smith, en IGLESIAS DE USSEL, Julio (Coord. de), *La sociedad, teoría e investigación empírica: estudios en homenaje a José Jiménez Blanco*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 85-132.

DOMENÓ MARTÍNEZ DE MORENTÍN, Asunción (2000), *La fotografía de José Ortiz-Echagüe: técnica, estética y temática*, Pamplona, Gobierno de Navarra.

FERNÁNDEZ, Luis Miguel (1992), *El neorrealismo en la narración española de los cincuenta*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela.

FONTCUBERTA, Joan (1978), Contravisiones. La subversión fotográfica de la realidad, *Nueva Lente*, 75, Madrid, pp. 37-40.

GRACIA GARCÍA, Jordi y RUIZ CARNICER, Miguel Ángel (2001), *La España de Franco (1939-1975): cultura y vida cotidiana*, Madrid, Editorial Síntesis.

GUMBAU, Carlos (febrero de 1960), La arbitraria composición de los Jurados”, *Arte Fotográfico*, 98, Madrid, p. 119.

LEDO ANDIÓN, Margarita (1998), *Documentalismo fotográfico*, Madrid Cátedra.

LÓPEZ MONDÉJAR, Publio (2005), *Historia de la Fotografía en España. Fotografía y sociedad. Desde sus orígenes hasta el siglo XXI*, Barcelona, Lunwerg Editores.

MACÍAS RODRÍGUEZ, Francisco (julio de 1952 y septiembre de 1953), *De re artística*, *Arte Fotográfico*, 7, Madrid, p. 261. Y *Arte Fotográfico*, 21, pp. 427-429, respectivamente.

MASPONS, Oriol (enero de 1957), Salonismo, *Arte Fotográfico*, 61, Madrid, pp. 3-4.

MIRA PASTOR, Enric (1991), *La vanguardia fotográfica de los años setenta en España*, Alicante, Instituto de Cultura “Juan Gil-Albert”.

PÉREZ SIQUIER, Carlos (septiembre-octubre de 1956), VII Salón Nacional de Fotografía del Mar, *Afal. Publicación de la Agrupación Fotográfica Almeriense*, 5, Almería, s/p.

PUJOL, Aquiles (agosto de 1961), El XX Salón Internacional de Barcelona, *Arte Fotográfico*, 116, Madrid, pp. 723-727.

RIBALTA, Jorge (2001), Espectáculos fotográficos. Nota sobre formas antidocumentales en algunos trabajos fotográficos recientes en España, en BLANCH, Teresa *et alii* (Coords. de), *Impasse 3. Una revisió de l'art català recent a partir de textos publicats*, Lleida, Ajuntament de Lleida y Pagès Editors.

ROSLER, Martha (2007), Ética y estética de la fotografía documental, en CARRILLO, J. (Coord. de), *Imágenes públicas. La función política de la imagen*, Barcelona, Gustavo Gili.

ROTLLANT, M. FONT DE MORA, P. y GUBERN, R. (2010), *Nova avantguarda: fotografia catalana dels anys 50 i 60*, catálogo de exposición, Barcelona, Generalitat de Catalunya.

RUEDA, Jorge (octubre de 1977), El purísimo, *Nueva Lente*, 68, Madrid, p. 11.

SCHOMMER, Alberto, (noviembre de 1968), Introducción a los comentarios sobre la Photokina. Mentalidad del fotógrafo actual, *Arte Fotográfico*, 203, Madrid, pp. 1513-1515.

SOUGEZ, Marie-Loup y PÉREZ-GALLARDO, Helena (2009), *Diccionario de Historia de la Fotografía*, Madrid, Cátedra.

TERRÉ, Laura (2006), *Historia del grupo fotográfico Afal 1956/1963*, Madrid, Photovision.

TRANCHE, Rafael y SÁNCHEZ BIOSCA, Vicente (2000), *NO-DO. El tiempo y la memoria*, Madrid, Cátedra/Filmoteca Española.

VV.AA. (1978), *José Ortiz Echagüe. Sus fotografías*, Madrid, Incafo.

VV.AA. (1988), *Fotógrafos de la Escuela de Madrid, Obra 1950-1975*, catálogo de exposición, Madrid, Ministerio de Cultura, Museo Español de Arte Contemporáneo.

VV.AA. (1992), *La visión española. Fotografía contemporánea de autor, 1970-1990*, catálogo de exposición, Madrid, The Spanish Institute.

YÁÑEZ POLO, Miguel Ángel (agosto de 1976), Creatividad fotográfica, *Arte Fotográfico*, 296, Madrid, pp. 995-999.

YÁÑEZ POLO, Miguel Ángel (octubre de 1976), Creatividad fotográfica, *Arte Fotográfico*, 298, Madrid, pp. 1261-1263.

YÁÑEZ POLO, Miguel Ángel (1986), Historia de la Fotografía Española Contemporánea (1950-1986), en VV.AA., *Historia de la Fotografía Española Contemporánea, 1950-1986*, Sevilla, Sociedad de Historia de la Fotografía Española.

o m t a p

Museologia

Programa

22 Abril | Visita de estudo: **Pelo Porto de Carro Eléctrico: a relação dos museus com a cidade e a valorização do património industrial**

Coordenação: Alice Duarte (FLUP)

Colaboração: Cristina Pimentel (Câmara Municipal do Porto)

Local: Museu do Carro Eléctrico

Início: 15:00H

23 Abril | Workshop: **Museus por um novo Abril. Inquietação :: Revolução**

14:30H-17:00H

Coordenação: Susana Medina (FEUP)

Colaboração: Célia Machado (FLUP)

Local: FLUP - Anfiteatro 2

Início: 14:30H

24 Abril | Colóquio: **Museologia em Democracia**

Local: FLUP - Anfiteatro 2

9:00H Recepção dos participantes

9:30H Painel 1: **Ensino**

Moderação: Rui Centeno (FLUP)

- *Os Museus 40 depois da Revolução* — Fernando António Batista Pereira (FBAUL)
- *A investigação e ensino em Museologia da Universidade do Porto: relações transversais* — Armando Coelho (FLUP)
- Debate

10:45H Painel 2: **Instituições**

Moderação: Paula Menino Homem (FLUP)

- *O Património como um todo: contributo da democracia de Abril* — Adília Alarcão
- *Museus autárquicos – 40 anos a procurar ser os guardiões do património local* — António Ponte (DRCN)
- *Na senda das redes - caminhos e descaminhos da Museologia no Portugal democrático* — Clara Camacho (DGPC)
- *Lições de Abril: o papel do associativismo na construção de uma política democrática de museus* — Luís Raposo (ICOM)
- Debate

14:30H | Painel 3: **Projetos Museológicos**

Moderação: Alice Semedo (FLUP)

- *O Património: museus e projetos 1974-2014* — Maria João Vasconcelos (MNSR)
- *As Artes e o Povo: fragmentos de uma revolução por acontecer* — João Fernandes
- *Museu da Imprensa: descentralizar e democratizar* — Luís Humberto Marcos (MNI)
- *O projeto Museu do Ferro & da Região de Moncorvo - entre a utopia e a realidade* — Nelson Rebanda (MFRM/Associação Projeto Arqueológico da Região de Moncorvo)
- *O Museu da Chapelaria no contexto de um território criativo* — Suzana Menezes (MCO)
- Debate

Investigação e ensino de Museologia na Universidade do Porto: relações transversais

Armando Coelho Ferreira da SILVA
PROFESSOR CATEDRÁTICO JUBILADO DO DCTP - FLUP
INVESTIGADOR DO CITCEM (FLUP, FCT)

Para a Dr.^a Adília Alarcão, mentora

Resumo

Observações sobre a evolução do campo científico de Museologia na Universidade do Porto desde a sua criação, em 1992, como Curso de Pós-graduação, até à sua modelação atual, com Mestrado e Doutoramento, de perfil adequado a uma formação transdisciplinar para a investigação e exercício profissional, com efeitos multiplicadores na valorização das instituições museológicas, paramuseológicas e patrimoniais.

Palavras-chave

Museologia; organização; formação; qualificação; investigação; transversalidade

Abstract:

Observations on the evolution of the scientific field of Museology at the University of Porto since its inception in 1992 as the Postgraduate, until its current modeling, with Masters and PhD, a suitable profile for transdisciplinary research training and professional practice, with multiplier effects on the valuation of museum, paramuseum and heritage institutions.

Keywords

Museology; organization; training; qualification; research; transversality

Em entrevista ao Jornal de Notícias datada de Março de 1978 sobre museus regionais (OSÓRIO, 1978), sublinhávamos como uma das facetas mais salutares da jovem democracia portuguesa o registo de um conjunto de iniciativas de carácter local, a maior parte delas surgidas no interior das autarquias, que visavam a renovação ou reformulação dos seus museus e a criação de outros novos, como afirmação da consciência dos seus próprios valores, que nem um vazio de muitos anos nem a proposta de outros desígnios conseguiram abafar e/ou substituir.

E exemplificávamos esta observação com um significativo rol de projetos do norte de Portugal, que prenunciava a excecional lista de instituições museológicas, de admirável diversidade tipológica e temática, que veio a constar do inquérito aos Museus em Portugal, sistematizada por ocasião de criação da Rede Portuguesa de Museus (SILVA, 2000).

Estivemos pessoalmente relacionados com algumas dessas iniciativas, iniciáticas de uma nova museologia e, em especial, por ligações telúricas e razões profissionais, à reformulação do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, projetando-o como centro de estudo, conservação, exposição e valorização do seu património, havido como revelador do substrato matricial da identidade local e regional.

Reconhecido como dinâmica instituição com atividades de investigação especializada, apoio pedagógico, divulgação científica e intervenção cultural diversificada, permitiu-nos vivenciar experiências de teoria e prática patrimonial aliadas a relacionamentos pessoais e institucionais, designadamente no âmbito da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), dos museus e dos organismos da tutela, que se tornaram de grande utilidade para a implementação de um novo campo de estudos em torno da museologia. Caberá, neste passo, uma referência episódica à introdução da disciplina de Museologia Arqueológica no plano curricular do primeiro Mestrado em Arqueologia, a nosso cargo, no ano letivo de 1989-1990.

A oportunidade aconteceu quando, na sequência de um apelo do Instituto Português do Património Cultural dirigido à Universidade do Porto, após a interrupção dos cursos por si organizados entre 1981 e 1985, nos foi cometida formalmente a elaboração do projeto de curso de especialização de Conservador de Museu na Faculdade de Letras, que paralelizasse, no seu território, com o curso de bibliotecário arquivista, já lecionado no ensino superior. Contando com os contributos da comunidade científica e profissional da especialidade, foi modelado um plano curricular, traduzido em conteúdos e objetivos gerais, ou em competências, resultados da aprendizagem e metas, que se entenderam propiciar, antes, um curso de pós-graduação, com abertura simultânea para a profissão e para a investigação, segundo as perspetivas próprias da Universidade, tal como veio a ser proposto de modo definitivo pela respetiva equipa coordenadora (A. Coelho F. Silva, R. M. S. Centeno e J. J. Ferreira-Alves).

Nestas circunstâncias, se deu a criação do Curso de Pós-graduação em Museologia da Universidade do Porto em 1992 (Decreto-Lei nº 96, Diário da República, II Série, 24.04.92), consagrando, como já referimos noutra oportunidade (SILVA, 2003), um processo de formação integrado no sistema oficial de ensino que, vencendo atavismos diversos, constantes da sua historiografia e só viabilizado pela autonomização universitária, se pode considerar pioneiro no domínio do ensino e da investigação desta especialidade, construindo um campo científico de transversalidade exemplar entre tutelas, instituições, organismos, saberes/escolas e profissões.

Cumprе sublinhar, neste processo, o apoio da Reitoria da Universidade, na contratação de docentes, jovens e inovadores, na aquisição de um núcleo bibliográfico, atualizado, e na montagem do Laboratório de Conservação e Restauro, como elementos estruturais do curso, assim como o diálogo frutuoso com todos os responsáveis da tutela.

Comemoram-se justamente neste ano duas décadas do início do seu funcionamento,

em 1994.

Conhecendo, desde essa data até 2006, doze edições, evoluiu, entretanto, para uma organização como Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia (Deliberação nº 1459/2004, Diário da República, II Série, 17.12.2004) que, para além de um Curso de Especialização, desenvolveu um programa de Mestrado e Doutoramento.

Dando resposta à procura, quer por parte de recém-licenciados quer de profissionais, há muito estabelecidos na carreira mas sem formação especializada na área da Museologia, atraiu candidaturas de alunos oriundos de todo o país, especialmente do norte e centro, tendo formado mais de meio milhar de profissionais, globalmente assimilados pelo mercado de emprego, constituindo-se como um núcleo gerador de uma comunidade qualificada, bem evidenciada nas redes sociais (cfr., *vg.*, *Museum, Museologia.Porto, Porto dos Museus*).

Inicialmente acolhido como mais uma iniciativa do Grupo de História, afirmou-se pela inovação no âmbito de uma reflexão profunda sobre o contributo da Faculdade de Letras para o desenvolvimento sócio-cultural do País, de que resultou a criação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, em que a Museologia constituiu uma Secção, a par das Ciências Documentais, da Arqueologia e da História da Arte (e que queríamos ver alargado à Antropologia Cultural), com o objetivo de promover a formação de docentes e quadros especializados nas diferentes áreas patrimoniais, permitindo dotar as respetivas instituições de técnicos superiores habilitados, a diversos níveis, para a realização de funções de salvaguarda e defesa, conservação e restauro, investigação e promoção do património nacional.

No momento em que a Museologia, quer na sua vertente de investigação científica quer na perspetiva profissionalizante, se assume como mais-valia do processo de interiorização das conceções atuais de cultura como componente estruturante da História e do quotidiano, onde as heranças patrimoniais afetam diretamente o público em geral, com implicação imediata nas instituições museológicas e seus profissionais, cumpre relevar o papel desempenhado por este Curso e seus congéneres para a formação de um corpo técnico com conhecimentos específicos, sustentados e legitimados, para cumprir com toda a eficácia a sua missão de mobilização social e cultural.

Com efeito, a “explosão” museológica verificada em Portugal (Cfr., *vg.*, SILVA, 2000), a par dos contextos internacionais que conferem uma importância central aos museus e ao património, atribuindo uma nova dimensão à prática museológica, nomeadamente ao nível do inventário, da conservação preventiva, dos estudos de públicos, de serviços de educação e mediação e da arquitetura e design, acompanhando o desenvolvimento de alguns projetos museológicos de grande impacto, ajudaram a conferir à Museologia uma visibilidade e uma projeção social de enorme relevância. O extraordinário progresso que a prática museológica conheceu nas duas últimas décadas teve, igualmente, correspondência no salto qualitativo que se verificou nos nossos conhecimentos não só sobre as coleções como também dos próprios processos de fruição e comunicação materializados em museus, desenvolvimento que é fruto da qualidade da formação universitária e dos projetos de investigação.

Área científica e profissional em clara expansão, também a qualidade da investigação museológica tem vindo a incrementar-se de forma significativa, num processo que não

pode ser isolado da crescente qualificação dos seus profissionais, sendo de realçar, como é natural, o papel que as instituições universitárias têm assumido, além da vertente profissional, na promoção de estudos de fôlego, enquadrados, muitos deles, em provas académicas, de mestrado e de doutoramento.

Atenta a esta realidade, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto procurou, em tempo oportuno, adaptar a estrutura curricular do seu Ciclo de Estudos de Museologia à transformação do setor em Portugal, tendo apresentado propostas adequadas à reestruturação do Ensino Superior no espaço europeu segundo a Declaração de Bolonha de acordo com o novo paradigma pedagógico adotado para a reorganização da sua estrutura curricular nos 2º e 3º Ciclos de Ensino.

O quadro curricular, na sequência das versões anteriores, objetiva uma aprendizagem rigorosa relativamente a todas as competências da formação em museus, refletindo a sensibilidade e a importância atribuída à gestão de risco e conservação preventiva, à investigação, organização e gestão das coleções e à problemática, hoje decisiva, da comunicação, para a preservação e transmissão do Património.

Visando potenciar os recursos da Museologia, tem-se vindo a identificar, definir claramente e enraizar conceitos fundamentais, promovendo a pesquisa, reflexão e debate sobre filosofias e estratégias de atuação nessas áreas, sem abdicar do conhecimento das exigências da arquitetura de museus e da capacidade das modalidades de gestão, das tecnologias da informação e dos desafios do audiovisual, com abertura aos Centros de Ciência e de Arte Contemporânea, na área institucional, e às Indústrias da Cultura, no quadro da sustentabilidade do setor.

Recorre-se, por sistema, a estratégias de ensino/aprendizagem dinâmicas, interativas e potenciadoras do desenvolvimento de competências científicas e capacidades técnicas de investigação, de definição de políticas e de implementação de práticas profissionais – quer em ambiente autónomo quer em equipa e interdisciplinarmente – propondo uma formação coerente, equilibrada e transversal às várias áreas relacionadas com a atividade em museus e apostando na sua constante atualização perante novos desafios. Aposta-se também na formação teórica e prática integrada em contexto real de museu e laboratório, na investigação, no desenvolvimento de projetos e no contacto direto com diferentes especialistas, através da organização de seminários temáticos e sessões culturais, tornando-se espaço privilegiado para a disseminação de informação, onde se pugna no sentido de congregar sinergias e contribuir para a proteção e valorização sustentada do Património.

O corpo docente é constituído por professores que aliam a sua experiência de ensino e investigação ao desenvolvimento de projetos e conta, igualmente, com a participação de um leque variado de convidados, profissionais de museus e de outras instituições de investigação nacionais e internacionais, assegurando a melhor configuração dos perfis científicos e profissionais. Tem dedicado grande atenção à divulgação e discussão do conhecimento, desenvolvendo parcerias criativas, que se materializam, por exemplo, na organização de cursos livres, *workshops* e palestras públicas, mesas-redondas, conferências e edição das suas atas e de outras publicações relevantes acerca de temas valiosos para a museologia contemporânea.

Os objetivos destes programas relacionam-se com a criação de fóruns de discussão que encorajem novas experiências e investigação em Museologia, tornando-se, em

conjunto, numa expressiva quantidade de capital de recursos coletivos acumulados, em particular, de tipo teórico-formal obtidos por interseções entre as disciplinas, que limitam as fronteiras e fazem a inovação deste campo disciplinar (BOURDIEU, 2008: 89-100). Cumpre, para o efeito, relevar sobretudo a qualidade das diversas reuniões científicas e das suas publicações, protagonizadas pelos docentes das áreas respetivas, designadamente: “A cultura em acção: Impactos sociais e território” e “Museus, discursos e representações”, mais dedicadas a questões epistemológicas e de concetualização, com mais proximidade à sociologia, “Museus de Ciência. Homenagem ao Professor Bragança Gil”, para as coleções, “Ligas metálicas. Investigação e conservação”, no âmbito da conservação, “Reconversão de espaços industriais”, da arquitetura e, “Acesso multimédia ao património cultural”, das novas tecnologias, assim como a série de seminários de investigação em museologia dos países de língua portuguesa e espanhola (SIAM), o primeiro dos quais se quis associado ao início do Curso de Doutoramento.

A implementação de acordos, designadamente no âmbito do Programa Sócrates - Erasmus, confirma o contacto constante com experiências internacionais, nomeadamente através da realização de sessões culturais sob os mais diversos temas.

Subjacentes à proposta de reestruturação curricular estão os princípios da Declaração de Bolonha, com a adoção do *European Credit Transfer and Accumulation System* (ECTS), baseado na avaliação do trabalho do estudante, segundo um modelo pedagógico não já baseado num sistema de transmissão de conhecimentos, apoiado em aulas magistrais, mas valorativo do desenvolvimento e definição de competências que os detentores dos diferentes ciclos de formação devem adquirir.

No contexto desse Processo tornou-se, assim, imperioso reorganizar o ensino da Museologia no Curso de Mestrado, tendo em conta os seus objetivos globais, com as alterações pedagógicas dele decorrentes, perspetivando-o, nomeadamente, no sentido de uma formação para a empregabilidade, garantindo a preparação dos alunos para o exercício profissional, a ser exercida em todo o tipo de museus e instituições paramuseológicas, e também no seio das mais diversas organizações, além de promover a investigação, com reforço das áreas dedicadas às opções de especialização, a realizar em dois ciclos de estudo.

A criação do 2º Ciclo de Estudos, com Curso de Mestrado em Museologia, incluiu diferentes opções, a saber, a produção de uma Dissertação original ou de um Trabalho de Projecto ou, ainda, a realização de um Estágio profissional em contexto de trabalho concluído pela elaboração de um Relatório de Estágio, com os seguintes objetivos: Providenciar uma qualificação reconhecida pelo meio académico e profissional; equipar os alunos com conhecimentos, competências e valores profissionais apropriados para as necessidades de um setor em rápida mudança; promover motivação e aptidão para o questionamento intelectual, avaliação crítica, inovação criativa e um compromisso em relação a uma aprendizagem continuada ao longo da vida; preparar os alunos para prosseguirem investigação académica no campo da Museologia; proporcionar um ambiente de aprendizagem não só inclusivo mas também crítico e de desafio constante.

Aos diplomados com o 2º Ciclo, Mestrado em Museologia, são reconhecidas competências profissionais plenas, que conferem autonomia de atuação profissional, nomeadamente, a capacidade de desenvolver e implementar planos de gestão de coleções que incluam o inventário, documentação e estudo de coleções; criar e

implementar projetos inovadores de carácter educacional e lúdico para públicos diferenciados; desenvolver, gerir e implementar projetos expositivos em equipa; desenvolver programas e estratégias de comunicação que motivem os públicos para o papel importante que podem desempenhar na deterioração/preservação do património; encetar relações transversais e institucionais de trabalho e promover o seu envolvimento no desenvolvimento de uma política institucional de identificação, caracterização material e diagnóstico do edifício/coleções; utilizar metodologias de gestão de risco, estabelecendo prioridades para uma estratégia integrada, proativa e adaptável a mudanças, de proteção quer do edifício/museu quer das coleções, com base no conhecimento profundo das suas características, dos seus contextos e respetivas interações; gerir de forma integrada os recursos materiais e humanos de acordo com a visão de missão da instituição; integrar os sistemas, as novas tecnologias e as técnicas mais eficazes e eficientes em matéria quer de gestão de coleções quer de comunicação.

Ao aluno que tenha completado com sucesso o 2º Ciclo de formação em Museologia, será facultada a possibilidade de aprofundar a sua investigação e de prosseguir os estudos para obter o diploma de 3º Ciclo, conferente do grau de Doutor, com abertura para o evoluir de competências que também se estende a titulares de outros percursos académicos que demonstrem capacidade e formação básica para desenvolver este ciclo de estudos avançado de especialização.

A estrutura curricular deste Ciclo prevê o aprofundamento das competências de investigador, através quer do acompanhamento da sua atividade por parte do orientador, em seminário e em sessões tutoriais, quer por um prolongado esforço de investigação na preparação da tese de Doutoramento. A integração no meio científico e a divulgação das primícias da investigação em desenvolvimento resultarão da obrigatoriedade de estar presente em reuniões científicas e de nelas apresentar comunicações e/ou de remeter artigos para publicação em revistas da especialidade.

O Curso tem como objetivo formar para a investigação científica de alto nível museólogos, capazes de uma prática profissional autónoma, com sólida formação teórica, prática experimental, e com aptidões profissionais que lhes permitam desempenhar várias tarefas na área da Museologia e do Património Cultural, nomeadamente na prática da sua investigação científica, gestão, planeamento, intervenção, preservação, valorização e divulgação.

Apesar de esta ser uma das áreas científicas de doutoramento recentemente oferecida pela Faculdade de Letras do Porto, os docentes da área de Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património têm vindo a orientar teses de doutoramento, respondendo à procura crescente quer de antigos alunos quer de mestres oriundos de outras instituições, nomeadamente do Brasil, que procuram esta Faculdade para aqui desenvolver a sua investigação de 3º Ciclo, e com quem se vem partilhando, juntamente com a Espanha, preferenciais parcerias na organização dos seminários de investigação em museologia dos países de língua portuguesa e espanhola.

Com esta reestruturação do Ensino Superior no espaço europeu pareceu-nos pertinente proceder à adequação do Curso de Doutoramento existente, enquadrando de forma sistemática todo este potencial de investigação, criando melhores condições para a formação de uma comunidade de alto nível de especialização capaz de produzir conhecimento científico e investigação aplicada de excelência. Para este processo

concorreu um novo relacionamento com a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, com integração de componentes de Curadoria e desenvolvimentos no campo da arte contemporânea, da Ciência dos Materiais da Faculdade de Engenharia, mais os contributos das Faculdades de Medicina e Arquitetura, para além do contributo interno da Faculdade de Letras nas diversas áreas do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Antropologia Cultural e da Sociologia.

As teses de doutoramento até agora apresentadas, como também já as dissertações de mestrado e as centenas de relatórios de seminários e atos de formação do Curso de Pós-graduação anterior, refletem a diversidade desta interdisciplinaridade, que representa mais uma relação transversal deste processo, com assinaláveis interseções vindas das ciências humanas e sociais, como os contributos da arte contemporânea, antropologia cultural, e sociologia, das ciências dos materiais, do ambiente e da conservação preventiva, das novas tecnologias, e do turismo, economia e desenvolvimento.

Na consideração dos caminhos a seguir, foram analisados comparativamente os *curricula* de 40 cursos de pós-graduação dentro desta área científica no espaço europeu, sendo reconhecida a sua diversidade, com diferenciação entre a tradição continental e a anglo-saxónica, notando-se que esta se encontra mais presente nas instituições do centro e norte da Europa.

Verifica-se uma singular diversidade de conceções na composição dos *curricula* e duração dos cursos, que varia entre extremos de formação técnica de curta duração e cursos de composição mais abrangente, incluindo uma formação teórica e prática mais alargada, que se reflete em *curricula* mais ambiciosos e duração mais longa das componentes letivas e dos prazos para apresentação de projectos e dissertações. Foi este segundo modelo que adotámos para nosso padrão organizativo, não só em carga horária como na estruturação curricular, onde se verifica a possibilidade de conduzir a formação para duas vertentes opcionais complementares, uma de cariz profissionalizante, visando a integração no mercado de trabalho, e uma outra de investigação, essencial para o desenvolvimento científico da área de especialidade da museologia e acesso a um ciclo e um grau de formação superior.

Sintetizadas as referências das formações dos diversos países europeus, observa-se que a tradição anglo-saxónica tem vindo a impor a conceção desse 2º ciclo, na via de investigação, como um *M.A.* vocacionado para a prossecução de estudos dirigidos para a obtenção de um *Ph.D* na área de estudos da Museologia. No continente, a matriz francesa, que privilegia um imenso conjunto de cursos de formação essencialmente técnica, setorial e subsetorial, agrupados sob a tutela pública e essencialmente ligados às instituições que se consagram à área da conservação, restauro e proteção do património, e na área especificamente museológica sobretudo na *École du Louvre*, é provavelmente a que mais diverge da corrente por nós adotada, que, em nosso entender, melhor responde pela via profissionalizante e da investigação às necessidades do País.

Não significa, porém, que esta opção exclua, também aqui, uma certa transversalidade entre estas componentes. Mas não se deixa de reconhecer alguma preponderância da tradição anglo-saxónica, com relação preferencial à escola de Leicester, quando a nossa preocupação almeja uma formação de investigadores e outros profissionais para a construção de museus inclusivos, para a cidadania, interativos e proativos, enquanto “plataformas de conversação, campo aberto para espaços de diversidade, de celebração, de criação e expressão pessoal (SEMEDO, 2011).

Bibliografia

BOURDIEU, P. (2008) - *Para uma sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70.

GOUVEIA, H.R. (1998) - O ensino na área da museologia e património: situação portuguesa actual. Actas do 9º Encontro Nacional de Museologia e Autarquias. Loures: Câmara Municipal de Loures, p.191-198.

OSÓRIO, R. (1978) – Hoje fala-se de museus regionais. *Jornal de Notícias*, 19.03. 1978. Porto, p.33 (Suplemento).

SEMEDO, A. (2002) - Asserting museum goals. *Mapping curatorship*. Chapter 2. Leicester.

SEMEDO, A. (2011) – Cuestiones sobre democracia y otros hechizos: (Des)harmonia en los museos, in Juan Carlos Rico (coord.) *Museos: del templo al laboratorio*. Madrid: Silex Ediciones, p. 267-284.

SILVA, R.H., coord. (2000) – Inquérito aos museus em Portugal. Lisboa: Ministério da Cultura – Rede Portuguesa de Museus.

SILVA, A.C.F. (2003) - Curso de Pós-Graduação em Museologia da Universidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. 2. Porto, p. 223-227.

O Património como um todo. Contributos da democracia de Abril

Adília ALARCÃO

Resumo

As transformações políticas e sociais provocadas pela Revolução de Abril contribuíram de forma decisiva para a definição de uma filosofia de gestão patrimonial global que viria a traduzir-se, em 1980, na criação do Instituto Português do Património Cultural.

Após diversas experiências governamentais, a partir de 1990, contrárias àquela visão holística, sente-se de novo a necessidade de uma política cultural, a nível nacional, que entenda o património como um todo.

Palavras-chave

Património; democracia; museus; arqueologia

Abstract

The political and social transformations resulting from the Portuguese Revolution in April 1974, were decisive in defining a global policy of patrimonial administration which, in 1980, materialised in the creation of the Instituto Português do Património Cultural.

Since 1990, successive governmental legislation, all opposite to that holistic approach led to the present necessity for a new cultural policy at national level envisaging cultural patrimony as a whole.

Keywords

Heritage; democracy; museums; archaeology

Introdução

À distância de 40 anos, não é fácil discernir o papel que a Revolução de Abril desempenhou na evolução dos museus portugueses, tantas foram as mudanças operadas no sector desde 1990. Parece-nos, todavia, que o importante reflexo desse acontecimento político nos museus, bem como no património em geral, se encontra

bem patente na década de 80.

É nesse período que se operam as grandes transformações na gestão do património encarado como um todo – princípio basilar que conduziu à produção do coerente e vasto conjunto de leis que o sector patrimonial então conheceu e à criação dos organismos indispensáveis à sua concretização.

Alicerces para uma política cultural

Pelo Decreto-Lei 59/80 de 3 de Abril, conforme se lê no Preâmbulo, o IX Governo Constitucional visava, com a criação do Instituto Português do Património Cultural, a integração plena dos trabalhadores que, no sector da cultura, o Estado mantinha numa melindrosa situação de indefinição jurídica e administrativa; a definição de uma política cultural que evitasse a descoordenação e a sobreposição de funções por serviços em situação de paralelismo administrativo; o estabelecimento das bases da descentralização cultural, através de delegações regionais da Secretaria de Estado da Cultura (SEC).

Nesse sentido, criaram-se o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e a Cinemateca Portuguesa, conferiu-se autonomia ao Teatro S. Carlos e o Teatro Nacional D. Maria II foi institucionalizado.

O IPPC, regulamentado pelo D-L nº34/80 de 2 de Agosto, englobou a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais e o anteriormente projectado Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (ISPCN), deixando em aberto a possibilidade de vir a enquadrar no seu âmbito «órgãos e serviços de outros ministérios que, por sua natureza, devam ser integrados».

Antecedentes

A filosofia de gestão patrimonial em que este novo organismo se fundamenta tem raízes nos trabalhos conducentes ao projecto de criação do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, contemplada pelo Iº Governo Constitucional, em Despacho de 20 de Junho de 1977, assinado por David Mourão-Ferreira, Secretário de Estado da Cultura neste e no anterior Governo Provisório (VI). Esse despacho visava, antes de mais, oficializar a Comissão Organizadora que há já algum tempo estudava o assunto, nomeando António Viana de Lima seu secretário-coordenador.

Uma visão holística do património (desde cedo encorajada pelo Conselho da Europa), colocando a par e sob uma mesma tutela os bens naturais e os produzidos pelo homem (materiais e imateriais), começara a ganhar terreno nos finais de 60-inícios de 70, em diversos países, entre pessoas de vários quadrantes políticos e profissionais,. O mesmo sucedeu em Portugal, embora essa atitude fosse apenas cultivada por uma minoria da qual convictamente faziam parte, pelo menos, aqueles membros da referida Comissão Organizadora com quem tivemos o gosto de trabalhar em diversas situações¹.

¹ Salientaremos os nomes de António Viana de Lima, João Manuel Bairrão Oleiro, Fernando Peres Gusmão, Fernando Azevedo, João Palma Ferreira, Joaquim Carmelo Rosa. Justo é também recordar João de Freitas Branco que, em 1975, enquanto Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente do 3º Governo Provisório, criou a Direcção-Geral do Património Cultural, bem como Rúben Andresen Leitão, um brilhante defensor do património e da sua gestão integrada.

Assim, o ISPCN aparecia como ocasião única de criação de um organismo que assegurasse «uma coordenação eficaz de programas e acções para o amplo aproveitamento de recursos materiais e humanos», no domínio patrimonial, natural e cultural, para cabal cumprimento do consignado nos Artigos 66º e 78º da Constituição, conforme se diz no preâmbulo do projecto a que tivemos acesso². O número de sectores especializados, contemplados, era vasto, designadamente, museus e fundações, monumentos e palácios, conjuntos arquitectónicos urbanos e rurais, meio ambiente, arqueologia e antropologia cultural, prevendo-se ainda a comparticipação nas actividades de preservação dos bens culturais de raiz portuguesa subsistentes nas antigas colónias e a defesa do património português disseminado pelos vários continentes.

O Instituto era criado junto da SEC, coadjuvando a Direcção-Geral do Património Cultural³ e assumindo as competências da 2ª e da 3ª secções da Junta Nacional da Educação (JNE), extinta na sequência da Revolução de Abril. Tratava-se de um organismo complexo, com direcção tricéfala, um conselho consultivo, seis conselhos sectoriais, cinco departamentos, um serviço de inspecção técnica e serviços administrativos.

Os departamentos serviriam os seguintes sectores: artes, conjuntos arquitectónicos urbanos e rurais, paisagens e meio ambiente, arqueologia, antropologia cultural. Os conselhos correspondentes eram em maior número, porque as artes se desdobravam em museus e fundações, e monumentos e palácios.

O projecto conheceu muitas versões, pois foi sempre polémico nos meios com cujos interesses colidia, por força da visão holística e aglutinadora que o enformava. As reacções mais fortes e decisivas vieram das Obras Públicas, assumidas pelo próprio ministro, face à proposta inicial de transferência dos Serviços dos Monumentos Nacionais para o ISPCN⁴.

A ideia de juntar sob uma mesma tutela os serviços que estudam os monumentos, programam as intervenções para sua defesa, conservação e apresentação, lançam as obras e as fiscalizam haveria de manter-se viva durante as décadas seguintes, sem que se tenha ultrapassado o impasse devido à coexistência de diferentes tutelas. Em certo sentido, pode até dizer-se que a evolução das instituições responsáveis pela intervenção no património construído conduziria, a partir de 1987, a uma situação mais complexa, em tudo contrária aos benefícios que se podem esperar de uma gestão global.

² Agradecemos a Manuel Oleiro o acesso a uma versão deste estudo, analisada em reunião datada de 2 de Junho de 1977, que parece muito próxima da definitiva.

³ A Direcção-Geral do Património Cultural foi criada pelo Decreto-Lei nº 409/75 de 2 de Agosto, substituindo a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais criada pelo Decreto-Lei nº 582/73 de 5 de Novembro assinado por J. Veiga Simão, com a tutela do Ministério da Educação Nacional desde 1971 e apostado em democratizar o ensino e a cultura. A nova Direcção traduzia muitas das preocupações e ideias defendidas pelo anterior Director-Geral, João M. Bairráo Oleiro.

⁴ Na opinião de F. Peres Gusmão – Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais e defensor da integração – novas equipas técnicas deveriam começar a ser preparadas para que a transferência das existentes nas Obras Públicas não criasse ali um vazio.

O Instituto Português do Património Cultural

A estrutura delineada para o IPPC e as competências que lhe foram atribuídas visavam, como recordámos acima, a definição de uma política cultural, bem como a coordenação de programas até então dispersos, a efectiva colaboração convergente entre os vários serviços oficiais e entre eles e a acção privada, o aproveitamento de experiências diversificadas – tarefas que o Governo chefiado por F. Sá Carneiro declarava «prioritárias e inadiáveis».

Do projecto em que se inspirou, o legislador reteve a estrutura departamental e a direcção colegial, bem como um conselho consultivo cuja composição permitiria fazer a ponte com as Obras Públicas e o Ambiente.

No que aos museus, directa ou indirectamente, diz respeito é justo lembrar aqueles aspectos que mais contribuíram, no período de 1980-1999, para o que se pode considerar uma revolução do sector: a definição de perfis profissionais e novas carreiras; a formação; a reformulação dos quadros de pessoal e a abertura de concursos; o estreitamento de relações com instituições estrangeiras, quer através de estágios, quer através da visita de especialistas; a criação de novos museus (com destaque para os museus temáticos) e a renovação de instalações antigas, observando o sistemático apoio da arqueologia, sempre que no local existiam provas ou suspeitas de pré-existências; o desenvolvimento dos trabalhos de inventário, investigação, conservação e publicação das colecções; o incremento das exposições temporárias e dos serviços educativos; a apresentação museológica de monumentos e sítios.

Neste último aspecto teve particular importância o estreitamento das relações de trabalho entre arqueólogos, museólogos, conservadores/restauradores, antropólogos, arquitectos e paisagistas, conduzindo a práticas e resultados que foram novidade à época e muito contribuíram para alargar os horizontes profissionais e culturais dos intervenientes.

Aliás, não se pode deixar de salientar o papel muito especial que as associações, aglutinadoras de energias, empenho e competências de cidadãos dos mais diversos sectores, representaram em tudo aquilo que o 25 de Abril significa para a cultura em geral e o património em particular. Essa prática de trabalho em equipa alargada foi naturalmente suscitada pela estrutura departamental do IPPC e com frequência se abriu a universidades, autarquias e associações de defesa do património para o estudo de problemas concretos ou – talvez mais importante – para o debate de conceitos, temas e projectos.

À arqueologia devemos um dos mais destacados contributos, graças a uma talentosa, actualizada em termos científicos e politicamente empenhada, geração de jovens, bem como a um grupo a que podemos chamar os estrangeirados de então, aqueles que, exilados em vários países do norte, centro e leste europeu, regressaram, a partir de 74, com novas ideias e novas ferramentas de trabalho. Entre outros exemplos de concretização, recordemos os grandes projectos ‘Bracara Augusta’ e ‘Campo Arqueológico de Mértola’, devidos a Francisco Alves e Cláudio Torres, respectivamente, que são excelentes testemunhos de um modelo de gestão patrimonial ao qual novas orientações viriam a pôr fim a partir de 1990.

40 Anos depois do 25 de Abril

Em substituição do IPPC, o XI e o XII Governos Constitucionais criaram o Instituto Português de Museus (Decreto-Lei nº 278/91 de 9 de Agosto) e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Decreto-Lei nº 106-F/92 de 1 de Junho), numa clara preferência por um modelo de gestão descentralizada em função de áreas de especialidade.

Aliás, a estrutura inicial do IPPC não se mantivera intacta por muitos anos. Em 1985, João Palma-Ferreira, então presidente da instituição, defendeu a autonomia do sector de bibliotecas e arquivos, o que no seu entender se impunha pelo desenvolvimento que este conquistara. António Lamas, seu sucessor imediato, extinguiu sem razão aparente o Departamento de Conservação e o Departamento de Etnologia, embora, neste último caso, justificasse a decisão pela criação do Museu de Etnologia (Decreto-Lei nº 248/89 de 8 de Agosto). Certo é, porém, que as atribuições e competências de um departamento da administração central não são as mesmas de um museu.

Durante a vigência do IPPC e os primeiros anos da década de 90, ouviu-se com frequência dizer que tão vasta instituição era ingovernável e não permitia desenvolver as diferentes áreas patrimoniais. Em nossa opinião, tratava-se de falsos argumentos, porquanto razões várias e circunstanciais impediram que se retirasse o melhor rendimento do modelo de direcção tricéfala e do funcionamento dos departamentos, constituindo a crónica exiguidade orçamental da instituição, outro argumento a favor de estruturas orgânicas mais ágeis.

As experiências que se sucederam vieram – independentemente dos muitos aspectos positivos registados, sobretudo até 2002 – distanciar cada vez mais a gestão patrimonial de uma visão global.

Em 2006 (Decreto Lei nº 215 de 27 de Outubro), o XVII Governo criou o Instituto Português de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), fundindo o IPPAR e a DGEMN. Aquela que poderia, finalmente, ser ocasião única para revolver o problema dos critérios e metodologias de intervenção no património construído, bem como a remodelação e requalificação das equipas técnicas, ficou aquém das expectativas, já pelas consequências do modo como a reorganização dos quadros técnicos foi feita, já pelo paralelismo e parcial sobreposição de funções desempenhadas pelo IGESPAR e pelas Direcções Regionais da Cultura, entretanto criadas.

A arqueologia e a museologia conhecem a partir de então um estado de desagregação e incerteza que o Decreto-Lei 115/2012 de 25 de Maio em vão pretendeu ultrapassar, reorganizando os serviços centrais num só organismo – a Direcção-Geral do Património Cultural.

Com efeito, a este novo organismo falta alma e dimensão, não passando de uma resposta apressada à necessidade governamental de redução de custos na Administração Central e de limitação do poder decisório das chefias intermédias.

Mantêm-se a fragmentação, o individualismo, as assimetrias e o empobrecimento gradual das instituições que permaneceram na sua dependência, ao mesmo tempo que a gestão privada de monumentos, palácios e museus ganha terreno e as Direcções Regionais da Cultura vêm alargados os seus campos de acção e competências.

40 anos depois de abril | Património e ciência no norte de Portugal. Museus autárquicos 1974 – 2014 – Símbolos do poder / Guardiões do património cultural

António PONTE
DIRETOR REGIONAL DE CULTURA DO NORTE

Resumo

Os museus são encarados como organizações fundamentais para a criação de identidade e conhecimento científico, onde as palavras colecionar, organizar, apresentar e preservar objetos e memórias fazem cada vez mais sentido.

Atualmente, os museus têm obrigações não só com as comunidades onde se inserem mas também com um público mais globalizado.

As alterações políticas ocorridas, em Portugal, depois do 25 de abril, o reforço do poder local, o desenvolvimento de fundações e associações potenciaram o desenvolvimento de uma nova política no sector cultural e patrimonial.

A adesão à CEE e a possibilidade de recurso a Fundos de Coesão europeus permitiu uma alteração aos modelos dos investimentos próprios reforçando a tendência construtiva de unidades culturais, tais como centros culturais, auditórios, bibliotecas e na mesma linha de pensamento de museus.

Ao longo destes 40 anos assistiu-se à criação desenfreada de unidades museológicas por todo o território.

Palavras-chave

Museu; Património; Poder local

Abstract

Museums are seen as key organizations for identity and scientific knowledge creation, where the words collecting, organizing, presenting and preserving objects and memories make more and more sense.

Currently, museums have obligations not only to the communities where they operate but also with a more global audience.

The political changes in Portugal after the April 25, strengthening local government, development foundations and associations boosted the development of a new policy in the cultural and heritage sector

The membership of the EEC and the possibility of recourse to the European Cohesion Funds allowed a change to the models ' own investments by strengthening the

constructive trend of cultural units , such as cultural centers , auditoriums , libraries, and in the same line of thought the museums .

Throughout these 40 years Portugal has witnessed a huge number of museums creation throughout the country.

Keywords

Museum; Heritage; Local Power

“L’augmentation exponentielle du nombre de musées, au cours des vingt dernières années, témoigne de la nécessité ressentie par les groupes sociaux d’offrir à leur culture un moyen de s’exprimer et du désir des touristes d’accéder à cette Culture”

(STEVENS, 1998: 24)

“It is our belief that museums are public places with enormous potential for human growth and enjoyment.”

(GALLANT e KYDD, 2005: 71).

Esta afirmação remete-nos para uma nova forma de ver e encarar os museus num tempo de maiores exigências, em que os públicos procuram nos museus conhecimentos e vivências inovadoras, com respostas adequadas aos tempos de mudança, em que a globalização e a tecnologia obrigam a um aprofundamento no modo de trabalho das instituições culturais, nomeadamente, na consistência do seu conhecimento e na comunicação com os seus públicos que, por serem diferenciados, necessitam de respostas distintas.

Os museus desempenham um papel essencial na compreensão da identidade e no desenvolvimento do sentimento de pertença de uma comunidade a um local. (AMBROSE e PAINE, 1993: 3).

Difícilmente, nos dias hoje, imaginamos um mundo sem museus. As últimas gerações assistiram ao surgimento de um número de museus sem paralelo, assim como a uma expansão e diversificação das suas atividades. Depois dos anos de 1970-80, verificou-se a nível nacional e internacional um verdadeiro *boom* museológico (POULOT, 1994: 66).

Os museus são encarados como organizações fundamentais para a criação de identidade e conhecimento científico, onde as palavras colecionar, organizar, apresentar e preservar objetos e memórias fazem cada vez mais sentido. O museu passa a ser encarado como uma caixa de memórias, memórias de objetos e dos usos, memórias de um património que guarda, preserva, expõe e comunica.

“Being collected means being valued and remembered institutionally; being displayed means being incorporated into the extra-institutional memory¹ for museum visitors”

(CRANE, 2000: 2)

¹ De acordo com a autora (CRANE, 2000: 1-2) o processo de criação de memórias opera-se a nível cerebral, tornando-se as mesmas algo visível através da imaginação e da lembrança das referidas memórias. *“Memory is not a passive process: it evokes emotions and desires, positively or negatively charged; memory is also driven by a desire to remember or forget. By nature memory is mortal, linked to the brain and the body that bears it[...] Memory is an act of “thinking things in their absence”[...]*”

Atualmente, os museus têm obrigações não só com as comunidades onde se inserem mas também com um público mais globalizado. Um largo número de pessoas visita museus, encarando-os como locais interessantes, que contam histórias acerca dos locais onde se situam, dos Homens que aí vivem ou viveram, dos objetos que guardam, conservam e investigam.

Desde visitantes jovens até mais idosos, individuais ou em grupos de familiares, amigos, escolas ou somente casais, descobrem os museus como locais de aprendizagem, permitindo o desenvolvimento de sentimentos de identidade entre os acervos e os públicos, encarando-se cada vez mais um grande desafio que se relaciona com o multiculturalismo e a globalização (BENEDIKTSSON, 2004: 18; SCREVEN, 2004: 166; BALTAZAR, 2008: 28; KELLY, 2009: 1).

De acordo com o Código de Ética Profissional do ICOM (ICOM; 2005: s/p; NMDC(2), 2009; s/p), os museus como instituições não lucrativas ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento devem²:

- Motivar a participação das comunidades onde se inserem e funcionar como motores do seu desenvolvimento, procurando atrair cada vez mais visitantes, de todos os níveis dessas comunidades;

- Assumir um papel determinante na preservação dos recursos culturais e naturais, de acordo com os princípios nacionais e internacionais da preservação do património cultural;

- Assegurar que as fontes de financiamento e as relações com o tecido económico não colocam em causa o bom funcionamento do museu e o cumprimento dos seus objetivos.

No século XX, fruto das transformações que se vivem num mundo com grandes conflitos, surge uma nova conceção do museu, provocando uma grande transformação

² Herreman (1998: 8) apresenta aquelas que entende serem as novas funções dos museus, entre as quais como se poderá observar se encontra o seu papel na organização turística. A generalidade das funções apresentadas por este autor são anos mais tarde reconhecidas pelo ICOM:

“[...] (a) interpreting and communicating other cultures for the benefit of the local community, by drawing up and implementing strategic plans of exhibitions; (b) helping the local community to understand other cultures in a socially healthy way; (c) interpreting and communicating the local culture, past and present, for the benefit of tourists and so that they can understand it; (d) acting as educational centres for the local community in respect of introduced cultures; (e) acting as tourist orientation centres in small communities; and (f) developing their role as centers for research into local handicrafts and other skills.”

Benediktsson (2004: 27-28) apresenta, também, aquelas que considera serem as principais obrigações dos museus:

“[...] Like in all cultural heritage management, museums are working with both heritage and culture – and one of their fundamental roles is related to conservation. Basically their obligation is to sustain what they collect, both cultural objects and information – the tangible and intangible cultural heritage. It is even possible to state that by nature museums are conservative in their field – they can even be described as institutions of ultimate cultural sustainability, even though they are to be capable do take notice of society’s development. At the same time as museums are to conserve their collections for the future generations, they are obligated to make them accessible and useful for present generations to use – whether it is for study, education, or enjoyment. Therefore all talk on sustainable development seems to address one of the main issues in almost all museum operation; the relationship between conservation and use of the collections – often seen in the struggle between the departments of conservation or collections and the departments of exhibitions or public programs.”

na vida das instituições museológicas, incrementando novos modelos de apropriação cultural³, transformando-os em pontos-chave das comunidades, no seu modo de pensar e de agir (PEARCE, 1994: 1; HERREMAN, 1998: 4; BENEDIKTSSON, 2004: 7), começando a denotar-se o seu papel como ativador económico e sustentador, em alguns casos, de uma mobilidade internacional relevante.

O novo movimento reformador, iniciado nas décadas de 80/90 do século passado, reflete as novas preocupações profissionais do setor e espelha, localmente, as grandes operações em curso a nível mundial, cujas preocupações se centram, entre outras, em dar respostas às novas conceções urbanas e de mobilidade das pessoas, movimentos nem sempre universalmente aceites, potenciadores de fortes tensões entre os diferentes *stakeholders* envolvidos, tanto nas grandes cidades como em algumas cidades de média dimensão, que vivem e sentem necessidade de acompanhar um processo de globalização cada vez mais acentuado (HOOPER-GREENHILL, 1998: 52; EIREST, 2011: 1-2; HERTZOG, 2011: 10).

A nova conceção de museu e as exigências culturais dos seus públicos preveem a existência de um novo conjunto de serviços que não, somente, a exposição permanente. Passamos a contar com serviços educativos cada vez mais complexos e organizados⁴, exposições temporárias⁵ que podem itinerar por diferentes espaços museológicos⁶, lojas, cafetarias e restaurantes, bibliotecas e/ou centros de documentação, equipamentos para eventos culturais diversos, entre outros (VERGO, 1989: 42; HERNANDEZ HERNANDEZ, 1998: 85; SCREVEN, 2004: 163).

O museu de hoje é uma instituição cultural complexa, assumindo importância na comunidade onde se insere, tanto do ponto de vista sociocultural como económico (AMBROSE e PAINE, 1993: 10). Observamos, por todo o lado, a criação de museus

³ Como refere Pearce (1994: 1):

“Exhibitions cannot fail to give a particular point (points) of view, and all offer an interesting focus for investigation. Curatorial practice, in all its aspects, is embedded in past and contemporary social practice, with all that this implies. Museums have an obligation to try and understand themselves so that they can understand more clearly what messages they are giving and how they are received.”

⁴ Zolberg (1994:53) faz uma alerta muito importante acerca do que muitos profissionais de museus entendem por serviços educativos:

“Whereas some museums seem to believe that merely providing walls, lighting, and labels for pictures is enough education, others organize docent tours, special didactic displays, video presentations, and lecture series. Some museums even carry outreach beyond their buildings to schools or adult groups.”

⁵ A ideia de programação de exposições temporárias e itinerantes iniciou-se há longos anos.

“The genesis of the idea of arranging mobile exhibitions, or taking the museums to the people instead of waiting for the people to come to the museum, can be traced to the loan services arranged in 1864 by the Circulating Department of the Victoria & Albert Museum, London.”
NMDC, 2010.

⁶ Ao referirem-se às exposições temporárias que cada vez mais alastram pelos museus, Janes e Conaty (2005: 9) identificam o risco que correm as instituições que, em busca de sucesso imediato, apostam em exposições temporárias de tipo *Blockbuster*.

“The impact is fast and undeniable, but quickly dissolves in the quest for more, and there is never enough. One senior museum director, highly successful at profit-making blockbusters, noted that these exhibitions were eroding his museum’s brand. Many people were only visiting when there was a blockbuster, none of which had anything to do with the museum’s unique strengths and abilities.”

como estruturas simbólicas e icónicas, capazes de movimentar multidões se forem arquitetonicamente atraentes, com coleções relevantes e estimulantes do ponto de vista programático

Hoje em dia, muitos museus também ganham fama a partir das suas estruturas arquitetónicas⁷. Estes projetos culturais, que se transformam em espaços públicos de excelência e de afirmação do poder político, são entregues a arquitetos de renome internacional, com o objetivo de se construírem edifícios icónicos *art architecture* ou *star architecture*, no âmbito de ambiciosos processos de renovação urbana, podendo mesmo chegar ao ponto de se procurar conferir uma nova identidade às cidades, transformando-se o próprio edifício do museu numa estrutura comunicacional, obrigando o visitante a ler os símbolos emitidos pelo edifício, os seus contextos para o conseguir compreender e enquadrar⁸ (AMBROSE e PAINE, 1993: 204; HIGONNET, 1994: 250; ROGOFF, 1994: 239; WCCD, 1996: 35; HERNANDEZ HERNANDEZ, 1998: 23; GRABURN, 1998: 13; JANES e CONATY, 2005: 3; GONÇALVES, 2009: 30; EIREST, 2011: 1 e 3).

Museus de diferentes tipologias vão afirmar-se em contextos nacionais e internacionais percebendo-se que alguns museus de cidade assumem um papel de liderança na afirmação das localidades onde se inserem, promovendo-as, conservando o seu património, e fomentando o contacto entre os turistas e as respetivas comunidades.

Com base em todas estas características, os museus vão criar uma iconografia da própria comunidade ou localidade. À medida que a globalização avança, muitas iconografias nacionais são substituídas por iconografias transcontinentais, mas, simultaneamente, começam a ganhar mais importância as iconografias locais como forma de obtenção de referências de segurança e de identidade para as comunidades. É neste pressuposto que os museus locais ganham mais espaço e relevância na operação do turismo (PRÉVÉLAKIS, 2008: 21).

Nos museus, os visitantes familiarizam-se com a História e a Cultura das diferentes nações, regiões ou cidades, o que potencia o desenvolvimento de sentimentos de identidade⁹, apresentando representações da cultura local autênticas, íntegras e

⁷ O projeto de arquitetura de uma estrutura museológica, segundo Hernandez Hernandez (1998: 24) pode ser determinante na compreensão do museu e na forma como este comunica com os seus públicos: *“Cada vez que entramos en un museo y contemplamos su arquitectura desde un punto de vista semántico, descubrimos que cada una de sus formas arquitectónicas cumplen la función de un lenguaje o razonamiento capaz de transmitir al visitante un determinado mensaje que es comunicado a través de un signo arquitectónico.”*

⁸ Hernandez Hernandez (1998: 25) ao referir a importância da estrutura arquitetónica do museu apresenta uma justificação da utilização de edifícios com valor histórico para a instalação de unidades museológicas. *“[...] donde las distintas instituciones escogen como lugar de ubicación una construcción dentro del conjunto urbano que sea capaz de llegar directamente hasta el visitante, manifestando le a primeira vista cual es su propia función. A su vez, dicha función se traduce en una dimensión didáctica e pedagógica que trata de explicitar una serie de valores nacionales que son fruto des esfuerzo histórico que realizan los diferentes movimientos de masas [...] y de valores estéticos que reflejan en quehacer de las distintas escuelas y movimientos artísticos.”*

Exemplos desta realidade são o *Musée Carnavalet*, em Paris, o *Museum of Sydney* na 1ª Casa do Governo, ou o *Stuttgart City Museum*, entre muitos outros espalhados pelo mundo. (BUTLER-BOWDON e HUNT, 2008: 76; DAUSCHEK, 2008:91)

⁹ Stevens (1998: 26) exprime de forma clara o papel dos museus no âmbito da difusão dos valores culturais

qualificadas por processos de investigação, demonstrativas da história e de problemáticas locais suportadas por objetos verdadeiros. A esta autenticidade deverá estar associada uma nova forma de apresentação e comunicação dos conteúdos, mais apelativa e original. Uma atividade com estas características transforma a instituição museológica num aliado perfeito para os agentes de turismo e para as populações autóctones sendo reconhecida a sua honestidade e valor cultural (STEVENS, 1998: 27).

Com esta atitude, os museus e o património cultural vão desempenhar um papel determinante na preservação dos ativos culturais específicos num mundo cada vez mais globalizado, promovendo as culturas locais distanciando-as de uma cultura universalizada e universalizante (HERREMAN, 1998: 7).

Uma reflexão atenta à situação do universo museológico no nosso país permite-nos constatar uma alteração profunda nos modelos de salvaguarda e valorização do património cultural nacional, que se reflecte numa cada vez maior atenção pública e privada aos problemas do património cultural independentemente da sua tipologia.

As alterações políticas ocorridas depois do 25 de abril, o reforço do poder local, o desenvolvimento de fundações e associações potenciaram o desenvolvimento de uma nova política no setor cultural e patrimonial.

A sucessão dos ciclos políticos do poder democrático marcados por agendas eleitorais a diferentes níveis suscitou o aparecimento de unidades culturais de diferentes dimensões, museus e monumentos de carácter nacional, regional ou local como marcas de afirmação de um determinado mandato ou legislatura.

A adesão à CEE e a possibilidade de recurso a Fundos de Coesão europeus permitiu uma alteração aos modelos dos investimentos próprios reforçando a tendência construtiva de unidades culturais, tais como centros culturais, auditórios, bibliotecas e na mesma linha de pensamento de museus.

Ao longo destes 40 anos assistiu-se ao surgimento e desenvolvimento de movimentos e correntes patrimonialistas, mais ou menos radicais, mais ou menos conservacionistas, que centraram a sua atividade em prol da salvaguarda do património nacional.

Fruto destas tendências podemos assistir à criação de centros históricos em muitas cidades e vilas, com regulamentos de gestão mais ou menos rígidos, à inscrição de diversos bens nacionais nas listas do património classificado pela UNESCO, pela atenção dada ao património etnográfico, ao património imaterial ou outros.

Simultaneamente, assistiu-se ao surgimento desenfreado de unidades museológicas por todo o território. Se por um lado estas unidades museológicas poderiam desempenhar

dos locais visitados:

“Inévitablement, les touristes, lorsqu'ils découvrent un pays, doivent avoir aisément accès aux sites majeurs et aux collections les plus importantes. Le musée leur offre la possibilité de s'initier à la culture du pays qu'ils visitent en voyant des expositions selon toute probabilité représentatives et présentées dans un cadre harmonieux. Les musées sont les mieux placés pour offrir cette commodité aux touristes et ils le resteront.

[...]

En particulier, les musées sont clairement invités à exercer une action directe et positive sur l'échange entre les touristes et la culture du pays visité.

Les musées ont pour mission de recueillir, conserver et protéger tout ce qui est éphémère dans la culture et, ainsi, de contribuer à prévenir l'érosion des identités culturelles”.

um papel crucial na salvaguarda e valorização dos patrimónios nacionais e locais, empiricamente reconhecemos que estas unidades museológicas são, na generalidade, de pequena ou muito pequena dimensão e com recursos muito diminutos, sentindo grandes dificuldades no desenvolvimento da sua atividade em prol da salvaguarda do património.

No inquérito realizado aos Museus portugueses pelo Ministério da Cultura e pelo Observatório das Actividades Culturais, publicado em 1999 podemos constatar um aumento exponencial do número de museus a partir de 1974, o que segundo os autores “... representando também o alargamento significativo dos conceitos de património e, nesse contexto, a valorização dos espólios até então pouco considerados.” (SILVA, 2002: 14)

No mesmo trabalho reconhece-se o papel das autarquias locais, que num momento de mudança se pretendiam afirmar como dinamizadores do território.

Reconhecendo-se esta realidade aquando da publicação referida, afirma-se a necessidade da criação de uma Rede Portuguesa de Museus que funcione como uma entidade normalizadora e qualificadora da realidade museológica nacional. Estando neste momento em fase de relançamento, a Rede Portuguesa de Museus desempenhou ao longo dos anos um papel crucial na valorização do tecido museológico nacional, apontando caminhos para que os museus se transformassem em verdadeiras instituições de salvaguarda do património.

Independentemente do número de museus criados, alguns deles, como referimos sem capacidade de implantação efetiva, assistiu-se a surgimento e desenvolvimento de unidades museológicas municipais de grande importância, tendo estas assumindo no seu território um papel essencial no desenvolvimento cultural dos cidadãos e como estruturas determinantes do desenvolvimento socioeconómico local, garantindo a salvaguarda de bens materiais e do património imaterial das suas áreas de atuação.

Apesar do reconhecimento que os museus têm, consideramos ser essencial uma nova visão, uma articulação em redes que permita um trabalho partilhado, uma promoção articulada potenciando o que cada um tem de melhor e anulando as fragilidades existentes.

Uma nova visão do papel dos museus, acompanhadas por novos modelos de financiamento será essencial para a implantação destas estruturas nas comunidades e no reconhecimento do seu papel enquanto ativador regional, essencial para as dinâmicas turísticas em expansão.

Bibliografia

AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin, 1993 - *Museum Basics*. London: Routledge.

BALTAZAR, Helena Dinamene D. G. Simões, 2008 - *Os turistas no museu: (dis) ou indispensáveis? O caso do Museu de Alberto Sampaio em Guimarães, Tese de Mestrado em Museologia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BENEDIKTSSON, Guobrandur, 2004 - *Museums and Tourism Stakeholders, resource and sustainable development: dissertação de Mestrado*. Goteborg: Goteborg University.

BUTLER-BOWDON, Caroline; HUNT, Susan, 2008 - *Thinking the Present*

Historically at the Museum of Sydney. City Museums and City Development. Plymouth: Altamira Press. p. 75-89.

CRANE, Susan, 2000 - *Museums and Memory.* Standford: Standford University Press.

DAUSCHEK, Anja, 2008 - *A City Museum for Stuttgart Some Issues in Planning a Museum for the Twenty-First Century. City Museums and City Development.* Plymouth: Altamira Press. p. 90-98.

EIREST, 2011 - COLÓQUIO NOUVEAUX MUSÉES, NOUVELLES ÈRES URBAINES, NOUVELLES MOBILITÉS TOURISTIQUES, Université de Paris 1 – Sorbone. Paris: Universidade de Paris 1.

GALLANT, Michèle; KYDD, Gilian, 2005 - *Engaging Young Minds and Spirits: The Glenbow Museum School. Lookink Reality in the Eye Museums and Social Responsibility.* Calgary: University of Calgary; Museums Association Saskatchewan. p. 71-84.

GONÇALVES, Alexandra, 2009 - *Museus e Turismo. Informação ICOM.PT.* Lisboa. série II, 4. p.3–10.

HERNANDEZ HERNANDEZ, Francisca, 1998 - *El museo como espacio de comunicaci3n.* Gij3n: Ediciones Trea.

HERREMAN, Yani, 1998 - *Museums and Tourism: Culture and Consumption. Museum International.* Paris. vol. 50, 199. p.4–12.

HERTZOG, Anne, 2011 - *Ville exposée, ville fragmentée. De la difficulté à muséographier l'urbain.* In COLÓQUIO NOUVEAUX MUSÉES, NOUVELLES ÈRES URBAINES, NOUVELLES MOBILITÉS TOURISTIQUES – axe 1: L'ARTICULATION MUTATIONS URBAINES, MUSÉES ET TOURISM, Université de Paris 1 – Sorbone. Paris: Universidade de Paris 1.

HIGONNET, Anne, 1994 - *A New Center: The National Museum of Women in the Arts. Museum Culture – Histories, Discourses, Spectacles.* London: Routledge. p. 250-264.

HOOPER-GREENHILL, Eilean, 1998 - *Los Museos y sus Visitantes.* Gij3n: Ediciones Trea.

ICOM, 2005 - *Proposal for a Charter of Priciples for Museums and Cultural Tourism.* http://archives.icom.museum/prop_tour.html, 2012.04.29.

JANES, Robert R.; CONATY, Gerald T., 2005 - *Lookink Reality in the Eye Museums and Social Responsibility.* Calgary: University of Calgary; Museums Association Saskatchewan.

KELLY, Lynda, 2009 - *Cultural Tourism and Museums.* In INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON ART MUSEUMS, Taipé Fine Arts Museums, Sydney.

NMDC, 2009(2) - *Museums Deliver.* Londres: NMDC.

PEARCE, Susan M., 1994 - *Museums and the Appropriation of Culture.* London: The Athlone Press.

POULOT, Dominique, 1994 - *Identity as Self-Discovery: The Ecomuseum in France. Museum Culture – Histories, Discourses, Spectacles.* London: Routledge. p. 66-84.

PRÉVÉLAQUIS, 2008 - *City Museums and the Geopolitics of Globalization. City Museums and City Developmen.* Plymouth: Altamira Press. p. 16-26.

ROGOFF, Irit, 1994 - *From Ruins to Debris: The Feminization of Fascism in German-History Museums. Museum Culture – Histories, Discourses, Spectacles.* London:

Routledge. p. 223-249.

SCREVEN, C. G., 2004 - *United States: A Science in the Making. Reinventing the Museum Historical and Contemporary Perspectives on the Paradigm Shift*. Oxford: Altamira Press. p. 160-166.

SILVA, Raquel Henriques da, 2002 - *Apresentação*. In FÓRUM INTERNACIONAL REDES DE MUSEUS – Actas. Lisboa: Ministério da Cultura; Instituto Português de Museus. p. 5.

STEVENS, Terry, 1998 - *Le voyageur chargé d'un lourd fardeau a besoin d'un ami...*. In MUSEUM INTERNATIONAL, n.º 199, Vol. 50, n.º 3. Paris: UNESCO. p. 24 - 27.

WCCD, 1996 - *Our Creative Diversity*. Paris: Unesco.

ZOLBERG, Vera, 1994 - *An Elite Experience for Everyone: Art Museums, the Public, and Cultural Literacy. Museum Culture – Histories, Discourses, Spectacles*. London: Routledge. p. 49-65.

Na senda das redes: caminhos e descaminhos da Museologia no Portugal democrático

Clara Frayão CAMACHO
MUSEÓLOGA; TÉCNICA SUPERIOR DA DIREÇÃO-GERAL DO
PATRIMÓNIO CULTURAL

Resumo:

O artigo explora os antecedentes, a construção e a evolução da noção de rede de museus em Portugal de 1974 a 2014. A abordagem histórica foi sistematizada em torno de cinco etapas: as primeiras propostas (1976-79); o abandono da noção de rede nos anos 1980; a institucionalização da Museologia nos anos 1990; a criação oficial da Rede Portuguesa de Museus nos anos 2000; o período contemporâneo (2012-14).

Palavras-chave:

Redes de museus; Credenciação; História da Museologia Contemporânea; Portugal

Abstract:

This paper explores the origin, building up and evolution of museum networks in Portugal from 1974 to 2014. The historical approach was systematized in five steps: first proposals (1976-79); giving up of the network paradigm in the 1980s; institutionalization of Museology in the 1990s; the current period (2012-14).

Keywords:

Museum networks; Accreditation; Contemporary History of Museology; Portugal

O historial da noção de rede de museus e da sua aplicação em Portugal, de 1974 até à atualidade, entronca na História da Museologia contemporânea, em que a rede surge como figura estruturante da organização dos museus portugueses. Noutro texto anterior (CAMACHO, 2010) fiz o balanço da atividade da Rede Portuguesa de Museus (RPM) nos seus primeiros dez anos de existência. O presente artigo é norteado por uma perspetiva mais ampla, a tentativa de sistematização dos antecedentes e dos momentos-chave de adoção do paradigma reticular aplicado à realidade museológica portuguesa¹.

¹ O artigo insere-se na pesquisa efetuada no âmbito do Doutoramento em História, cuja tese “Creden-

Neste caminho é indispensável apontar o papel precursor de João Couto. Logo no início dos anos 1940, o Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) defendeu uma “Rede de Museus do Estado”, proposta que retomou duas décadas mais tarde, no quadro do surgimento de novos museus municipais e da desequilibrada distribuição geográfica do mapa dos museus tutelados pelo Estado (COUTO, 1941, 1962, 1966). Se em 1941 Couto apontava a “(...) criação ativa e por ora desordenada de tantos Museus em terras portuguesas (...)” (COUTO, 1941:10) para fundamentar a necessidade de alargamento da rede dos Museus dependentes da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, nos anos 1960 voltava a colocar o acento na “má distribuição dos museus” pelo País, “(...) advogando a existência em cada cabeça de distrito de um Museu Regional” (COUTO, 1966: 3).

As preocupações do Diretor do MNAA refletiam a ausência de um ordenamento museológico do País à escala territorial e a desatenção governamental aos museus que não estavam sob a sua tutela, apesar do “bom espírito” do Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, publicado em 1965. As reflexões e os alertas precedentes não tiveram qualquer resultado prático, prosseguindo o nascimento dos museus no seio de diferentes tutelas e sem que fossem criados órgãos e instrumentos formais de articulação entre eles.

1976-79. Um caminho por percorrer: a proposta sueca de uma “rede coerente de museus”

Depois do 25 de abril de 1974, foi no período pós-PREC que surgiram as primeiras tentativas oficiais de reconhecimento, de ordenação e de estruturação do sector museológico português, entre as quais se inseriu a proposta de criação de uma rede nacional de museus. Nesta matéria, durante os primeiros governos constitucionais, foi notável a ação do Secretário de Estado da Cultura, David Mourão-Ferreira². No sentido de suprir as deficiências, fragilidades e problemas com que os museus e os seus profissionais se defrontavam, sob a sua governação foram constituídos quatro grupos de trabalho para o estudo da legislação, da orgânica, do ensino e das carreiras do pessoal dos museus: a *Comissão ad hoc encarregada de estudar a reforma da legislação dos Museus Portugueses*, o *Grupo de Trabalho para o Estudo da Instalação de Novos Museus*, o *Grupo para o Estudo do Curso de Museologia* e a *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural*.

Revelando uma perspetiva internacional e uma consciência das graves carências dos museus portugueses e da inadequação das suas estruturas coordenadoras, David Mourão-Ferreira fez um pedido de aconselhamento à UNESCO no campo da Museologia, visando a melhoria da coordenação entre os museus existentes, a descentralização da sua ação e a criação de “museus de tipo novo com larga participação popular”. Tendo a UNESCO encaminhado o pedido para o Conselho Internacional

ciação, Sistemas e Redes Nacionais de Museus: uma Perspetiva Europeia Contemporânea” (2014) está disponível em <http://hdl.handle.net/10174/11718>.

² Mourão-Ferreira ocupou este cargo sucessivamente em vários governos: no 6º Governo Provisório de Pinheiro de Azevedo (janeiro a julho 1976), no 1º Governo Constitucional de Mário Soares (julho de 1976 a dezembro de 1977) e posteriormente no Governo Mota Pinto (novembro 1978 a junho de 1979).

de Museus (ICOM), foi designado o Diretor do Museu de Västerbotten no norte da Suécia, Per-Uno Agren, para chefiar a missão em Portugal. Com o apoio do MNAA e do *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO*,³ Agren ficou a conhecer profundamente o país museológico, mediante um périplo impressionante de visitas a perto de 30 coleções, museus e projetos locais, e da realização de três seminários, envolvendo mais de uma centena de participantes, em torno do tema “Museus e Populações locais – participação e integração”.

Os Relatórios da Missão UNESCO⁴ destacavam três ordens principais de problemas nos museus portugueses: problemas de instalações, problemas científicos (métodos de aquisição e de documentação das coleções) e ausência de atividades educativas. Face a este quadro de situação, Per-Uno Agren recomendou um conjunto de soluções estruturais, inscritas no longo prazo, a primeira das quais consistia na criação de “uma rede coerente de museus dando uma informação equilibrada sobre a história cultural”. A “Rede de museus” pressupunha a constituição de “museus regionais”, fosse através da modificação dos existentes, fosse através da criação de novas unidades. O modelo era baseado na orgânica museológica sueca, favorecedora da articulação entre os níveis nacional, regional e local, onde os museus regionais desempenhavam funções de apoio aos museus locais e à preservação do património localizado no território envolvente.

A proposta de criação da “rede de museus” era articulada com duas outras recomendações: a reorientação programática dos museus portugueses e a reformulação da formação profissional. Na prática, o Museu de Alberto Sampaio e o projeto de museu local de Montalegre eram propostos, a par de Estremoz, para o incremento de projetos-piloto, voltados para o desenvolvimento de programas educativos dirigidos às comunidades.

A Missão UNESCO terminou em 1979 sem que as suas recomendações fossem concretizadas. O *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO* foi reformulado nesse ano, passando a designar-se *Grupo de Apoio aos Museus Locais e Regionais* e integrado no âmbito da *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural*. O Grupo, embrião de um órgão oficial de articulação e de aconselhamento aos museus locais, veio a desaparecer em 1981, diluindo-se as suas atribuições no Instituto Português do Património Cultural (IPPC), criado no ano anterior.

Anos 1980. Experimentação e abandono do paradigma da rede. Outros caminhos

Quando a Diretora do novo IPPC, Natália Correia Guedes, gizou um *Plano Museológico Nacional*, este documento incluiu como objetivo o estabelecimento de “uma rede museológica nacional”, na qual algumas instituições desempenhariam as funções de “museus coordenadores regionais” e outras constituiriam “museus especializados”

³ Criado, por despacho do SEC de 26 de novembro de 1976, o Grupo de Trabalho Museus-UNESCO era formado por João Manuel Bairrão Oleiro (presidente), Alfredo Almeida, Irisalva Moita, Maria Alice Beaumont e Sérgio Andrade, aos quais se juntaram posteriormente Maria João Vasconcelos e José Lima de Freitas.

⁴ Per-Uno Agren, Portugal – Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions (No. 1). Umea. 1977. Per-Uno Agren, Les Musées Régionaux et Locaux (Rapport n.º 2). Paris. 1979. [UNESCO “Document à diffusion restreinte” FMR/CC/CH/79/123].

(GUEDES, 1981). Ao tentar estabelecer uma ordem museológica para o País, o *Plano* era motivado pela preocupação do IPPC assegurar a coordenação dos monumentos que iriam transitar da Direção-Geral do Património do Estado, não deixando também de se enquadrar no princípio de criação de uma “rede de museus”.

Entendidos como “museus normais”, à semelhança do MNAA, os museus do IPPC localizados nas capitais de distrito prestariam assistência aos “pequenos museus” do respetivo território.⁵ Num momento em que o número de entidades autodenominadas museus conhecia um vigoroso crescimento, a “rede museológica” consistiria numa organização territorial dos museus que se encontravam fora da órbita tutelar do Estado que passariam a estar enquadrados pelas instituições museológicas dependentes do IPPC.

Em dezembro de 1983, na abertura da *Semana de Reflexão Museus e Património Cultural Regional*, organizada pelo IPPC e pelo Instituto Franco-Português (então presidido por Hugues de Varine), a Diretora do IPPC apontava a necessidade de revisão de critérios do *Plano*, em consequência do clima económico que originara um retrocesso na disponibilidade financeira e técnica (GUEDES, 1983).⁶ Assim, após um período experimental de quatro anos, pautado por algumas reuniões descentralizadas, o *Plano Museológico Nacional* esvaiu-se. Dele terá ficado a tradição de apoio técnico a museus da sua área geográfica de influência por parte de alguns museus dependentes do IPPC, localizados fora da capital.

Deste modo, assinala-se no arranque dos anos 1980 o primeiro descaminho da política museológica nacional relativamente à possibilidade de construir uma estrutura reticular de organização e de cooperação museológica de âmbito nacional. Ao longo da década, a questão da “rede de museus” afasta-se da documentação oficial, precisamente numa fase de grande pujança no campo do associativismo patrimonial, da Museologia local, de intensa circulação de ideias e de disseminação de novos modelos, em particular os da Nova Museologia.

No terreno, os municípios materializavam novos museus nos âmbitos territoriais concelhios, associados às políticas culturais e patrimoniais autárquicas. A valorização de diferentes marcos patrimoniais, arqueológicos, edificados, etnográficos e paisagísticos, num modelo de inspiração ecomuseológica, a que o exemplo do Seixal daria forma, moldou a criação dos museus denominados de “polinucleados”. Longe de ser um fenómeno de moda, balizado por esses primeiros anos pós-democracia e pela influência das correntes da Nova Museologia, a polinuclearidade museológica tornou-se uma tendência portuguesa com expressão continuada até aos dias de hoje (CAMACHO, 2009).

Mau grado a ausência de debate em torno de uma rede nacional de museus, emergiram neste período alguns ensaios de cooperação territorial, designadamente no âmbito da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa, onde foi realizado o Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa em 1986. Impulsionado por jovens técnicos dos museus autárquicos, este encontro

⁵ Entrevista a Natália Correia Guedes, 21-9-2012 www.patrimonio.pt. Acedido em 5-12-2012.

⁶ O país vivia então sob o denominado “programa de ajustamento”. Em meados de 1983, o governo de coligação PS-PSD iniciou negociações com o Fundo Monetário Internacional para apoio financeiro, fornecido de outubro desse ano ao final de 1984.

centrou-se na ligação dos museus às comunidades e nas dificuldades enfrentadas pela descaracterização cultural e pela rápida transformação da região em torno da capital. Contudo, o nascente movimento museológico intermunicipal da Área Metropolitana de Lisboa não teve continuidade.

Anos 1990. A institucionalização orgânica da Museologia Nacional e o regresso da ideia de rede

No plano nacional, a década de 1990 foi marcada pela institucionalização central da área da Museologia, destacada da do património cultural e alicerçada num organismo próprio, o Instituto Português de Museus (IPM), criado em 1991.

À cabeça, o IPM tinha o “objetivo de superintender, planejar e estabelecer um Sistema Nacional de Museus, visando a coordenação e execução de uma política museológica integrada”.⁷ Porém, este enunciado não passou de uma intenção. A definição daquele sistema não foi contemplada no diploma, cujo desenvolvimento se limitou ao universo dos museus dependentes, por vezes apelidados coloquialmente de “Rede Nacional de Museus”.

Em 1995 veio a público o *Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português*, da responsabilidade da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e da Comissão Nacional do ICOM, que, partindo de uma análise dos problemas detetados (“explosão museológica”, vazio normativo e diversidade de agentes implicados) e de uma abordagem histórica da legislação do sector, propôs a elaboração de uma nova lei de bases do sistema museológico português. Este documento traçou um significativo conjunto de linhas e de tópicos para uma (re)organização concertada da realidade museológica portuguesa, assente no conceito de sistema (“Sistema Museológico Português”).

Face ao “sistema museológico”, Adília Alarcão, então Diretora do Museu Monográfico de Conímbriga, avançava a ideia de o conjunto dos museus portugueses constituir uma “Rede Museológica”, em que instituições muito diversas e independentes seriam cooperantes⁸, subentendendo que essa não era uma característica inerente aos ‘sistemas’. Estes comentários retomavam os termos de uma proposta anterior, no sentido de ser recuperada a reflexão sobre a “rede museológica nacional encetada nos primeiros anos da década de 80” (ALARCÃO, 1993: 35).

A opção entre ‘sistema’ e ‘rede’ não suscitou um debate conceptual aprofundado neste período e ficou institucionalmente resolvida em 1997⁹, em benefício desta última, uma decisão a que não terá sido alheia a influência do modelo proposto por Adília Alarcão. O diploma orgânico do IPM invocava no preâmbulo a “definição da futura Rede Portuguesa de Museus”, como um dos fatores a motivar a reorganização do instituto. A sumária enunciação desta rede¹⁰ desvelava como elemento inovador a

⁷ Art.º 1º do DL nº 278/91, de 9 de agosto.

⁸ Adília Alarcão, *Documento preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português*, 26-1-1996, pp. 2-3, sem cota.

⁹ DL nº 161/97, de 26 de junho.

¹⁰ “A Rede Portuguesa de Museus será constituída por museus dependentes do IPM ou pertencentes ao Es-

nivelação de tratamento dos museus dependentes e dos ‘outros’, quer públicos quer privados. Todos estariam em condições de pertencer à rede, desde que os respetivos acervos fossem “de reconhecido valor e interesse”. Por conseguinte, a valorização das coleções e não das funções museológicas cunhava a primeira apresentação oficial da RPM. Em tudo o resto, a rede que se visava criar para os museus era uma incógnita, quer pela falta de definição do termo, quer pela ausência de uma reflexão precedente sobre a sua adequação à realidade museológica portuguesa.

O contexto em que surgiu o diploma do IPM e a opção por uma rede de museus devem ser inseridos no quadro mais geral das políticas culturais em Portugal. O modelo das redes de equipamentos culturais promovidas pelo Estado era conhecido, tendo provas dadas nas bibliotecas (*Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas*, 1987) e emergindo nos arquivos (*Rede de Arquivos Municipais*, 1998). Tratava-se de um formato adequado à correção de assimetrias territoriais na distribuição dos equipamentos, usando uma estratégia descentralizadora e promotora de parcerias, em particular entre a administração central e a local (AGREN, 2002; ANICO, 2009; NEVES, 2004; SILVA, 2004). Para apoiar o entendimento destas parcerias, José Soares Neves (NEVES, 2004) convoca o conceito de “democracia cultural”, nascido nos anos 1960, e o de “cultura como fator de desenvolvimento”, que ganhou especial visibilidade na década de 1990 no âmbito do Conselho da Europa. Que à rede de bibliotecas se seguissem as de museus e de arquivos era uma natural evolução de um modelo que colhia consenso político e percorreria governos com diversas bases partidárias.¹¹ Era, assim, numa linha de continuidade e de contaminação que surgia a rede dos museus. Ao fluxo das redes culturais importa acrescentar o novo rumo que o recente Ministério da Cultura de Manuel Maria Carrilho imprimia aos diferentes domínios, num balanço entre transversalidade e sectorialização. Por outro lado, a mudança de liderança do IPM, com a entrada de Raquel Henriques da Silva para Diretora (1997), veio reposicionar as prioridades do instituto e direcioná-lo para o todo museológico nacional.

O segundo aspeto contextual a salientar é o que Augusto Santos Silva designa de “modas terminológicas” que levou à “nomeação celebrativa das redes” (SILVA, 2004: 249). Com *A Sociedade em Rede* de Manuel Castells como pano de fundo (NEVES, SANTOS, & LIMA, 2013), a predisposição para aderir a esta forma de sistema encontrava diversos arautos entre os profissionais dos museus portugueses. Da produção museológica deste período sobressaem contributos para a conceptualização das “redes museais” de âmbito local e regional (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO & CAMPAGNOLO, 1996; LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, 1998) e os fundamentos das “redes museológicas locais”¹². A proposta mais original para a escala nacional é

tado, a autarquias ou a outras pessoas coletivas públicas ou privadas que integrem nos seus acervos espécies de reconhecido valor e interesse.” (Art.º 4º do DL nº 161/97, de 26 de junho)

¹¹ A rede dos museus viria a exceder o formato das suas congéneres, em virtude das alianças estabelecidas, que extravasaram o âmbito municipal e contemplaram pela primeira vez a administração regional autónoma, bem como o sector privado. Distanciou-se ainda pelo lugar concedido à circulação de informação e pela prioridade às componentes técnicas e de formação em detrimento da construção de equipamentos.

¹² H. C. Gouveia, *Proposta de realização de um Seminário sobre redes museológicas locais, em Viana do Cas-*

a de Luís Raposo (RAPOSO, 1999) que distinguia a organização dos museus em três planos. Na base, estaria o universo das entidades reconhecidas como museu; num segundo nível, os museus em rede, “museus aderentes a uma estrutura básica de articulação e fluxo informativo”; numa terceira plataforma, os museus integrantes do “plano museológico nacional”, a requerer uma intervenção mais consistente do Estado.

Por seu turno, os *Encontros Museologia e Autarquias*, nascidos em 1990, ganharam alento e afirmaram-se como eventos marcantes da Museologia portuguesa, dando azo a um movimento de reflexão, em que o tema das “redes de museus”, e particularmente o da “Rede Portuguesa de Museus”, foram objeto de apresentação de comunicações e de questionamento em debates.

Anos 2000. A oficialização da Rede Portuguesa de Museus e a ligação à Credenciação

Num país unitário e com tradição de administração direta da cultura, a liderança do processo de construção da rede de museus esteve do lado da administração pública central, muito embora o impulso ao debate destes temas e a sua colocação na agenda de meados dos anos 1990 tivesse competido aos atores associativos, como se referiu na secção anterior. Neste contexto, foi criada governamentalmente, em 2000, a Estrutura de Projeto *Rede Portuguesa de Museus*, com a competência inicial de estudar e propor o modelo da RPM. Começava a desenhar-se um caminho para a concretização de uma rede formalizada e oficial para os museus portugueses.

Se as circunstâncias de nascimento da RPM concorreram para que o projeto fosse avante, o modelo adotado merece alguma reflexão pela sua singularidade. Não se quer dizer que não tenha sofrido influências internas e externas. Pelo contrário, na sua formatação foi considerada a reflexão nacional anteriormente mencionada. Enquanto no que respeita à credenciação eram escassos os contributos internos (APOM e Comissão Nacional do ICOM, 1996), os prolegómenos da pertinência de uma rede de museus para Portugal atravessaram, como se viu, parte do século XX. Há, porém, que distinguir nas propostas mais recuadas um uso anacrónico do termo ‘rede’, entendido na sua vertente sistémica de organização territorial, sem os atributos de abertura, de policentralismo, de reciprocidade (SILVA, 2004) e de conjunto de elementos “em construção”, abertos a alterações ou retificações (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO & CAMPAGNOLO, 2002) que caracterizam o seu uso contemporâneo. É de recordar que a cronologia de nascimento da RPM na era pós-Castells permitiu a sua inscrição na ótica da *Sociedade em Rede*.

Por outro lado, no plano externo, as pesquisas, encontros e intercâmbios permitiram o conhecimento de uma panóplia de redes de museus e de sistemas de credenciação de países tão diferentes quanto o Reino Unido, a Itália, a França, a Espanha (Catalunha), a Suécia e a Noruega. Porém, a principal singularidade do caso português haveria de consistir na confluência e na justaposição da noção de ‘rede’ com a de ‘conjunto de museus credenciados’, matriz que não estava presente, de raiz, nos sistemas estudados noutros países.

A partir de 2000, a RPM foi institucionalizada em três dimensões: a orgânica, a sistémica e a jurídica. Como serviço, foi acoplada à estrutura da administração central, embora numa posição autónoma e temporária sob a forma de uma Estrutura de Projeto, na dependência da direção do IPM. Como sistema de museus, começou a ser formada de forma experimental, através da “adesão” voluntária das instituições museológicas, evoluindo posteriormente para a credenciação, em vigor até à atualidade. Na dimensão legislativa, foi fixada na Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Em dez anos de atividade, a RPM atravessou quatro fases. A primeira (2000-2003) foi caracterizada por inovação conceptual, programação participada, elevados indicadores de realização, a adesão dos primeiros museus e o lançamento dos eixos da informação e da formação. Seguiu-se a etapa legislativa e reguladora (2004-2006), cujo ponto alto foi atingido com a publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Nestes anos de consolidação, de terreno e de regulação, foi publicado o regulamento da credenciação e lançado o novo programa financeiro, o ProMuseus. Os anos subsequentes (2007-2009) foram anos de reforma e de espera. Estava em curso a reestruturação da administração central e a criação do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), o que introduziu alguma lentidão burocrática, agudizada pela falta de operacionalização do órgão consultivo, o Conselho Nacional de Cultura (CNC), que motivou a estagnação do sistema, ao inviabilizar as entradas de novos museus para a rede. Nesta fase assistiu-se ainda à diminuição dos recursos financeiros. Por breve período (2010-2011) a RPM conheceu um novo ânimo, com o desbloqueamento da credenciação, a consequente expansão da rede e o lançamento dos debates em torno das redes regionais, se bem que os recursos financeiros continuassem a esmorecer. No seu todo, os indicadores globais desta década de atividade são expressivos: 131 museus integrados, 70 ações de formação, 1500 formandos e mais de 400 projetos apoiados técnica e financeiramente.

Em resumo, de 2000 a 2010, o paradigma “uma rede, uma lei, um instituto” norteou as políticas dirigidas aos museus portugueses. A articulação das três dimensões – a reticular, a regulamentar e a orgânica – individualizou o caso português.

2012-2014: Da interrupção ao recomeço

No início de 2012 fechou-se um ciclo da atividade da RPM. Uma primeira leitura do impacto da reestruturação administrativa que conduziu à extinção do IMC e à criação da Direção-Geral de Património Cultural (DGPC), evidencia a manutenção do “reforço, consolidação e superintendência” da Rede Portuguesa de Museus nas atribuições da DGPC¹³, tal como estivera nas do anterior IMC. Contudo, já o novo edifício administrativo estava a ser erigido quando os serviços centrais da RPM foram esvaziados de recursos humanos e de meios e a sua atividade foi interrompida. A desconformidade entre a letra regulamentar da lei e a situação no terreno refletiu-se num hiato com a duração de cerca de um ano. Pela primeira vez, desde o ano 2000, deixavam de existir meios humanos, técnicos e financeiros para responder à dinâmica de evolução desta rede.

Assim, de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2013, a RPM atravessou um período de

¹³ DL n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro.

não-existência, decorrente da falta de pessoal, numa fase institucionalmente instável, em que decorria o processo de transição orgânica para a nova Direção-Geral. Este descaminho teve naturalmente consequências gravosas, de incerteza quanto ao futuro, de descredibilização externa e de desconfiança quanto à continuidade desta linha programática.

A nova equipa técnica entretanto constituída retomou a atividade pública em abril de 2013 com a realização de três reuniões descentralizadas com os museus que integram a RPM. Desde então, a credenciação foi retomada, a RPM passou a ter um novo canal de divulgação, através de uma página na rede social Facebook, enquanto o programa de formação foi relançado em 2014. Lentamente, vai-se retomando o caminho que vinha a ser trilhado, muito embora os recursos existentes sejam mais escassos e os procedimentos da administração pública padeçam de maior lentidão e de menor agilidade no período de assistência financeira.

No nível territorial, emergiram novas realidades de organização em rede entre museus. São merecedoras de atenção algumas dinâmicas de base geográfica e administrativa, por exemplo, na Rede de Museus do Algarve e na Rede de Museus do Distrito de Beja. Nestas redes regionais sobressaem como pontos comuns a iniciativa dos técnicos, o apoio das tutelas políticas, a consensualização de cartas de princípios e as iniciativas no terreno, como as ações de formação, as reuniões temáticas e as exposições conjuntas.

A finalizar, salienta-se alguns desafios atuais. No plano da gestão, urge encontrar o balanço entre a ação de uma plataforma central (sediada na DGPC), os organismos regionais (Direções Regionais de Cultura) e os museus. No quadro territorial, é necessário estimular as redes geográficas de museus nas suas diversas possibilidades (e.g. regionais, Comunidades Intermunicipais, áreas metropolitanas), em plena liberdade de associação e de funcionamento, sem constrangimentos burocráticos ou paternalistas. No âmbito colaborativo, merecem aprofundamento as parcerias e as cooperações intermuseus e entre estes e as organizações sociais e culturais, com base em objetivos consensualizados, projetos concretos e benefícios para os museus e os públicos. No campo estrutural, passada uma década da publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, não foram aproveitadas as oportunidades de reorganização administrativa para dar corpo ao ordenamento museológico territorial e à constituição dos nodos da rede, os Núcleos de Apoio a Museus. Estes poderiam constituir centros de conhecimento especializado e de irradiação colaborativa, desempenhando os papéis para que foram concebidos: prestação de apoio técnico, de cooperação e de articulação do sistema reticular português. Enfrentar estes e outros desafios poderá ajudar a construir um caminho renovado e participado para a evolução das redes de museus em Portugal.

Fontes

ALARCÃO, Adília - *Documento preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português*, 26-1-1996, pp. 2-3, sem cota. Arquivo Histórico do ICOM Portugal.

GOUVEIA, Henrique Coutinho - *Proposta de realização de um Seminário sobre redes museológicas locais, em Viana do Castelo*. 1999. Arquivo pessoal.

AGREN, Per-Uno - Portugal. Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions (No. 1). Umea. 1977. Arquivo Histórico do MNAA.

AGREN, Per-Uno - Les Musées Régionaux et Locaux (Rapport n.º 2). Paris. 1979. [UNESCO “Document à diffusion restreinte” FMR/CC/CH/79/123]. Arquivo Histórico do MNAA.

Legislação

DL n.º 46 758/65, de 18 de dezembro. *D.G. n.º 286/65 – I Série.*

DL n.º 278/91, de 9 de agosto. *D.R. n.º 182/91 – I Série A.*

DL n.º 161/97, de 26 de junho. *D.R. n.º 145/97 – I Série A.*

Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. – Lei-Quadro dos Museus Portugueses. *D.R. n.º 195/2004 I Série A.*

DL n.º 126 A/2011, de 29 de dezembro. *D.R. n.º 249/2011 – I Série.*

Bibliografia

AGREN, P.-U. (2002). Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus. Em Instituto Português de Museus (Ed.), *Actas Fórum Internacional Redes de Museus* (pp. 17–24). Lisboa: Instituto Português de Museus.

ALARCÃO, A. (1993). O património museológico e a(s) tutela(s). *Vértice*, 32–36.

ANICO, M. (2009). Políticas da cultura em Portugal e Espanha. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 7(1), 57–71.

CAMACHO, C. F. (2009). Núcleos Museológicos em Portugal: algumas questões históricas e conceptuais. *Museal Revista do Museu Municipal de Faro*, (4).

CAMACHO, C. F. (2010). Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): Balanço de uma Revolução Tranquila. *Museologia.pt*, (4), 10–33.

CASTELLS, M. (2000). Materials for an exploratory theory of the network society. *British Journal of Sociology*, 51 (4), 5–24.

COUTO, J. (1941). *Congressos e Conferências do Pessoal Superior dos Museus de Arte: Tese Apresentada ao II Congresso Transmontano*. Lisboa: Libano da Silva.

COUTO, J. (1962). Aspectos do Panorama Museológico Português. *Ocidente*, 63, 314.

COUTO, J. (1966). Aspectos do Problema Museológico Português. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, V(2), 3–5.

GUEDES, N. C. (1981). *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

GUEDES, N. C. (1983). Palavras proferidas na Sessão de Abertura. Em *Museus e Património Cultural Regional Semana de Reflexão Organizada pelo Instituto Português do Património Cultural e pelo Instituto Franco-Português*. Lisboa: IPPC.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M. O. (1998). Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas. Em *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias Experiências Perspectivas* (pp. 97–112). Seixal: Câmara Municipal do Seixal.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M. O. & CAMPAGNOLO, H. (1996). Uma forma renovada de entidade museal: uma rede na área dos Coutos Cistercienses de Alcobaça. Em *Actas do 1.º Seminário do Património da Região Oeste* (pp. 252–266).

Caldas da Rainha: PH.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M. O. & CAMPAGNOLO, H. (2002). O conceito de «Rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas. Em Instituto Português de Museus, *Actas - Fórum Internacional Redes de Museus*, (pp. 25–39). Lisboa: Instituto Português de Museus.

NEVES, J. S. (2004). Constituição de redes de equipamentos e seus impactos: o caso da RPM. Em Observatório das Actividades Culturais (Ed.), *Públicos da Cultura – Actas do Encontro organizado pelo OAC no ICS da Universidade de Lisboa, Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003* (pp. 223–240). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

NEVES, J. S., SANTOS, J. & LIMA, M. J. (2013). *O Panorama Museológico em Portugal 2010*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.

RAPOSO, L. (1999). Museus de Arqueologia e Sítios Arqueológicos musealizados – identidades e diferença. *O Arqueólogo Português*, 17, 51–72.

SILVA, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. Em Observatório das Actividades Culturais (Ed.), *Públicos da Cultura – Actas do Encontro organizado pelo OAC no ICS da Universidade de Lisboa, Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003* (pp. 241–283). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

O papel do associativismo na construção de uma política democrática de museus

Luís RAPOSO
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA; ICOM

Resumo

Assinalam-se as dinâmicas diferentes dos domínios da arqueologia, do património arquitetónico e dos museus no “antes” e no “depois” de Abril de 1974. Em relação aos museus acompanha-se a situação do associativismo profissional e cívico, através da análise do processo de criação e do desenvolvimento subsequente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (CNP do ICOM ou ICOM Portugal). Reconhece-se um percurso que leva do elitismo e da governamentalização, próprios do período da Ditadura, à abertura sócio-profissional e ao envolvimento comunitário, próprios da Democracia. Defende-se a tese de que a acção popular em geral, e o movimento associativo em particular, constituem um dos principais pilares do Regime Constitucional português, na configuração particular emergente da Revolução de 1974.

Palavras-chave: Associações; Museus; Arqueologia; Património

Abstract

The different dynamics of archeology, the architectural heritage and museums in the “before” and “after” April 1974 are referred. Regarding museums, the situation of professional and civic associations is observed, through the analysis of the creation process and the subsequent development of the Portuguese Association of Museology (APOM) and the Portuguese National Committee of the International Council of Museums (CNP of ICOM or ICOM Portugal). It is recognized a trail conducting from the elitism and governmentalisation, connected to the period of the Dictatorship, to the socio-professional opening and community involvement, related to Democracy. It is stayed the thesis that popular action in general, and the associative movement in particular, constitutes a key pillar of the Portuguese Constitutional Regime in the particular configuration emerging from the Revolution of 1974.

Keywords: Associations; Museums; Archaeology; Heritage

Chamámos a atenção noutro texto para as diferentes dinâmicas que os domínios do que se tem convencionado chamar por “património cultural” possuíam à data de 25 de Abril de 1974 (RAPOSO, 2014). Procuraremos neste texto aprofundar a situação do associativismo dos museus no “antes” e no “depois” de 1974, para assim melhor verificar o impacte que nele tiveram as transformações da sociedade portuguesa no início do último quartel do século passado.

Importa, no entanto, começar por colocar o universo dos museus – os seus públicos, os seus amigos, os seus profissionais, as suas hierarquias – em contexto social mais amplo, o único que pode verdadeiramente dar conta do carácter revolucionário desse “dia inicial inteiro e limpo” (segundo a celebrada expressão de Sophia de Mello Breyner Andresen) que a vida nos deu a felicidade termos vivido. Durante décadas, a sociedade portuguesa, analfabeta em elevado grau, viveu sob o signo do “parece bem” ou “parece mal”, num provincianismo de costumes e mentalidades que favorecia a postura do “manda quem pode, obedece quem deve”. Existia um fosso imenso entre um “povo” que, no seu alheamento secular, sábio, irónico, sarcástico até, exprimia no fundo modos de vida essencialmente conformistas (segundo os traços que Rafael Bordalo Pinheiro bem documenta no seu “Zé Povinho”), e uma “elite aristocrática”, cuja riqueza derivava muito mais ainda de raízes familiares terratenentes ou do domínio das fileiras das matérias-primas e manufacturas tradicionais do que de verdadeiro investimento capitalista. Com o atraso resultante da resistência salazarista às transformações induzidas pelo pós-guerra (de que é bom exemplo a recusa inicial em aceitar financiamentos no âmbito do Plano Marshall), a verdade é que o quadro intencionalmente rural e subdesenvolvimentista acima referido foi sendo modificado na segunda metade do século XX e uma nova classe média começou a emergir nos centros urbanos ou na sua periferia, sendo dela que tiveram origem, em elevada percentagem, os diversos processos de democratização que levaram do “baby boom” dos anos de 1950 ao “sejamos realistas, exijamos o impossível” do final dos anos de 1960. Com o emergir da guerra nas colónias e a inerente necessidade de mobilização acrescida, essa nova classe média, incentivadora da promoção social através do estudo, deu origem a que liceais e universitários se tivessem tornado em milicianos, sargentos e oficiais, do que resultou um novo exército e com ele um novo espírito transformador.

O panorama social indicado constitui o substrato profundo em que assenta a Revolução de 1974. Na área do património cultural – expressão que, ela mesma, constitui sintoma da alteração em curso, posto que surge somente pela primeira vez, com dignidade oficial, na designação de uma “Divisão do Património Cultural”, criada em 1973 no interior da orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (Decreto Lei nº 582/73, de 5 de Novembro), sendo certo que os conceitos prevaletentes eram então ainda os da ideologia do Estado Novo, cristalizados em termos e expressões como “património artístico da nação”, “monumentos pátrios” ou “folclore” – o quadro instaurado em 1974 revela-se desde logo no conteúdo da primeira Constituição Democrática, de 1976, onde se estabelecem os princípios que alicerçam o novo Regime, dos quais cumpre salientar os seguintes: (a) a cultura e o património cultural como direito dos cidadãos e dever do Estado: “Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares... Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a

garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico” (Artº 66º); “Todos têm direito à educação e à cultura... O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados” (Artº 73º); “O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português.” (Artº 78º); e (b) o papel das associações (conforme supracitado) e dos cidadãos em geral, reforçado através do “direito de acção popular” (Artº 49.º).

Estes preceitos constitucionais vieram a enformar a primeira Lei de Bases do Património Cultural Português, de 1985 (Lei nº 13/85, de 6 de Julho), onde se salienta o papel das ADP’s: “As associações de defesa do património, adiante designadas por ‘ADP’, são as associações constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural; As ADP têm direito a pronunciar-se junto do IPPC, dos órgãos da administração autárquica, bem como das entidades cuja acção se situe na defesa do património cultural, sobre tudo quanto a este respeite; As ADP terão assento no concelho [sic] consultivo do IPPC, sendo o seu representante designado segundo os próprios critérios das associações e só por elas poderá ser removido ou substituído” (Artº 6º). Reconhece-se aí também, explicitamente, o “direito de acção popular” neste domínio: “Qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis, bem como qualquer ADP legalmente constituída, tem, nos casos e nos termos definidos na lei, o direito de acção popular de defesa do património cultural” (Artº 59º). Este princípio da “acção popular” viria a ser regulamentado mais tarde, em 1995, através de lei parlamentar que no Artº 1º estabelece a sua aplicação ao património cultural e no Artº 2º refere o papel privilegiado do Movimento Associativo (Lei nº 83/95, de 31 de Agosto).

Como se verifica, o associativismo em geral e em particular o associativismo patrimonial encontra-se na matriz do Regime Democrático português. Na arqueologia, a condição tradicional de “mal-amada” de todos os *establishments*, potenciou o imediato envolvimento no novo quadro, de tal modo que três meses depois de Abril, em 29 de Junho de 1974, tinha lugar no Ateneu Comercial de Lisboa um “plenário de arqueólogos” épico, com cerca de centena e meia de participantes, onde se esgrimiram argumentos os mais díspares, centrados quase todos no combate ao “sistema de grupos” ou de “capelinhas” (ligadas em grande medida a instituições públicas, nomeadamente universitárias, que se guerreavam entre si, por vezes de forma bem visível) e aos “organismos oficiais, que tal como todo o aparelho de Estado Fascista de que faziam parte, eram cúpulas perfeitamente desligadas da base”. Pretendia-se “assegurar uma verdadeira democratização da Arqueologia”, o que passaria pela criação de um Serviço Nacional de Arqueologia (“à semelhança do Serviço Nacional de Saúde, agora reformulado”), um organismo “eleito e controlado pelo Plenário dos Trabalhadores de Arqueologia”. Sendo certo que quase nenhuma das propostas iniciais deste Plenário viria a ser adoptada, o ímpeto transformador e a força da participação associativa foram tais que tanto ao nível de organismos de consulta como no plano da estrutura do aparelho de Estado se pode dizer que a área da arqueologia foi até à década de 1980 a mais inovadora e porventura também a mais democrática (cf. RAPOSO, 1993 e 1995).

Na arquitectura principalmente (embora em certos casos também noutras ou até em todos os restantes campos patrimoniais) desenvolveu-se o poderoso movimento das Associações de Defesa do Património, vulgo ADP's (CANAVARRO, 2003), que chegaram a ser mais de duas centenas. Os primeiros grandes atentados ao património arquitectónico do pós-25 de Abril, como a destruição da igreja românica de Joane, ocorrida em Março de 1978, reforçaram muitíssimo este movimento popular e mobilizaram-no para plataformas de organização mais elevadas. Em Alcobça (cidade onde 1975 fora fundada a primeira ADP do pós-1974), teve lugar entre 24 a 29 de Maio, dois meses passados do escândalo de Joane, um *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, onde foi criado um “Grupo de Trabalho Inter-Associações” que organizou depois um 1º Encontro das Associações de Defesa do Património, em Janeiro de 1980, na cidade de Santarém. “As conclusões deste encontro constituem um manifesto de ruptura em relação ao passado e proposição de uma agenda dirigida à administração central e local, às entidades corporativas e organismos públicos, à sociedade e à economia do património” (CUSTÓDIO e RASQUILHO, 2010). Foi no seguimento do Encontro de Santarém que a já então criada Secretaria de Estado da Cultura “despertou” e patrocinou a criação de uma “Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património”, assente em grande medida no movimento das ADP's (*idem, ibidem*).

Deste brevíssimo enunciado resultam duas ideias que nos parecem de reter. Primeiramente, a constatação de que no rescaldo imediato da Revolução de Abril de 1974, o movimento popular se dirige muito mais para o campo do património cultural do que para o do património natural, que viria depois a ganhar grande pujança e mesmo ser sobrelevante, embora a matriz inicial indicada tenha feito que numerosas associações mantivessem, e mantenham ainda hoje, actividade em ambos os sectores (v. CANINAS, 2010); de toda a evidência, em tempos de revolução e fervor patriótico, os valores da memória são aqueles em que melhor se estribam as bases de qualquer refundação do contrato social. Seguidamente, assinala-se o atraso do Estado em sentido amplo (aparelho central, mas também estruturas académicas, corporativas e municipais) em adaptar-se aos “novos tempos”, especialmente naquilo que eles tinham de centralidade do movimento popular, nomeadamente associativo.

Este último aspecto encontra-se bem patente, no domínio do património arquitectónico, pela história da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS). Importa reter que o ICOMOS foi criado apenas em 1965, em Varsóvia, surgindo por emancipação a partir do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), criado este em 1947. Todavia, contrariamente ao ICOM, que sempre se considerou a si próprio como uma “organização não-governamental” (constituindo o pilar da chamada “sociedade civil” dentro do sistema da UNESCO, que por sua vez possui em paralelo o pilar dos representantes governamentais), o ICOMOS, dependendo dos países e das circunstâncias, aceitou na origem, e manteve durante muito tempo (como, de resto, o fez em certa medida o ICOM), alguma ambiguidade quanto a esta matéria, permitindo que as comissões nacionais pudessem ser muito mais institucionais e de nomeação governamental do que eleitas pelos profissionais. Compreende-se que assim fosse pela circunstância de a quase totalidade dos profissionais e das instituições potencialmente integrantes do

ICOMOS serem, naquela altura (e ainda hoje em muitos países), agentes e serviços do aparelho central das administrações públicas, mais coarctados nas suas liberdades técnicas e cívicas, e não possuindo monumentos e sítios autonomia de gestão e *intelligentzia* própria. Não admira, pois, que para a criação da Comissão Nacional Portuguesa fosse formalmente convidada pelo ICOMOS internacional a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (CORREIA, 2007). Com o tempo, esta representação orgânica acentuou-se a tal ponto que só muito tarde, na realidade apenas na primeira metade de 1980, houve lugar à “refundação” democrática do ICOMOS PT. E ainda aqui dentro de limites e condições algo tuteladas, já que o ímpeto para a mudança decorreu sobretudo do rearranjo do aparelho de Estado, com a criação em 1980 do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), no interior de uma área da Cultura em crescendo – processo não isento de tensões disciplinares e sociológicas, promotoras de lutas mais ou menos surdas e de movimentações destinadas a alterar correlações de forças e aumentar influências (haja em vista que os membros individuais do ICOMOS PT eram somente 18, em 1980, e já eram 47, em 1982) (CORREIA, 2007).

A situação dos museus no “antes” e no “depois” de 1974, quer a associativa, de que nos ocupamos neste texto, quer a institucional (aparelho de Estado), foi bem diversa de qualquer dos dois campos acima indicados. Sem querermos ser demasiado redutores, e chamando a atenção para a vasta bibliografia que haveria de compulsar (cf. GUEDES, 1988), ousamos dizer que os museus eram, em geral, mais elitistas e os seus (poucos) profissionais, muito menos militantes e interventores do que os da arqueologia ou até da arquitectura e património artístico, na vertente do movimento das ADP's. Mas eram também os museus mais, ou até muito mais, envolventes e dinâmicos do que a da situação do ICOMOS PT, como o revela a actividade da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), que tinha sido criada em 17 de Setembro de 1965.

Segundo relata Maria Manuela Mota, em texto de balanço de quatro décadas da APOM (MOTA, 2005), que aqui seguimos e cuja disponibilização muito agradecemos a António Nabais, actual Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, a iniciativa da criação da Associação baseou-se no desejo de duas “jovens conservadoras” (Maria Helena Maia e Melo e Maria Manuela Soares de Oliveira), alentadas pelos “amigáveis passeios culturais pelo país e as sessões informais promovidas pelo Dr. João Couto, às 3as. Feiras no Museu Nacional de Arte Antiga”. Apresentada a ideia a Maria José de Mendonça (“a pessoa mais adequada para ponderar e dinamizar este sonho”), e deixado o processo à consideração hierárquica (o sentido da hierarquia e do seu respeito perpassa toda a narrativa), ela viria a ser adoptada numa dessas sessões de 3as feiras, “inspirada na sua congénere internacional, o ICOM”, passando-se depois à fase da formalização dos estatutos (“vencendo as muitas dificuldades que o governo punha à constituição de associações de profissionais”), que seriam publicados em “Diário do Governo” de 14 de Outubro de 1965, dois dias depois da eleição dos primeiros corpos gerentes: Mário Tavares Chicó, Presidente da Assembleia-Geral, e Maria José de Mendonça, Presidente da Direcção. Na mesma ocasião, “o Dr. João Couto ‘pela sua prestigiosa e exemplar obra de museólogo insigne e por todo o grande interesse com que acompanhou a constituição da APOM’ foi por unanimidade nomeado primeiro sócio honorário”.

Como se verifica, a génese da APOM situa-se no interior do núcleo mais elitista

dos museus portugueses nos anos de 1960. Isto a condiciona matricialmente, mas tem de ser visto em perspectiva, tanto em relação à época e ao meio social, como em relação ao estatuto da CNP do ICOM, que adiante abordaremos, o qual seria certamente de molde suscitar algum sentimento de orfandade por parte de “jovens conservadoras”. Pode, pois e não obstante o elitismo, dizer-se que a APOM surge com intenções “democratizantes”, nos limites em que o termo pode aqui ser usado. Prova disso é a procura de alargamento do campo da acção, onde se incluem “várias reuniões de debate e informação, visitas de estudo dentro e fora de Lisboa” e até “um seminário de âmbito nacional muito participado: Museus e Educação” (1967) – um encontro que revelava um caminho novo, mais dinâmico e mais inclusivo, que poderia ser seguido e do qual existem sinais pouco antes de 1974. Com efeito, em 13 de Janeiro de 1973 teve lugar um seminário sob o tema “Actividades e expansão da APOM”, no qual “estiveram presentes cerca de 50 sócios” e se constituíram grupos de trabalho para tratar de “a) elaboração de um ficheiro geral dos Museus, Coleções e Palácios Nacionais, b) elaboração de um programa de visitas guiadas para sócios, c) organização de exposições itinerantes e d) promoção da edição regular do Boletim APOM” (que viria a iniciar-se em “Abril desse ano e que se manteve durante 11 anos sem interrupção com uma periodicidade trimestral”).

“O 25 de Abril de 1974 trouxe, com as novas ideias, possibilidades mais amplas à Associação e também alguns obstáculos que foi necessário vencer” – diz, no texto que temos vindo a seguir, Maria Manuela Mota, eleita entretanto presidente da APOM, em Novembro desse ano, tendo pela frente dois “problemas magnos”: “a democratização da APOM (sua transformação em Sindicato que era então panaceia genérica) e a reformulação dos estatutos, a necessitar de actualização.”

E continuamos a citar a autora: “Foi promovida uma magna reunião debate, para se tratar do primeiro assunto, num grande pavilhão da Feira Popular, em Lisboa, incluindo todo o pessoal dos Museus, tendo o Norte comparecido em peso com estandartes e palavras de ordem. Foi uma reunião épica em que felizmente se gorou a ideia da transformação da APOM em sindicato já que este não servia os fins estatutários da mesma: estudo da museologia e dos domínios que e a enformam”.

Fechada a dimensão sindical (percebe-se nas entrelinhas também o alívio de ter vista ultrapassada a agitação e a abertura a “todo o pessoal dos museus”), mantendo uma dimensão de espaço de encontro e confraternização de conservadores e outros especialistas, muito seleccionados estes (principalmente “cientistas”, cuja sedução seria grande num meio dominado pelas humanidades...), dimensão algo restrita do ponto de vista cívico e herdada do elitismo inicial (“interessantíssimas visitas de estudo a numerosos museus e exposições e sítios arqueológicos do todo o país” e do estrangeiro; e “reuniões mensais de sócios para apresentação e debate de temas museológicos”), a APOM soube, no entanto, incorporar o espírito dos novos tempos através dos chamados *Colóquios da APOM*, de que o primeiro se realizou em Novembro de 1975, reunindo cerca de 120 participantes vindos de todo o País, sob o tema “propositadamente provocatório” de “Museus, para quê?”, aberto “às múltiplas opiniões do conceito de museus, à inserção deste na sociedade e à sua participação activa na vida das comunidades, fomentando uma ampla discussão.”

Nunca é demais salientar a importância que tiveram os *Colóquios da APOM* num

momento que bem se pode designar como a “idade de ouro” daquela Associação. O mero enunciado de temas, locais de realização e datas dá conta do dinamismo então havido: “Panorama Museológico Português: carências e potencialidades” (Porto, 1976), “Museus de Região” (Ponta Delgada, 1977), “Museus Universitários” (Coimbra, 1978), “A Carta Museológica” (Lisboa, 1979), “Museus e Informática” (Lamego, 1981), “Museus e Monumentos” (Évora, 1982), “Museus modernos: Conceitos e Contextos” (Sintra, 1985), “Museus e extensão cultural” (Faro, 1986), “A Escola vai ao Museu” (Lisboa, 1987), “Arquitectura de Museus” e “Formação profissional” (Aveiro, 1988). Na passagem da década de 1980 para a de 1990, dois Colóquios surgem como que a coroar todo o movimento anterior e marcam também, de certo modo, o seu epílogo: “Perspectivas para a década de 90” (Funchal, 1990) e “O Livro Branco dos Museus” (Viseu, 1991). Depois deles o relançamento da actividade da APOM será garantido a partir de meados dos anos de 1990, no seguimento da aprovação de novos estatutos, outorgados por escritura pública de 13 de Julho de 1994 – mas dessa fase não trataremos já no presente texto.

Para além dos Colóquios, a APOM desenvolveu também no período em apreço importante actividade no que respeita à promoção de “boas práticas” por parte dos museus e dos seus profissionais e à exigência de políticas de museus que servissem esses desideratos. Merecem especial referência quer a luta denodada de alguns dos seus membros (caso de Fernando Bragança Gil) em prol da formação superior em museologia (NABAIS, 2005), quer a participação formal da Associação nos sucessivos órgãos consultivos do Governo em matéria de política cultural e de museus.

Importa finalmente mencionar a organização em que os iniciais fundadores da APOM se dizem ter inspirado e a que, de resto, reconhecem ter recorrido amiúde, no sentido do apoio às suas actividades (como no caso dos convites a profissionais prestigiados estrangeiros, nomeadamente para participarem nos *Colóquios da APOM*). Falamos do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e mais concretamente da sua Comissão Nacional Portuguesa (CNP).

Indicámos já antes, a propósito da criação do ICOMOS, como o ICOM nasceu entre 1946 e 1947, ainda no ambiente do pós-guerra, com a missão de se constituir em “organização não-governamental” capaz de fornecer ao sistema das Nações Unidas, através da UNESCO, o sentimento dos profissionais e das próprias instituições, assim como da opinião pública em geral, relativamente quer às políticas de museus (a nível nacional e a nível internacional), quer ao comportamento deontológico dos seus profissionais. E é curioso notar a diferença que se estabeleceu quando pela primeira vez em ambos os casos houve diligências para que Portugal aderisse a estas novas instituições. Em relação aos monumentos e sítios (ICOMOS), o convite foi, como já vimos, dirigido ao departamento do Estado respectivo, a DGEMN. Quanto aos museus, é ao Director do Museu Nacional de Arte Antiga, João Couto, que em 1949 se solicita a atenção para o ICOM, na sequência da vontade do Comité Executivo central ver criados mais Comités Nacionais. Nesta dissemelhança, do tempo da ditadura, existe toda a diferença que separa monumentos e sítios de museus: os primeiros não têm em geral quem “fale por eles” nos próprios locais, sendo administrados na retaguarda, centralmente ou regionalmente; os segundos, possuem identidades e equipas próprias e tendem a ultrapassar os diferentes arranjos administrativos (e as amarras pessoais...)

em que se vai muitas vezes consumindo a governação corrente. Uma diferença tão básica que espanta como, passadas as décadas, não tenha ainda sido entendida por certos gestores do património, como aliás provam as reformas recentes do aparelho de Estado português nestes sectores.

As diligências acabadas de referir deram origem à constituição da primeira Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, por Portaria governamental de 2 de Maio de 1952, publicada no “Diário do Governo” de 7 de Maio seguinte, logo depois de Portaria que aprovava os estatutos e também nomeava a direcção da “Obra das Mães pela Educação Nacional”. Era assim o regime da chamada “democracia orgânica”: para quê eleições e outras minudências, esbanjadoras de dinheiros, dispersivas de vontades e incertas quanto aos resultados (podendo até abrir a porta a mediócras, demagogos ou, quem sabe, pior ainda, a agentes subversivos), se pelo Governo poderiam ser nomeados... os melhores, certamente (algo que as mais recentes composições dos órgãos consultivos do Governo em matéria de políticas do património cultural e dos museus reproduzem, ainda que mitigadamente, porque neles prevalece também a parte das inerências de cargo e das nomeações sobre a dos eleitos representativos de associações e segmentos sociais independentes).

Bem se pode dizer que no caso vertente foram escolhidos, senão “os melhores”, pelo menos os mais institucionais, num critério em que os museus parecem surgir ainda como que minorizados, colocados debaixo da tutela irradiante da universidade. Com efeito, sob direcção do Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (João Ferreira de Almeida), privilegiam-se os professores catedráticos ou equiparados, ainda que em certos casos directores de museus nas respectivas instituições (Damião Peres, João Silva Dias, Alberto Xavier Marques, Artur Ricardo Jorge, Mário Tavares Chicó Américo Pires de Lima). Vêm depois os directores dos Museus Nacionais: Arte Antiga (João Couto), Arte Contemporânea (Diogo de Macedo), Coches (Augusto Pinto) e Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos (Manuel Heleno). Há ainda lugar para o director do “museu do Regime”, Arte Popular (Francisco Laje) e para os responsáveis do Aquário Vasco da Gama (José Monteiro Guimarães), Jardim Zoológico de Lisboa (Fernando Viegas da Costa) e Conservatório Nacional (Ivo Cruz).

Mais tarde, em 16 de Fevereiro de 1962, nova Portaria altera a composição da CNP do ICOM, reduzindo-a consideravelmente, pela quase anulação da carga universitária e de instituições para-museais que, embora incluídas na definição do ICOM, não constituem verdadeiramente museus, na percepção portuguesa mais comum. Ou seja, passada a gravidade do primeiro acto fundador, normalmente dado ao pomposo, politicamente bem comportado e sociologicamente reverenciador da “velha senhora” (a Universidade), reconduz-se a CNP do ICOM ao âmbito do que verdadeiramente estava em causa: os museus. Assim, sob presidência do mesmo Director-Geral, os membros passam a ser (e a ordem não será talvez despidianda): Alberto Xavier Marques (professor da Universidade de Coimbra onde era director do Museu e Laboratório Antropológico), Manuel Heleno (director do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos), Mário Chicó (director do Museu de Évora), João Couto (director do Museu Nacional de Arte Antiga), Augusto Cardoso Pinto (director do Museu Nacional dos Coches), Manuel Figueiredo (director do Museu Nacional Soares dos Reis) e António Gonçalves (director do Museu de Aveiro).

Ainda mais tarde, nova composição é estabelecida através de Portaria publicada no “Diário de Governo” de 25 de Julho de 1967. Sob a mesma presidência (o desempenho de altos cargos administrativos, como o de Director-Geral, era naqueles tempos longo... tão longo como a continuidade do Regime), estabelece-se nova composição onde começa a ser notória a emergência de um aparelho de Estado central na área dos museus, com alguma, embora tímida, ascendência sobre os museus propriamente ditos: o inspector superior de belas-artes (João Bairrão Oleiro), os directores dos museus Bocage (Germano Sacarrão), de Etnologia do Ultramar (António Jorge Dias), Nacional de Arqueologia e Etnologia (Fernando de Almeida), Nacional de Arte Antiga (Maria José de Mendonça), Grão Vasco (Fernando Russell Cortés), do Instituto José de Figueiredo (Abel de Moura) e pela primeira vez um mero “conservador dos museus, palácios e monumentos nacionais, que desempenhará as funções de secretário” (Carlos de Azevedo).

Como se vê não era certamente por não serem compostas pelos “melhores” e “mais representativos” que as CNP do ICOM antes de 1974 poderiam ser olhadas com suspeição. Antes pelo contrário. A sua aura institucional, e até o prestígio pessoal dos seus membros, eram de tal modo fortes que, em clima de “respeitinho é muito bonito”, se sentiu que melhor seria criar outra associação, mais ligada ao comum das gentes, por muito elitistas, ou distintas, que estas ainda também se considerassem ou de facto fossem. Assim surgiu a APOM, como procurámos indicar. A CNP do ICOM, em si, era isso mesmo: apenas uma comissão, de nomeação governamental. Pensar que fosse uma organização de base, detida pelos profissionais e pelos museus, com corpos gerentes eleitos democraticamente, seria assim como “pedir o impossível”. A democracia não morava cá, senão a orgânica. E num ambiente socialmente tão correcto como o dos museus, o servilismo, caro a uma certa maneira de ser português, especialmente no funcionalismo público, faria com que qualquer outro cenário estivesse fora de cogitação ou, no mais íntimo de cada um, fosse até considerado subversivo e por isso impróprio de “pessoas de bem”.

Tudo ia, pois, pacatamente fluindo em “português suave”. Repartiam-se os papéis político-sociais entre APOM e CNP do ICOM e o próprio ICOM central, em aplicação da sua *real politik*, não cuidava então de saber das bases democráticas dos seus comités nacionais. Como de resto ainda hoje o não faz, ou fá-lo de forma muito retraída, para não alienar países que ajudam a compor o seu belo número de mais de 120 comités nacionais – e isto apesar de mais de 80% dos seus mais de trinta e três mil membros individuais serem europeus, garantindo por isso amplamente à organização a matriz civilista e democrática, que proclamam em documentos doutrinários e piedosamente exigem em sucessivas assembleias-gerais ser por todos respeitada.

O vendaval que percorreu o País em 1974 depressa chegou à CNP do ICOM. Mas entrou de mansinho, apenas através de fresta aberta em pequena janela pouco arejada. Em 28 de Novembro de 1974 tem lugar uma “assembleia-geral” em que os participantes se poderiam contar pelos dedos das mãos... A intenção era “refundar” a CNP, democratizando-a nos termos dos estatutos gerais da organização. Deve a propósito notar-se que nunca antes de 1974 tinha sido possível instituir entre nós plenamente, de direito, o ICOM Portugal porque os respectivos estatutos deveriam seguir os da organização a nível mundial e tal se mostrava inconveniente, ou até

impossível (e para percebermos a realidade vigente basta recordar o que já antes assinalámos, citando Maria Manuela Mota, quanto à dificuldade em fazer aprovar os estatutos da APOM). Um grupo de trabalho *ad-hoc*, que também assegurou a mesa no início dos trabalhos (Carlos Azevedo, João Bairrão Oleiro e José Luís Porfírio), tinha preparado uma nova proposta de estatutos, induzida por sugestões recebidas das reuniões anuais havidas em Paris e do Comité Executivo central do ICOM. Elegeram-se novos corpos gerentes. Mas tudo se passou numa espécie de “baralhar e dar novo”, salvo talvez pela maior abertura a conservadores, alguns jovens, e não somente a directores de museus consagrados, como anteriormente. Maria José de Mendonça, é eleita presidente; Natália Correia Guedes, secretária; Maria Helena Mendes Pinto, tesoureira; João Bairrão Oleiro e Carlos Azevedo, vogais. No Conselho Fiscal, José Luís Porfírio. E na Assembleia-Geral deu-se o caso insólito de ser forçada segunda votação porque na primeira teria havido um voto para alguém que afinal não pertencia à CNP do ICOM, Adília Alarcão. Corrigido o lapso, elegeu-se Maria Teresa Gomes Ferreira.

O clima geral que se depreende da acta é o de um evidente continuismo, embora mais aberto, como já assinalámos, a conservadores e até a alunos tirocinantes de conservador, que se percebe terem sido induzidos a inscreverem-se no ICOM. Ao secretário da anterior CNP, nomeado em 1967 e ainda em funções, Carlos Azevedo, é exarado em acta um voto de louvor; e chega mesmo a dizer-se que o novo quadro societário, resulta (os mais incautos subentenderão que apenas) da demissão do anterior presidente – algo que afinal poderia ocorrer normalmente, em qualquer momento, sem que fosse preciso haver uma revolução democrática pelo meio. Os “tiques antigos” continuam presentes, mesmo quando se exprime a vontade de não desagradar ao novo Poder, ao qual se deveriam previamente dar a conhecer os estatutos, para verificar se estariam em conformidade com a lei (como se numa democracia esta não fosse apenas competência dos registos notariais, num primeiro instante, e dos tribunais, depois). Finalmente, reconhece-se que também o ICOM central tem de concordar com as transformações operadas.

Os estatutos emergentes desta “assembleia-geral” (bem diferente tanto do “plenário dos arqueólogos” como da “magna reunião debate” da APOM realizados no mesmo ano e já antes mencionados neste texto) viriam a ser formalizados através de escritura pública realizada em 20 de Maio de 1975, sendo outorgantes Maria José de Mendonça, Natália Correia Guedes e Maria Helena Mendes Pinto. Foram depois publicados no “Diário da República”, em 17 de Junho de 1975, e pela primeira vez fica estabelecido o princípio básico do ICOM, podendo portanto dizer-se que em bom rigor a fundação do ICOM Portugal data desta ocasião: “A Comissão Nacional é uma organização não-governamental que assegura a comunicação entre o ICOM e os seus membros, representa os interesses profissionais dos técnicos dos museus e contribui para o financiamento daquela organização internacional, bem como para a realização dos programas que visem um melhor conhecimento e utilização dos museus” (Artigo 2º).

Foram precisos sete meses para que, em 18 de Dezembro de 1975, se tivesse concretizado a eleição dos primeiros corpos gerentes. Na Mesa da Assembleia-Geral, Fernando Bragança Gil (presidente), Fernando Lanhas (vice-presidente), Maria José Taxinha e Maria Clementina Quaresma (secretárias). No Conselho Fiscal, Maria Alcina

Afonso dos Santos (presidente), Maria Adelaide Andrade Maia e Ana Paula Abrantes (vogais). Na Direcção, Maria Teresa Gomes Ferreira (presidente) Maria Fernanda Passos Leite (secretária), Sérgio Guimarães de Andrade (tesoureiro), Vítor Pavão dos Santos e Luís Manuel Teixeira (vogais). É extraordinária a renovação ocorrida, sendo ela geracional e sociológica. De toda a evidência, o tempo corria veloz e os treze meses que mediaram entre a aprovação inicial dos estatutos e estas eleições tinham provocado mudanças profundas. Sem rupturas pessoais, já se vê, que sempre seriam indesejáveis e alheias aos nossos “bons e brandos costumes”, especialmente num meio conservador dominado por conservadores. Mas torna-se óbvio que o mundo dos museus estava realmente a mudar, a tal ponto que até os “mais pequenos” e “periféricos” começavam a ser considerados.

Este último aspecto não é de somenos. Um dos principais e mais interessantes desenvolvimentos dos museus portugueses em Democracia foi a importância crescente dos museus municipais, iniciada ainda na década de 1970 com casos como o do Ecomuseu do Seixal (começado a organizar ainda em 1979 e formalmente inaugurado em 1982, museus e movimento associado que viriam a dar lugar aos Encontros “Museologia e Autarquias” (iniciados em 1990) e mesmo, uma década depois, à criação de uma Secção de Municípios com Museus, no seio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. No mesmo âmbito poderemos também situar a criação, em Lisboa, em 1985 e na sequência do II Ateliê Internacional da Nova Museologia (o 1º Ateliê tinha sido realizado um ano antes no Québec, dando origem à chamada “Declaração do Québec”), do Movimento para a Nova Museologia (MINOM), muito inspirado no início pela experiência dos ecomuseus e, em geral, do território e dos vínculos comunitários, como alternativas a um conceito de museu mais tradicional e elitista de museus, entendido como “templo das musas”.

Trata-se este de um percurso que, em boa verdade, começa a ganhar forma muito cedo, talvez quando (finais de 1975, inícios de 1976), Portugal solicitou à UNESCO aconselhamento para o sector dos museus, tendo o ICOM indicado Per-Uno Agren – um especialista sueco muito ligado a experiências de museologia local e regional, com forte conteúdo educativo (cf. CAMACHO, 2008 e VASCONCELOS, 2008). Desta Missão UNESCO, como ficou conhecida, resultaram três deslocações ao nosso País entre 1976 e 1979, concretizadas em visitas aos museus portugueses (cerca de 50 foram visitados), em particular aos museus locais, e cursos de formação descentralizados, em que participaram mais de uma centena de pessoas (AGREN, 2002). Embora as recomendações constantes do relatório que Agren redigiu no término da Missão não tivessem tido na altura seguimento por parte do governo português, inspiraram algumas das medidas tomadas pelo IPPC no início dos anos oitenta, na elaboração do Plano Museológico Nacional, que, contudo, vieram a ser interrompidas. Muitos anos mais tarde, já em 2000, quando foi delineada a Rede Portuguesa de Museus, as propostas de Per-Uno Agren de 1979 para a criação de uma rede de museus em Portugal revelaram toda a sua actualidade (CAMACHO *et al.*, 2001).

Dependendo embora das conjunturas governativas, na sua maior ou menor capacidade de intervenção, o ICOM Portugal pode dizer-se que a partir da sua (re) fundação em 1975 ganhou nova dimensão, que foi especialmente acentuada na década de 1980. Natália Correia Guedes documenta-o em texto de balanço (GUEDES, 2009)

onde se constata intensa actividade nacional e também internacional, expressa neste caso através de “cinco Encontros de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, dois Encontros das Comissões de Portugal e de Espanha e organização de uma exposição itinerante, sobre ‘Museus Portugueses’, destinada aos Países lusófonos.” Vale a pena reter a seguinte passagem deste estudo, pelo que traduz do reconhecimento do papel associativo na criação do novo quadro institucional que vai dar início àquilo que nós mesmos e outros autores temos chamado de “revolução silenciosa” nos museus: “Convém aqui recordar – diz Natália Correia Guedes – que a CNP [do ICOM] esteve decisivamente ligada à criação do IPM [Instituto Português dos Museus]; de facto, integrada num dos mais importantes objectivos que se propusera levar a bom termo, a dignificação da profissão, a CNP em 1987, conjuntamente com a Direcção da APOM, liderou o processo de criação do Instituto Português de Museus, reivindicando para tutela administrativa e técnica dos Museus da Secretaria de Estado da Cultura, a criação de um organismo idêntico aos que tinham sido criados para as Bibliotecas (Instituto Português do Livro e da Leitura) e para os Arquivos (Instituto Português de Arquivos). O Instituto Português de Museus seria criado três anos depois pelo Decreto lei 278/91 de 9 de Agosto, sendo então Sub-Secretária de Estado da Cultura a autora destas linhas.” Assim se iniciava uma trajectória que mais tarde haveria de passar, sucessivamente, pela inicial formalização do conceito de Rede Portuguesa de Museus em lei orgânica do IPM (1997: “A Rede Portuguesa de Museus será constituída por museus dependentes do IPM ou pertencentes ao Estado, a autarquias ou a outras pessoas colectivas públicas ou privadas que integrem nos seus acervos espécies de reconhecido valor e interesse”, Artº 4º do Decreto lei nº 161/97, de 26 de Junho), pela criação da estrutura de missão da Rede Portuguesa de Museus (2000), pela nova Lei de Bases do Património Cultural Português (2001), pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (2004) e pelo Instituto dos Museus e da Conservação (2007). E por muito que todo esse quadro esteja actualmente em acelerado refluxo, nunca é demais recordar como os seus fundamentos estão ancorados no novo ambiente social emergente da Revolução de Abril, que também atingiu os museus, embora diversamente do que outros domínios patrimoniais.

Em síntese poderíamos resumir como segue a situação do associativismo patrimonial à data de Abril de 1974.

A arqueologia continuava a ser principalmente um campo “mal-amado” por todos os poderes (do aparelho de Estado, das universidades e dos próprios “círculos sociais”). Era, além disso, um sector amplamente dominado por amadores e que nem sequer possuía graduação ou especialização superior próprias. Tal como os estudos de ciência naturais em finais do século XIX podia até ser simpaticamente acarinhado, mas no fundo era somente tolerado pela *intelligentzia* instituída. O regime do Estado Novo, contrariamente a outros seus afins, nunca tinha entendido ser útil procurar na arqueologia os alicerces da Nação (e na única vez em que o fez, em Aljubarrota, através do Tenente-Coronel Afonso do Paço, pode-se dizer que lhe “saiu o tiro pela culatra”). Visto à distância das décadas, nem sequer foi mau este alheamento, porque permitia à arqueologia possuir vitalidade própria, cativando para si basto número daqueles que, “não tendo nada a perder” (jovens sobretudo), sentiam encontrar nela um genuíno campo de exercício histórico e de libertação pessoal. Foi por isso porventura o domínio

que melhor se adaptou, e mesmo incorporou, os valores abrilistas.

O património arquitectónico e artístico, pelo contrário, representava um domínio solidamente instituído, constituindo inclusive um dos eixos centrais da “política de espírito” do Estado Novo, na vertente celebratória dos “monumentos pátrios”. Os seus profissionais, arquitectos e engenheiros, ou académicos conceituados, encontravam amplo reconhecimento social. Pode, pois, dizer-se, sem prejuízo de iniciativas de grande mérito empreendidas pelos tradicionais agentes da arquitectura, dentro e as mais da vezes fora das instituições do Regime (como foi o levantamento da *Arquitectura Popular em Portugal*, publicado em 1961), os valores abrilistas estiveram aqui muito mais do lado de “agitadores” com formação em humanidades, que cedo se aperceberam e lograram acompanhar, ou mesmo impulsionar, um movimento de raiz genuinamente popular, como foi o das ADP’s – do qual estiveram alheias as mais tradicionais associações do sector, fossem elas académicas, científicas ou até profissionais.

Os museus, enfim, estavam como que a meio caminho. Possuíam algumas das características do estatuto próprio de *outsiders*, sem real reconhecimento profissional – o que lhes poderia proporcionar liberdade criativa. Mas conferiam *panache* e eram ainda muito dominados por elites efectiva ou saudosamente aristocráticas, que em si mesmo instituíam um papel de “guardiães dos templos”, avessas por isso a tudo o que fosse agitação e populaça. Animadas de bons propósitos, e de espírito escutista quanto baste, tais elites puderam, antes e depois de 1974, promover a realização de iniciativas muito meritórias, destacando-se o papel da APOM. Mas foi preciso que a sociedade portuguesa, ela própria, evoluísse e incorporasse valores democráticos e de qualidade de vida, sobretudo no plano local, para que os museus realmente operassem a “revolução silenciosa” por que passaram nas últimas décadas. A história da CNP do ICOM é neste contexto particularmente iluminante, quer pelo que nos revela do “antes” (nomeações governamentais, em lugar de eleições democráticas), como do imediatamente “depois” de 1974 (eleição sensivelmente dos mesmos, em círculo fechado de poucos participantes, quase se diria com receio que “o poder caísse na rua”, para usar a célebre frase de Marcello Caetano no momento da transferência de poder para a Junta d Salvação Nacional, na pessoa do General António de Spínola). E basta pensar naquilo que o ICOM Portugal é hoje, com as suas centenas de membros individuais e dezenas de museus, com a sua profunda democraticidade interna, com a sua reconhecida intervenção profissional e cívica, tanto no plano nacional como no plano internacional, para vermos o quanto o mundo dos museus portugueses evoluiu, num caminho que seria impossível percorrer sem “as portas que Abril abriu”.

Bibliografia

AGREN, Per-Uno (2002) – “Reflexões sobre a rede Portuguesa de Museus”, *Actas do fórum internacional de museus*, pp.17-24, ed. IPM/RPM, Lisboa.

CAMACHO, Clara; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; e MONTEIRO, Joana S. (2001) – *Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas*. Ed. IPM e RPMs, Lisboa.

CAMACHO, Clara (2008) – “In Memoriam Peter-Uno Agren – Testemunho”, *Informação ICOM PT*, 2ª Série, nº 2, Lisboa (disponível em http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-2_set-nov08.pdf).

CANAVARRO, Pedro (2003) – “25 anos depois, continuar a ‘Inventar em

Conjunto'”, *Associativismo e Património*, pp. 119-126, ed. Fundação Passos Canavarro, Santarém.

CANINAS, João C. (2010) – “Associativismo e defesa do património (1980-2010)”. *100 Anos de Património. Memória e Identidade*. Ed. IGESPAR, pp. 281-294, Lisboa.

CORREIA, Miguel B. (2007) – *História da Comissão Nacional Portuguesa - ICOMOS* (disponível em <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/historia%20icomos%20portugal.pdf>).

CUSTÓDIO, Jorge e RASQUILHO, Rui (2010) – “Campanha Nacional para a Defesa do Património: hora de mudança”. *100 Anos de Património. Memória e Identidade*. Ed. IGESPAR, pp. 295-302, Lisboa.

GUEDES, Natália C. (1988) – *Listagem de bibliografia museológica em língua portuguesa* (disponível em <http://www.icom-portugal.org/multimedia/icom.pdf>).

GUEDES, Natália C. (2009) – *Elementos para a História da Comissão Portuguesa do ICOM. 15 anos de actividade, 1986-2001* (disponível em <http://www.google.pt/url?url=http://www.icom-portugal.org/multimedia/Historia%2520ICOM%252019862001%2520Guedes.pdf&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=GKiqU62AJSf0QWypYCCQ&ved=0CBMQFjAA&usq=AFOjCNGjbeHQClozSVcZUvN8TVg3onlRzg>).

MOTA, M. Manuela S. O. (2005) – *APOM – 40 anos* (texto original disponibilizado por António Nabais).

NABAIS, António (2005) – “Fernando Bragança Gil: Um percurso na APOM”, *Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*, coord. de A. C. da Silva e A. Semedo, ed. Universidade do Porto, pp. 11-19, Porto (disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id021id1300&sum=sim>).

RAPOSO, Luís (1993) – “A estrutura administrativa do Estado e o património cultural”, *Vértice*, nº 54, pp. 38-45, Maio-Junho de 1993, Lisboa.

RAPOSO, Luís (1995) – “Algumas reflexões e propostas acerca da constituição de um conselho superior de arqueologia”, *Revista de Guimarães*, n.º 105, 1995, pp. 63-97, ed. Sociedade Martins Sarmento, Guimarães (disponível em http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG105_05.pdf).

RAPOSO, Luís (2014) – “O 25 de Abril e a (re)invenção do património cultural português”, *Público*, 24.4.2014, p. 47, Lisboa.

VASCONCELOS, Maria J. (2008) – “In Memoriam Peter-Uno Agren – Testemunho”, *Informação ICOM PT*, 2ª Série, nº 2, Lisboa (disponível em http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-2_set-nov08.pdf).

Museu da Imprensa. Descentralizar e democratizar

Luís Humberto MARCOS
MUSEU NACIONAL DA IMPRENSA/CECS-UM/CELCC-ISMAI

Resumo

O Museu Nacional da Imprensa nasceu em 1997, com propósitos de rotura no setor. Embora sem meios para o projeto que ambicionava, surgiu como o 1º museu-vivo de Portugal e, no mesmo dia em que abriu à imagem de Gutenberg, lançava na Internet um museu virtual da imprensa. Sobre o mundo do setor em termos internacionais. Do Porto para o mundo. Nem sempre o poder democrático soube lidar com a instituição - privada e sem fins lucrativos -, mas sempre foi mantida a linha da democratização da cultura. Um dos eixos desta linha, assenta no processo de descentralização cultural praticado logo a partir do ano de abertura, com diferentes iniciativas.

Nesta comunicação, serão abordadas as linhas de ação atrás referidas, a par da forte internacionalização e de uma estreita ligação do museu ao Porto-Capital do Cartoon. Com este panorama: estamos mergulhados na sociedade da ecranvidência.

Palavras-chave:

museu-vivo; descentralização cultural; humor; museu virtual; ecranvidência.

Abstract

The Portuguese Printing Press Museum was born in 1997 with the purpose of being different in the sector. In spite of the lack of financial support to the project, it has emerged as the 1st live-museum at Portugal, and on the same day it opened, a virtual museum was launched on the Internet. The wonders of typography sent from Oporto to the world.

Not always democratic power was supportive to the institution - private and nonprofit - but always the line of the democratization of culture was maintained. One of the main concerns was cultural decentralization practiced right from the opening year, with different initiatives.

In this communication, we will discuss the above lines of action, together with the strong internationalization intent and a close connection from the museum to Porto as capital of Cartoon. With a panorama: we are immersed in a 'screen-evidence society'

Keywords:

live museum; cultural decentralization; humor; virtual museum; screen-evidence.

Anos de viragem

Os anos 90 do século XX foram marcados por uma nova forma de pensar e tratar os espaços museológicos. Não apenas por efeito das tecnologias digitais que começavam a abrir o património dos museus ao mundo, em diferentes instituições internacionais, mas também pela necessidade de preservar o património arqueológico industrial e de democratizar a cultura. Em Portugal, quando a maior parte dos museus funcionava dentro de redomas, começa a nascer um novo panorama museográfico com o surgimento dos primeiros eco-museus e museus industriais e de empresa.

O Museu Nacional da Imprensa (MNI) surge integrado neste novo ciclo e apresenta-se como o 1º museu-vivo português. Ou seja, quer assumir uma marca nova de museu que interage com os visitantes, reagindo contra a ideia geral que existia de que os museus são para se ver, sem tocar. Ora o MNI mostra-se contrário a esta postura e proclama: toque, mexa, sinta as peças. Por isso acentua no apelo aos visitantes: venha compor e imprimir com as suas próprias mãos. Seja uma espécie de Gutenberg dos tempos modernos! E além de imprimir, ‘venha também produzir papel’ e por isso lançamos as oficinas de produção manual de papel... De resto, abrimos o Museu com o próprio Presidente da República (Jorge Sampaio) a meter as mãos na massa ... de papel! Hoje há também uma oficina permanente de encadernação.

A esta particularidade (oficinas) foi associada uma outra: a descentralização. Desde a 1ª hora procuramos sair das quatro paredes para o ‘espaço público’. A postura de ficar à espera dos visitantes era demasiado passiva e não se ajustava à nossa forma de entender as instituições culturais. Era preciso romper com esta forma de estar. Era preciso chegar às pessoas para quem, os museus são espaços de elite, pouco acessíveis e sem interesse. Era preciso criar novos públicos saindo para fora e quebrando a redoma em que habitualmente se fecham muitos setores da cultura. Não basta democratizar, descentralizar é preciso - foi o caminho que se procurou seguir. Antes de apreciarmos alguns dos seus espaços e as principais peças, valerá a pena recuarmos um pouco, até ao começo deste projeto. O Museu Nacional da Imprensa reúne o maior conjunto de maquinaria gráfica de todo o espaço lusófono e ibero-americano e um dos maiores espólios do mundo, em termos de museologia tipográfica.

O MNI é propriedade de uma entidade cultural privada, sem fins lucrativos - a AMI-Associação Museu da Imprensa - reconhecida pelo Estado como instituição de Utilidade Pública, com manifesto interesse cultural, e abrangida pela lei do Mecenato Cultural. Está também reconhecida como instituição relevante para o desenvolvimento Científico e Tecnológico do País. A criação da AMI data de 1989 e reuniu, como fundadores, instituições ligadas ao associativismo jornalístico, ao patronato gráfico e jornalístico e ao poder autárquico¹.

Foi, assim, numa ligação estreita com a imprensa feita no frenesim dos dias, que se começaram a dar os primeiros passos do projeto. Com investigação, contactos, recolhas

¹ A AMI foi fundada pelas seguintes entidades: CFJ-Centro Formação de Jornalistas, dinamizador do projeto; AIND-Associação da Imprensa Não Diária; APIGTP- Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras de Papel; Câmara Municipal do Porto; Fundação Eng.º António de Almeida; e os quatro jornais centenários de Portugal continental - O Comércio do Porto, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e O Primeiro de Janeiro.

e muito voluntariado, o projeto foi crescendo, apesar das múltiplas dificuldades e barreiras levantadas.

Ainda na sua primeira fase, o Museu tem três espaços bem distintos: Sala Rodrigo Álvares, Galeria de Exposições Temporárias e Galeria Internacional do Cartoon. Na sala de exposição permanente - “Sala Rodrigo Álvares”, assim denominada em homenagem ao primeiro impressor português - os visitantes podem manusear as dezenas de máquinas em funcionamento e exercitar-se nas antigas artes da composição e impressão. Na Galeria de Exposições Temporárias são montadas exposições ilustrativas da importância social, educativa e cultural da imprensa e artes gráficas. A Galeria Internacional do Cartoon tem como principal característica a apresentação permanente de exposições de cartoon, designadamente no âmbito do PortoCartoon-World Festival.

Para a segunda fase está prevista a criação de outras galerias, designadamente uma ligada à Censura oficial à imprensa (iniciada no Séc. XVI, com a Inquisição, e terminada em 1974, com o “25 de Abril”) e outra dedicada à Imprensa da Lusofonia, para a qual já existem peças vindas de Macau.

A exposição permanente patente na sala dedicada ao “gutenberg português” (Rodrigo Álvares), exhibe menos de 10% do vasto espólio do museu que abriu como o primeiro “museu vivo” de Portugal e possui mais de 300 máquinas, centenas de instrumentos gráficos e milhares de gravuras. Todo este espólio foi conseguido porque Portugal não só não participou na II Grande Guerra, como se atrasou muito na revolução industrial do pós-guerra. Há cerca de 30 anos ainda havia muitas oficinas *gutenbergianas* abertas em Portugal!

Da investigação à musealização

O projeto de criação do Museu Nacional da Imprensa surge precisamente quando as tipografias e os jornais entram na fase da “renovação tecnológica”, com a informática a entrar nas oficinas gráficas e nas redações. Ocupando uma antiga fábrica contígua ao Palácio do Freixo, o museu desfruta de uma paisagem ribeirinha excepcional, enquadramento que permite perspetivar-se a criação de um espaço turístico-cultural, em conjugação com o projeto museológico propriamente dito (Fig. 1). As potencialidades paisagísticas da zona, o ancoradouro existente no paredão das instalações, a curta distância a que o museu está da zona velha da cidade, classificada pela UNESCO em 1996 como Património Cultural da Humanidade, permitem pensar-se num futuro roteiro fluvial com muitas potencialidades. O projeto de “museu vivo” tem sido desenvolvido à volta de três grandes linhas de ação: a) identificação, recolha e preservação de equipamentos; b) musealização das principais peças do sector; c) e promoção de atividades de deselitização e descentralização da cultura. O processo de investigação permitiu detetar a existência de muitas oficinas em risco de desaparecimento e houve a felicidade de se encontrarem tipografias que ainda funcionavam, como há cem, ou mais anos. Este é, aliás, um dos privilégios do atraso tecnológico português. Ele permite que se aproveitem, para a nova indústria da cultura, as “condições arqueológicas” que ainda vigoravam em várias oficinas, até há bem poucos anos. Algumas filmagens de tipografias visitadas, no âmbito da investigação para o projeto, mostram bem a riqueza patrimonial existente. Dezenas de máquinas foram recuperadas, estando mais de uma centena em condições operativas. Apesar da sua curtíssima história como instituição pública, o

Museu Nacional da Imprensa (inaugurado em Abril de 1997) assenta num projeto que começou silenciosamente em 1987, com a formação de uma pequena equipa de técnicos de museu (no CFJ) e o início da inventariação das tipografias existentes em Portugal. Foi a partir deste trabalho de identificação e registo do património existente que se começou a configurar o projeto museológico. Este trabalho viria a revelar-se essencial para a criação do próprio museu que começou assim pelo conhecimento prévio do sector e pela aquisição, recuperação e conservação de muitas máquinas e materiais acessórios. Sem esta ação teria sido muito difícil proceder-se à abertura pública do museu com a singularidade que detém. Tendo sido aberto como o primeiro *museu vivo* de Portugal, ele proporciona aos visitantes não só um contacto direto com a maquinaria, relíquias de épocas não muito distantes, como também a impressão de textos variados, de amor ou de apelo à proteção ambiental, além de gravuras com desenhos de humor. São quatro os eixos estratégicos definidos para o Museu: a **conservação**, a **animação**, a **descentralização** e a **internacionalização** (Fig. 2). A sua especificação e orientação revelaram-se vetores importantes no aprofundamento do projeto e no reforço dos fatores de singularidade. Assim, para além do progressivo enriquecimento patrimonial e da internacionalização com diversas exposições e concursos, designadamente no âmbito do Cartoon – campo de eleição do Museu! - a linha da descentralização tem sido a de maiores reflexos internos. Esta descentralização cultural tem-se estendido de norte a sul do país (Fig. 3), com múltiplas iniciativas quase sempre apoiadas em pesquisas do próprio museu. Tem sido um trabalho apaixonante, quase sempre solidificado pela assinatura de protocolos que têm ajudado a consolidar uma dinâmica nova, deixando para trás simples iniciativas pontuais.

Independentemente da circunstância de existirem em Portugal, no final dos anos “80”, muitas oficinas de “produção gráfica artesanal”, foi necessário desenvolver um plano estratégico que cientificamente conduzisse à recuperação, preservação e enquadramento museológico do património adquirido. Tratou-se de um processo longo que envolveu seis passos essenciais:

a) Formação profissional de quadros p/o projeto - Como não havia em Portugal formação especializada em museologia foi preparado um curso de um ano para Técnicos de Museu de Imprensa, no quadro de uma instituição fundadora da AMI-Associação Museu da Imprensa, o Centro de Formação de Jornalistas, curso esse que envolveu doze jovens licenciados em diferentes áreas, predominando a História. Durante este curso foi possível testarem-se algumas metodologias de investigação empírica, tendo resultado desse trabalho um conjunto de competências e de dados que vieram a ser preciosos para o desenvolvimento futuro do projeto.

b) Inventariação e registo - Quase em simultâneo, iniciou-se a criação de um inventário das tipografias existentes em todo o país, processo que se prolongou no tempo e que mais tarde serviu para visitas técnicas a muitas das oficinas registadas. Este levantamento permitiu obter-se um panorama da geografia das tipografias do país e das variações de densidade nas diversas regiões. A partir do inventário atrás referido

foi possível desenvolverem-se contactos personalizados com os gerentes das tipografias e iniciar o processo de identificação do património gráfico existente em Portugal. Neste contexto criaram-se equipas técnicas de jovens, prepararam-se fichas adequadas e várias oficinas foram visitadas. A recolha de dados, designadamente com imagens, viria a revelar-se essencial para a estruturação pragmática do projeto museológico.

c) Aquisição e preservação de peças - Em termos sequenciais, este foi de facto o terceiro andamento do processo: aquisição, recuperação e preservação de peças. Entretanto já havia sido criada juridicamente a AMI-Associação Museu da Imprensa, e, precisamente no mesmo ano, em 1989, é adquirido o primeiro conjunto de máquinas a uma tipografia do Largo do Carmo, em Lisboa. Uma mudança de ramo das instalações da tipografia que se encontrava fechada ameaçava aquelas relíquias e por isso, mesmo sem instalações e sem projeto museológico elaborado, a aquisição concretizou-se. Havia intuição e vontade. O processo técnico de recuperação é quase simultâneo e as muitas peças que foram chegando vindas de tipografias onde estavam operativas, passaram por intervenções de manutenção que evitaram a sua degradação. Esta “assistência técnica” na hora da chegada das peças viria a revelar-se fulcral para a valorização de todo o património de que o Museu se pode orgulhar. Curiosamente a sua apresentação pública começou não em Portugal, mas em Paris, numa exposição da UNESCO, sobre “A Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo” (1991).

d) Testemunhos - A par da recuperação do espólio, a recolha de testemunhos de velhos tipógrafos e responsáveis de jornais constituiu uma tarefa importante para a dimensão de “museu vivo” perspectivada. Quase sempre a aquisição de maquinaria era associada a registos orais sobre o seu funcionamento e história em cada tipografia. Em muitos casos, estes depoimentos revelar-se-iam imprescindíveis para o conhecimento de processos de produção e de muitos mecanismos tipográficos. Além disso, servem para o discurso museológico e, no futuro, farão parte do sistema de comunicação multimédia previsto e que fará uso dos registos audiovisuais feitos. Alguns deles são testemunhos irrepetíveis por serem de pessoas que, entretanto, morreram.

e) Musealização - A musealização do espólio propriamente dita começa poucos anos antes da inauguração do Museu, quando já existem condições para adequar o modelo de museu ao espaço que lhe está destinado. A musealização surge assim como o remate final do processo de preservação patrimonial, dando-lhe um sentido cultural que corresponde à matriz de “museu vivo” que desde sempre fora perspectivada. De facto, o sentido (ou sentidos) que as peças adquirem no museu está intimamente ligado à narrativa museal que foi possível estabelecer em função do espaço e do valor intrínseco de cada peça. É nesta interação em que paredes, volumes, peças, história, luz/sombras, instrumentos de comunicação e estética se misturam que o museu ganha a sua dimensão de estrutura

pedagógica e cultural singular, com o sentido provocador de sentidos nos seus visitantes. Um aspeto fundamental que esteve sempre presente diz respeito ao processo de comunicação quer com os visitantes ('reais' e 'virtuais'), quer com os media.

f) Museologia multidimensional - A conceção do Museu Nacional da Imprensa, iniciada há cerca de 25 anos, permite agora que se dê o salto para uma museologia de novo tipo, pluridimensional. A esta perspetiva não podem ser alheias as tecnologias de informação e comunicação. Sete anos depois da inauguração, o Museu Nacional da Imprensa reforça a sua matriz (museu vivo e polinucleado), com instalações articuladas em várias regiões do país. Neste momento, o Museu dispõe de um núcleo em Celorico de Basto, a 80 Kms do Porto e é responsável pelo projeto e manutenção do Museu de Imprensa-Madeira, inaugurado em 2013 em Câmara de Lobos. Está a ser preparada com o poder local/regional a instalação de novos núcleos, um no Alto Minho e outro nos Açores. O plano contempla em cada núcleo uma exposição permanente com peças de cada região e espaços para exposições temporárias que iremos alimentando a partir da sede do museu no Porto. Entre 1999 e 2002 o Museu possuiu uma tipografia² em Lisboa, em pleno centro do fado e da boémia, no Bairro Alto, que funcionava como oficina-museu. O princípio que tem vindo a ser seguido, e que continuará, centra-se sempre na existência de espólios locais que importa preservar e recuperar, com base no conhecimento prévio que se dispõe deles no Museu, em resultado do processo de investigação desenvolvido desde há vários anos. Em todos os casos, a intervenção do Museu tem obrigado a restauros dos equipamentos. Por isso mesmo, a atuação tem sido mais de preservação curativa do que preventiva. E os resultados visam a criação de espaços onde as peças se agitem às mãos dos visitantes...Quando vários núcleos estiverem instalados conseguir-se-á estabelecer uma programação que não só irá fortalecer a dinâmica de cada núcleo (exemplo da arqueologia do sector em cada região), como irá criar uma circulação de atividades capaz de promover uma singular trans-regionalidade museal. A internet vai permitir uma ligação estreita entre eles, cimentando a museologia multidimensional que pretendemos desenvolver. Este conceito de "museologia pluridimensional" inclui multiterritorialidade e multisectorialidade. Ela exprime-se não pela oposição à museologia tradicional, mas pelo reforço, integração de núcleos e alargamento de âmbitos.

Segundo a organização mundial de museus, a ICOM, haveria apenas uma dúzia de museus de imprensa no mundo, há cerca de 15 anos. Recentemente foi reaberto o renovado Museo de la Imprenta y la Obra Gráfica (Valência) que, com o novo figurino se pode juntar à lista dos melhores. E o museu do Porto tem, neste contexto, boas

² Tipografia Confiança, na Rua da Rosa, 36, rua que foi sede de vários jornais, designadamente o Diário de Lisboa (1922-1990) e o Diário Popular (1942-1991).

condições para ser um dos grandes museus do sector por quatro razões: pela riqueza do seu património; pela coleção de miniaturas tipográficas (150 peças), única no mundo; pela paisagem envolvente, na margem direita do rio Douro; e pelo lugar que dá permanentemente ao humor gráfico, claramente ligado à história da imprensa. Tudo isto dominado pelo ‘prazer da cultura’, lema registado do museu.

Com esta perspetiva de museu vivo materializa-se uma nova filosofia museal. Os Museus devem deixar de ser espaços de elites para se transformarem nos centros das cidades modernas.

A dimensão científico-didática

Esta perspetiva claramente aberta, de instituições que ainda são vistas quase exclusivamente enclausuradas nos seus objetos, por natureza, insere-se bem na transformação dos museus em lugares de mediação cultural e não apenas de preservação e exibição patrimonial.

Apesar das alterações registadas nos últimos anos em várias partes do mundo, sabe-se que os museus são ainda, em geral, instâncias de legitimação da cultura das classes dominantes (BOURDIEU, 1969). Os esforços feitos depois da II GG, na Europa, sobretudo depois dos anos 60 para que os museus passassem a ser espaços públicos das “massas” ainda estão longe de ver alterada a observação de Bourdieu, feita a partir de um estudo estatístico sobre a frequência dos museus franceses. Os museus continuam a ser em muitos países casas de elites, apesar da febre que tem atravessado várias cidades para a criação de novos museus. Mesmo que se tenha a impressão de que o povo faz fila para visitar os museus, estes estão longe de ser o centro da nova praça da cidade como aconteceu na cidade de Nimes. Nesta vila francesa, o novo museu de Arles assume-se como o ponto de convergência da cidade e local de encontro da juventude (RASSE, 1999).

As novas perspetivas urbanísticas fazem da instituição museal um elemento reorganizador do tecido urbano, inscrevendo a cidade na modernidade (RASSE, 1999), mas no espaço da imprensa estamos longe de ver a aplicação desta visão moderna. Esta centralidade museal permitiria não só a afirmação da identidade das regiões, como a criação de novos pontos de cidadania, qual *ágora* capaz de fomentar novos sentidos de pertença e de dar novos fluxos às indústrias da cultura e do turismo.

Hoje, para tornar viáveis os museus e abrir as suas portas a novos públicos, as funções científicas e didáticas não devem estar desligadas desta dominante turístico-cultural.

Os museus devem ser espaços públicos suficientemente abertos e dinâmicos para proporcionarem “o prazer da cultura” aos mais diversificados cidadãos. Cientificamente, através da sua matriz reguladora das atividades; didaticamente, através da constante adaptação dos modelos às exigências da mediação cultural, consoante os públicos.

É neste conceito de fruição cultural que o MNI tem procurado trabalhar, dessacralizando os espaços e promovendo a deselitização da cultura. Para tal, opera em dois domínios: organizando atividades interativas no espaço de exposição; e levando exposições para fora dos espaços tradicionais, quer no cumprimento da descentralização já referida, quer na “animação” das chamadas ‘catedrais do consumo’ que são os centros comerciais. Aqui, mesmo que tangencialmente tocados, há milhões de pessoas que recebem as mensagens museológicas, sempre que as exposições invadem centros

comerciais, ou são mostradas nas estações de comboio e de metro. Naturalmente que aqui o efeito de comunicação é bem diferente do padrão de comunicação das exposições no museu, quer pelo significado cultural atribuído aos objetos, quer pelo nível de integração sócio-cultural atingido.

À dimensão científico-técnica ou artística que os museus quase sempre tiveram deverá ser acrescentada e reforçada a dimensão didática, dentro e fora de portas. Neste contexto, impõe-se uma adaptação constante dos modelos de trabalho às exigências da mediação cultural consoante os públicos.

Desta forma, pensamos estar não só a promover o “prazer da cultura”, como a contribuir para a deselitização da cultura. Os museus devem ser transformados em espaços públicos ativadores do prazer da cultura (Fig. 4) e não apenas em repositórias de objetos culturais. Ou seja, a nossa perspectiva de trabalho didático vai sempre no sentido de uma maior democratização do acesso aos bens culturais.

Neste quadro, poder-se-á dizer que os museus são instâncias que se inscrevem nos territórios da mediação cultural, ao lado da televisão e da internet, atuando de forma menos volátil e com melhores condições de articulação com os conteúdos educativos. A relação entre museu-processo educativo torna-se por isso cada vez mais necessária e indispensável, numa lógica não apenas infanto-juvenil, mas de aprendizagens ao longo da vida.

Relativamente aos museus de imprensa, o seu papel didático-pedagógico poderá ser ainda mais amplo. Portadores da “arte luminosa”, os museus de imprensa têm um papel fulcral no processo educativo das novas gerações. Poderemos situá-los entre a escola e a TV na capacidade de fazer “aprender com prazer”. Afinal, toda a história dos homens pode ser revista de forma dinâmica e sedutora através dos museus de imprensa, desde que se promova a sua redescoberta, seguindo os princípios pragmáticos da comunicação.

Neste domínio não se poderá dispensar o contributo excelente das linguagens multimédia. Elas não só reforçam capacidade de sedução, como permitem o alargamento de redes de saber.

Numa escala mais ampla, o ciberespaço alarga este conceito e leva mais longe as redes de comunicação museal. Como se pretende com a ideia que a seguir é explanada e com os ‘museus virtuais’.

Museu Sem Fronteiras

Em todo este contexto, e estrategicamente falando, não faz sentido hoje que os museus não se pensem como instituições voltadas para o ciberespaço. O seu papel, quer científico, quer didático, será reforçado com o recurso às tecnologias da informação e da comunicação.

É com este alargamento de horizontes que se pode avaliar a proposta para um Museu Sem Fronteiras da Imprensa da Lusofonia³, cujo processo está em desenvolvimento, a

³ Em 2003, num congresso em Madrid ligado ao património, o autor fez o lançamento da mesma ideia para o espaço ibero-americano, anotando alguns dos resultados esperados do Museu Sem Fronteiras da Imprensa Ibero-Americana. Da lista de resultados fazia parte o seguinte: o lançamento de raízes para uma cultura mais partilhada; o reforço da partilha de saberes assentes no lastro transversal da imprensa;

partir de contactos feitos pelo Museu Nacional da Imprensa com responsáveis dos restantes sete países de língua oficial portuguesa.

Os museus existentes em Portugal e Brasil, as coleções dispersas e as peças esquecidas ou ainda a funcionar em algumas cidades permitem pensar-se num processo que pode não só contribuir para a preservação do património gráfico do espaço lusófono, mas também para a criação de um novo projeto de grande magnitude cultural e turística.

A necessidade reconhecida por todos de se dar um novo impulso aos países de língua portuguesa no contexto das nações, justifica o reforço do papel da memória da imprensa dada a sua estreita relação com o desenvolvimento subsequente às Descobertas deste grande espaço lusófono de cerca de 250 milhões de habitantes.

Como poderia ser desenvolvido este museu sem fronteiras? Vejamos alguns tópicos.

Numa primeira fase, dever-se-ia proceder à inventariação e registo digital do património, relacionado com a imprensa e as artes gráficas, existente em cada um dos oito países. Seguidamente haveria que preservar os materiais que estivessem em risco de se perderem e, pouco a pouco, dar-lhes um sentido museológico, nos locais onde não existissem ainda museus do sector. Ao fim de algum tempo, teríamos o registo memorial da imprensa de cada um dos oito países e poder-se-ia proceder à troca de informação sobre as atividades em desenvolvimento em cada país.

Numa fase mais avançada, com a criação de núcleos museológicos, proceder-se-ia ao estabelecimento de roteiros comuns e a uma programação articulada e itinerante. O potencial das tecnologias da informação e comunicação servirá certamente para articular e dar visibilidade ao Museu. O ciberespaço seria, de resto, o principal ponto de encontro do Museu Sem Fronteiras, do qual se partiria para os diversos espaços patrimoniais das artes gráficas lusófonas.

É óbvio que antes de tudo isto haveria que desenvolver um trabalho de investigação para a identificação prévia dos locais previsivelmente detentores de património das artes gráficas. Como resulta da própria designação, o Museu não teria nenhuma sede isolada, mas seria antes um conceito resultante de uma rede não só de acervos tipo/gráficos dos vários museus e núcleos existentes no denominado espaço lusófono, mas também de uma dinâmica interativa suportada pelas tecnologias multimédia.

A criação deste museu sem fronteiras seria uma boa forma de valorizar a memória da imprensa em todo este grande espaço da lusofonia e de, através dela, lançarem-se raízes para uma cultura mais comungada, mais partilhada. A imprensa pode ser de facto um meio de ligação entre povos que, de comum, têm dominantes linguísticas e fatores culturais que remontam ao tempo das “descobertas”.

Associado ao Museu Sem Fronteiras, perspetivam-se projetos de itinerância que mostrem a história de cada país pela imprensa...

Com projetos de itinerância, ampliar-se-ia a latitude dos papéis científico e didático dos museus. De um património-passado, lançam-se as raízes para um património-futuro de uma vasta comunidade espalhada pelo mundo inteiro.

Museus Virtuais

Com as tecnologias de informação e comunicação, designadamente com as linguagens multimédia, o museu deixa de ser um espaço isolado, único e apenas localmente penetrável, para ter condições de entrar no ciberespaço. Esta dimensão permitida pela galáxia digital pode alargar o âmbito sectorial de cada museu, fazendo de cada um o local de “acesso” a outros museus, em tempo real, situados em qualquer região do mundo. Ou seja, pode estar aqui o princípio de uma espiral da sedução para os museus, à escala planetária. Falamos de um admirável mundo novo que abre vias ilimitadas de interesse e sedução para a cultura dos museus e, por extensão, para a própria museologia. As inovações no uso das tecnologias interativas têm partido de dentro e de fora do sector, havendo exemplos do uso museológico das TIC que começam a ser conhecidos e a dar frutos, nos EUA. Ao contrário, no plano europeu, os museus têm estado lentos na utilização das tecnologias da informação em seu favor, salvo raras exceções. No sector museológico da imprensa e do livro, com exceção do *Museo del Libro*, em Madrid – cujo projeto foi extraordinário e inovador - as alterações têm sido tardias e pouco ousadas. Mesmo o Museu Virtual da Imprensa que foi lançado na internet em 1997 (no mesmo dia da inauguração do museu real) está a precisar de renovação tecnológica e estética, apesar de continuar a ser o único museu virtual global (mundial) sobre as artes de Gutenberg. A par do panorama sobre vários alfabetos e da visita a velhas oficinas, o cibernauta pode ver onde estão os diversos museus do sector espalhados pelo mundo, pequenas biografias das principais figuras mundiais da imprensa e os factos mais marcantes da história da imprensa. Trata-se de um museu inacabado e infundável. A atualização impõe-se a todo o momento e por isso nunca terá fim. Com o bom uso das autoestradas de informação, não é difícil pensar-se no reforço da democratização do património, através de museus e bibliotecas globais. Esta perspetiva associada ao conceito de uma “museologia multidimensional” já referida permitiria uma nova maneira de vivificar o património e exercitar o direito da humanidade à cultura como componente elementar da cidadania. Tendo em vista o estabelecimento de algumas conexões futuras, fizemos já um pequeno levantamento dos museus deste sector existentes quer na Europa, quer na América Latina. Os de Mainz (Museu Gutenberg), Odense, Nantes e Antuérpia são, em nossa opinião, os melhores do mundo. O de Antuérpia, de Plantin-Moretus, está instalado no palácio-oficina do próprio Christopher Plantin, grande impressor do século XVI, cujas instalações têm sido preservadas exatamente como eram naquele tempo. Criado em 1877, este museu é seguramente o que dispõe de património mais valioso, em quantidade e qualidade. Trata-se, todavia, de um espaço de exposição permanente, muito bem preservado na linha do seu uso por Plantin, mas não de um “museu vivo”.

Os diversos museus e galerias criadas no âmbito do Museu Nacional da Imprensa, reforçam a ideia de que este museu sempre se pensou associado à dimensão virtual da comunicação. Entre 1997 e 2009, foram criadas 13 entidades virtuais distintas: museus, galerias, um quiosque literário. Todos eles apresentam diferentes conteúdos e ferramentas de hipertexto, que são resultado da evolução do *software* multimédia. O sistema arborescente e linear de navegação está patente em todas as entidades virtuais, permitindo diferentes discursos museais. As particularidades do Museu Virtual da Imprensa (MVI), localizado no ciberespaço com o endereço de www.imultimedia.

pt/museuvirtpress, justificam a sua análise como um caso especial no panorama dos “espaços culturais electrónicos”, ou dos produtos digitais de cultura.

O ponto de partida deste projeto museológico não foi, como era então normal em 1995/6, um espaço físico determinado, com coleções e uma narrativa museal institucionalmente determinada. Não havia qualquer referente físico e por isso tratava-se de construir uma instância nova, com base nas potencialidades virtuais das tecnologias da informação e comunicação. O MVI foi “totalmente concebido como instituição virtual, autónoma e não como versão imaterial do Museu Nacional da Imprensa” (MARCOS, 2003: 163). As suas características inovadoras estiveram na base da sua aprovação por um programa europeu de apoio ao desenvolvimento cultural, no quadro do FEDER.

Fora das reflexões que começaram a ser feitas depois sobre as tipologias e impactos dos “museus virtuais”, a conceção do Museu Virtual da Imprensa começa em 1995/6 e tinha por base o seguinte princípio: ser uma instituição museal autónoma e aberta à prospeção exploratória dos cibernautas.

Logo aqui se distinguiu dos “museus” que circulavam na Internet, poucos, e que, na altura, eram, por norma, páginas pobres e pouco dinâmicas. Neste contexto, as referências serviram mais para ver o que não deveria ser feito, do que para as tomar como exemplo a seguir.

A sua conceção teve por base os requisitos dos produtos multimédia: textos, imagens, sons, num hipertexto expressivo da sua dinâmica interativa. As potencialidades de um hipertexto em CD-ROM ou CD-I ainda não eram totalmente transponíveis para o contexto do ciberespaço, o que constituiria um dado pragmático a ter em conta.

Partindo destes pressupostos, definiram-se os destinatários, estabeleceu-se a matriz de visita (navegação) e começaram a ser preparados os conteúdos. A par disto, a instituição encarregada da produção multimédia reforçou a sua pesquisa em ferramentas eletrónicas adequadas às exigências do projeto. A partir daqui todo o processo de desenvolvimento foi feito com sucessivas reuniões entre conceptores e técnicos, numa relação que viria a revelar-se muito proveitosa e imprescindível aos desafios de inovação do projeto.

De qualquer modo, uma das bases fundamentais do projeto assentou na recolha de informação internacional sobre o tema, em termos quer históricos, de conteúdo e imagens, quer de identificação das instituições museográficas de imprensa existentes no mundo. Foi um trabalho de pesquisa longo em bibliotecas e em embaixadas e departamentos de turismo de vários países. Havia desde logo a noção de que se tratava de um processo longo e inesgotável, porque a informação iria chegando e certamente nunca acabava porque novos museus iam surgindo pelo mundo.

Concebido como um projeto aberto, o MVI tinha vários objetivos bem definidos:

- ser um museu virtual internacional e nesta medida teria de ter conteúdos à escala mundial e ter versões em várias línguas, começando pelo português e inglês;
- estar aberto a progressivas atualizações quer informativas, quer de ‘coleções’;
- ser um espaço cultural de relevo no panorama museal ‘virtual’ das artes gráficas e da imprensa;
- ser inovador no recurso às tecnologias multimédia, no quadro de uma fácil e amigável navegabilidade.

Mais tarde, em 2001, a propósito dos “240 anos da imprensa literária em Portugal” (1761- data de surgimento do 1º jornal do setor, a *Gazeta Literária*), foi adicionado ao Museu virtual um “Quiosque Literário”⁴ que apresentou mais de 140 publicações on-line em circulação em Portugal. Seguidamente, em 2003 e 2004, foram integradas no museu duas “galerias virtuais”: uma dedicada à Censura do Estado Novo português (Ditadura de 1926 a 1974); a outra, de âmbito internacional, sobre o “11 de Setembro”, com cartoons de todo o mundo, e denominada “Virtual Gallery 9/11”. Em 2005, esta galeria foi integrada no Museu Virtual do Cartoon, criado neste ano, também com características singulares.

A Galeria Virtual da Censura foi lançada em Maio de 2004, no Dia Internacional dos Museus. Abrange o período da ditadura que vigorou em Portugal entre 1926 e 1974, podendo ser vistas mais de 170 provas de textos censurados, a par de uma cronologia com os principais factos relacionados com o sistema censório.

As principais atuações de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, desde o “visado pela censura” até ao “exame prévio”, são apresentadas com exemplos e mostram, de forma objetiva, as preocupações da ditadura em impedir a circulação de ideias. Os cibernautas têm também acesso a vários exemplares da imprensa clandestina que se produziu de 1926 a 1974.

Estes são exemplos da renovação que, tal como nos museus físicos, deve fazer parte integrante do funcionamento dos museus virtuais.

Implementação do MVI

O processo de implementação do ‘museu virtual da imprensa’ constituiu, em si mesmo, um exercício curioso e muito dinâmico, de desenvolvimento de um produto cultural multimédia.

No domínio das tecnologias, a escolha foi feita de acordo com as ferramentas existentes no mercado, seguindo-se o princípio da compatibilidade mais alargada em termos de plataformas standardizadas. Duas opções fundamentais tiveram de ser feitas: a escolha da linguagem de programação para a Internet; e a inserção de ‘realidade virtual’. Neste contexto foram escolhidas a linguagem ‘html’ para a programação de todo o museu virtual e o VRML⁵ - que acabava de ser lançado no mercado pela Microsoft - para a simulação de uma fragmento do globo que continha as tipografias arcaicas a visitar, através de pequenos trechos em vídeo. Neste processo de implementação foi fundamental a articulação interactiva entre três vertentes do projeto: conceção, design e programação multimédia. Sem ela poder-se-ia ter uma boa ideia, mas não a concretização de um “museu virtual”.

Independentemente dos conteúdos e das escolhas tecnológicas foi importante para a qualidade final do museu a conjugação feita entre as exigências estéticas e a

⁴ No texto de abertura do Quiosque, sobre a Cultura ON-Line, lia-se: “Talvez não saiba, mas são já mais de 140 as revistas on-line portuguesas dedicadas à Cultura, com destaque para o campo da Literatura. À partida, não é muito, nem pouco. Trata-se de um volume interessante e, sobretudo, desconhecido. Ao todo foram recensadas 145 revistas, sendo 85 exclusivamente virtuais.

⁵ O VRML tem características especiais que permitem a manipulação de objectos desenhados a três dimensões.

interatividade, dominante fulcral quer da linguagem multimédia, quer da exploração virtual. Logo no texto de abertura do Museu Virtual se deu conta da dinâmica interativa pretendida, com a utilização do hipertexto, fazendo *linkagens* para novos domínios.

Neste contexto houve que promover uma “estética da interatividade”, fator que constituiu uma dominante permanente na implementação do museu e que veio a revelar-se fundamental no desenvolvimento de outros projetos paralelos. Esta dimensão estética interativa serviu para compatibilizar as exigências ergonómicas, a plasticidade das tecnologias e a matriz gráfica, de forma que os resultados fossem de uma relação harmónica entre a arte e as tecnologias. A arte da comunicação interativa e os sistemas multimédia.

Logo à partida foi definida a pretensão deste museu virtual: “ser um ciberespaço de participação global de instituições e pessoas envolvidas, ou simplesmente interessadas, nas coisas da imprensa e das artes gráficas”.

A sua divulgação decorre como sendo de uma entidade com autonomia de objeto. Neste contexto, várias revistas de informática e multimédia fizeram referências e análises aos museus como instâncias com identidade própria⁶. Ou seja, como entidade que não correspondia a réplicas de algo fisicamente existente, ou como reprodução de espaços e objetos de um determinado espaço físico, o museu.

Independentemente da avaliação feita por publicações do sector, regista-se que, passados 17 anos, a matriz do museu mantém-se a mesma e no sector da imprensa e das artes gráficas ainda não surgiu qualquer outro museu virtual com idêntica latitude e diversidade de conteúdos. O princípio de museu universal do sector com que foi criado deveria servir para uma maior atenção ao que se passa nas mais diversas partes do mundo. A informação sobre iniciativas que dariam para novas perspetivas exploratórias dos cibernautas visitantes é ainda escassa. E falta seguramente uma rede de fornecedores de informação que a nível de imagem e texto mantenha a atualização desejada.

Outras críticas se poderiam fazer tendo presente a noção dinâmica de museu virtual ideal, mas as tecnologias, apesar dos grandes avanços já dados, continuam com limitações significativas, considerando a velocidade de transmissão, as permanentes atualizações (plug ins) e as incompatibilidades de algumas configurações do software.

Trata-se obviamente de um museu inacabado e infundável, tal como deveriam ser todos os museus virtuais. A atualização da coleção, a criação de novas galerias e a renovação das exposições temporárias, bem como uma maior e mais frequente ligação a outros espaços, virtuais ou não, do sector, impõem-se como forma de o museu virtual de imprensa não ficar ultrapassado e conquistar cada vez mais cibernautas.

Apesar destas críticas, o museu já foi visitado por centenas de milhares de cibernautas (nas versões portuguesa e inglesa) e, de acordo com várias informações recebidas, o seu modelo é utilizado em várias universidades (designadamente do Brasil), como exemplo das características da linguagem multimédia e do aproveitamento das potencialidades tecnológicas.

O projeto concebido tem a ambição de ser o local do ciberespaço por onde não

⁶ Uma das revistas do sector (PC World, Nov. 1997) fez um estudo internacional sobre os diversos “museus virtuais” existentes na Net (em 1997) e situou o “museu virtual da imprensa” entre os dez melhores do mundo. Os restantes eram páginas web sobre espaços físicos concretos.

se pode deixar de passar, quando se quer conhecer a história da imprensa e das artes gráficas de qualquer país do mundo. Construir um museu virtual à medida dos desejos, dos sentidos e das hipóteses de associação de cada cibernauta é, no limite, o objetivo mais ambicioso deste projeto.

Como fecho, vale a pena sublinhar dois pontos: o espírito de abertura a novas opiniões e sugestões expresso em todos os textos de entrada dos museus e galerias virtuais; e a dimensão experimental no recurso a determinadas ferramentas multimédia acabadas de entrar no mercado.

Em termos gerais, os projetos atrás referidos mostram que o limite das tecnologias multimédia e do seu potencial comunicativo nas áreas da cultura está sobretudo na criatividade humana.

Esta dimensão remete-nos para a importância da ‘sociedade da ecranvidência’ (MARCOS, 2008) e para a forma como os museus devem aproveitar a sua força atual para estarem mais próximos das pessoas, independentemente do lugar onde elas estejam. Hoje, poucos duvidam da ideia de ‘museu global’ que se vai constituindo paulatinamente. Aliás, de forma mais acelerada do que se pensaria no berço da internet. Embora já em 1995 (num seminário realizado no Porto) defendesse que “as autoestradas da informação da actual galáxia digital apontam, claramente, para o surgimento de um *globe museum* no terceiro milénio” (MARCOS, 1997), estava longe de imaginar o processo acelerado com que tudo acontece na virtualização do real e na forma como surgem projetos culturais que tão bem incorporam as tecnologias digitais. A experiência e a repercussão do Museu Virtual da Imprensa motivaram a criação de galerias virtuais e, mais tarde, permitiram a conceção e o desenvolvimento do Museu Virtual do Cartoon, como instância autónoma e exclusivamente ‘virtual’. Neste contexto, o MNI avançou primeiro com a criação de museus e galerias virtuais antes de lançar na Internet a sua própria página, facto que corresponde a uma opção estratégica relacionada com o plano de comunicação do próprio museu.

A propósito da implicação do MNI na criação de espaços virtuais através de Internet é de referir a apresentação em 1998 da RIMUS - Rede Interactiva de Museus. Tratou-se de concretização de um projeto que havia sido apresentado em 1995 e que surgiu como ação experimental com três palavras de ordem: *integrar, cooperar e divulgar*.

A RIMUS destinou-se a dar informação permanente das atividades dos museus da Região Norte, através da Internet. Foi pensado de forma dinâmica e aberta para permitir a entrada progressiva dos vários museus da Região Norte de Portugal. Começou com informação de dez museus e tinha os seus objetivos específicos bem definidos: “proporcionar um melhor aproveitamento cultural, pedagógico e lúdico das diversas experiências museológicas da região; estimular a cooperação cultural; e a divulgação turística e cultural da região Norte” de Portugal.

A ambição do projeto estava bem traçada desde início e o seu âmbito ultrapassava a dimensão regional: “da dezena (de museus) queremos passar às centenas de museus, cooperar na sua dinamização e dar ampla divulgação às actividades mais interessantes de cada museu”⁷.

⁷ in texto de abertura da rede na Internet.

A constituição desta rede multimédia permitiria que cada museu (físico) entrasse no mundo da informação digital, quando ainda estávamos no arranque da Internet. A RIMUS contemplava várias informações úteis sobre cada museu (localização, horários, preços de entrada, etc.) mas também um breve historial de cada entidade, bem como o relevo das principais peças e notícias sobre a programação.

Museu Virtual do Cartoon

Não havendo qualquer entidade do género, o Museu Virtual do Cartoon foi concebido como uma instância que, valendo-se do potencial tecnológico, designadamente das ferramentas da informação digital, tinha por objetivo central a divulgação global de um conjunto de referências que assinalam a importância do desenho de humor no mundo⁸.

Neste contexto, deveria ser visto como “um espaço dinâmico que se vai alargando em personagens, temas, galerias, etc., à medida que o tempo flui”...mas “na certeza de que é inextinguível a capacidade humana de rir e fazer rir, mais antiga do que os vestígios deixados nas cavernas pré-históricas”⁹.

O Museu Virtual do Cartoon foi dividido em vários “espaços”, neles se destacando a Galeria de Honra, onde se podem encontrar vários marcos da história da caricatura, a partir do século XIX. Os outros espaços virtuais foram pensados com salas com informação sobre: Museus e Galerias de Humor, além de um espaço próprio dedicado especialmente ao PortoCartoon-World Festival¹⁰; cartunistas; concursos e festivais; organizações de cartoon e notícias. Foi desde logo pensada a hipóteses de alargamento do espaço virtual a novas galerias, o que tem vindo a acontecer com a inclusão das galerias seguintes: Futebol & Humor; Daumier; Maomé; Humor Olímpico... E, mais recentemente, a denominada “Obama com Humor”.

Estas inclusões não só permitem uma renovação da informação e um refrescamento das zonas expositivas, como a utilização de novas ferramentas digitais de apresentação de conteúdos na Internet. São casos mais distintivos as Galerias Daumier e Obama com Humor, sobretudo esta que tem um aparato e uma funcionalidade curiosa, permitindo a passagem por diversas salas virtuais. Esta renovação expositiva mostra não só o dinamismo do museu – procurando apresentar ao mundo “cada vez mais peças e informações sobre o passado, o presente e o futuro da arte multi-secular da caricatura”¹¹ - como uma certa aproximação entre o virtual e o real.

O Museu Virtual do Cartoon tem uma outra particularidade muito distinta: é trilingue, sendo uma das línguas o Esperanto¹², o que constitui uma raridade museográfica internacional.

⁸ Este desiderato consta do texto de apresentação do próprio museu, desde o dia da sua abertura, em Novembro de 2005, com a presença da então Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima.

⁹ in texto de abertura.

¹⁰ Este festival foi lançado em 1998 por iniciativa do Museu Nacional da Imprensa e é, desde há vários anos, considerado um dos três mais importantes certames do mundo, no sector.

¹¹ in texto de abertura.

¹² Esta versão foi lançada a 9 de Janeiro de 2006, durante a inauguração da exposição “Bordallo Pinheiro: um génio sem fronteiras”, em Lisboa.

A página web do MNI

Lançada em 2007, a “página web do MNI” abre as portas do Museu aos cibernautas. Mostra parte da sua riqueza, de forma a seduzir os visitantes para a descoberta ‘in loco’ do seu património singular. Cumpre a sua função: mostrar para apelar à visita, não para esgotar. Deste modo, foi concebido como “um prolongamento do projecto museológico que, desde a sua origem, em 1997, tem promovido a internacionalização e a descentralização cultural”¹³.

Seguindo as regras da linguagem interativa, a página é dinâmica e permite uma imersão no interior do museu, através da apresentação dos principais espaços. Através de *links* poderemos sair para fora do museu e entrar noutros âmbitos do ciberespaço, patenteando assim as potencialidades das tecnologias digitais.

O *design* é sóbrio e releva as cores do museu, ao mesmo tempo que facilita a navegação. O nível de hipertexto é ainda reduzido, em comparação com o Museu Virtual da Imprensa, mas os links para os restantes espaços virtuais criados constituem uma grande janela aberta ao olhar e à sensibilidade de quem gosta da descoberta digital.

O conjunto de museus e galerias virtuais desenvolvido, no âmbito do Museu Nacional da Imprensa, mostra diferentes particularidades e cadências na conceção e no uso das tecnologias da informação e comunicação.

Os museus (virtual da imprensa e virtual do cartoon) gozam de total autonomia, apresentam dinamismo, informação, e conjuntos muito variados de peças artísticas e museográficas de valor, permitindo a qualquer cibernauta uma navegação dinâmica. Em cada um dos seus sectores (imprensa e humor gráfico) podem ser museus de referência, pelo olhar alargado, panóptico, que apresentam e pelo recurso ativo ao hipertexto. As atualizações, porém, em termos de galerias, são diferentes: o Museu Virtual da Imprensa tem a Galeria da Censura e o Quiosque Literário; e o Museu Virtual do Cartoon foi-se atualizando com sete galerias, em campos temáticos inovadores e, por vezes, polémicos, como o “caso” das caricaturas de Maomé.

Em termos de conteúdo podemos dizer que todas as entidades virtuais apresentam informação e apontadores hipertextuais de informação com diversos níveis que não se encontra facilmente noutros espaços virtuais. No tocante ao *design*, não há propriamente uma linha constante, mas é possível identificar pontos comuns dentro de cada museu, nas diferentes galerias. Nalguns casos, como se nota mais acentuadamente no Museu Virtual da Imprensa, os botões foram totalmente desenhados para as diversas funções. A interligação do *design* com as tecnologias é visível em certos casos, como na página web do MNI, em cujo cabeçalho há uma animação permanente activada pelo flash, ou na apresentação das tipografias antigas (no Museu Virtual da Imprensa), num fragmento de terra feito em ‘realidade virtual’ com VRML, quando este ‘software’ acabava de ser lançado no mercado, em 1997.

Ao nível dos recursos multimédia utilizados, o tempo de realização marca as disponibilidades tecnológicas existentes, mas também denuncia as preocupações comunicativas de cada projeto. Por exemplo, só o Museu Virtual da Imprensa abre com uma música originalmente feita para a situação. Todavia, apesar de não ter música,

¹³ In texto de abertura denominado “De braços abertos”.

o Museu Virtual do Cartoon (de 2005) apresenta-se com um dinamismo visual forte, evidenciando potencialidades tecnológicas que não existiam anos atrás (em 1996/7). E, dentro dele, a Galeria Obama com Humor apresenta inovações ainda mais distintas, com “paredes ciclorâmicas”, além da capacidade de visionamento das obras em grande plano.

Do ponto de vista da navegabilidade, podemos dizer que todos os espaços são dinâmicos, ergonómicos e de fácil acesso pelos territórios do hipertexto, mas as ligações apresentam-se mais significativas no primeiro projeto, o Museu Virtual da Imprensa. A interatividade é variável, mas em geral pouco elevada, sendo mais significativa na Galeria Maomé, com a abertura de espaço de raiz para cada cibernauta apresentar as suas opiniões.

Conclusão

Em termos gerais, os projetos lançados no ciberespaço mostram que o limite das tecnologias multimédia e do seu potencial comunicativo nas áreas da cultura está sobretudo na criatividade humana.

É com eles que se promove a globalização e se reforçam as características de democratização que desde a primeira hora foram assumidas pelo museu. As tecnologias do ciberespaço são, assim, um contributo indispensável ao cumprimento da linha estratégica matricial do projeto. Sem elas, dificilmente se chegaria tão longe (em tão pouco tempo) na internacionalização e na difusão, sem restrições, das ações culturais desenvolvidas. Neste contexto, impõe-se fazer o melhor uso das tecnologias para não desperdiçarmos as virtualidades da ecranvidência.

Além de estar sempre aberto no ciberespaço, o MNI está fisicamente de portas abertas 365 dias/ano, opção que reputamos de basilar para o princípio da democratização. Em lugar especial nesta democratização inclui-se a descentralização cultural. Começamos a praticá-la logo no ano de abertura, em 1997, saindo progressivamente para o espaço público, como opção de rotura assumida, relativamente aos modelos tradicionais em vigor... Para esta dimensão externa muito contribuiu o lugar destacado do humor, sobretudo com o PortoCartoon. Este festival mundial principiou em 1999 e em poucos anos guindou-se a um lugar cimeiro no panorama dos certames internacionais de humor gráfico. Com ele temos estado em diversos países. Com ele, fizemos do Porto a ‘Capital do Cartoon’ (Fig. 5), preparando um novo roteiro turístico-cultural, com esculturas de humor que progressivamente, ano a ano, são implantadas em diferentes zonas da cidade. Tudo isto com a cumplicidade do arquiteto Siza Vieira, autor não só do desenho do troféu do PortoCartoon, como da primeira peça escultórica deste roteiro.

Esta filosofia descentralizadora faz parte de um sonho mais ambicioso: fazer de Portugal o país de Gutenberg. Como? Depois do Núcleo Museológico de Celorico de Basto e do Museu de Imprensa-Madeira, resultantes de parcerias com o poder autárquico, pretende-se valorizar o património tipográfico de cada região ou localidade e dar-lhe vida museal, criando núcleos sobre a história da imprensa no país. Com o espólio diferenciado que se sabe existir em muitos lugares bem poderemos construir este ‘país de gutenberg’... Uma boa parte do património arqueológico tipográfico existente em Portugal está apenas à espera de que não se perca uma nova oportunidade

para se criar uma paisagem cultural e museográfica com clara distinção internacional. Com as peças existentes pode-se, de facto, pensar num projeto desta grandeza. Lanço a este propósito uma pergunta: com ‘o país de Gutenberg’ não estaríamos mais perto de Malraux, quando ele diz (no seu ‘museu imaginário’) que os museus são aqueles lugares que dão a mais elevada ideia do ser humano?

Bibliografia

- ALONSO, Jaime (2006). *Comunicación Virtual, elementos y dinámicas*. Unión Editorial. Madrid.
- ANDREOLI, Vittorino (2007). *O Mundo Digital*. Ed. Presença, Lisboa.
- BOURDIEU, P. e Darbel, A. (1969). *L'Amour de l'Art, Les musées d'art européens et leur public*. Ed de Minuit, Paris.
- BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Difel. Lisboa.
- BREA, José Luís (2007) – *Cultura_RAM*, Gedisa Editorial, Madrid.
- CALAF Masachs, Roser y Fontal Merillas, Olalla (2007). *Museos de arte y educación: construir patrimonios desde la diversidad*.
- CASTELS, Manuel (2007). *A Sociedade em Rede*. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa (3ª edição).
- CONTRERAS, Fernando R. et al. (2006). *Información, Innovación y Sociedad Global*. Unión Editorial, Madrid.
- DALBÉRA, Jean-Pierre (2007). *Institutions Culturelles et Nouvelles Pratiques Numeriques, Des bases de données aux mondes virtuels*. Conference (10.12.2007) Forum des 40 ans de l'INRIA, Lille <http://flickr.com/photos/dalbera/2096532758/>.
- DESVALLÉES, André (2003). *Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio?* in Lugar em Aberto, Rev. Da APOM, Lisboa, nº 1, pp46-74.
- JENKINS, Henry (2008). *Convergence CULTURE – La cultura de la convergencia de los medios de comunicación*. Paidós, Barcelona.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean (1999). *Museum, Media, Message*. Routledge, London.
- LAMIZET, Bernard. (1999). *La médiation culturelle*. L'Harmattan, Paris.
- LANDOW, George P. (1995). *Hipertexto, La convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología*. Ed. Paidós, Barcelona.
- Le Monde de L'Image. Rev. Sciences Humaines, Hors-Série, nº 43, Décembre 2003.
- LEMONS, André (1994). *Les Communautés virtuelles*, in Rev. Société nº45.
- LEVY, Pierre (2000). *Cibercultura*. Inst Piaget, Lisboa.
- MARCOS, Luís Humberto (2012). “Por uma teoria da ecranvidência”, in *Memoria del XII Congreso Iberoamericano de Comunicación, Santa Cruz de La Sierra*, (pps 159-175).
- MARCOS, Luís Humberto (2009). *Tecnologias, poder y cultura: El salto digital de los museos de imprenta del espacio iberoamericano*, Madrid, tese de doutoramento.
- MARCOS, L. H. (2005). *Museus Virtuais: A estética da interactividade* (texto policopiado). Comunicação apresentada no Seminário Internacional “Imagens da Cultura. Cultura das Imagens”, Universidade Aberta, Porto.
- MARCOS, L. H. (2003). *Museu da Imprensa: do carvão à tinta de impressão*.

In Actas do Colóquio sobre Museologia Industrial (Reconversão e musealização de espaços industriais), Museu da Indústria, Porto.

MARCOS, L. H. (2000). *From the Digital galaxy to a multidimensional museology* (texto policopiado). Comunicação apresentada no Congresso SHARP 2000, em Mainz, para assinalar o 600º aniversário de Gutenberg.

MARCOS, L H (1997). *Imprensa e Artes Gráficas: da Galáxia de Gutenberg à Galáxia Digital*, in *Arqueologia Industrial*, 3ª série, vol. I, nº1-2, Porto (relativa a comunicação feita no Seminário sobre Museologia Industrial, Porto, 1995).

RASSE, Paul. (1999). *Les musées à la lumière de l'espace public (histoire, évolution, enjeux)*. L'Harmattan, Paris.



Fig. 1 - Homenagem à imprensa mundial e novas instalações



Fig. 2 - Internacionalização: França, Espanha, México e Brasil



Fig. 3 - Descentralização: continente e ilhas



Fig. 4 - Exposições especiais sobre Manoel de Oliveira, Saramago, República e 25 de Abril



Fig. 5 - Ativação do Porto-capital do cartoon

O projeto Museu de Ferro & da Região de Moncorvo: entre a utopia e a realidade (possível)

Nelson CAMPOS
PARM

Resumo:

Breve historial da criação de um museu local numa antiga região mineira; destaca-se o papel de uma associação local de defesa do património (PARM) na sua recuperação e idealização de um novo programa museológico, seguindo-se um modelo de gestão de parceria com o poder local. Balanço do que foi possível realizar e constrangimentos encontrados.

Palavras-chave: Museu; Ferro; Torre de Moncorvo; PARM

Abstract:

A brief history of the creation of a local museum in a former mining area; highlights the role of a local association for the protection of heritage (PARM) in his recovery and in museological idealization; having adopted a management model of partnership with the local government, it is the balance between what was possible and the constraints encountered.

Keywords: Museum; Iron; Torre de Moncorvo; PARM

1. Início

O Museu do Ferro de Moncorvo nasceu no bairro mineiro do Carvalhal em Dezembro de 1983¹, tendo sido um dos primeiros museus de empresa e seguramente o primeiro museu mineiro em Portugal², impulsionado pela Ferrominas E.P., com

¹ Esta criação ocorre num momento de grandes expectativas de exploração do jazigo mineral de ferro de Moncorvo em articulação com a Siderurgia Nacional, o que não aconteceu. O museu foi inaugurado no dia 4.12.1983, dia de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, sendo então editado um catálogo pela empresa – vd. Bibliografia: FERROMINAS s/d [1983].

² Cf. BRANDÃO, 1998: 254: «A ideia de criação de museus mineiros em Portugal já não é nova, embora inicialmente tenha sido considerada noutro contexto cultural e económico, o de museus de empresa. É

assessoria científica do Dr. Jorge Custódio³, num tempo em que por cá mal se falava em “arqueologia industrial” e menos ainda em arqueologia mineira.

Com o chumbo do projecto mineiro, em 1985, o núcleo museológico ficou praticamente esquecido e em risco de se perder, razão por que uma associação local de estudo e defesa do Património, o PARM (Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo), nos inícios dos anos 1990, acabaria por propor ao município moncorvense a sua transferência para a sede do concelho, com objectivo de melhor preservação do respectivo espólio e do incremento da sua fruição no âmbito de um projecto museológico mais alargado. Era também entendimento da autarquia que a localização do referido espólio na sede do concelho lhe conferiria mais visibilidade, quer relativamente ao público local, quer a outros visitantes (turistas) cujo número tendia a aumentar na última década do século XX. Assim viria a acontecer em Fevereiro de 1995, ficando localizado num edifício histórico conhecido como casa do Barão de Palme, onde ainda hoje se encontra (Fig. 1).

Entre 1995 e 2000, a referida associação recorreu a vários fundos comunitários, sempre com participação do município, para projectos e obras de recuperação e adaptação do imóvel e espaços anexos, de acordo com um projecto museológico inicialmente delineado e que foi sendo adaptado. Isto levou o signatário, como responsável da comissão instaladora do museu, a procurar formação adequada, frequentando – às suas expensas – o curso de pós-graduação em Museologia da FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Ao mesmo tempo implementou um curso CPC (Conservação de Património Cultural), coordenado pela associação e financiado pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), com objectivo de formar pessoal auxiliar, quer para esta infra-estrutura, quer para outras análogas, até em concelhos circunvizinhos.

O ambicioso projecto inicial, bastante influenciado pelos conceitos da Ecomuseologia, procurava pôr a tónica no território, não se esgotando nos poucos vestígios da mineração que subsistiam (construções arruinadas, galerias, cortas e bancadas de extracção) mas potenciando ainda outras valências patrimoniais no concelho, mormente arqueológicas, assim como o próprio Centro Histórico – daí a introdução da partícula copulativa “e” na designação do Museu, que passou a ser, como atrás se disse, “Museu do Ferro e da região de Moncorvo” (MF&RM).

O Museu pretendia ser, assim, uma espécie de Centro Interpretativo da região, com acento tónico na realidade mineira, à semelhança de exemplos paradigmáticos de museus e parques mineiros que foram surgindo nos anos 1970 e 80, depois do clássico Ironbridge Gorge Museum, no berço da revolução industrial (Fig. 2). – Em termos gerais, esta era a dimensão mais utópica deste projecto.

2. Contexto geográfico e histórico-económico na base da opção museológica.

O concelho de Torre de Moncorvo localiza-se no extremo sul do distrito de Bragança, em Trás-os-Montes e Alto Douro, sub-região do Douro Superior, sendo

o caso do Museu do Ferro e da Região de Moncorvo, o mais antigo dos projectos, cujo embrião surge na sequência de iniciativas da antiga proprietária das minas no início dos anos oitenta (J.Custódio, 1991a, N.Rebenda *et al.*, 1996) ...»

³ CUSTÓDIO & BARROS, 1983; CUSTÓDIO, 1991

delimitado a sul pelo Douro e atravessado a meio pelos vales do rio Sabor e da ribeira da Vilariça, sendo este, a par da serra do Roboredo, um dos acidentes geomorfológicos que mais determinaram a história da região desde há mais de dois milénios. O vale da Vilariça (Fig. 3) corresponde a um *graben*, com falha sísmica preenchida por sedimentos aluvionares⁴. Possui assim os melhores solos agrícolas, aproveitados desde remotas eras, pelo menos desde o Neolítico Final, como o testemunha uma estela-menir de grande porte exposta no MF&RM, além de outras que não se encontram no concelho. Em pleno vale, ou nos seus rebordos planálticos, encontram-se diversos vestígios de ocupação humana, desde o período calcolítico, Idade do Ferro, Romanização e Idade Média, identificados e estudados por diversos investigadores, nomeadamente do PARM, ao longo de décadas. Algum espólio arqueológico procedente desta zona, como de outros pontos do concelho, encontra-se em depósito nas reservas do MF&RM, esperando a oportunidade de concretização da sala de Arqueologia & História, há muito adiada, apesar de se ter realizado uma exposição programática sobre o tema, em 2008.

Acresce dizer que, ainda no vale da Vilariça, se concentrou uma produção “agro-industrial” *avant la lettre*, de grande importância – a do cânhamo – que desde o século XV ao XVIII se produziu em escala para o cordame e enxárcias das armadas régias. Uma outra história para o museu contar.

Todavia, apesar das singularidades dos fenómenos ocupacionais ao longo do tempo e nos espaços onde decorrem, em termos de ilustração material desse devir constata-se o risco de uma relativa similitude expositiva, e até discursiva, entre museus de Arqueologia e História. Daí que o responsável da entidade parceira (município) no processo de recuperação do MF&RM, chegasse a afirmar que os museus de Arqueologia “eram todos iguais”, preferindo que se colocasse a tónica no tema do Ferro, tomado como elemento ex-libristico⁵. Estava em voga a procura das especificidades, no âmbito do conceito de “produtos endógenos” e de “capitalidades” de qualquer coisa, do móvel à alheira, da cereja à amendoeira em flor. Os critérios para os apoios comunitários, privilegiando o original e o “único”, induziam a opção. No caso de Torre de Moncorvo, uma serra, o Roboredo e suas adjacências, onde se concentravam mais de 700 milhões de toneladas de minérios de ferro (sobretudo hematites), podendo chegar aos 1000 milhões, constituindo uma das maiores reservas europeias, com uma história longa de aproveitamento documentado, tornavam inevitável a escolha do tema-âncora do museu⁶ (Fig. 4). No entanto, nunca perdemos de vista também os aspectos arqueológico-históricos, como pano de fundo da actividade minero-metalúrgica, das origens ao séc. XVIII.

⁴ SILVA *et alii*, 1989; REBELO, 2002.

⁵ Foi adoptado pelo município o slogan “Moncorvo, onde o Ferro é a alma da terra”, inclusivamente pintado em viaturas da autarquia e estampado como patrocínio nas camisolas do grupo desportivo local.

⁶ Apesar da relativa pobreza da colecção herdada do Museu da Ferrominas, foram entretanto reunidas mais algumas peças e, sobretudo, um considerável espólio fotográfico de centenas de fotografias da fase de laboração das minas no séc. XX, entre os anos 1950 e 60, por doação de um familiar do antigo director técnico das mesmas, Eng.º G. Monteiro de Barros (1923-1995), o que, juntamente com vários livros e documentação, muito enriqueceram o acervo do MF&RM.

3. História mineira e programas museológicos

Depois dos primeiros trabalhos realizados sobre a arqueologia e história do ferro de Moncorvo pelo Prof. Adriano Vasco Rodrigues e Dr^a. Maria da Assunção Carqueja, nos inícios dos anos 1960⁷, incidindo sobretudo na mineração e metalurgia romana e medieval, verificou-se um absoluto vazio no que toca à investigação neste campo, acompanhando a decadência da exploração que durou até 1974. Com a nacionalização da Ferrominas em 1975 e as expectativas de exploração em função de uma produção nacional, retomaram-se os estudos geológicos, económicos e, por fim, até históricos, tendo a administração da empresa convidado o Dr. Jorge Custódio, especialista de arqueologia industrial, a elaborar um projecto de investigação, que culminou no levantamento sistemático dos escoriais de ferro (1982), na escavação de uma ferraria forja (Chapa Cunha, 1983) e criação do primeiro museu do Ferro, no bairro Mineiro, como atrás se disse. A inviabilização do projecto mineiro de Moncorvo comprometeu a continuidade deste programa, como também já se referiu. Após a transferência do museu para a sede do concelho, foi elaborado um novo programa museológico, tendo em vista o apoio da componente do Ferro no contexto da história económica e social da região e concebendo o espaço de acolhimento/centro interpretativo como uma “central distribuidora de percursos”, entretanto esboçados, tanto no centro histórico de Torre de Moncorvo como no resto do concelho e, obviamente, em articulação com outros motivos de interesse cultural e turístico dos concelhos circunvizinhos⁸. Esse programa museológico foi posteriormente reformulado e aprofundado pelo signatário e Jorge Custódio⁹, assumindo como missão do museu “a promoção e divulgação do património arqueológico e industrial do território, dos povoados e das comunidades que se formaram nas cercanias da serra do Roboredo e do Vale da Vilarça, com particular destaque para as actividades relacionadas com a extracção do ferro”¹⁰. Em Agosto de 2002 foi inaugurada a nova exposição permanente dedicada ao ferro e renovada a parceria entre o município e o PARM (protocolo de 30.09.2002). Infelizmente, a exiguidade do espaço expositivo não permitia um aprofundamento conveniente das principais etapas identificadas na história do aproveitamento do ferro de Moncorvo, as quais eram: 1) da Antiguidade (romana ou anterior) até ao século XVIII, incluindo mineração, metalurgia e forja; 2) episódio proto-industrial da Chapa-Cunha (1789-1830), curta experiência algo fracassada, de introdução de energia hidráulica e forno catalão na região; 3) momento de “corrida às minas”, entre 1870 e 1900, no quadro do industrialismo, apenas com registo, venda/revenda e concentração de concessões, interesses económicos posicionando-se no terreno, estudos geológicos, análises e ensaios industriais dos minérios, suscitando-se grandes expectativas, logo goradas nas primeiras décadas do séc. XX; 4) momento de exploração efectiva pela Ferrominas, após 1950, no quadro do pós-Guerra, sendo que desde os anos 1960 o dramático decréscimo da extracção levou a uma situação de penoso arrastamento

⁷ Vd. RODRIGUES, 1964; RODRIGUES, 1965; RODRIGUES & RODRIGUES, 1962.

⁸ REBANDA *et alii*, 1996; CAMPOS, 2001a; CAMPOS, 2001b.

⁹ CUSTÓDIO & CAMPOS, 2002.

¹⁰ Cf. texto do prospecto do Museu e de acordo com CUSTÓDIO & CAMPOS, 2002.

até à nacionalização da empresa mineira após o 25 de Abril de 1974; 5) depois de 1975, são geradas novas expectativas para as minas de Moncorvo, no âmbito de uma estratégia desenvolvimentista e industrial que passava pela modernização e incremento da siderurgia nacional, intenções de novo frustradas após a adesão à CEE (U.E.), em 1985; 6) encerramento das minas, extinção da Ferrominas e entrega dos terrenos e algum património à EDM (Empresa de Desenvolvimento Mineiro), sediada em Lisboa, que, em função da crise no sector mineiro, nada fez em Moncorvo¹¹. Agora poder-se-ia acrescentar uma nova fase após 2008, quando em face de alguma valorização dos minérios nos mercados internacionais a MTI (Mining Technology Invest.) obtém os direitos de prospecção, pesquisa e avaliação dos recursos mineiros de Moncorvo, numa extensa área, depois parcialmente cedida a outra empresa entretanto constituída, a CPF (Companhia Portuguesa do Ferro), abrindo um novo capítulo nesta longa história de expectativas, de momento comprometidas pelo arrefecimento da economia global.

Por tudo isto, associando a expectativa cultural à económica e social, depressa concluímos que seria necessário um espaço mais amplo para se contar esta história, quiçá em outras instalações mais relacionadas com a história mineira de Moncorvo no século XX¹² e em conexão com o almejado parque mineiro, musealizando a área de exploração da Ferrominas (Carvalhosa, bairro mineiro, estação do Carvalhal) (Fig. 5). Não se perdeu, contudo, de vista, a ideia de um “museu de território”, com um núcleo central articulado com outros núcleos a criar, uma espécie de “rede museal local”, o que inevitavelmente induziria a um maior investimento e responsabilização da parte do município, assumindo este a dita rede museológica¹³. No entanto, esta entidade (ou antes, o seu responsável), pretextando a crise económica, mas decerto por outros motivos, acabaria por limitar progressivamente a acção do museu, ou por indiferença, ou mesmo por bloqueio, sobretudo depois de 2010. Isto apesar de termos conseguido uma menção honrosa no prémio de Geoconservação 2008, atribuído pelo comité nacional do ProGEO (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico) e de termos integrado o lote dos fundadores do Roteiro de Minas e Sítios de Interesse Geológico e Mineiro, desde 2009.

4. O museu possível

Assim, dos ambiciosos projectos idealizados, ficou apenas, no edifício principal do museu, a sala temática dedicada ao Ferro (Fig. 6), com um breve enunciado de 5 tópicos (Forjas, ferreiros e ferrarias; Geologia e Minas; Origem do trabalho do ferro; Impacto da Revolução Industrial em Portugal /ferro fundido; Ferrominas), além de um espaço

¹¹ Estas etapas, apenas até à fase da Ferrominas, encontram-se identificadas e sumariamente enunciadas em CAMPOS, 2010.

¹² Referimo-nos à antiga estação de caminho de ferro de Torre de Moncorvo (Linha do Sabor).

¹³ Este conceito de “rede museal local” está subjacente ao esquema apresentado em REBANDA *et alii*, 1996 e CUSTÓDIO & CAMPOS, 2002, tendo sido por nós apresentado em vários contextos, nomeadamente numa palestra realizada no auditório do MF&RM em 28.01.2006, no âmbito do projecto MM (Museu Moncorvo), sessão presidida pelo Sr. Prof. Doutor Armando Coelho. Era a base de um projecto de tese de mestrado do signatário, entretanto adiado – vd. CANTEIRO, 2006 (artigo de imprensa). Ver ainda CAMPOS, 2011.

de recepção, uma pequena biblioteca temática com centro de documentação, áreas de reservas e arrumos. A sala onde se previa a exposição permanente de Arqueologia e História acabaria por se utilizar com exposições temáticas, assim como o auditório localizado na área dos jardins, onde se realizaram (e realizam) inúmeros eventos, além de exposições, tais como palestras, apresentação de livros, representações teatrais, recriação de actividades tradicionais como as Partidelas da Amêndoa, sempre muito concorridas, com salutar convívio intergeracional¹⁴.

Quanto às actividades de campo promovidas pelo museu, são de destacar as inúmeras visitas guiadas às minas abandonadas (Fig. 7), por vezes com a colaboração voluntária de jovens geólogos (associados do PARM), como no caso da participação nos programas Ciência Viva/Geologia no Verão, assim como a implementação de uma Rota do Ferro em BTT (com edições anuais) e passeios pedestres associados ao património natural e cultural (p. ex. “Pela Calçada de Ferro”, passeios micrológicos, ornitológicos, pelo património edificado no centro histórico de Torre de Moncorvo, etc.).

No que toca a trabalhos de investigação, além da inventariação de acervos e outros valores culturais, foram constituídas bases de dados (em desenvolvimento) sobre Minas Trasmontanas (com cerca de 1 milhão de registos), de antigos trabalhadores da Ferrominas (cerca de 1300 registos, alguns com questionários preenchidos, além de gravações audio-visuais) e sobre Ferreiros e Forjas, este ainda pouco desenvolvido¹⁵.

Todavia, a não profissionalização da estrutura Museu, funcionando apenas na base de voluntariado, compromete em absoluto a prossecução destes trabalhos, até porque à entidade parceira interessam mais as actividades com visibilidade e alcance social, mediatizáveis através da agenda cultural e imprensa regional.

Em termos de visitantes (Fig. 8), desde a reabertura do museu, em 2002, a média de visitantes anual da exposição permanente situa-se entre os 2.000 e pouco mais de 3.000, com larga predominância do público nacional. Depois de um pico máximo de 3.406 visitantes em 2009, este número tem decrescido progressivamente chegando ao mínimo de 2.205 em 2013. O mesmo se tem passado com os eventos temporários, até porque se tem restringido a sua realização.

As receitas próprias anuais não vão além dos 2.500€ em média, também com tendência decrescente, acompanhando a diminuição de visitantes, reflexo da crise económica e desertificação do interior, pelo que o suporte financeiro para salários de pessoal (nos últimos anos apenas dois funcionários ao nível de assistente técnico), gastos correntes e realização de eventos, é custeado pelo município através de subsídio mensal à associação PARM, de acordo com o protocolo de parceria.

O MF&RM nunca possuiu um director, havendo apenas um responsável (o autor), que esteve desde sempre em regime de voluntariado, excepto entre 2005 e 2010, em que foi requisitado pelo município aos seus serviços, para apoio ao museu e outras tarefas. A maior permanência nesse período permitiu dar um especial incremento ao museu, através de inúmeras actividades, orientação de estágios e organização de bases

¹⁴ CAMPOS, 2007.

¹⁵ CAMPOS, 2010: 126-128.

de dados, para além de algum trabalho de investigação. Tem-se contado também com alguma colaboração voluntária de membros da direcção da associação e amigos do museu¹⁶. Assim, toda a colaboração prestada a este projecto só foi (e é) possível com sacrifício de horas livres, fins-de-semana e períodos de férias¹⁷.

O incremento do associativismo e do voluntariado foram, de facto, uma das marcas do período pós-25 de Abril que ora se comemora. Infelizmente essa atitude altruísta e solidária tem vindo a ser progressivamente substituída por uma mentalidade mais interesseira, estimulando-se hoje mais um certo “empreendedorismo” com base no Deve e Haver. Do que foi explanado, conclui-se do decisivo papel interventor de uma associação cultural sem fins lucrativos, primeiro para salvar um núcleo museológico em risco após o encerramento de uma empresa mineira, e, depois, para o tentar expandir para um projecto credível, enquadrado no alargamento da oferta cultural e turística local, como parte de um modelo de desenvolvimento sustentado e alternativo às políticas de balão de oxigénio, leia-se, grandes obras de betão e alcatrão. Os obstáculos encontrados não permitiram alcançar na plenitude, nem sequer pela metade, este desiderato. Para mais temos de reconhecer que, a partir de um certo momento, se quisermos credibilizar e (a)firmar os projectos de maior envergadura, tornando-os viáveis e parte de uma engrenagem capaz de conseguir um efeito-motor na economia local e regional, tal não se compadece com uma eterna carolice baseada no melhor dos voluntarismos, mas geradora de desgaste para o(s) agente(s) cultural(ais), com limitação e atrofia para o empreendimento em si. Hoje em dia a especialização e o profissionalismo são condições *sine qua non* para se alcançar eficácia, rendibilidade e, como tal, rentabilidade, ainda que, de modo induzido, como é o caso das infra-estruturas culturais e respectiva produção, designadamente científica, para além da dimensão social e educativa, para não falar do óbvio contributo para a chamada economia de turismo. O problema é que, segundo a lei económica da satisfação das necessidades, a Cultura surge no acessório (e para alguns até dispensável), porque dificilmente chega a ser auto-sustentável de *per se*. Logo, num quadro ideológico neoliberal, tudo o que represente despesa não deve existir.

Com o pretexto da Crise, em que é facto a extinção de serviços, para mais no interior (visto como uma zona periférica, despovoada, “insustentável”), além do congelamento de quadros de pessoal e despedimento de funcionários do sector público, o futuro não parece nada auspicioso. Para só falar do sector museológico, e em Portugal, registem-se os casos, badalados na imprensa, da Fábrica do Inglês/Museu da Cortiça de Silves e do Museu do Carro Eléctrico do Porto, a fecharem portas, apesar de projectos premiados e considerados de referência.

No nosso caso, o novo executivo autárquico (empossado em Outubro de 2013), tal como em muitos municípios, herdou uma situação financeira difícil, o que obrigou, também aqui, a uma política de cortes, nomeadamente ao sector

¹⁶ Os corpos gerentes da associação do PARM, em que obviamente se inclui o órgão executivo, não são nem nunca foram remunerados.

¹⁷ O autor, responsável do museu, tem ainda a agradecer a colaboração e compreensão dos seus superiores hierárquicos no organismo a que se encontra vinculado (ex-IPPAR, depois DRCN), pelas facilidades concedidas no que toca à possibilidade de acompanhamento do museu.

associativo, no orçamento para 2014, que igualmente nos atingiu. Neste cenário, não se vislumbra (ao menos para já) a desejável reestruturação do museu no sentido de uma profissionalização indutora de um melhor funcionamento e programação, nem o eventual redimensionamento e melhoria do dispositivo expositivo, e, tão pouco a criação da sonhada rede museal local, articulada e consequente, apesar de se ter criado um núcleo museológico de Arte Sacra e estarem em perspectiva outros núcleos, a que somaríamos diverso património arqueológico e edificado da maior relevância. Assim sendo, o voluntarismo continuará a ser o horizonte e o limite.

5. Nota final – convite e agradecimentos.

Reflexões e questões internas à parte, esperamos que esta apresentação tenha motivado os presentes a conhecer Torre de Moncorvo e o seu pequeno, mas acolhedor, Museu do Ferro & da Região respectiva.

A finalizar, cabe-nos agradecer o convite para esta comunicação, ao Exm^o. Sr. Presidente do DCTP da FLUP, Professor Doutor Rui Centeno, nosso antigo professor no curso de licenciatura e Exm^{as}. Doutoras Paula Menino Homem e Alice Semedo, nossas professoras no curso de pós-graduação em Museologia, bem como a todos os organizadores do painel de Museologia deste Seminário.

BIBLIOGRAFIA:

BRANDÃO, José Manuel Brandão (1998), Defesa do património mineiro em Portugal. Algumas reflexões a propósito da realização do seminário 'Arqueologia e Museologia Mineiras', in Maria Mata-Perelló, Josep Maria; Campo Martínez, Roc (Coord. de), *Actas del Primer Simposio Latino sobre Geología, Medio Ambiente y Sociedad*, Camrasa, 13-15 Março 1998, ed. SEPDPGYM y Ajuntament de Camrasa, pp. 253-258.

CAMPOS, Nelson (2001a), Museu do Ferro & da Região de Moncorvo – um museu em construção, in revista *Centros Históricos*, II, 2 (n^o 7, Abril/Junho 2001), Santarém, APMCC, pp. 18-19.

CAMPOS, Nelson (2001b), Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. O museu como 'central distribuidora de percursos'. Projecto de um serviço de extensão, seguido de dois exemplos de actividades educativas – Relatório para disciplina de Introdução à Museologia, 1^o. Ano do curso de pós-graduação em Museologia da FLUP, Porto, 2001 (trabalho dactilografado, inédito).

CAMPOS, Nelson (2007), Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, in *Revista 2 Pontos* (6), Porto, Porto Editora, p. 52-54.

CAMPOS, Nelson (2010), *A odisseia do ferro de Moncorvo até à Ferrominas*. Sep. da *Revista do Colégio Campos Monteiro*, Out^o. 2010, Associação dos Antigos Alunos e Amigos do ex-colégio Campos Monteiro.

CAMPOS, Nelson (2011), O Museu como espaço de investigação e instrumento de comunicação – reflexões a partir do caso do Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, in PALAVRAS, Armando (Coord.), *Trás-os-Montes e Alto Douro. Mosaico de Ciência e Cultura*. Ed. Comissão de Festas de N. S^a. das Graças /Lagoaça, 2011, pp. 219-224.

CANTEIRO, Sandra (2006), Moncorvo propõe rede museal – Museus devem ser janelas viradas para o exterior, in *Nordeste* (semanário), 31.01.2006, Bragança.

CUSTÓDIO, Jorge e BARROS, Gabriel Monteiro de (1983), *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Ferrominas, 1984.

CUSTÓDIO, Jorge (1991), Projecto do Museu do Ferro de Moncorvo, da Ferrominas E.P., in *Museologia e arqueologia industrial. Estudos e Projectos*. Lisboa, Ed. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Lisboa, pp. 75-82.

CUSTÓDIO, Jorge, CAMPOS; Nelson (2002), *Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação. Estudos. Catálogo*. vol. 1, Torre de Moncorvo [catálogo do Museu, 270 p.].

FERROMINAS s/d. – Ferrominas E.P., *Museu do Ferro da Região de Moncorvo. Catálogo*. Ed. Ferrominas, s/d [1983].

REBANDA, Nelson Rebanda, RODRIGUES, Miguel, MASCARENHAS, Ana Mascarenhas (1996), Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Introdução a um programa museológico. *Trabalhos do Museu*, 1, Torre de Moncorvo, MF&RM.

REBELO, J. Almeida (2002), Geomorfologia e geologia da região de Moncorvo, in Custódio, Jorge e Campos, Nelson (Coord. de), *Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação. Estudos. Catálogo*, 1, Torre de Moncorvo, 2002, pp. 44-61.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1964), *O problema das fundições romanas do Ferro. Escavação feita segundo a técnica tridimensional numa ferraria do Roboredo (Moncorvo)*, sep. de *Lucerna*, vol. IV, Porto, CEH.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1965), Ferrarias de Moncorvo, in *Boletim do Grupo Amigos de Bragança*, série 2, nºs. 14-16, Bragança, Amigos de Bragança, pp. 75-86.

RODRIGUES, Maria da Assunção Carqueja; RODRIGUES, Adriano Vasco (1962), Subsídios para o estudo das ferrarias do Reboredo – Moncorvo, in *Lucerna, Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*, II (1-2), Porto, CEH, pp. 3-22 + X.

SILVA, A. Ferreira da, REBELO, J. Almeida, RIBEIRO, M. Luísa (1989), *Carta Geológica de Portugal, na escala 1/50 000, 11-C, Notícia explicativa da folha 11C, Torre de Moncorvo*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.



Fig. 1 - Museu do Ferro & da Região de Moncorvo - fachada



Fig. 2 - Localização dos principais museus e parques mineiros da Europa Ocidental



Fig. 3 - Localização da área mineira de Moncorvo (ferro)



Fig. 4 - Panorâmica do baixo vale da Vilarça próximo da confluência com o Douro



Fig. 5 - Panorâmica da zona mineira, vendo-se o bairro operário e, ao alto, a mina da Carvalhosa



Fig. 6 - MF&RM - aspectos da Sala do Ferro



Fig. 7 - Visita guiada às galerias do cabeço da Mua, abertas na 1ª metade do séc. XX



Fig. 8 - Grupo de crianças visitando o museu

